



RELATÓRIO E CONTAS

2009

BPN
Banco Português de Negócios, S.A.

(Folha propositadamente deixada em branco)

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1.1 Mensagem do Presidente	8
1.2 Estrutura Accionista	10
1.3 Órgãos Sociais do BPN	11
1.4 Organograma do Grupo BPN	12
1.5 Rede de Distribuição	13
1.6 Enquadramento Económico	14
1.7 Análise Financeira da Actividade Consolidada	
1.7.1 Resultado e Rendibilidade	19
1.7.2 Evolução do Balanço	24
1.8 Proposta de Aplicação de Resultados	28
1.9 Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	31
Balanços Individuais	32
Demonstrações dos Resultados Individuais	33
Demonstrações do Rendimento Integral Individual	34
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	35
Demonstrações das Alterações nos Capitais Próprios Individuais	36
Balanços Consolidados	37
Demonstrações dos Resultados Consolidados	38
Demonstrações do Rendimento Integral Consolidado	39
Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados	40
Demonstrações das Alterações nos Capitais Próprios Consolidados	41

2. ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS

2.1 Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Nota Introdutória	44
Políticas Contabilísticas	44
Reexpressão das Demonstrações Financeiras Individuais	
Relativas ao Exercício de 2008	61
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	62
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	63
Activos Financeiros Detidos para Negociação	63
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	64
Aplicações em Instituições de Crédito	66
Crédito a Clientes	67
Derivados	70
Activos Não Correntes Detidos para Venda	71
Outros Activos Tangíveis	72
Activos Intangíveis	72
Investimentos em Filiais, Associadas e	
Empreendimentos Conjuntos	73
Impostos Sobre o Rendimento	74
Outros Activos	76
Recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições de Crédito	78
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	79
Responsabilidades Representadas por Títulos	79
Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos	80
Provisões e Imparidade	81
Outros Passivos Subordinados	83
Outros Passivos	84
Capital	84
Reservas, Resultados Transitados e Resultado Líquido do Exercício	85
Juros e Rendimentos e Juros e Encargos Similares	86
Rendimentos de Instrumentos de Capital	87
Rendimentos e Encargos com Serviços e Comissões	87
Resultados de Activos e Passivos Financeiros Avaliados	
ao Justo Valor Através de Resultados	87
Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	88

Resultados de Alienação de Outros Activos	88
Outros Resultados de Exploração	89
Custos com Pessoal e Número Médio de Empregados	89
Pensões de Reforma e Outros Benefícios dos Empregados	90
Gastos Gerais Administrativos	94
Passivos Contingentes e Compromissos	95
Relato por Segmentos	96
Entidades Relacionadas	100
Gestão de Capital	102
Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros	103
Eventos Subsequentes	113
Inventário de Títulos	114

2.2 Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nota Introdutória	118
Políticas Contabilísticas	118
Empresas do Grupo e Transacções Ocorridas no Período	136
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	139
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	139
Aplicações em Instituições de Crédito	140
Activos Financeiros Detidos para Negociação e Outros Activos	
Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	141
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	142
Derivados	143
Activos Não Correntes Detidos para Venda	145
Crédito a Clientes	146
Investimentos Detidos até à Maturidade	148
Propriedades de Investimento	148
Outros Activos Tangíveis	151
Activos Intangíveis	152
Investimentos em Associadas	153
Imposto Sobre o Rendimento	153
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	155
Outros Activos	156
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	158
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	159
Responsabilidades Representadas por Títulos	160
Provisões e Imparidade	163
Provisões Técnicas de Contratos de Seguros	165
Outros Passivos Subordinados	167
Outros Passivos	168
Capital	168
Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício	169
Interesses Minoritários	172
Juros e Rendimentos e Juros e Encargos Similares	173
Rendimentos de Instrumentos de Capital	174
Rendimentos e Encargos com Serviços e Comissões	174
Resultados em Operações Financeiras	174
Outros Resultados de Exploração	175
Margem Técnica da Actividade de Seguros	176
Custos com Pessoal	177
Pensões de Reforma e Outros Benefícios dos Empregados	178
Outros Gastos Administrativos	182
Passivos Contingentes e Compromissos	182
Relato por Segmentos	183
Entidades Relacionadas	186
Gestão de Capital	187
Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros	188
Eventos Subsequentes	198
Inventário de Títulos	199

2.3 Relatórios e Pareceres às Contas

Relatório de Auditoria – Contas Individuais	218
Certificação Legal das Contas Individuais	221
Relatório de Auditoria – Contas Consolidadas	224
Certificação Legal das Contas Consolidadas	226
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	229

3. RELATÓRIO RELATIVO AO GOVERNO DA SOCIEDADE

3.1 Missão, Objectivos e Políticas da empresa	234
3.2 Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	234
3.3 Informação sobre Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas	234
3.4 Informação sobre Outras Transacções	235
3.5 Indicação do Modelo de Governo e Identificação dos Membros dos Órgãos Sociais	236
3.6 Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	237
3.7 Análise da Sustentabilidade da Empresa nos domínios Económicos, Social e Ambiental	237
3.8 Avaliação sobre o grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo, devidamente fundamentada	240
3.9 Apresentação do Código de Ética	241
3.10 Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus activos, o qual deve abarcar todos os riscos relevantes pela Empresa	241
3.11 Identificação dos mecanismos adoptados com vista à prevenção de conflitos de interesses	242
3.12 Anexo relativo à Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	243

(Folha propositadamente deixada em branco)



1

Relatório do Conselho de Administração

BPN
Banco Português de Negócios, S.A.

1.1 Mensagem do Presidente

O exercício de 2009 coincidiu com um dos períodos mais difíceis da economia mundial, e do sistema financeiro internacional, desde a grande crise do final dos anos 20 do século passado.

A crise económica e financeira, iniciada no verão de 2007 no mercado imobiliário e hipotecário dos Estados Unidos da América, expandiu-se à escala mundial afectando de forma indelével a actividade produtiva, o emprego e, por conseguinte, o negócio bancário.

Todos os países desenvolvidos sofreram quebras de actividade significativas e Portugal não foi uma excepção.

Em 2009, a economia portuguesa viveu uma conjuntura macroeconómica extremamente difícil, traduzida numa recessão sem paralelo nas duas últimas décadas, com um crescimento negativo do PIB de cerca de 2,7%.

Foi neste contexto particularmente adverso que o novo Conselho de Administração tomou posse em Novembro de 2008, na sequência da nacionalização das acções representativas do capital social do Banco Português de Negócios, S.A., com a preocupação imediata de dar cumprimento ao disposto no respectivo diploma de nacionalização, designadamente em matéria de definição de objectivos de gestão que acautelassem os interesses dos depositantes, os interesses patrimoniais do Estado e a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Pretendeu-se, igualmente, reforçando o que vinha sendo praticado pela Administração anterior, contrariar práticas de gestão potencialmente lesivas dos clientes, das empresas e da credibilidade do sistema financeiro, bem como assegurar uma total cooperação com as autoridades judiciais competentes para investigar as questões criminais suscitadas pelo passado da instituição.

No início de 2009, com a promulgação do Decreto-Lei nº 5/2009, de 6 de Janeiro, foram aprovados os Estatutos do Banco Português de Negócios S.A., em execução do disposto no nº 2 do artigo 12º do regime jurídico de apropriação pública aprovado pela Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro. Além das alterações estritamente relacionadas com a titularidade do capital social do Banco, foram introduzidas alterações ao nível do modelo de fiscalização, passando a entidade a dispor de um conselho fiscal em lugar de um fiscal único, tendo sido eliminada a figura do conselho superior. Na definição do regime estatutário aprovado, adoptaram-se ainda as soluções jurídicas constantes do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março.

Concluídas que foram as principais etapas necessárias para um rigoroso diagnóstico da situação económica e financeira e o levantamento adequado da situação patrimonial do Grupo BPN, tendo presente a necessidade de se garantir em simultâneo o funcionamento da instituição, deu-se início ao projecto de definição dos objectivos do BPN conforme exigido pela Lei da nacionalização.

Foi assim desenvolvido um plano de trabalhos compreendendo uma sequência de actividades: (i) entendimento, validação e discussão da situação de partida; (ii) avaliação e discussão das alternativas estratégicas; (iii) definição do conceito estratégico e operacional; (iv) objectivos de gestão; (v) plano de implementação e reestruturação.

A metodologia adoptada tornou possível realizar-se uma apresentação de uma proposta ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, em Janeiro de 2009, com uma definição de objectivos de gestão para o BPN.

As conclusões deste trabalho apontavam para a realização de um Plano de Acção visando criar valor para o Banco, que passava, entre outras iniciativas, pelas seguintes: (i) plano de dinamização comercial; (ii) programa de redução de custos; (iii) venda de activos não estratégicos.

Como consequência, o Banco lançou desde essa data um conjunto de iniciativas visando estes domínios de actuação, bem como outros no âmbito de áreas como a auditoria interna ou a gestão da liquidez. No âmbito das principais iniciativas mencionadas, merecem destaque as seguintes:

Plano de dinamização comercial

Foi implementado um Plano de Desenvolvimento Comercial acompanhado por diversas campanhas de lançamento de novos produtos. Tendo por objectivo a optimização da rede e do modelo de balcões, desenvolveram-se diversos projectos estruturantes de âmbito comercial e tecnológico, assim como projectos de enfoque na informação de gestão e no desenvolvimento dos recursos humanos. Merece especial destaque a concretização de uma nova segmentação das redes de Agências e de Empresas e as acções de marketing e comunicação desenvolvidas ao longo de todo o exercício.

Programa de redução de custos

Com o objectivo de se incrementar a eficiência para níveis mais aproximados da média do mercado, iniciou-se um programa de redução de custos abrangendo uma base de *cash costs* de cerca de 92 milhões de euros.

No seguimento duma solicitação do Exmo. Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, datada de Abril de 2009, foi concluído, durante o mês de Junho, um relatório final com o aprofundamento das alternativas estratégicas para o BPN e da opção recomendada para o accionista.

O exercício de 2009 foi assim um ano em que se desenvolveram todo um conjunto de iniciativas conducentes ao identificar das soluções estratégicas adequadas para se assegurar a continuidade, e o equilíbrio financeiro, do Grupo.

O Decreto-Lei nº 2/2010, de 5 de Janeiro, veio entretanto aprovar a operação de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A., através da qual serão alienadas a totalidade das acções representativas do capital social do Banco. Esta operação será realizada directamente pelo Estado através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças e virá a concretizar-se mediante as modalidades de concurso público e de oferta de venda destinada exclusivamente aos trabalhadores do Grupo BPN nos termos definidos pelo mencionado diploma.

A operação de reprivatização, nos termos previstos no citado diploma, deverá assegurar, em conformidade com as orientações estratégicas para o Banco Português de Negócios S.A., a integral preservação do interesse patrimonial do Estado e dos interesses dos contribuintes, dos trabalhadores e dos depositantes.

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento ao accionista Estado, ao Banco de Portugal, à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e ao Instituto de Seguros de Portugal, ao Conselho Fiscal, ao Revisor Oficial de Contas e ao Auditor Externo, pela valiosa cooperação prestada no acompanhamento da actividade do Grupo BPN.

Uma última palavra para os colaboradores do BPN, a quem manifestamos o nosso apreço pelo elevado profissionalismo, espírito de colaboração e entrega que souberam prestar ao longo de todo o exercício.

1.2 Estrutura Accionista

A Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, veio decretar a nacionalização de todas as acções representativas do capital social do BPN – Banco Português de Negócios, S.A..

Para todos os efeitos legais, concretizou-se nessa data a transmissão para o Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de todas as acções representativas do capital social do BPN, livres de quaisquer ónus ou encargos.

O BPN adquiriu desta forma a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, continuando a reger-se pelas disposições legais que regulam a respectiva actividade, bem como pelos seus estatutos, na medida em que estes não contrariem o previsto no regime jurídico do sector empresarial do Estado.

1.3 Órgãos Sociais do BPN

Mesa da Assembleia-geral

Miguel Galvão Teles (Presidente)
Paulo Taveira de Sousa (Secretário)

Conselho de Administração

Francisco Manuel Marques Bandeira (Presidente)
Norberto Emílio Sequeira da Rosa (Vice-Presidente)
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso (Vogal)
Rui Manuel Correia Pedras (Vogal)
José Lourenço Soares (Vogal)
Mário Manuel Garcia Faria Gaspar (Vogal)
Jorge António Beja Pessoa (Vogal)

Conselho Fiscal

Pedro Rebelo de Sousa (Presidente)
Carlos Durães da Conceição (Vogal)
Maria Helena Maio Ferreira de Vasconcelos (Vogal)
Luís Miguel Silva Ribeiro (Suplente)
Ana Beatriz de Azevedo Dias Antunes Freitas (Suplente)

Revisor (Efectivo)

Oliveira Rego & Associados, SROC
Representada por Manuel de Oliveira Rego, ROC nº 46

Revisor (Suplente)

Oliveira Rego & Associados, SROC
Pedro Miguel Marques Antunes Bastos, ROC nº 1063

Auditores

Deloitte & Associados, SROC, S.A., Lda.

1.4 Organograma do Grupo BPN

GRUPO BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS				
	NACIONAL		INTERNACIONAL	
FINANCEIRAS	Banco Efisa, S.A.	100,0%	BPN Brasil Banco Múltiplo, S.A.	80,0%
	BPN Crédito, IFIC, S.A.	100,0%	BPN Cayman, Limited	100,0%
	BPN Gestão Activos, SGFIM, S.A.	100,0%	BPN IFI, S.A.	100,0%
	BPN Imofundos - Soc. Gestora de Fundos de Inv. Imob., S.A.	100,0%	BPN Participações Brasil Ltda	80,0%
	BPN Internacional, SGPS, S.A.	100,0%		
	BPN Madeira, SGPS, S.A.	100,0%		
	BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda	100,0%		
	BPN Serviços ACE	83,4%		
SEGUROS	Real Vida Seguros, S.A.	100,0%		
NÃO FINANCEIRAS	Adrave - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A.	6,4%	Acacia Real Estate	1,7%
	AMB, SGPS, S.A.	11,0%	ALC Leasing, S.A.R.L.	36,0%
	Astroimóvel, S.A.	100,0%	Banco África Ocidental	16,6%
	BPN Acções Europa - Fundo de Inv. Aberto	80,9%	BPN Crédits Brasil Promotora de Vendas, Ltda	100,0%
	BPN Acções Global - Fundo Inv. Aberto de Ac. Intern.	79,9%	Compras em Grupo Moçambique, S.A.R.L.	48,2%
	BPN Conservador - Fundo de Inv. Aberto de Obrig. a Taxa Variável	90,7%	Crossco (738) Ltd	52,1%
	BPN Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	100,0%	Disperfum, S.L.	14,2%
	BPN G.A. Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	94,1%	Fenton Ventures & Resources, Inc	30,0%
	BPN Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	93,1%	Greencyber	12,1%
	BPN Imomarinas - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	100,0%	Infrastructure Growth Capital Fund	0,3%
	BPN Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	99,1%	Investment & Credit Holdings, LLC	9,5%
	BPN Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	94,8%	Leverage India Fund, LLC	3,3%
	BPN Optimização - Fundo de Inv. Aberto Misto de Obrigações	67,8%	Logix Technopark	7,9%
	BPN Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	50,0%	Mindteck India, Ltd	3,2%
	BPN Taxa Fixa Euro - Fundo de Inv. Aberto de Obrig. de Tx Fixa	48,8%	Moçambique Companhia de Seguros	4,5%
	BPN Tesouraria - Fundo de Inv. Aberto de Tesouraria	28,1%	Nearent Iberica, S.L	20,0%
	BPN Valorização - Fundo de Inv. Aberto Misto de Acções	47,4%	Pay Up Holding BV	80,0%
	Calzeus - Calçado e Acessórios de Moda, S.A.	89,9%	Pay Up Ibéria, S.A.	100,0%
	Candal Parque, S.A.	100,0%	Pay Up Polska, S.A.	51,0%
	Carlife, S.A.	86,7%	Pay Up Romania, S.A.	100,0%
	CELFI SGPS, S.A.	20,0%	Pay Up Servia	100,0%
	Censosf - Centro de Saúde Ocupacional de S. Francisco, S.A.	70,0%	PayShop Moçambique, S.A.R.L.	20,0%
	Centro Hospitalar de S. Francisco, S.A.	51,0%	Tecneira Moçambique, S.A.	60,0%
	CHSF - Centro de Cardiologia de S. Francisco, S.A.	100,0%	Velmax	8,0%
	CHSF - Centro de Imagiologia, Lda	100,0%	Visa Inc. - Class C	0,3%
	CHSF - Consultoria de Gestão, Lda	100,0%		
	CHSF - Health Club, Lda	100,0%		
	CLIP Multi-Strategy	100,0%		
	Cofipor, SGPS, S.A.	79,0%		
	CoimbraVita - Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	11,1%		
	Concretope, S.A.	96,0%		
	Controlauto Açores Lda.	40,0%		
	Controlauto, S.A.	40,5%		
	Ecoleiria - Ecografia de Leiria, Lda	100,0%		
	Efisacar, S.A.	19,8%		
	Entigere - Entidade Gestora da Rede Multiserviços, S.A.	10,0%		
	Equigerax	0,9%		
	Ergorent - Aluguer e Comércio de Equip. e Serviços, S.A.	20,0%		
	Etoile Lusitana, S.A.	60,0%		
	Famigeste 2, SGPS, S.A.	10,0%		
	FCR Banco Efisa	30,0%		
	Fund Box - Sociedade Gestora de Fundos de Invest. Imobiliário, S.A.	9,9%		
	Fundo AXA FCP Outperformance	3,4%		
	Imagran - Laboratório de Imagiol. da Marinha Grande, Lda	90,0%		
	Imalis - Meios de diagnóstico de Imagiol. de Leiria, Lda	90,0%		
	ImoSocial - Fundo de Investimento Imobiliário	9,2%		
	Inegi - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	3,0%		
	InovCapital, S.A.	0,0%		
	Investimentos Dominiais Anglo Portugueses, S.A.	100,0%		
	Iteuve Portugal, Lda.	100,0%		
	Locageste - Aluguer e Participações, Lda	20,0%		
	Lugab - Gestão e Participações, S.A.	70,0%		
	Lusiaves, SGPS, S.A.	5,0%		
	Luso Carbon Fund	3,1%		
	Mercapital - Fundo Especial de Inv. Imobiliário Fechado	0,5%		
	Miguel Rangel, S.A.	55,0%		
	Monte da Quinta - Propriedades, Lda	100,0%		
	Nascimento & Sousa, Lda	90,0%		
	Nearent - Aluguer e Comércio de Equipamentos, S.A.	20,0%		
	New Energy Fund	6,0%		
	Nexpart, SGPS, S.A.	1,6%		
	Pasto Real	12,3%		
	Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	80,0%		
	PME Investimentos - Sociedade de Investimentos, S.A.	0,0%		
	Polimaia, SGPS, S.A.	25,9%		
	Portalmentar, S.A.	19,0%		
	PR&A Investimentos, SGPS, S.A.	26,1%		
	Precore II, S.A.	50,0%		
	Quatenaire Portugal - Consultoria para o Desenvolvimento, S.A.	16,4%		
	Schoolgest, SGPS, S.A.	16,0%		
	Sensorrent, S.A.	19,0%		
	SIBS - Forward Payment Solutions	0,4%		
	SLN - Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A.	1,5%		
	SMN, S.A.	21,2%		
	Sobrissul, S.A.	50,0%		
	SRE, S.A.	15,0%		
	TBZ, S.A.	50,0%		
	Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	0,3%		
	Wellness Spa Center, S.A.	45,4%		
	Zenregra - Unipessoal, Lda	100,0%		

1.5 Rede de Distribuição

Agências e Gabinetes de Empresa, por Distrito, em 31-12-2009



1.6 Enquadramento Económico

A Economia Mundial

O crescimento mundial foi negativo em 0,8% em 2009, o que acontece pela primeira vez desde o final dos anos trinta do século passado. A recessão económica foi mais profunda nas economias dos países mais desenvolvidos, onde se verificou uma contracção média do produto interno de 3,2% em 2009. Entre estas economias, a severidade da recessão foi maior no Japão (-5,3%) e na zona Euro (-3,9%), do que nos EUA (-2,5%).

A forte queda da economia mundial no último trimestre de 2008 manteve-se no primeiro trimestre de 2009, sendo que estes dois trimestres constituíram o período onde a quebra da actividade económica foi mais acentuada.

Por sua vez, o crescimento das economias emergentes foi positivo em 2,1%, mas tal representou uma desaceleração brusca da taxa de 6,1% registada em 2008, uma vez que estes países também foram afectados pela retracção do comércio mundial (queda de 12,3% em volume), a qual funcionou como mecanismo de transmissão, na economia real, dos efeitos da crise financeira que começou em 2008.

Entre os países emergentes, os valores mais expressivos de crescimento verificaram-se na China (8,6%) e na Índia (5,6%), à semelhança do que já tinha acontecido nos anos anteriores, o que evidencia a forte dinâmica de crescimento destes países.

Crescimento Económico	2008	2009	2010	2011
Economia Mundial	3,0	-0,8	3,9	4,3
<i>Países Desenvolvidos</i>	0,5	-3,2	2,1	2,4
E. U. A.	0,4	-2,5	2,7	2,4
Zona Euro	0,6	-3,9	1,0	1,6
Japão	-1,2	-5,3	1,7	2,2
<i>Economias Emergentes</i>	6,1	2,1	6,0	6,3
China	9,6	8,7	10,0	9,7
Brasil	5,1	-0,4	4,7	3,7
Índia	7,3	5,6	7,7	7,8

Fonte: FMI (Janeiro 2010)

Depois de um primeiro semestre muito negativo, a economia mundial começou a recuperar na segunda metade do ano, ajudada por uma conjugação de fortes estímulos orçamentais e financeiros, destinados a travar o aprofundamento da crise.

As políticas monetárias dos principais bancos centrais foram altamente expansionistas, com taxas de juro muito baixas, cedências quantitativas de liquidez e expansões significativas dos respectivos balanços.

As políticas orçamentais foram também muito expansivas, por força, não só do efeito dos estabilizadores automáticos e da necessidade de reequilibrar os sistemas financeiros de diversos países mas, também, pela aprovação de pacotes de medidas fiscais discricionárias, pacotes esses que o FMI, em documento que preparou para a cimeira dos G20 de Londres, encorajou que se situassem em cerca de 2% do PIB de cada país.

A recuperação do crescimento económico nas economias mais desenvolvidas deverá ser mais moderada do que nos períodos de saída das recessões anteriores, uma vez que os factores que encorajaram os consumidores destes países a consumir (fácil acesso ao crédito, mercado de trabalho estável e mais-valias no imobiliário e nos activos financeiros), não deverão agora estar presentes. Em contrapartida, o crescimento nas economias emergentes deverá ser bastante mais dinâmico, podendo contrabalançar parte do efeito anterior.

É agora possível dizer que a pronta actuação das autoridades monetárias e fiscais permitiu travar o agravamento da crise económica e esta acabou mesmo por ser menos grave, do que as previsões feitas durante a fase mais crítica da crise pelos principais organismos supranacionais.

A situação do sector financeiro a nível mundial não está ainda isenta de riscos, apesar da expectativa que os prejuízos totais no sector bancário possam vir a ser menores do que as estimativas do ano passado (em parte devido à recuperação das cotações dos activos financeiros) e da estabilização, entretanto verificada, nos mercados monetários e de capitais, com a correspondente redução do risco sistémico.

Tais riscos decorrem das fortes necessidades de refinanciamento dos balanços dos bancos nos mercados monetários e de capitais, bem como das perdas em empréstimos a particulares e a empresas que os bancos terão de absorver, sendo que, por outro lado, a transferência de riscos financeiros para os balanços dos sectores públicos de muitos países resultará em níveis de dívida pública mais elevados e dificultará a possibilidade dos Governos auxiliarem as respectivas economias, aumentando os riscos de nova instabilidade financeira no futuro.

O desafio para 2010 será fazer com que retirada dos estímulos fiscais e financeiros à economia ocorra à medida que a incerteza quanto à recuperação económica se reduza significativamente, não prejudicando a capacidade do sector privado da economia mundial crescer, sustentadamente, de forma autónoma das medidas económicas.

Mercados monetários

Durante o ano de 2009, a Reserva Federal dos EUA manteve em 0,25% a sua taxa de juro de cedência de liquidez ao sistema bancário, ao mesmo tempo que transmitia aos mercados financeiros sucessivas indicações da sua intenção de protelar a retirada do estímulo monetário com que enfrentou a crise financeira.

Para contrariar a tendência de retracção da concessão de crédito ao sector privado da economia, a autoridade monetária norte-americana foi aumentando a cedência quantitativa de liquidez através de compras de dívida pública, de títulos hipotecários e de obrigações das instituições de crédito imobiliário de origem governamental. Desta forma, o balanço financeiro da Reserva Federal mais do que duplicou em relação ao seu nível anterior à crise financeira.

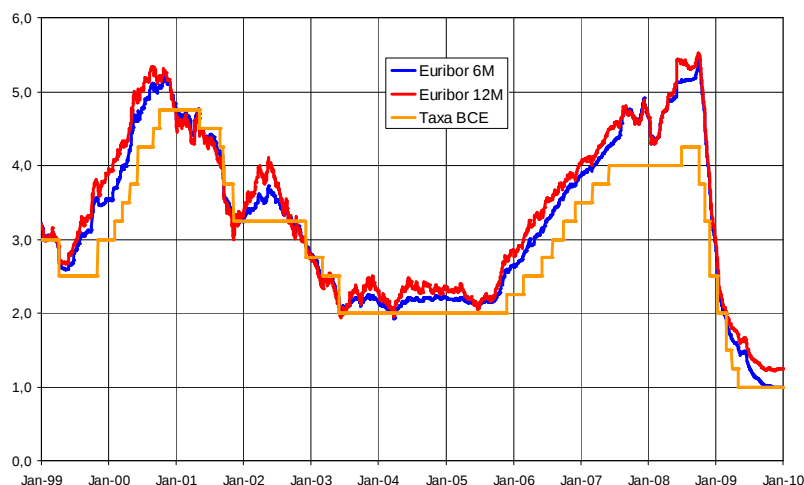
Em consequência disso e da normalização das condições dos mercados monetários, as Libors de 6 e de 12 meses reduziram-se, respectivamente, para 0,43% e para 0,98%, no final de 2009.

Em simultâneo, implementando a legislação TARP que já tinha sido aprovada em 2008, o Tesouro dos EUA procedeu à compra de activos financeiros “tóxicos” e a injeções de capital em diversos bancos, de forma a estabilizar o sector financeiro. Em face das limitações impostas pela intervenção do Governo ao nível da governação dos bancos, estes tentaram, logo que possível, reembolsar ao Tesouro o capital recebido no âmbito deste programa.

No início de 2009, o BCE reduziu a sua taxa de cedência de fundos, por quatro vezes, passando de 2,5% para os 1%, logo em 7 de Maio, reagindo assim à queda acentuada da actividade económica no primeiro semestre.

A redução da taxa aplicável às operações de refinanciamento de curto prazo teve como consequência a descida de quase dois pontos percentuais nas taxas euribors, ao longo do ano, com a taxa a 12 meses a passar dos 3,05% para os 1,25% no final de Dezembro e a taxa de 6 meses a fechar o ano em 0,99%, em cima da taxa directora.

Embora em menor escala do que a Reserva Federal e ou que o Banco de Inglaterra, o BCE também procedeu à expansão do seu balanço aceitando colateral de menor qualidade como contrapartida das suas cedências de liquidez e alargou os prazos dos fundos concedidos, nas operações de refinanciamento dos bancos, os quais chegaram aos doze meses.

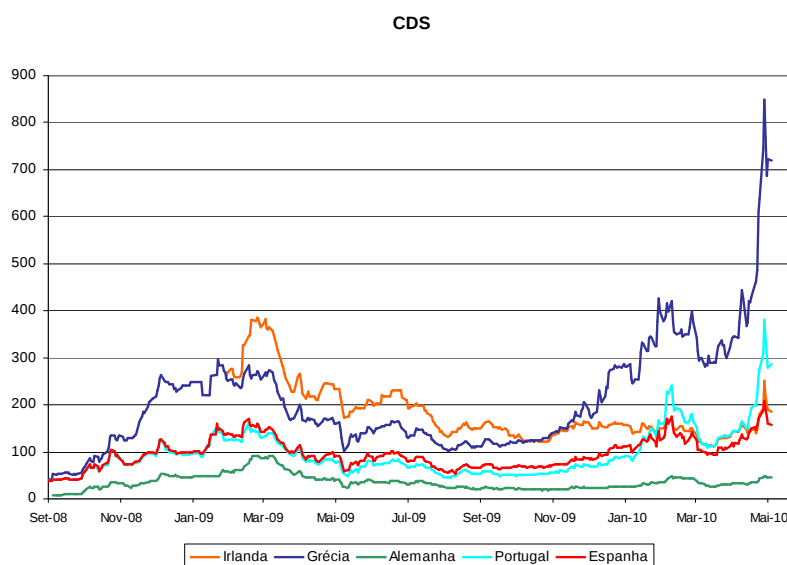


Mercados de capitais

Depois da queda de 40% verificada em 2008, os mercados accionistas recuperaram cerca de 25% em 2009 muito embora, no início do ano, a evolução dos índices bolsistas se tenha continuado a ressentir da quebra acentuada da economia, até que, a partir de Março, os mercados financeiros iniciaram uma forte recuperação. Em 2009, as valorizações bolsistas foram muito acentuadas nas empresas de tecnologia, de matérias primas e de mercados emergentes.

Nos mercados obrigacionistas há a registar uma subida das taxas da dívida pública (mais acentuada nos EUA do que na zona Euro), apesar destas taxas se manterem em níveis historicamente baixos.

Em contrapartida, os “spreads” de risco das obrigações de empresas registaram reduções muito significativas, a partir do segundo trimestre, antecipando o início da retoma económica. O mesmo se passou inicialmente com os diferenciais de taxa entre as obrigações de créditos soberanos. No entanto, no final de 2009, as preocupações com os défices orçamentais muito elevados voltaram aos mercados financeiros, tendo a Grécia substituído a Irlanda no topo dos maiores riscos da zona Euro, na perspectiva dos investidores nos mercados de dívida pública.



A Economia Portuguesa

Segundo as últimas projecções do Banco de Portugal, o produto interno bruto da economia portuguesa decresceu 2,7%, em volume, durante 2009, valor que apesar de muito negativo acabou por ser melhor do que as projecções mais negativas que foram realizadas no início do ano. À excepção do consumo público que aumentou 2,0%, todas as outras componentes do produto interno bruto tiveram variações negativas em 2009.

Apesar do contributo positivo (+0,5%) da procura externa para o crescimento económico, o impacto desfavorável da procura interna (-3,2%), impulsionou a taxa de queda da economia.

Portugal	2009	2010	2011
Produto Interno Bruto	-2,7	0,7	1,4
Consumo privado	-0,9	1,0	1,6
Consumo público	2,0	0,7	1,1
Formação bruta de capital fixo	-11,7	-3,4	0,9
Procura interna	-2,9	0,3	1,4
Exportações	-12,5	1,7	3,2
Importações	-10,8	0,3	2,7
Contributo para o PIB (em p.p.)			
Procura interna	-3,2	0,3	1,5
Exportações líquidas	0,5	0,4	-0,1
Balança Corrente e de Capital (% PIB)	-8,2	-9,8	-11,3
Balança Bens e Serviços (% PIB)	-6,5	-6,8	-7,0
Inflação (IHPC)	-0,9	0,7	1,6

Fonte: Banco de Portugal (Janeiro 2010)

Entre as componentes da procura interna que retraiu 2,9%, há que mencionar a contracção (-0,9%) no consumo privado, o qual foi afectado pela evolução negativa do mercado de trabalho.

A formação bruta de capital fixo, que caiu 11,7%, foi ainda mais negativa para a evolução da procura interna. Tal propensão negativa das empresas para investir resultou das baixas utilizações de capacidade produtiva e das fortes diminuições das respectivas margens de lucro, por via da elevação dos custos unitários de produção e da dificuldade de aumentar preços de venda.

Por sua vez, as exportações tiveram uma redução muito significativa (12,5%), a uma taxa de variação sensivelmente igual à contracção verificada no comércio mundial. O comportamento das importações (-10,8%) reflectiu a evolução desfavorável da procura interna, mas também das próprias exportações, por força da integração das empresas portuguesas em determinadas fileiras internacionais de produção, nomeadamente no sector automóvel.

As previsões do Banco de Portugal para 2010, apontam para retoma da expansão da economia portuguesa, embora a uma taxa modesta, sendo a estimativa para o PIB de crescimento de 0,7% no ano, em linha com as previsões para a zona Euro. De referir que a primeira estimativa para a taxa de crescimento do PIB no quarto trimestre de 2009 aponta para uma estabilização relativamente ao trimestre anterior, o que poderia marcar o fim da recessão em Portugal.

Inflação e Desemprego

Segundo os dados do INE, em 2009 a taxa de inflação média portuguesa foi negativa em 0,9%, quando medida pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC).

Tal valor traduz uma situação de deflação moderada, a qual compara com a inflação de 2,7% que se tinha verificado em 2008. Para além da redução generalizada dos preços, a queda do nível médio de preços, em 2009, reflecte as dificuldades que os produtores tiveram em aumentar os preços dos seus produtos e serviços, em consequência da grande concorrência e da baixa utilização de capacidade produtiva.

Em 2009, a taxa média de desemprego foi de 9,5% em Portugal, aumentando de uma taxa de 7,6% em 2008. A tendência de agravamento deste indicador continuou durante todo o ano, com o desemprego a chegar, no último trimestre do ano, aos 10,1% da população activa, o que acontece pela primeira vez nos últimos trinta anos.

Não só aumentou o número de desempregados (+28,7% em termos homólogos), como a própria população empregada decresceu 2,8%, em média, no ano transacto. É de registar uma recuperação ligeira (+0,1%) deste indicador, no quarto trimestre de 2009.

Apesar da situação do mercado de trabalho, o índice de custo do trabalho (corrigido do número de dias úteis e excluindo a administração pública) aumentou 3,7% em 2009, moderando apenas muito ligeiramente o aumento verificado no ano anterior (4,3%).

Finanças públicas

Durante o ano de 2009, o défice das administrações públicas portuguesas atingiu os 9,3% do PIB, na óptica da contabilidade nacional, enquanto o peso da dívida pública chegou aos 76,6% da riqueza nacional produzida num ano.

Para o ano de 2010, a proposta de orçamento de Estado aponta para um valor do défice público de 8,3% e para que o rácio de dívida pública se eleve aos 85,4%. À semelhança das principais economias mundiais, a crise económica e financeira levará a que o peso da dívida pública portuguesa no PIB venha a aumentar entre 15 e 20 pontos percentuais, no triénio entre o final de 2008 e 2011.

A despesa corrente primária do Estado registou um crescimento moderado de 4,5%, embora corrigindo a amortização do défice tarifário do sector eléctrico no ano anterior, este valor passa para 5,8%. Como é habitual em recessões, a receita fiscal teve uma quebra (-13,9%), superior ao recuo da actividade económica, mesmo descontando o efeito das medidas discricionárias de combate à crise económica que foram implementadas durante o ano. Entre os impostos que geram mais receita, as maiores quedas registaram-se no IRC (-23,8%) e no IVA (-18,9%).

Sistema bancário

Em consequência da recessão económica a taxa de crescimento anual dos empréstimos bancários concedidos ao sector não monetário foi apenas de 2,2%, valor esse que tinha sido de 7,7% em 2008 e de 10,7% em 2007.

O crédito ao sector privado não financeiro aumentou 2,1% em 2009, o que compara com uma subida de 7,1% no ano anterior.

Os empréstimos concedidos a empresas não financeiras aumentaram 1,9%, enquanto que os empréstimos concedidos a particulares cresceram 2,3% no ano findo. A taxa de crescimento dos empréstimos às instituições financeiras não monetárias registou uma desaceleração mais significativa passando de 17,6% em 2008, para os 4,2% em 2009.

Entre os empréstimos a particulares é de registar a queda ligeira do montante de crédito ao consumo (-0,9%) e o aumento de 2,6% do crédito concedido para a aquisição de habitação.

A qualidade da carteira de crédito dos bancos portugueses deteriorou-se em 2009, com a recessão económica a afectar as empresas e a taxa de desemprego que a superar os 10%. A taxa de incumprimento entre as empresas atingiu os 3.9% do total do crédito concedido, sobretudo entre as mais cíclicas (construção e imobiliário), apesar da redução das taxas de juro activas que acompanharam a queda das taxas de juro no mercado monetário. Entre os particulares, o peso dos incobráveis chegou aos 2.65%. Ambas as taxas situavam-se abaixo dos 2%, ainda em meados do ano anterior.

É de registar que o valor médio da avaliação bancária associada ao crédito à habitação se fixou em 1.154 euros/m², no 4º Trimestre de 2009. Este valor registou uma redução de 2,6% face ao período homólogo do ano anterior.

Contas externas

Em 2009, o somatório dos défices das balanças corrente e de capital foi de 8.2% do PIB, reduzindo-se do nível de 10.5% que tinha sido atingido em 2008. Tal foi possível, por via da evolução mais favorável da balança de bens e serviços.

Este défice que tem como contrapartida as necessidades de financiamento externo da economia portuguesa, ganhou uma importância acrescida em face da instabilidade gerada pelo actual cenário de preocupação dos mercados financeiros internacionais, com o risco da dívida soberana de alguns países.

Para 2010, as previsões do Banco de Portugal apontam para uma deterioração deste importante indicador, a qual resultará da acumulação de dívida externa pela economia portuguesa e da previsível subida das taxas de juro de mercado, mitigada pela estabilização do défice da balança de bens e serviços.

1.7 Análise Financeira da Actividade Consolidada

1.7.1 Resultado e Rendibilidade

No final do exercício de 2009, os resultados líquidos consolidados do Grupo BPN traduziram-se num prejuízo de 216.584 milhares de euros, em comparação com os 575.238 milhares de euros de prejuízo obtidos no exercício anterior.

Os resultados foram afectados, negativamente, pelo comportamento da margem financeira e das comissões líquidas, e pelo reconhecimento de imparidade do crédito durante o exercício. A melhoria verificada no comportamento dos resultados em operações financeiras, e a redução verificada nos custos operacionais, foi insuficiente para compensar aqueles impactos negativos, dando origem assim ao prejuízo no exercício referido no parágrafo anterior.

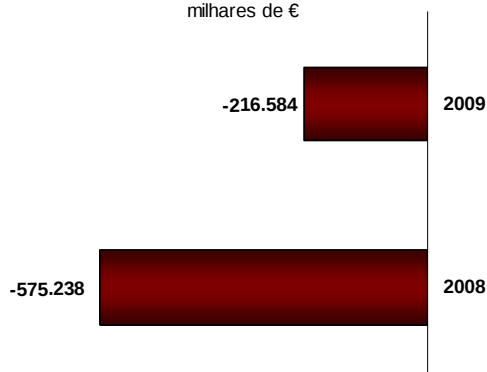
Demonstração de Resultados (Consolidados)

milhares de €

	2008	2009	Var
Margem financeira	108.865	90.013	-17,3%
Rendimentos de Instrumentos de Capital	2.071	1.012	-51,1%
Comissões líquidas	40.434	31.065	-23,2%
Resultados em operações financeiras	-105.868	18.552	117,5%
Resultados líquido de resseguro	-4.103	870	121,2%
Outros Resultados do Exploração	49.291	13.055	-73,5%
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	90.690	154.567	70,4%
Custos operacionais	275.798	221.468	-19,7%
Provisões e imparidade	383.751	130.386	-66,0%
Resultado de associadas	-1.975	-21.572	-992,1%
Resultado antes de impostos	-570.834	-218.859	61,7%
Imposto	9.035	1.366	-84,9%
Interesses minoritários	4.631	3.641	-21,4%
Resultado Consolidado	-575.238	-216.584	62,3%

Resultado Consolidado

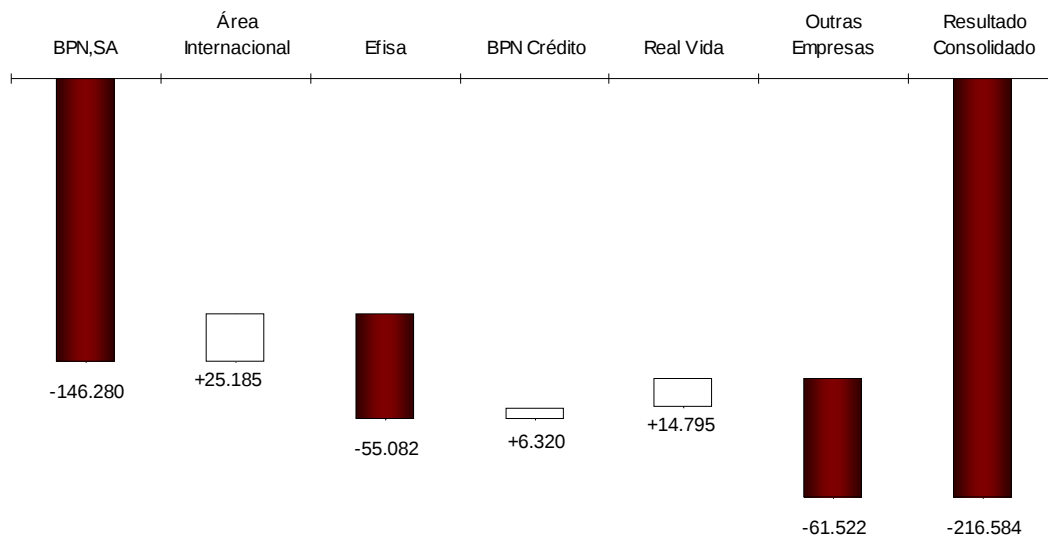
milhares de €



Para o resultado consolidado, contribuiu negativamente a actividade do BPN com um resultado líquido negativo de 146.280 milhares de euros. De salientar ainda o contributo negativo por parte do Banco Efisa (-55.082 milhares de euros).

Contributo de cada empresa para o Resultado Consolidado de 2009

milhares de €

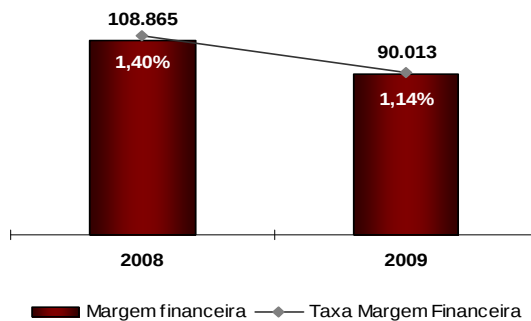


A margem financeira diminuiu 17,3%, de 108.865 milhares de euros em 2008 para 90.013 milhares de euros no final de 2009. A taxa da margem financeira desceu de 1,4% para 1,14%.

A evolução negativa da margem financeira reflecte o impacto da descida das taxas de juro de curto prazo, verificada a partir do quarto trimestre de 2008, bem como o perfil da carteira de crédito, cuja taxa de crédito vencido, que no final do ano transacto era de 6,2%, acabou por se situar em 15,8% no final de 2009.

Margem Financeira

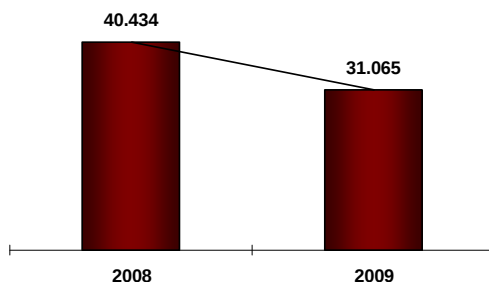
milhares de €



As comissões líquidas totalizaram 31.065 milhares de euros o que representou uma queda de 9.369 milhares de euros, ou seja, menos 23% do valor obtido no exercício anterior.

Comissões Líquidas

milhares de €



Os resultados em operações financeiras cifraram-se em 18.552 milhares de euros face a um resultado negativo de 105.868 milhares de euros no ano precedente. Este comportamento positivo, face a um ano anterior com perdas muito elevadas nas diversas carteiras, entretanto sanadas, explica-se em grande parte pelos resultados cambiais, designadamente do que decorreu da operativa das unidades internacionais.

Resultados em Operações Financeiras

milhares de €

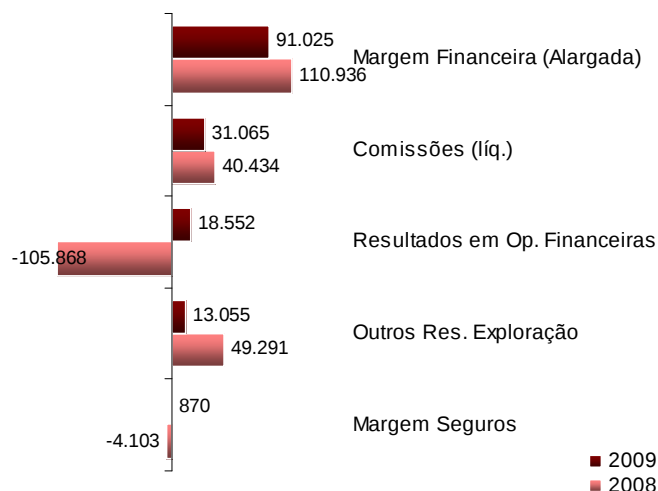
	2008	2009	Var
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-107.133	-8.090	92,4%
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	811	1.985	144,8%
Resultados de reavaliação cambial	-12.850	25.117	295,5%
Resultados de alienação de outros activos	13.304	-460	-103,5%
Total	-105.868	18.552	117,5%

A margem técnica da actividade de seguros fixou-se num resultado positivo de 870 milhares de euros, contra um valor negativo de 4.103 milhares de euros no ano transacto.

Os outros resultados de exploração apresentaram um comportamento negativo, ao diminuírem 36.236 milhares de euros (-73,5%) face ao ano anterior, alcançando um total de 13.055 milhares de euros no final de 2009.

Considerando o comportamento descrito das margens financeira e complementar, o produto da actividade bancária e seguradora em 2009 registou um significativo acréscimo de 70,4% relativamente ao ano de 2008, cifrando-se num montante de 154.567 milhares de euros, comparado com um montante de 90.690 milhares de euros no ano anterior.

Produto da Actividade Bancária e Seguradora
milhares de €



Os custos operacionais somaram 221.468 milhares de euros, registando uma diminuição de 54.330 milhares de euros (-19,7%), comportamento que resulta das reduções verificadas nos custos com pessoal (-20,5%), nos gastos gerais administrativos (-21,8%) e nas amortizações do exercício (-7,7%).

Foi possível obter-se no exercício de 2009 resultados positivos no comportamento dos custos de pessoal. As políticas implementadas conduziram a uma redução de 27.073 milhares de euros nesta rubrica (-20,5%), que, desta forma, se fixou num total de 105.205 milhares de euros.

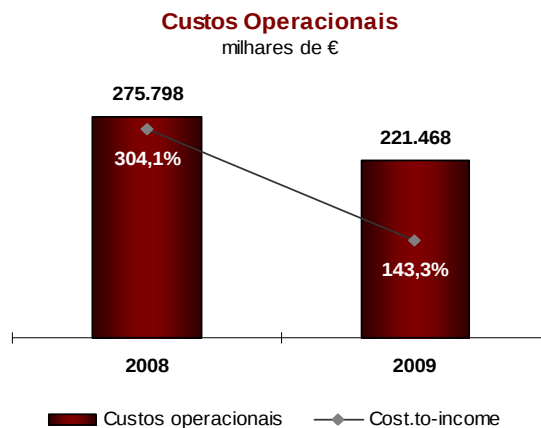
A política de contenção de custos, prosseguida ao longo de 2009, permitiu ainda uma diminuição significativa dos gastos gerais administrativos, 25.098 milhares de euros (-21,8%), que totalizaram 90.259 milhares de euros no final do exercício.

As amortizações diminuíram 2.158 milhares de euros (-7,7%) face ao ano anterior, situando-se no final do exercício em 26.004 milhares de euros.

Custos Operacionais

Milhares de €

	2008		2009		Var
	2008	%	2009	%	
Custos com pessoal	132.278	48,0%	105.205	47,5%	-20,5%
Gastos gerais administrativos	115.357	41,8%	90.259	40,8%	-21,8%
Amortizações do exercício	28.162	10,2%	26.004	11,7%	-7,7%
Custos operacionais	275.798	100,0%	221.468	100,0%	-19,7%
Custos operacionais / Produto bancário (cost-to-income)	304,1%		143,3%		
Custos com pessoal / Produto bancário	145,9%		68,1%		
Custos Operacionais / Activo líquido Médio	3,5%		2,8%		

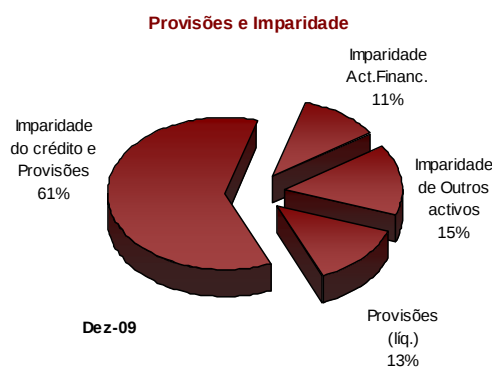


A dotação para provisões e a imparidade ascenderam, no seu conjunto, a 130.386 milhares de euros, correspondente a uma diminuição de 253.365 milhares de euros (-66,0%) face ao ano precedente. A imparidade do crédito, líquida de reversões, cifrou-se em 79.667 milhares de Euros.

Provisões e Imparidades
milhares de €

	2008		2009		Var
	2008	%	2009	%	
Provisões líq. de reposições e anulações					
Provisões para contingências fiscais	-		-990		-
Provisões para encargos com benefícios empregados	16		12		-25,0%
Provisões para garantias e compromissos assumidos	3.551		857		-75,9%
Outras provisões	135.864		17.415		-87,2%
	139.431	36,3%	17.294	13,3%	-87,6%
Imparidade do crédito					
Para Crédito de Cobrança Duvidosa	-26.581		-192.421		-623,9%
Para Crédito Vencido e Outras	157.130		269.678		71,6%
Outras	-		2.410		-
	130.549	34,0%	79.667	61,1%	-39,0%
Imparidade de outros activos					
Activos Financeiros	90.191		13.845		-84,6%
Devedores diversos	160		-30		-118,9%
Títulos	90.031		13.875		-84,6%
Outros activos	23.580		19.580		-17,0%
	113.771	29,6%	33.425	25,6%	-70,6%
Total	383.751	100,0%	130.386	100,0%	-66,0%

Provisões e Imparidade



1.7.2 Evolução do Balanço

O activo líquido do Grupo BPN totalizou 7.510.564 milhares de euros no final de 2009, o que corresponde a uma diminuição de 677.469 milhares de euros (-8,3%) face ao final do ano anterior. Para esta variação contribuíram a diminuição de aplicações em instituições de crédito e em participações e imobilizado.

O valor do passivo, que no final de 2009 era de 9.523.982 milhares de euros, registou uma quebra de 2,9% face ao valor verificado em 2008. De destacar o aumento da rubrica de responsabilidades representadas por títulos, com mais 2.511.767 milhares de euros (+249,0%) e a diminuição dos débitos para com clientes, com menos 1.921.594 milhares de euros (-37,5%).

Evolução das Rúbricas de Balanço

milhares de €

	2008	2009	Var
Activo			
Activos monetários e créditos a I.C.	858.268	592.377	-31,0%
Activos financeiros	362.222	448.054	23,7%
Crédito a clientes	5.278.384	5.189.743	-1,7%
Participações e imobilizado	975.538	699.645	-28,3%
Outros Activos	713.621	580.745	-18,6%
	8.188.033	7.510.564	-8,3%
Passivo e Capitais Próprios			
Débitos para com Bancos Centrais e I.C.	2.220.273	1.760.476	-20,7%
Débitos para com Clientes	5.128.262	3.206.668	-37,5%
Passivos financeiros	55.801	62.402	11,8%
Responsabilidades representadas por títulos	1.008.563	3.520.330	249,0%
Dívida subordinada	246.675	245.443	-0,5%
Outros passivos	1.152.644	728.663	-36,8%
	9.812.218	9.523.982	-2,9%
Capitais próprios	-1.624.185	-2.013.418	-24,0%
	8.188.033	7.510.564	-8,3%

A carteira de títulos registou um aumento de 85.832 milhares de euros (+23,7%) face ao ano anterior, cifrando-se em 448.054 milhares de euros quando no final de 2008 se tinha situado em 362.222 milhares de euros. Este aumento é explicado, em grande parte, pela valorização da carteira de títulos e a compra de UP's de fundos de investimento imobiliários.

Activos Financeiros

milhares de €

	2008		2009		Var
	2008	%	2009	%	
Activos financeiros detidos para negociação					
Obrigações	34.564	9,5%	40.175	9,0%	16,2%
Ações	10.542	2,9%	13.962	3,1%	32,4%
Outros títulos	5.767	1,6%	220	0,0%	-96,2%
Instrumentos derivados	21.180	5,8%	24.370	5,4%	15,1%
	72.053	19,9%	78.727	17,6%	9,3%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados					
Obrigações	14.926	4,1%	-	0,0%	-100,0%
Outros títulos	11.590	3,2%	38.185	8,5%	229,5%
	26.516	7,3%	38.185	8,5%	44,0%
Activos financeiros disponíveis para venda					
Obrigações	237.061	65,4%	299.993	67,0%	26,5%
Ações	37.980	10,5%	54.899	12,3%	44,5%
Outros títulos	9.556	2,6%	11.914	2,7%	24,7%
Imparidade	-20.944	-5,8%	-53.182	-11,9%	-153,9%
	263.653	72,8%	313.624	70,0%	19,0%
Investimentos detidos até à maturidade					
	-	0,0%	17.518	3,9%	-
Total	362.222	100,0%	448.054	100,0%	23,7%

O crédito a clientes (bruto) alcançou, no final de 2009, os 6.913.359 milhares de euros, o que representou um incremento de 161.655 milhares de euros (+2,4%) face ao valor apresentado no final do ano transacto. Para a variação no valor do crédito a clientes (bruto) contribuiu a integração, no primeiro trimestre de 2009, de activos que se encontravam fora do perímetro de consolidação do Grupo BPN.

No final de 2009, o acumulado da imparidade do crédito a clientes atingiu os 1.723.616 milhares de euros, o que traduz um aumento de 250.296 milhares de euros (+17,0%) face ao saldo verificado no final de 2008.

Por segmentos, e em termos consolidados, o crédito a clientes distribuiu-se nos moldes descritos no quadro seguinte.

Crédito a Clientes por Segmentos Financeiros

milhares de €

	2008	2009	Var
Crédito Vencendo			
Particulares	1.215.049	1.218.484	0,3%
Crédito à Habitação	400.389	433.437	
Crédito ao Consumo	437.497	460.413	
Efeitos	26.626	13.914	
Empréstimos	135.033	155.609	
Créditos em conta corrente	149.417	100.975	
Descobertos em depósitos à ordem	19.168	19.853	
Operações de locação financeira	696	614	
Outros créditos	46.223	33.669	
Empresas	4.883.335	4.561.138	-6,6%
Efeitos	219.309	135.301	
Empréstimos	1.705.524	2.003.617	
Créditos em conta corrente	1.908.350	1.449.765	
Descobertos em depósitos à ordem	543.708	521.932	
Factoring	67.591	53.657	
Operações de locação financeira	269.086	263.623	
Outros	169.767	133.243	
Outros Créditos e correcções	237.061	38.230	-83,9%
Crédito Vencido	416.259	1.095.507	163,2%
Particulares	66.882	142.032	
Empresas	340.813	949.483	
Outros	8.564	3.992	
Crédito Bruto	6.751.704	6.913.359	2,4%
Imparidade	1.473.320	1.723.616	17,0%
Crédito Líquido	5.278.384	5.189.743	-1,7%

Relativamente à qualidade dos activos, verificou-se que o rácio de crédito vencido com mais de 90 dias face ao crédito total veio a fixar-se em 11,3% (4,0% em Dezembro de 2008).

O rácio de crédito vencido total foi de 15,8%, o que traduz um crescimento muito significativo face aos 6,2% verificados no ano anterior. O rácio do crédito com incumprimento, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, sofreu um aumento no período de 4,9% para 14,8%.

No final do exercício de 2009, a cobertura do crédito vencido estava em 157,3% e a cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias fixou-se em 221,1%.

Qualidade do Crédito a Clientes

milhares de €

	2008	2009	Var
Crédito Total	6.751.704	6.913.359	2,4%
Imparidade Acumulada	1.473.320	1.723.616	17,0%
Crédito Total Líquido	5.278.384	5.189.743	-1,7%
Crédito Vencido	416.259	1.095.507	163,2%
Crédito Vencido há mais de 90 dias	268.527	779.398	190,2%
Crédito de Cobrança duvidosa ¹	64.312	240.428	273,8%
Crédito com Incumprimento	332.839	1.019.826	206,4%
Crédito vencido / Crédito total	6,2%	15,8%	
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	4,0%	11,3%	
Crédito em Incumprimento / Crédito total	4,9%	14,8%	
Cobertura do Crédito Vencido	353,9%	157,3%	
Cobertura do Crédito Vencido há mais de 90 dias	548,7%	221,1%	
Cobertura do Crédito com Incumprimento	442,7%	169,0%	
Cobertura do Crédito Total	21,8%	24,9%	

¹ Crédito de cobrança duvidosa classificado como crédito vencido para efeitos de provisionamento
[aplicação da alínea a) do nº 1 de nº 4 do Aviso 3/95]

Durante o ano de 2009, os recursos de clientes sofreram uma quebra muito acentuada, um montante de 1.921.594 milhares de euros (-37,5%), relativamente ao final do ano anterior, vindo a totalizar um saldo de 3.206.668 milhares de euros.

Recursos de Clientes

milhares de €

	2008		2009		Var
	2008	%	2009	%	
Depósitos à ordem	896.349	17,5%	611.454	19,1%	-31,8%
Depósitos a prazo	4.035.705	78,7%	2.446.847	76,3%	-39,4%
Depósitos poupança	69.709	1,4%	44.158	1,4%	-36,7%
Outros Recursos	126.499	2,5%	104.209	3,2%	-17,6%
Total	5.128.262	100,0%	3.206.668	100,0%	-37,5%

A descida no volume de depósitos captados está na origem do crescimento verificado na rubrica de responsabilidades representadas por títulos, um acréscimo de 2.511.767 milhares de euros, consubstanciada em emissões de papel comercial que vieram a colmatar as necessidades de *funding* emergentes nesse contexto.

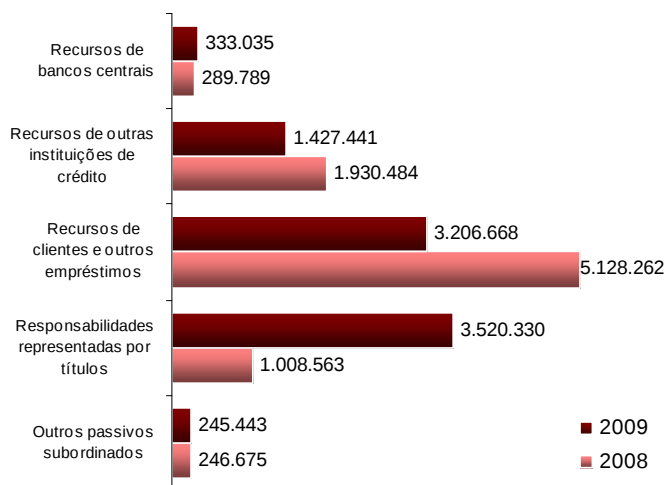
Estrutura do Financiamento

milhares de €

	2008		2009		Var
	2008	%	2009	%	
Recursos de bancos centrais	289.789	3,4%	333.035	3,8%	14,9%
Recursos de outras instituições de crédito	1.930.484	22,4%	1.427.441	16,3%	-26,1%
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.128.262	59,6%	3.206.668	36,7%	-37,5%
Responsabilidades representadas por títulos	1.008.563	11,7%	3.520.330	40,3%	249,0%
Outros passivos subordinados	246.675	2,9%	245.443	2,8%	-0,5%
Total	8.603.773	100,0%	8.732.917	100,0%	1,5%

Estrutura de Financiamento

milhares de €



Os capitais próprios totalizaram um montante negativo de 2.013.418 milhares de euros, reflectindo uma diminuição de 389.233 milhares de euros (-24,0%) face a Dezembro de 2008.

Capitais próprios

milhares de €

	2008	2009	Var
Capital	380.000	380.000	-
Prémios de emissão	6.790	6.790	-
Reservas de reavaliação	358	3.690	931,0%
Outras reservas e resultados transitados	-1.641.811	-2.220.536	-35,2%
Reservas de conversão cambial	7.962	2.419	-69,6%
Resultado líquido	-575.238	-216.584	62,3%
Interesses minoritários	197.754	30.803	-84,4%
Total	-1.624.185	-2.013.418	-24,0%

1.8 Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f), do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 220.103.006 euros, seja totalmente transferido para Resultados Transitados.

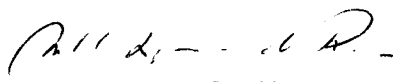
O Resultado Consolidado foi negativo em 216.584 milhares de euros.

Porto, 6 de Maio de 2010

Conselho de Administração



O Presidente
Francisco Manuel Marques Bandeira



Vice-Presidente
Norberto Emilio Sequeira da Rosa



Vogal
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso



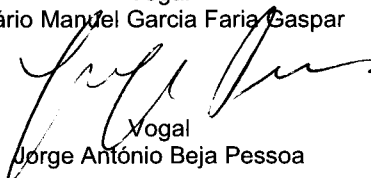
Vogal
Rui Manuel Correia Pedras



Vogal
José Lourenço Soares



Vogal
Mário Manuel Garcia Faria Gaspar



Vogal
Jorge António Beja Pessoa

Anexo I

Para efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, a posição accionista dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, no exercício de 2009, era a seguinte:

Francisco Manuel Marques Bandeira

Não possuía em 1 de Janeiro de 2009, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2009, quaisquer acções.

Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Não possuía em 1 de Janeiro de 2009, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2009, quaisquer acções.

Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

Não possuía em 1 de Janeiro de 2009, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2009, quaisquer acções.

Rui Manuel Correia Pedras

Não possuía em 1 de Janeiro de 2009, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2009, quaisquer acções.

José Lourenço Soares

Não possuía em 1 de Janeiro de 2009, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2009, quaisquer acções.

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Não possuía em 1 de Janeiro de 2009, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2009, quaisquer acções.

Jorge António Beja Pessoa

Não possuía em 1 de Janeiro de 2009, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2009, quaisquer acções.

Anexo II

Para efeitos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, as participações dos accionistas eram, à data do encerramento do exercício, as seguintes:

Accionistas com, pelo menos, metade do capital social:

Estado Português.

Accionistas com, pelo menos, um terço do capital social:

Nada a referir.

Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital social:

Nada a referir.

(Folha propositadamente deixada em branco)

1.9 Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2009		2008		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2009	2008
		Activo bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido (proforma)				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	155.382	-	155.382	183.645	Recursos de bancos centrais	17	70.179	20.003
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	166.834	-	166.834	165.035	Passivos financeiros detidos para negociação	10	65.206	55.788
Activos financeiros detidos para negociação	6	25.478	(55)	25.423	22.985	Recursos de outras instituições de crédito	17	1.648.361	2.250.077
Activos financeiros disponíveis para venda	7	1.111.778	(272.717)	839.061	689.322	Recursos de clientes e outros empréstimos	18	2.963.890	4.469.204
Aplicações em instituições de crédito	8	917.437	(4)	917.433	917.227	Responsabilidades representadas por títulos	19	3.028.336	22.441
Crédito a clientes	9	6.115.030	(1.541.177)	4.573.853	4.402.737	Passivos financeiros associados a activos transferidos	20	407.429	580.345
Activos não correntes detidos para venda	11	62.019	(12.185)	49.834	-	Derivados de cobertura	10	-	3
Outros activos tangíveis	12	76.545	(48.753)	27.792	34.039	Provisões	21	412.238	594.802
Activos intangíveis	13	12.539	(10.341)	2.198	4.408	Passivos por impostos correntes	15	280	4
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14	108.187	(91.600)	16.587	51	Passivos por impostos diferidos	15	-	2.719
Activos por impostos correntes	15	-	-	-	2.324	Outros passivos subordinados	22	245.443	246.675
Outros activos	16	180.144	(111.701)	68.443	131.973	Outros passivos	23	68.928	170.629
						Total do passivo		8.910.290	8.412.690
						Capital	24	380.000	380.000
						Prémios de emissão	25	6.790	6.790
						Reservas de reavaliação	25	11.955	358
						Outras reservas e resultados transitados	25	(2.246.092)	(1.685.624)
						Resultado do exercício	25	(220.103)	(560.468)
						Total do capital próprio		(2.067.450)	(1.858.944)
Total do activo		8.931.373	(2.088.533)	6.842.840	6.553.746	Total do passivo e do capital próprio		6.842.840	6.553.746

O anexo faz parte integrante destes balanços.


 21 de Dezembro de 2009
 José Luís Soares
 Presidente do Conselho de Administração
 José Luís Soares
 Presidente do Conselho de Administração

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

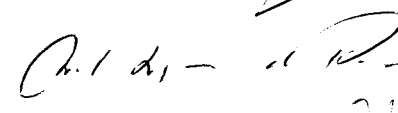
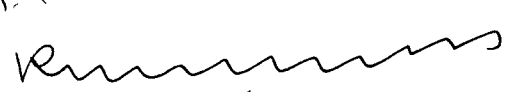
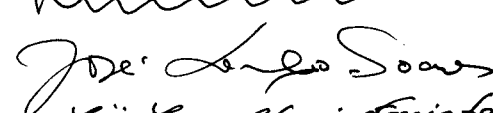
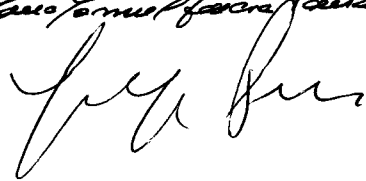
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2009	2008 (proforma)
Juros e rendimentos similares	26	294.613	448.731
Juros e encargos similares	26	(233.532)	(353.569)
MARGEM FINANCEIRA		61.081	95.162
Rendimentos de instrumentos de capital	27	503	1.407
Rendimentos de serviços e comissões	28	40.197	45.721
Encargos com serviços e comissões	28	(21.185)	(16.451)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	29	(6.949)	(34.785)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	30	4.482	1.187
Resultados de reavaliação cambial (líquido)		4.433	306
Resultados de alienação de outros activos	31	(1.127)	79
Outros resultados de exploração	32	(1.665)	2.993
PRODUTO BANCÁRIO		79.770	95.619
Custos com pessoal	33	(76.202)	(90.704)
Gastos gerais administrativos	35	(64.272)	(65.448)
Amortizações do exercício	12 e 13	(7.933)	(6.028)
Provisões líquidas de reposições e anulações	21	12.391	(210.872)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	21	(101.498)	(130.387)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	21	(39.780)	(84.528)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	21	(22.123)	(62.947)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		(219.647)	(555.295)
Impostos sobre lucros			
Correntes	15	(2.997)	(5.173)
Diferidos	15	2.541	-
		(456)	(5.173)
Resultado líquido do exercício		(220.103)	(560.468)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.


 Presidente do Conselho de Administração

 Presidente do Conselho de Administração

 Presidente do Conselho de Administração

 Presidente do Conselho de Administração

 Presidente do Conselho de Administração

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2009</u>	<u>2008</u> <i>(proforma)</i>
Resultado individual	<u>(220.103)</u>	<u>(560.468)</u>
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda, líquido	(32.843)	(85.895)
Transferência para resultados por alienação	4.482	1.187
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	39.780	84.528
Outros	178	-
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	<u>11.597</u>	<u>(180)</u>
Rendimento integral individual	<u><u>(208.506)</u></u>	<u><u>(560.648)</u></u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2009</u>	<u>2008</u> <i>(proforma)</i>
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	355.537	481.177
Rendimentos adquiridos nos activos financeiros disponíveis para venda	4.482	-
Pagamento de juros e comissões	(266.655)	(331.625)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(140.474)	(142.954)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(683)	4.956
Recuperação de créditos incobráveis	25	-
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>(47.768)</u>	<u>11.554</u>
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos ao justo valor	16.345	436
Aplicações em instituições de crédito	(6.459)	21.771
Crédito a clientes	(456.365)	(1.126.296)
Activos financeiros detidos para negociação	(6.960)	(547)
Derivados de cobertura	6	80
Activos não correntes detidos para venda	(710)	-
Outros activos	14.367	(305.579)
	<u>(439.776)</u>	<u>(1.410.135)</u>
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	50.176	20.003
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	(9.419)	2.949
Recursos de instituições de crédito	(601.015)	1.125.917
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.479.456)	365.947
Outros passivos	(275.282)	215.387
	<u>(2.314.996)</u>	<u>1.730.203</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	<u>(2.802.540)</u>	<u>331.622</u>
Impostos sobre os lucros	(398)	(4.732)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(2.802.938)</u>	<u>326.890</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Recebimento de dividendos	-	(12.500)
Aquisição de activos financeiros disponíveis para venda	(177.796)	(674.814)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(704)	(35.338)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	(69)	-
Investimentos em empresas filiais e associadas	(35.000)	(55.000)
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(213.569)</u>	<u>(777.652)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Aumento de capital	-	80.000
Dividendos pagos	-	(37.000)
Emissão de dívida titulada e subordinada	3.016.028	94.500
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(11.366)	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(14.619)	(13.261)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>2.990.043</u>	<u>124.239</u>
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes	(26.464)	(326.523)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	<u>348.680</u>	<u>675.203</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>322.216</u>	<u>348.680</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação			Outras reservas e resultados transitados				Resultado do exercício	Total
			Reservas de justo valor	Reservas por impostos diferidos	Total	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2007 (<i>Proforma</i>)	300.000	6.790	716	(178)	538	20.541	24.963	(1.222.177)	(1.176.673)	(220.453)	(1.089.798)
Reexpressão das demonstrações financeiras (Nota 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(251.209)	(251.209)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007 (<i>Proforma</i>)	300.000	6.790	716	(178)	538	20.541	24.963	(1.222.177)	(1.176.673)	(471.662)	(1.341.007)
Distribuição do resultado do exercício de 2007:											
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	4.080	(273)	(475.469)	(471.662)	471.662	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(37.000)	(37.000)	-	(37.000)
Aumento do capital social (Nota 24)	80.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.000
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(289)	(289)	-	(289)
Rendimento integral de 2008	-	-	(180)	-	(180)	-	-	-	-	(560.468)	(560.648)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008 (<i>Proforma</i>)	380.000	6.790	536	(178)	358	24.621	24.690	(1.734.935)	(1.685.624)	(560.468)	(1.858.944)
Distribuição do resultado do exercício de 2008:											
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	(560.468)	(560.468)	560.468	-
Resultado integral do exercício	-	-	11.419	178	11.597	-	-	-	-	(220.103)	(208.506)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	380.000	6.790	11.955	-	11.955	24.621	24.690	(2.295.403)	(2.246.092)	(220.103)	(2.067.450)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2009		2008		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2009	2008
		Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	156.620	-	156.620	187.547	Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	20	1.760.476	2.220.273
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	201.996	-	201.996	209.689	Recursos de clientes e outros empréstimos	21	3.206.668	5.128.262
Aplicações em instituições de crédito	6	233.905	144	233.761	461.032	Responsabilidades representadas por títulos	22	3.520.330	1.008.563
Activos financeiros detidos para negociação	7	78.727	-	78.727	72.053	Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	9	62.402	55.801
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	38.185	-	38.185	26.516	Derivados de cobertura com reavaliação negativa	9	1.000	360
Activos financeiros disponíveis para venda	8	366.806	53.182	313.624	263.653	Provisões	23	297.546	548.306
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	9	2.132	-	2.132	6.857	Provisões técnicas de contratos de seguros	24	206.400	250.856
Activos não correntes detidos para venda	10	105.742	27.476	78.266	-	Passivos por impostos correntes	17	917	2.828
Crédito a clientes	11	6.913.359	1.723.616	5.189.743	5.278.384	Passivos por impostos diferidos	17	184	3.607
Investimentos detidos até à maturidade	12	17.518	-	17.518	-	Outros passivos subordinados	25	245.443	246.675
Propriedades de investimento	13	537.505	-	537.505	545.874	Outros passivos	26	222.616	346.687
Outros activos tangíveis	14	269.767	118.139	151.628	405.925	Total do passivo		9.523.982	9.812.218
Activos intangíveis	15	36.324	25.812	10.512	23.739				
Investimentos em associadas	16	59.409	-	59.409	67.853	Capital	27	380.000	380.000
Activos por impostos correntes	17	1.655	-	1.655	6.878	Prémios de emissão	28	6.790	6.790
Provisões técnicas de resseguro cedido	18	7.869	-	7.869	7.569	Reservas de reavaliação	28	3.690	358
Outros activos	19	500.884	69.470	431.414	624.464	Outras reservas e resultados transitados	28	(2.218.117)	(1.633.849)
						Resultado líquido consolidado do exercício	28	(216.584)	(575.238)
						Interesses minoritários	29	30.803	197.754
						Total do capital próprio		(2.013.418)	(1.624.185)
Total do activo		9.528.403	2.017.839	7.510.564	8.188.033	Total do passivo e do capital próprio		7.510.564	8.188.033

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

David

Chil d, - a R

Paula Oliveira

João Carlos Soares

João Manuel Pereira Faria

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

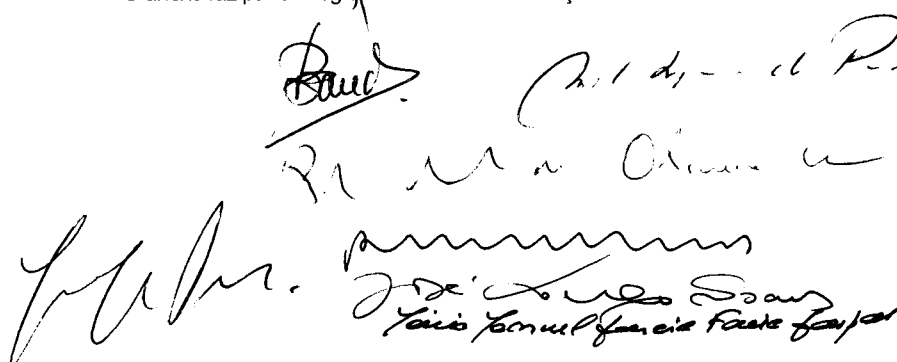
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2009	2008
Juros e rendimentos similares	30	351.883	542.696
Juros e encargos similares	30	(261.870)	(433.831)
MARGEM FINANCEIRA		90.013	108.865
Rendimentos de instrumentos de capital	31	1.012	2.071
Rendimentos de serviços e comissões	32	54.682	61.391
Encargos com serviços e comissões	32	(23.617)	(20.957)
Resultados em operações financeiras	33	18.552	(105.868)
Outros resultados de exploração	34	13.055	49.291
PRODUTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA		153.697	94.793
MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS			
Prémios, líquidos de resseguro	35	15.954	51.641
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	35	(15.084)	(55.744)
		870	(4.103)
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA		154.567	90.690
Custos com pessoal	36	(105.205)	(132.278)
Outros gastos administrativos	38	(90.259)	(115.357)
Depreciações e amortizações	14 e 15	(26.004)	(28.162)
Provisões líquidas de anulações	23	(17.294)	(139.431)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	23	(79.667)	(130.549)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(13.845)	(90.191)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	23	(19.580)	(23.580)
Resultados em empresas associadas	16 e 28	(21.572)	(1.975)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E DE INTERESSES MINORITÁRIOS		(218.859)	(570.834)
Impostos correntes	17	(4.612)	(9.680)
Impostos diferidos	17	3.246	645
		(1.366)	(9.035)
Resultado consolidado do exercício, do qual:		(220.225)	(579.869)
Resultado, após impostos, de operações descontinuadas	10	(6.558)	-
Interesses minoritários	29	3.641	4.631
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		(216.584)	(575.238)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.



BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA

OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2009	2008
Resultado Consolidado após Impostos e Interesses Minoritários	(216.584)	(575.238)
Diferenças de conversão cambial	(5.380)	1.140
<u>Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:</u>		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda líquida	(1.347)	(992)
Transferência para resultados por alienação	1.015	811
Efeito fiscal	177	-
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	(5.535)	959
Rendimento Integral Consolidado	(222.119)	(574.279)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2009	2008
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	500.078	530.716
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	4.507	(2)
Pagamento de juros e comissões	(302.641)	(394.678)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(282.387)	(270.061)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	131.883	98.230
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>51.440</u>	<u>(35.795)</u>
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos ao justo valor	371.918	195.679
Aplicações em instituições de crédito	(97.957)	(168.697)
Crédito a clientes	(161.890)	(1.012.269)
Activos ao justo valor por resultados	(36.608)	205.847
Derivados de Cobertura	(144)	80
Bens recebidos em dação de crédito	(18.746)	(14.461)
Outros activos	<u>(195.116)</u>	<u>(168.003)</u>
	<u>(138.544)</u>	<u>(961.824)</u>
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	52.404	99.254
Recursos de instituições de crédito	(416.090)	1.066.747
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.927.902)	295.470
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	(6.866)	1.809
Outros passivos	<u>(280.630)</u>	<u>294.499</u>
	<u>(2.579.084)</u>	<u>1.757.780</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	<u>(2.666.188)</u>	<u>760.161</u>
Impostos sobre os lucros	<u>(12.137)</u>	<u>(27.358)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(2.678.324)</u>	<u>732.802</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Recebimento de dividendos	282	237
Aquisição de investimentos financeiros	(191.567)	(1.128.137)
Alienação de investimentos financeiros	6.645	5.318
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(10.556)	(76.224)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	12.843	21.079
Aquisições e alienações de propriedades de investimento	(1.140)	(970)
Investimentos em empresas filiais e associadas	-	(57.435)
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(183.493)</u>	<u>(1.236.133)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Aumento de capital	-	80.000
Dividendos pagos	-	(37.000)
Emissão de dívida titulada e subordinada	2.850.119	94.318
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(11.366)	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	<u>(14.619)</u>	<u>(13.261)</u>
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>2.824.134</u>	<u>124.056</u>
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes	<u>(37.682)</u>	<u>(379.275)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	397.236	738.682
Alterações no perímetro de consolidação	<u>(937)</u>	<u>37.828</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>358.616</u>	<u>397.236</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação			Outras reservas e resultados transitados					Resultado do exercício	Sub-total	Interesses minoritários	Total
			Reservas de justo valor	Reservas por impostos diferidos	Total	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Reservas de conversão cambial	Total				
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	300.000	6.790	716	(177)	539	20.540	24.963	(1.332.851)	6.822	(1.280.526)	(295.792)	(1.268.989)	74.741	(1.194.248)
Distribuição do lucro do exercício de 2007:														
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	4.081	(277)	(299.596)	-	(295.792)	295.792	-	-	-
Aumento de capital:										-				
Por entrada de dinheiro	80.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.000	-	80.000
Alterações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	(21.671)	-	(21.671)	-	(21.671)	123.013	101.342
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(37.000)	-	(37.000)	-	(37.000)	-	(37.000)
Rendimento integral consolidado de 2008	-	-	(181)	-	(181)	-	-	-	1.140	1.140	(575.238)	(574.279)	-	(574.279)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	380.000	6.790	535	(177)	358	24.621	24.686	(1.691.118)	7.962	(1.633.849)	(575.238)	(1.821.939)	197.754	(1.624.185)
Distribuição do lucro do exercício de 2008:														
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	(575.238)	-	(575.238)	575.238	-	-	-
Alterações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	(163)	(163)	-	(163)	(166.951)	(167.114)
Reclassificação de valias potenciais	-	-	3.487	-	3.487	-	-	(3.487)	-	(3.487)	-	-	-	-
Rendimento integral consolidado de 2009	-	-	(332)	177	(155)	-	-	-	(5.380)	(5.380)	(216.584)	(222.119)	-	(222.119)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	380.000	6.790	3.690	-	3.690	24.621	24.686	(2.269.843)	2.419	(2.218.117)	(216.584)	(2.044.221)	30.803	(2.013.418)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

(Folha propositadamente deixada em branco)



2

Anexos, Relatórios e Pareceres às Contas

BPN
Banco Português de Negócios, S.A.

2.1 Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Português de Negócios S.A. (BPN ou Banco) é uma instituição de crédito com sede no Porto, que iniciou a sua actividade bancária em 1 de Julho de 1993 após a conclusão do processo de fusão entre a Norcrédito – Sociedade de Investimento, S.A. e a Soserfin – Sociedade de Investimento e Serviços Financeiros, S.A..

Em Novembro de 2008, todas as acções representativas do capital social do BPN foram nacionalizadas ao abrigo da Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro. De acordo com a referida Lei, a nacionalização foi motivada pelo volume de perdas acumuladas pelo Banco, ausência de liquidez adequada e iminência de uma situação de ruptura de pagamentos que ameaçava os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro. O Banco passou assim a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo detido pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças. A gestão do Banco foi atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), cabendo a esta entidade a designação dos membros dos órgãos sociais.

Em Janeiro de 2010, o Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro aprovou a reprivatização do Banco e consequentemente a alienação da totalidade das acções representativas do seu capital social, operação que se encontra em preparação pelo Conselho de Administração do BPN.

O Banco desenvolve a sua actividade numa óptica de banca universal, actuando também, directamente ou através de empresas participadas directa ou indirectamente, nas áreas de banca, seguros, banca de investimento, gestão de activos, área imobiliária e saúde.

Para a realização das suas operações, em 31 de Dezembro de 2009 o Banco contava com uma rede nacional de 215 agências, uma Sucursal em França com 5 agências e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

As demonstrações financeiras individuais do Banco foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas, e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. O Banco apresenta separadamente contas consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, as quais são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2009 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Sede são agregadas com as das Sucursais, o que representa a sua actividade global (ou actividade individual). Todos os saldos e transacções entre a Sede e as Sucursais foram eliminados no processo de agregação das respectivas demonstrações financeiras.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras do Banco:

- i. Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser classificados em outras categorias e, como tal, não podem ser registados pelo justo valor;
- ii. Provisionamento do crédito e valores a receber – são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos Avisos nº 8/03 e nº 3/05 do Banco de Portugal. Este normativo abrange também o provisionamento de responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;
- iii. Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

Durante o segundo semestre de 2008 foram identificadas um conjunto de situações com impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco, nomeadamente imparidades e provisões para crédito concedido e activos imobiliários, originadas em exercícios anteriores. De forma a permitir a comparabilidade da informação financeira apresentada, o Banco efectuou a reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2007, conforme permitido pelo IAS 8.

Adicionalmente, ao abrigo na mesma norma, o Banco reexpressou as suas demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício de 2008 com vista a registar imparidade sobre as participações detidas na Real Vida Seguros, S.A. e na BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda., bem como para os suprimentos concedidos a esta entidade, como resultado dos testes de imparidade efectuados durante o exercício de 2009. Os impactos desta reexpressão são apresentados na Nota 3.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectem a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

2.2. Novas normas e interpretações, revisões e emendas adoptadas pela União Europeia

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido na Nota 2.1, em 2009 o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009, desde que aprovadas pela União Europeia.

i) Normas adoptadas ou aplicadas pelo Banco pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
<u>Novas normas e interpretações</u>		
IFRS 8 – Segmentos operacionais	1-Jan-09	A IFRS 8 substitui a IAS 14, redefinindo os segmentos relatáveis e a informação a relatar sobre os mesmos.
<u>Emendas</u>		
IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações (Emendas)	1-Jan-09	Estas emendas alargam as divulgações requeridas relativamente ao justo valor de instrumentos financeiros e ao risco de liquidez.
IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras / IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação (Emendas)	1-Jan-09	Estas emendas clarificam a classificação e a apresentação de instrumentos financeiros com uma opção <i>put</i> .
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2007	Várias (usualmente 1-Jan-09)	Este processo envolveu a revisão de 32 normas contabilísticas.

O efeito nas demonstrações financeiras do Banco do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, decorrente da adopção e aplicação das normas e interpretações, revisões e emendas acima referidas é detalhado conforme se segue:

- “IFRS 8 – Segmentos operacionais”. Esta norma tornou-se aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2009 para todas as entidades que tenham emitido títulos (obrigações ou acções) que se encontrem admitidos a cotação em mercados públicos, ou que tenham requerido a admissão destes títulos a cotação em mercados públicos. Apesar de não estar incluído no âmbito definido, o Banco optou por efectuar as divulgações de acordo com os requisitos da norma. O IFRS 8 estabelece que o Banco deverá reportar informação quantitativa e qualitativa sobre os segmentos reportados, os quais correspondem a segmentos operacionais ou agregações de segmentos operacionais. Os segmentos operacionais correspondem a componentes da actividade para os quais o Banco dispõe de informação financeira autónoma a qual é objecto de análise pelos órgãos de decisão do Banco nas decisões de afectação de recursos e de medição da performance.

- “IAS 1 (Revisão) – Apresentação das demonstrações financeiras”. Esta norma, de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009, introduz um conjunto de alterações relativamente à denominação das demonstrações financeiras. Os principais impactos desta revisão do IAS 1 para o Banco são, entre outros, os seguintes:
 - Todos os ganhos e perdas (incluindo os que são contabilizados directamente em capitais próprios) são apresentados:
 - o Numa declaração única: demonstração de rendimento integral; ou
 - o Em duas declarações (demonstração dos resultados e demonstração de rendimento integral). O Banco adoptou esta possibilidade nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2009.
 - Deixa de ser permitido apresentar os itens de “*other comprehensive income*” (por exemplo, ganhos ou perdas na reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda) separadamente na demonstração de alterações nos capitais próprios.

ii) Normas não adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 por serem de aplicação obrigatória apenas em exercícios económicos futuros

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
<u>Revisões</u>		
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Revisão de 2008)	1-Jan-10	Esta revisão reflecte as várias alterações ocorridas desde a primeira versão desta norma.
<u>Emendas</u>		
IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos / IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	Exercícios acabados em ou iniciados após 30-Jun-09	Estas emendas clarificam as circunstâncias em que é permitida a reapreciação subsequente da obrigatoriedade de separação de um derivado embutido.

Estas normas apesar de aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

2.3. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco e das Sucursais são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada “moeda funcional”). Nas contas globais, os resultados e posição financeira são expressos em Euros, a moeda funcional do Banco.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.4. Instrumentos financeirosa) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores*Valorimetria*

Conforme descrito na Nota 2.1, estes activos são registados de acordo com as disposições do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo são registados pelo valor nominal, sendo os respectivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações, quando se tratem de operações que produzam fluxos residuais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

Desreconhecimento

De acordo com a Norma IAS 39, os créditos apenas são removidos do balanço ("desreconhecimento") quando o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção. Relativamente à operação de titularização de créditos efectuada pelo Banco (Nota 20), os procedimentos adoptados foram os seguintes:

- No que respeita à operação de titularização de crédito concedido, no âmbito da qual foram efectuadas pelo Banco cessões de créditos nos exercícios de 2006 e 2007, o BPN não procedeu ao respectivo desreconhecimento. Assim, o montante em dívida de créditos titularizados desde o início da operação encontra-se registado na rubrica "Créditos a clientes", tendo sido reconhecido um passivo financeiro associado aos activos transferidos (Notas 2.4. c) e 20).

Provisionamento

O regime de provisionamento mínimo destes activos corresponde ao definido no Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro e pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro, e inclui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i. Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de início do incumprimento.

ii. Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

Nos termos do Aviso nº 3/95 consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - (i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
 - (ii) estarem em incumprimento há mais de:
 - seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados de acordo com a percentagem das provisões constituídas para crédito vencido.

- Os créditos vencidos sobre um mesmo cliente se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, acrescidos do crédito vencido abrangido pela alínea anterior, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

Provisão para risco-país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização de todos os activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, o qual classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

iii. Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avals prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e garantias e avals prestados, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das imparidades e provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

O efeito da constituição desta provisão é reconhecido na rubrica “Provisões líquidas de reposições e anulações”, da demonstração de resultados.

Tal como referido anteriormente o Aviso 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal define níveis de provisionamento mínimo dos créditos a clientes. Face às especificidades da carteira de crédito do Banco, as provisões estimadas excedem as provisões mínimas.

Para fazer face a potenciais problemas na recuperabilidade de créditos para os quais existem indícios de imparidade, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as provisões registadas acima dos mínimos exigidos pelo normativo do Banco de Portugal ascendem a 966.352 mEuros e 986.196 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009, as imparidades e provisões para crédito foram apuradas da seguinte forma:

- Análise individual de todos os clientes com responsabilidades superiores a 2.000 mEuros, clientes com grau de vigilância especial e clientes com crédito vencido superior a 250 mEuros e exposição inferior a 2.000 mEuros;
- Para o universo dos clientes não sujeitos à análise individual, foi efectuada análise colectiva baseada nas respostas obtidas aos questionários de crédito enviados às áreas comerciais do Banco para uma amostra de operações de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2008, as imparidades e provisões para crédito foram apuradas da seguinte forma:

- Análise individual de todos os clientes com responsabilidades superiores a 1.500 mEuros;
- Para o universo dos clientes não sujeitos à análise individual, análise colectiva baseada nas respostas obtidas aos questionários de crédito enviados às áreas comerciais do Banco para uma amostra de operações de crédito.

b) Outros activos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável, obrigações e outros títulos transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Dada a restrição estabelecida no Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui apenas valores a receber de outras instituições de crédito.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco-país.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Unidades de participação em fundos de investimento;
- Acções;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em "Juros e rendimentos similares" da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito do BPN ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados na categoria de "Activos financeiros detidos para negociação" e "Activos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira;
- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa.

Estes passivos encontram-se registados pelo respectivo justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados".

ii) Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica inclui os fundos recebidos no âmbito da operação de titularização de crédito concedido.

iii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

d) Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são registados ao justo valor, o qual é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização normalmente utilizadas no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do BPN a riscos inerentes à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Banco utilizou apenas coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas "Coberturas de justo valor". Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco não dispõe de derivados de cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto nas rubricas de "Resultados em activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados". No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, *swaps* de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso o Banco revogue a designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efectuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser reconhecidos em resultados pelo método da taxa efectiva até à maturidade do activo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de *trading*.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”, com excepção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é reflectida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respectivamente.

e) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectuou uma análise de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado excluindo, conforme referido na Nota 2.1, o crédito a clientes e as contas a receber.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. b), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.5. Bens recebidos em dação de crédito

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados por contrapartida da rubrica de “Crédito a clientes”, quando existe a dação em cumprimento ou pela rubrica de “Cheques e ordens a pagar”, quando há adjudicações judiciais nas quais o Banco não é dispensado do respectivo pagamento. Os bens são subsequentemente registados nas seguintes rubricas:

- Nos casos em que a expectativa de venda seja altamente provável e se encontrem disponíveis para venda imediata, os bens são registados em “Activos não correntes detidos para venda”, cumprindo os requisitos da Norma IFRS 5.
- Caso os activos não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados na rubrica “Outros activos”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

Conforme referido na Nota 11, em Dezembro de 2009, o Banco transferiu para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda” o montante de 62.019 Euros relativo a imóveis recebidos em dação por recuperação de créditos, por passarem a preencher os requisitos do IFRS 5.

2.6. Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 – 10
Outras imobilizações	10

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

2.7. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no activo e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como “Crédito a clientes”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como “Juros e rendimentos similares”.

2.8. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do BPN.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.9. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações directas em empresas nas quais o BPN exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, as quais são denominadas “filiais”. Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados ao custo de aquisição, sendo objecto de análises periódicas de imparidade, de acordo com a Norma IAS 36. Aquando da existência de imparidade, o valor da balanço é ajustado pelo montante correspondente à participação nos capitais próprios das participadas (Nota 14). Nas situações em que o valor da situação líquida das participadas é negativo, o Banco regista adicionalmente uma provisão para a sua participação nas perdas dessas entidades na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos”.

2.10. Impostos sobre lucros

Impostos correntes

O BPN está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede nos termos do artigo 85.º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável, dos exercícios de 2006 a 2009. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O Banco não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

Adicionalmente, durante o exercício de 2009, o Banco reverteu os impostos diferidos passivos por dispor de prejuízos fiscais reportáveis suficientes para suportar os proveitos fiscais que serão considerados no momento da alienação dos títulos que deram origem ao registo dos impostos diferidos passivos. O Banco tenciona vender estes títulos pelo valor contabilístico no prazo de um ano.

2.11. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências diversas, que se encontram descritas na Nota 21.

2.12. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores, com as adaptações previstas nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005. Os principais benefícios concedidos pelo BPN incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

O BPN estabeleceu um plano de pensões de benefício definido, o qual tem por objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados, nos termos descritos na Nota 34. Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no activo e pensionistas do Banco está a cargo do Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS). As contribuições obrigatórias para o SAMS, a cargo do Banco, correspondem a 6,5% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de Férias e o subsídio de Natal.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, caso aplicável, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método *Unit Credit Projected*, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 34). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões (ou, caso aplicável, das provisões constituídas), dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano. Os desvios acima do corredor estão a ser amortizados considerando um período médio de aproximadamente 28 anos até à reforma dos empregados activos.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido em "Custos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

O BPN tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.13. Comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações pelo método da taxa efectiva em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares".

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem à compensação pela execução de actos únicos.

2.14. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.15. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Estimativas utilizadas no âmbito da reexpressão das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2008

O Banco não preparou avaliações, devido às condições de mercado actuais, tendo utilizado como critério para a determinação da imparidade para as participações financeiras detidas na Real Vida Seguros, S.A. e na BPN – Participações Financeiras, SGPS, S.A. e para os suprimentos concedidos a esta entidade, o valor contabilístico de cada uma das participadas, ajustado de provisões já reflectidas na sua situação patrimonial.

Determinação das imparidades e provisões para crédito

As imparidades e provisões para crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.4. a). Deste modo, a determinação da provisão para créditos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A estimativa de provisões para créditos que não foram analisados individualmente foi efectuada com base nas respostas aos questionários de crédito elaborados pelas áreas comerciais do Banco.

O Banco considera que as imparidades e provisões para crédito determinadas com base nesta metodologia reflectem adequadamente o risco associado à sua carteira de crédito concedido.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efectuadas no pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais à data do balanço.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.12. acima, as responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos activos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Impostos diferidos não registados

O Banco não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

Adicionalmente, o Banco não reconheceu impostos diferidos passivos por dispor de prejuízos fiscais reportáveis suficientes para suportar os proveitos fiscais que serão considerados no momento da alienação dos títulos que poderiam dar origem ao registo dos impostos diferidos passivos.

3. REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2008

Ao abrigo do "IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros", o Banco reexpressou as suas demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício de 2008 com vista a registar imparidade sobre as participações detidas na Real Vida Seguros, S.A. e na BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda., bem como para os suprimentos concedidos a esta entidade, como resultado dos testes de imparidade efectuados durante o exercício de 2009.

A reexpressão das demonstrações financeiras individuais relativas a 2008 implicou um impacto negativo nos capitais próprios com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2008 de 251.209 mEuros e 383.286 mEuros, respectivamente, de acordo com o detalhe apresentado abaixo:

	Capital próprio		Resultado
	31-12-2008	31-12-2007	2008
			(Nota 21)
Saldos de acordo com as contas estatutárias	(1.475.658)	(1.089.798)	(428.391)
Imparidades e provisões para investimentos em filiais			
Imparidade para investimentos em filiais e associadas	(73.135)	(18.135)	(55.000)
Provisões para outros riscos e encargos	(204.162)	(127.086)	(77.076)
Imparidade para outros activos	(105.988)	(105.988)	-
Impacto total da reexpressão das demonstrações financeiras	(383.286)	(251.209)	(132.077)
Saldos após a reexpressão das demonstrações financeiras	(1.858.944)	(1.341.007)	(560.468)

Detalhe dos pressupostos utilizados na reexpressão das demonstrações financeiras - Imparidades e provisões para investimentos em filiais e suprimentos concedidos

No âmbito da reexpressão das demonstrações financeiras, o Banco registou imparidade para fazer face:

- à diferença entre o valor da balanço de cada participação e o montante correspondente à participação nos capitais próprios dessas participadas, na rubrica "Imparidade para investimentos em filiais e associadas";
- às perdas resultantes do valor negativo da situação líquida de algumas participadas, na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos";
- aos suprimentos concedidos à BPN – Participações Financeiras, SGPS, Lda., dado que esta participada apresenta capitais próprios negativos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, na rubrica "Provisões para outros activos".

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante registado derivado da reexpressão das demonstrações financeiras individuais do Banco, apresenta o seguinte detalhe:

Participações	% de participação	Valor de balanço	Situação líquida ajustada da participada (proforma)	2008			
				Imparidade registada			
				Imparidade para investimentos em filiais e associadas	Provisões para outros riscos e encargos	Imparidade para outros activos	Total
				(Notas 14 e 21)	(Nota 21)	(Notas 16 e 21)	
Real Vida Seguros, S.A.	100%	73.085	(28.898)	73.085	28.898	-	101.984
BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda.							
i) participação financeira	100%	50	(175.264)	50	175.264	-	175.314
ii) suprimentos	n/a	105.988		-	-	105.988	105.988
		106.038		50	175.264	105.988	281.302
		179.123		73.135	204.162	105.988	383.286
Participações	% de participação	Valor de balanço	Situação líquida ajustada da participada (proforma)	2007			
				Imparidade registada			
				Imparidade para investimentos em filiais e associadas	Provisões para outros riscos e encargos	Imparidade para outros activos	Total
Real Vida Seguros, S.A.	100%	18.085	(11.973)	18.085	11.973	-	30.058
BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda.							
i) participação financeira	100%	50	(115.113)	50	115.113	-	115.163
ii) suprimentos	n/a	105.988		-	-	105.988	105.988
		106.038		50	115.113	105.988	221.151
		124.123		18.135	127.086	105.988	251.209

A situação líquida da BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda. foi ajustada das provisões constituídas para a BPN Creditus Brasil, dado que o BPN dispõe de provisões para fazer face à liquidação desta entidade.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008 (proforma)
Caixa	82.190	75.535
Depósitos à ordem em Bancos Centrais		
Em Bancos Centrais estrangeiros	73.192	1.932
No Banco de Portugal	-	106.178
	155.382	183.645

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Caixa" inclui 40.000 mEuros relativos a moedas comemorativas do Europeu de futebol - Euro 2004, correspondendo a 5.000.000 de moedas com o valor facial de 8 Euros cada.

A rubrica "Depósitos à ordem em Bancos Centrais – Em Bancos Centrais estrangeiros" corresponde a depósitos mantidos no Banco Central Europeu e visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados à taxa de 1% e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008 (proforma)
Cheques a cobrar		
No País	36.374	82.362
No Estrangeiro	1.937	3.229
	<u>38.311</u>	<u>85.591</u>
Depósitos à ordem		
No País	71.151	62.119
No Estrangeiro	57.371	17.321
	<u>128.522</u>	<u>79.440</u>
Juros a receber	1	4
	<u>166.834</u>	<u>165.035</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente, geralmente não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

6. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008 (proforma)
<u>Instrumentos de dívida</u>		
- De outros emissores:		
. Obrigações e outros títulos:		
De não residentes	635	497
<u>Instrumentos de capital</u>		
De não residentes	176	962
	<u>811</u>	<u>1.459</u>
<u>Instrumentos derivados com</u>		
<u>justo valor positivo</u> (Nota 10)	24.667	21.526
	<u>25.478</u>	<u>22.985</u>
Provisão para risco país (Nota 21)	(55)	-
	<u>25.423</u>	<u>22.985</u>

O detalhe dos títulos classificados nesta rubrica encontra-se no Anexo I.

7. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008 (proforma)
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De outros emissores nacionais	48.152	27.811
De outros emissores internacionais	29.876	33.068
De dívida pública	8.362	32.708
	<u>86.390</u>	<u>93.587</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
. Acções		
- Valorizadas ao justo valor	2	5
- Valorizadas ao custo histórico	7.264	3.711
	<u>7.266</u>	<u>3.716</u>
. Unidades de participação		
- Valorizadas ao justo valor	1.018.072	826.990
- Valorizadas ao custo histórico	50	50
	<u>1.018.122</u>	<u>827.040</u>
	<u>1.111.778</u>	<u>924.343</u>
<u>Imparidade (Nota 21)</u>		
. Instrumentos de dívida	(22.127)	(22.147)
. Instrumentos de capital		
- Acções	(3.372)	(73)
- Unidades de participação	(247.218)	(212.801)
	<u>(272.717)</u>	<u>(235.021)</u>
	<u>839.061</u>	<u>689.322</u>

Durante o exercício de 2009, o Banco efectuou junto de vários clientes a aquisição de 25.663.009 unidades de participação do Fundo Imonegócios no montante de 173.000 mEuros.

No exercício de 2008, com a aquisição formal por parte do Banco das unidades de participação de fundos de investimento mobiliário e imobiliário detidas por clientes, foi transferido o montante de 123.221 mEuros da rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" para a rubrica "Imparidade - Instrumentos de capital - Unidades de Participação", respectivamente.

O movimento ocorrido na imparidade relativa a "Activos financeiros disponíveis para venda" é apresentado na Nota 21.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as unidades de participação classificadas nesta categoria apresentam a seguinte composição:

Título	31.12.2008 (proforma)				31.12.2009			
	Valor de balanço (bruto)	Imparidade	Valor de balanço (líquido)	Reserva de justo valor	Valor de balanço (bruto)	Imparidade	Valor de balanço (líquido)	Reserva de justo valor
<u>Unidades de participação valorizadas</u>								
<u>ao justo valor</u>								
BPN Imonegócios	328.483	(77.366)	251.117	-	501.482	(86.869)	414.613	-
BPN Diversificação - FEI	260.470	(72.954)	187.516	-	260.470	(78.632)	181.838	-
BPN Imoreal	122.299	(28.037)	94.262	-	132.341	(26.277)	106.064	11.532
BPN Imoglobal	46.730	(11.872)	34.858	-	53.817	(29.814)	24.003	-
Clip Multi-Strategy	46.555	(19.866)	26.689	-	46.555	(22.768)	23.787	-
BPN Imosocial - Fundo Investimento Imobiliário	11.048	-	11.048	326	11.259	-	11.259	536
BPN Imomarinhas	5.106	(371)	4.735	-	5.235	(371)	4.864	129
Fundo BPN Acções Global	925	-	925	(322)	1.258	-	1.258	11
BPN Real Estate	1.481	(537)	944	-	1.561	(537)	1.024	80
BPN Valorização Patrimonial	1.998	(989)	1.009	-	1.998	(1.142)	856	-
Fine Art Fund I	845	(422)	423	-	975	(412)	563	170
German Real Estate	629	(314)	315	-	692	(321)	371	49
Fine Art Fund II	147	(73)	74	-	205	(75)	130	56
Brandeaux	-	-	-	-	58	-	58	-
Fundo Gottex ABI	130	-	130	(25)	50	-	50	(106)
La Fayette Regular Growth	-	-	-	-	33	-	33	(1)
GLG Partners SICAV - Multi-Strategy	-	-	-	-	28	-	28	-
Permal Single	-	-	-	-	24	-	24	-
RAB Capital	-	-	-	-	16	-	16	-
GLG Partners Plc - European Long/Short	-	-	-	-	7	-	7	-
RAB Octane	-	-	-	-	6	-	6	-
RAB Energy	-	-	-	-	2	-	2	-
Altium Vivace	144	-	144	-	-	-	-	-
<u>Unidades de participação valorizadas</u>								
<u>ao custo histórico</u>								
INEGI	50	-	50	-	50	-	50	-
	<u>827.040</u>	<u>(212.801)</u>	<u>614.239</u>	<u>(21)</u>	<u>1.018.122</u>	<u>(247.218)</u>	<u>770.904</u>	<u>12.448</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Unidades de participação” inclui unidades de participação de fundos geridos por entidades do Grupo no montante de 769.566 mEuros e 613.103 mEuros, respectivamente.

Em 2008, o Banco adquiriu Veículos de Investimento Estruturado (SIV) ao BPN Cayman Limited e a fundos geridos pela BPN Gestão de Activos por 16.135 mEuros, os quais foram registados na rubrica “Instrumentos de dívida – De outros emissores internacionais”. Estas transacções foram efectuadas ao valor contabilístico destes activos nos balanços de origem, tendo o Banco reconhecido perdas por imparidade no montante de 16.135 mEuros. De seguida apresentamos o detalhe dos títulos adquiridos a estas entidades:

Título	Custo de Aquisição
Centauri Corporation G4 S1 T3	6.387
Parkland Fin. 15-09-2011	3.290
Parkland Fin. 15-12-2013 B	2.106
Centauri Corporation S2 T3	1.079
Outros (inferiores a 1.000 mEuros)	3.273
	<u>16.135</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a reserva de justo valor apresenta a seguinte composição (Nota 25):

	2009	2008 (proforma)
Instrumentos de dívida	493	(559)
Instrumentos de capital	(12.448)	23
	<u>(11.955)</u>	<u>(536)</u>

O detalhe dos títulos classificados nesta rubrica encontra-se no Anexo I.

8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008 (proforma)
<u>Aplicações em instituições de crédito no país</u>		
Empréstimos	850.373	832.010
Outras aplicações	5.595	6.569
Aplicações a muito curto prazo	3.000	-
Depósitos à ordem	-	5.988
<u>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</u>		
Empréstimos	37.752	51.192
Outras aplicações	16.136	8.006
Depósitos à ordem	-	2.371
<u>Juros a receber</u>		
De aplicações em instituições de crédito no país	4.333	10.560
De aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	248	532
	<u>917.437</u>	<u>917.228</u>
Provisões para risco país (Nota 21)	(4)	(1)
	<u>917.433</u>	<u>917.227</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito têm a seguinte classificação:

	2009	2008 (proforma)
Até três meses	508.982	420.051
De três meses a um ano	60.036	66.414
De um a cinco anos	345.702	427.407
Mais de cinco anos	2.717	3.356
	<u>917.437</u>	<u>917.228</u>

O movimento nas provisões para aplicações em instituições de crédito durante os exercícios de 2008 e 2009 é apresentado na Nota 21.

9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008 (proforma)
Crédito interno		
Empréstimos	1.609.243	1.113.141
Créditos em conta corrente	1.438.244	1.864.965
Outros créditos	514.450	484.791
Descobertos em depósitos à ordem	202.311	203.098
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	148.096	239.783
Crédito ao exterior		
Descobertos em depósitos à ordem	326.022	373.414
Créditos em conta corrente	270.081	143.948
Empréstimos	53.785	48.951
Outros créditos	40.645	52.039
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	902	4.639
Outros créditos e valores a receber		
Papel comercial	167.409	204.500
	4.771.188	4.733.269
Crédito titularizado não desreconhecido	382.149	579.116
	5.153.337	5.312.385
Crédito e juros vencidos	935.863	316.144
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos e comissões	25.830	32.542
	6.115.030	5.661.071
Provisões para crédito (Nota 21):		
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e titulado	(1.086.871)	(1.064.489)
Provisões para crédito vencido	(378.389)	(143.837)
Provisões para risco-país	(75.917)	(50.008)
	(1.541.177)	(1.258.334)
	4.573.853	4.402.737

O apuramento das provisões estimadas para crédito em clientes foi efectuado de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as provisões estimadas têm a seguinte composição:

	2009	2008 (proforma)
Análise individual	1.423.688	1.042.427
Provisões apuradas na extrapolação efectuada com base nos questionários de crédito	164.110	266.807
	1.587.798	1.309.234

A variação ocorrida no exercício de 2009 nas provisões estimadas deriva do facto do Banco ter reclassificado para análise individual todos os clientes com responsabilidades compreendidas entre 1.500 mEuros e 2.000 mEuros, clientes com grau de vigilância especial e clientes com crédito vencido superior a 250 mEuros e exposição inferior a 2.000 mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as provisões estimadas para a carteira de crédito concedido pela Sucursal de Paris do Banco foram apuradas através da análise colectiva.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas provisões encontram-se reflectidas da seguinte forma:

	2009	2008 (proforma)
Provisões para crédito vencido e clientes de cobrança duvidosa (Nota 21)	1.541.177	1.258.334
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 21)	46.621	50.900
	<u>1.587.798</u>	<u>1.309.234</u>

Em Março de 2009, o Banco celebrou um contrato de cessão de créditos com o Banco Insular SARL nos montantes totais de 200.516 mEuros e 1.984 mUSD, pelos respectivos valores nominais, tendo transferido provisões de outros riscos e encargos para provisões para crédito a clientes no montante de 168.637 mEuros (Nota 21).

Em Novembro de 2008, o Banco adquiriu ao BPN Cayman Limited, créditos no montante de 440.000 mEuros, pelo respectivo valor nominal, tendo reconhecido em resultados, provisões líquidas no montante de 370.155 mEuros, respectivamente, relativamente a estes créditos.

O movimento nas provisões durante os exercícios de 2009 e 2008, é apresentado na Nota 21.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Crédito titularizado não desreconhecido", corresponde ao valor nominal dos créditos cedidos referentes à operação de securitização "Chaves SME CLO Nº1", concretizada em 2006 pelo montante total de 601.100 mEuros. Estes créditos não foram desreconhecidos do balanço do Banco. A titularização dos créditos é explicada em maior detalhe na Nota 20.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais do "Crédito a clientes" têm a seguinte decomposição:

	2009	2008 (proforma)
Até três meses	1.957.490	2.090.069
De três meses a um ano	1.283.082	1.329.963
De um a cinco anos	373.387	1.150.161
Mais de cinco anos	2.501.071	1.090.878
	<u>6.115.030</u>	<u>5.661.071</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a antiguidade do "Crédito vencido" apresentava a seguinte estrutura:

	2009	2008 (proforma)
Até três meses	287.965	66.701
De três a seis meses	136.757	81.913
De seis meses a um ano	222.764	38.843
De um a três anos	200.036	63.547
Mais de 3 anos	87.887	61.097
Juros vencidos	454	4.043
	<u>935.863</u>	<u>316.144</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	31-12-2009		31-12-2008 (<i>proforma</i>)	
	Sem Securitização	Com Securitização	Sem Securitização	Com Securitização
Agricultura, silvicultura, caça e pescas	365.278	385.118	90.471	112.702
Indústrias extractivas	21.681	22.872	15.791	22.390
Alimentação, bebidas e tabacos	76.293	88.604	48.936	65.066
Têxteis	62.921	70.316	70.194	80.784
Madeira e cortiça	42.880	45.764	42.233	47.396
Papel, artes gráficas e editoras	31.645	35.071	21.885	26.189
Químicas e actividades conexas	37.036	42.971	33.092	33.092
Produtos minerais não metálicos	132.703	137.998	114.803	122.827
Máquinas, equipamento e metalúrgicas de base	54.605	66.821	54.940	82.546
Fabricação de mobiliário e outras indústrias transformadoras	69.998	91.628	75.524	79.005
Electricidade, água e gás	2.644	2.644	2.533	2.533
Construção	71.471	74.193	92.454	92.454
Actividades imobiliárias	1.646.309	1.740.297	1.403.967	1.546.647
Comércio, manutenção e reparação de veículos	535.499	605.387	551.711	604.875
Restaurantes e hotéis	120.807	141.265	105.127	127.752
Transporte, armazenagem e comunicações	79.562	84.764	60.490	72.263
Intermediação financeira	738.189	745.931	554.688	565.795
Particulares	920.944	1.002.168	815.568	945.847
Outros	722.416	731.219	927.548	1.030.908
	<u>5.732.881</u>	<u>6.115.030</u>	<u>5.081.955</u>	<u>5.661.071</u>

10. DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4. d). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

2009						
Montante nocional			Valor contabilístico			
Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 6)	Passivos detidos para negociação	Total	
Swaps						
<u>Swaps cambiais</u>			3	-	3	
Compras	144.339	-	144.339			
Vendas	145.622	-	145.622			
<u>Interest rate swaps e cross currency:</u>						
<u>Swaps</u>			24.300	(25.774)	(1.474)	
Compras	708.099	-	708.099			
Vendas	964.496	-	964.496			
<u>Swaps de eventos de crédito</u>			195	(108)	87	
Compras	20.000	-	20.000			
Futuros						
<u>Operações cambiais a prazo</u>						
Forwards			104	(144)	(40)	
Compras	9.783	-	9.783			
Vendas	9.969	-	9.969			
<u>Contratos de taxa de juro</u>	6.500	-	6.500	65	-	65
Opções						
<u>Opções sobre acções não cotadas</u>			-	(39.180)	(39.180)	
Compras	38.100	-	38.100			
	<u>2.046.908</u>	<u>-</u>	<u>2.046.908</u>	<u>24.667</u>	<u>(65.206)</u>	<u>(40.539)</u>

2008 (proforma)							
Montante nocional (a)			Valor contabilístico				
Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 6)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		
					Activo	Passivo	Total
Swaps							
Swaps cambiais	148.596	-	148.596	-	(75)	-	(75)
Interest rate swaps e cross currency							
Swaps	763.748	2.824	766.572	16.870	(14.833)	(3)	2.034
Swaps de eventos de crédito	21.500	-	21.500	-	(1.207)	-	(1.207)
Futuros							
<u>Operações cambiais a prazo</u>							
Forwards	124.140	-	124.140	4.465	(809)	-	3.656
Opções							
Opções de taxa de juro (Caps & Floors)	5.000	-	5.000	191	(428)	-	(237)
Opções sobre acções não cotadas	38.100	-	38.100	-	(38.436)	-	(38.436)
	<u>1.101.084</u>	<u>2.824</u>	<u>1.103.908</u>	<u>21.526</u>	<u>(55.788)</u>	<u>(3)</u>	<u>(34.265)</u>

(a) O montante nocional apresentado corresponde ao montante nocional de compra.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a rubrica “Opções sobre acções não cotadas” corresponde a uma opção celebrada com um cliente sobre acções da Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A.. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor contabilístico desta opção, incluindo juros a pagar, ascende a (38.872) mEuros e (38.436) mEuros, respectivamente.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Banco em 31 de Dezembro de 2009 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<u>Operações Cambiais a Prazo</u>						
<u>Forwards Cambiais</u>						
Compras	9.783	-	-	-	-	9.783
Vendas	9.969	-	-	-	-	9.969
<u>Swaps</u>						
<u>Swaps Cambiais</u>						
Compras	144.339	-	-	-	-	144.339
Vendas	145.622	-	-	-	-	145.622
<u>Interest Rate Swaps</u>						
Compras	-	5.950	7.914	208.113	486.122	708.099
Vendas	-	1.983	-	94.887	867.626	964.496
<u>Equity Swaps</u>						
Compras	-	20.000	-	-	-	20.000
<u>Futuros</u>						
<u>Futuros de Taxa de Juro</u>						
Posições Longas	6.500	-	-	-	-	6.500
<u>Opções</u>						
<u>Cotações</u>						
Compras	-	-	38.100	-	-	38.100
	<u>316.213</u>	<u>27.933</u>	<u>46.014</u>	<u>303.000</u>	<u>1.353.748</u>	<u>2.046.908</u>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Banco em 31 de Dezembro de 2009 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	Valor Nocional	Valor Contabilístico
<u>Operações Cambiais a Prazo</u>		
<u>Forwards Cambiais</u>		
<i>Instituições Financeiras</i>	279	(14)
<i>Clientes</i>	19.473	(130)
	<u>19.752</u>	<u>(144)</u>
<u>Swaps</u>		
<u>Swaps Cambiais</u>		
<i>Instituições Financeiras</i>	289.961	3
<u>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</u>		
<i>Instituições Financeiras</i>	1.434.211	(635)
<i>Clientes</i>	238.384	(839)
<i>Equity Swap's</i>	20.000	87
	<u>1.692.595</u>	<u>(1.387)</u>
<u>Futuros</u>		
<i>Futuros de Taxa de Juro</i>	6.500	65
<u>Futuros de Cotações</u>		
<i>Divisas</i>	-	104
<u>Opções (Divisas e cotações)</u>		
<i>Clientes</i>	38.100	(39.180)
	<u>2.046.908</u>	<u>(40.539)</u>

11. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica é composta por imóveis recebidos em dação por recuperação de créditos concedidos pelo Banco no montante de 62.019 mEuros e imparidade reconhecida no montante de 12.185 mEuros. Estes imóveis foram transferidos em Dezembro de 2009 da rubrica "Outros activos – Bens recebidos em dação de crédito" por passarem a preencher os requisitos da Norma IFRS 5 (Nota 16).

12. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2008 (proforma)			2009					Saldo em 31.12.2009		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidades acumuladas (Nota 21)	Adições	Abates	Transfe-rências	Amortiza-ções do exercício	Constituição de imparidade no exercício (Nota 21)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Imóveis de serviço próprio											
Terrenos	1.224	-	-	-	-	-	-	-	1.224	-	1.224
Edifícios	6.479	(1.206)	-	-	-	-	(129)	-	6.479	(1.335)	5.144
Obras em imóveis arrendados	24.043	(14.186)	-	-	-	-	(2.265)	-	24.043	(16.451)	7.592
Equipamento											
Mobiliário e material de escritório	3.129	(3.003)	-	-	-	-	(114)	-	3.129	(3.117)	12
Máquinas e ferramentas	7.963	(4.786)	-	754	-	-	(800)	-	8.717	(5.586)	3.131
Equipamento informático	7.160	(7.085)	-	-	(840)	770	(51)	-	7.090	(6.296)	794
Instalações interiores	2.474	(2.384)	-	-	-	-	(28)	-	2.474	(2.412)	62
Material de transporte	341	(228)	-	13	-	-	(39)	-	354	(267)	87
Equipamento de segurança	1.628	(1.303)	-	-	-	-	(130)	-	1.628	(1.433)	195
Outro equipamento	1	(1)	-	-	-	-	-	-	1	(1)	-
Activos em locação financeira											
Equipamento	17.427	(5.095)	-	-	-	-	(2.931)	-	17.427	(8.026)	9.401
Outros activos tangíveis	3.979	(8)	(2.524)	-	-	-	-	(1.297)	3.979	(3.829)	150
	<u>75.848</u>	<u>(39.285)</u>	<u>(2.524)</u>	<u>767</u>	<u>(840)</u>	<u>770</u>	<u>(6.487)</u>	<u>(1.297)</u>	<u>76.545</u>	<u>(48.753)</u>	<u>27.792</u>

	Saldo em 31.12.2007 (proforma)			2008					Saldo em 31.12.2008 (proforma)		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidades acumuladas (Nota 21)	Adições	Abates	Transfe-rências	Amortiza-ções do exercício	Constituição de imparidade no exercício (Nota 21)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Imóveis de serviço próprio											
Terrenos	1.224	-	-	-	-	-	-	-	1.224	-	1.224
Edifícios	6.121	(1.080)	-	203	-	155	(126)	-	6.479	(1.206)	5.273
Obras em imóveis arrendados	21.768	(11.887)	-	2.275	-	-	(2.299)	-	24.043	(14.186)	9.857
Equipamento											
Mobiliário e material de escritório	3.126	(2.857)	-	3	-	-	(146)	-	3.129	(3.003)	126
Máquinas e ferramentas	4.809	(4.398)	-	3.154	-	-	(388)	-	7.963	(4.786)	3.177
Equipamento informático	7.064	(7.064)	-	96	-	-	(21)	-	7.160	(7.085)	75
Instalações interiores	2.432	(2.350)	-	42	-	-	(34)	-	2.474	(2.384)	90
Material de transporte	314	(258)	-	96	(68)	-	(38)	-	341	(228)	113
Equipamento de segurança	1.626	(1.155)	-	2	-	-	(148)	-	1.628	(1.303)	325
Outro equipamento	1	(1)	-	-	-	-	-	-	1	(1)	-
Activos em locação financeira											
Equipamento	9.894	(2.890)	-	7.533	-	-	(2.205)	-	17.427	(5.095)	12.332
Activos tangíveis em curso	155	-	-	-	-	(155)	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	3.979	(8)	(2.503)	-	-	-	-	(21)	3.979	(2.532)	1.447
	<u>62.513</u>	<u>(33.948)</u>	<u>(2.503)</u>	<u>13.404</u>	<u>(68)</u>	<u>-</u>	<u>(5.405)</u>	<u>(21)</u>	<u>75.848</u>	<u>(41.809)</u>	<u>34.039</u>

13. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2008 e 2009 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2008 (proforma)			2009			Saldo em 31.12.2009		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas		Adições	Transfe-rências	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	10.094	(5.686)		6	(770)	(1.446)	10.100	(7.902)	2.198
Outros activos intangíveis	2.439	(2.439)		-	-	-	2.439	(2.439)	-
	<u>12.533</u>	<u>(8.125)</u>		<u>6</u>	<u>(770)</u>	<u>(1.446)</u>	<u>12.539</u>	<u>(10.341)</u>	<u>2.198</u>

	Saldo em 31.12.2007 (proforma)			2008 (proforma)			Saldo em 31.12.2008 (proforma)		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas		Adições	Transfe-rências	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	5.700	(5.063)		262	4.132	(623)	10.094	(5.686)	4.408
Outros activos intangíveis	2.439	(2.439)		-	-	-	2.439	(2.439)	-
Activos intangíveis em curso	3.531	-		601	(4.132)	-	-	-	-
	<u>11.670</u>	<u>(7.502)</u>		<u>863</u>	<u>-</u>	<u>(623)</u>	<u>12.533</u>	<u>(8.125)</u>	<u>4.408</u>

14. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

		2009			2008 (proforma)		
	Participação directa (%)	Valor bruto	Imparidade	Valor de balanço	Valor bruto	Imparidade	Valor de balanço
<u>Empresas no País</u>							
BPN Serviços, ACE	51,40%	51	-	51	51	-	51
Real Vida Seguros, S.A.	100,00%	108.086	(91.550)	16.536	73.085	(73.085)	-
BPN - Participações Financeiras SGPS, Lda.	100,00%	50	(50)	-	50	(50)	-
		<u>108.187</u>	<u>(91.600)</u>	<u>16.587</u>	<u>73.186</u>	<u>(73.135)</u>	<u>51</u>

Para além dos instrumentos de capital incluídos nesta rubrica, o Banco concedeu à BPN Participações Financeiras, SGPS, S.A. suprimentos para financiar as suas actividades, os quais se encontram registados na rubrica "Outros activos" (Nota 16).

Em 2009 e 2008, o Banco subscreveu integralmente os aumentos de capital efectuados pela Real Vida Seguros, S.A., no montante total de 35.000 mEuros e 55.000 mEuros, respectivamente, conforme detalhe abaixo:

Aumentos de capital realizados em:	Nº de acções subscritas	Montante
4 de Setembro de 2008	3.000	15.000
23 de Dezembro de 2008	8.000	40.000
10 de Novembro de 2009	1.000	35.000
	<u>12.000</u>	<u>90.000</u>

No exercício de 2009, a Real Vida Seguros, S.A. efectuou um *stock-split* do valor nominal das acções representativas do seu capital social de 5 Euros para 1 Euro.

Os dados financeiros obtidos das contas individuais e não auditadas destas empresas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	Sede	2009		
		% de participação	Situação líquida (a) (b)	Resultado líquido (b)
Real Vida Seguros, S.A.	Portugal	100%	16.612	4.405
BPN - Participações Financeiras, SGPS, S.A.	Portugal	100%	(253.059)	(52.102)
BPN Serviços, ACE	Portugal	100%	-	-

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.

Entidade	Sede	2008 (proforma)		
		% de participação	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Real Vida Seguros, S.A.	Portugal	100%	(28.898)	(67.928)
BPN - Participações Financeiras, SGPS, S.A.	Portugal	100%	(200.957)	(64.242)
BPN Serviços, ACE	Portugal	100%	-	-

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Contas provisórias.

15. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 eram os seguintes:

	<u>2009</u>	<u>2008</u> <i>(proforma)</i>
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	-	2.324
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(280)	(4)
Passivos por impostos diferidos	-	(2.719)
	<u>(280)</u>	<u>(399)</u>

De acordo com o “IAS 12 – Impostos sobre lucros”, os impostos diferidos activos devem ser registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. O Banco não constituiu impostos diferidos activos, face às dúvidas existentes quanto à recuperabilidade dos mesmos.

Durante o exercício de 2009, o movimento nos impostos diferidos foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2008	Variação em		Saldo em 31.12.2009
		Capital próprio	Resultados	
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(131)	-	131	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(2.010)	178	1.832	-
Valorização de outros títulos	74	-	(74)	-
Benefícios aos trabalhadores	(652)	-	652	-
	<u>(2.719)</u>	<u>178</u>	<u>2.541</u>	<u>-</u>

Durante o exercício de 2008 não ocorreu movimento nos impostos diferidos.

Durante o exercício de 2009, o Banco reverteu os impostos diferidos passivos por dispor de prejuízos fiscais reportáveis suficientes para suportar os proveitos fiscais que serão considerados no momento da alienação dos títulos que deram origem ao registo dos impostos diferidos passivos. O Banco tenciona vender estes títulos pelo valor contabilístico no prazo de um ano.

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2009	2008 (proforma)
<u>Impostos correntes</u>		
. Do exercício	(462)	(824)
. Correções relativas a exercícios anteriores (líquido)	(2.535)	(4.349)
Total de impostos em resultados	(2.997)	(5.173)
<u>Impostos diferidos</u>		
. Reversão de impostos diferidos passivos	2.541	-
	(456)	(5.173)
Resultado antes de impostos	(219.647)	(555.295)
Carga fiscal	0,21%	0,93%

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante registado em “Correções relativas a exercícios anteriores (líquido)” apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008 (proforma)
Correcção ao imposto pago relativo ao exercício de 2007	1.752	2.654
Correcção ao imposto pago relativo ao exercício de 2006	630	-
Correcção ao imposto pago relativo ao exercício de 2003	153	-
Correcção ao pagamento por conta efectuado do exercício de 2007	-	1.421
Liquidação adicional ao imposto pago relativo ao exercício de 2005	-	274
	2.535	4.349

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser demonstrada como segue:

	2009		2008 (proforma)	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		(219.647)		(555.295)
Imposto apurado com base na taxa nominal	-26,50%	58.206	-26,50%	147.153
Imposto diferido activo não reconhecido	26,50%	(58.206)	26,50%	(147.153)
Correções de imposto relativas a exercícios anteriores	1,15%	(2.535)	0,78%	(4.349)
Reversão de impostos diferidos passivos	-1,16%	2.541	0,00%	-
Tributação autónoma	0,21%	(462)	0,15%	(824)
Imposto registado em resultados	0,2%	(456)	0,9%	(5.173)

O imposto corrente registado em resultados diz respeito a tributação autónoma essencialmente de custos com viaturas e ajudas de custo.

16. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008 (proforma)
Outros activos		
Outros	2.840	1.828
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	25	27
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo	310	232
Devedores por operações sobre futuros e opções	106	-
Devedores diversos		
Suprimentos	105.988	105.988
Bonificações a receber	157	9
Outros devedores diversos	6.387	4.739
Despesas com encargo diferido		
Outras	385	551
Seguros	269	315
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 34)	43.642	42.571
Operações activas a regularizar		
Operações de bolsa a liquidar	-	26.290
Operações cambiais a prazo	-	3.607
Outras operações activas a regularizar	2.172	2.595
Posição cambial a prazo	1.386	775
Bens recebidos em dação de crédito	16.477	62.436
	<u>180.144</u>	<u>251.963</u>
Imparidade (Nota 21):		
Suprimentos (Nota 3)	(105.988)	(105.988)
Outros devedores	(4.178)	(2.064)
Bens recebidos em dação de crédito	(1.535)	(11.938)
	<u>(111.701)</u>	<u>(119.990)</u>
	<u>68.443</u>	<u>131.973</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Devedores diversos – Suprimentos” corresponde integralmente aos suprimentos concedidos à BPN – Participações Financeiras, Lda.. Estes suprimentos não vencem juros, não está previsto o seu prazo de reembolso e encontram-se totalmente provisionados.

A variação ocorrida no exercício de 2009 na rubrica “Devedores diversos - outros devedores diversos” deriva essencialmente da incorporação nas contas do Banco dos saldos devedores provenientes do Banco Insular SARL, no âmbito do contrato efectuado entre as duas entidades em Março de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Operações activas a regularizar - Operações de bolsa a liquidar” corresponde essencialmente a operações de vendas de títulos que se encontraram pendentes de liquidação financeira.

Conforme descrito na Nota 2.5, o Banco regista nesta rubrica os imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito. O movimento nestes bens durante os exercícios de 2008 e 2009 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2008 (proforma)		2009					Saldo em 31.12.2009	
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Alienações e abates	Imparidade	Transferências		Valor bruto	Imparidade acumulada
						Valor bruto	Imparidade		
Bens recebidos em dação de crédito									
Imóveis	61.309	(11.938)	3.098	(2.388)	(247)	(62.019)	12.185	-	-
Obras de arte	-	-	15.350	-	-	-	(1.535)	15.350	(1.535)
Outros	1.127	-	-	-	-	-	-	1.127	-
	62.436	(11.938)	18.448	(2.388)	(247)	(62.019)	10.650	16.477	(1.535)

	Saldo em 31.12.2007 (proforma)		2008			Saldo em 31.12.2008 (proforma)	
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Alienações e abates	Imparidade	Valor bruto	Imparidade acumulada
Bens recebidos em dação de crédito							
Imóveis	56.118	(4.154)	6.429	(1.238)	(7.784)	61.309	(11.938)
Outros	1.127	-	-	-	-	1.127	-
	<u>57.245</u>	<u>(4.154)</u>	<u>6.429</u>	<u>(1.238)</u>	<u>(7.784)</u>	<u>62.436</u>	<u>(11.938)</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Bens recebidos em dação de crédito – Obras de arte” é composta por obras de arte do pintor Joan Miró recebidas em dação por recuperações de créditos concedidos pelo Banco. O Banco dispõe de uma imparidade de 1.535 mEuros para estes activos, que foi transferida da rubrica “Provisão para outros riscos e encargos” (Nota 21).

Em 2009 e 2008, as mais e menos valias líquidas obtidas na alienação de imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito ascenderam a 17 mEuros e 54 mEuros, respectivamente (Nota 31).

Em Dezembro de 2009, o Banco transferiu os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda” por passarem a preencher os requisitos da Norma IFRS 5 (Nota 11).

O movimento na imparidade e provisões para outros activos durante os exercícios de 2009 e 2008 é apresentado na Nota 21.

17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008 (proforma)
Recursos de bancos centrais		
Mercado monetário interbancário	70.000	20.000
Juros a pagar	179	3
	<u>70.179</u>	<u>20.003</u>
Recursos de instituições de crédito no país		
Empréstimos	700.000	638.454
Recursos de muito curto prazo	495.000	871.509
Depósitos e outros recursos	28.115	63.599
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos e outros recursos	243.733	564.188
Recursos de muito curto prazo	-	20.000
Empréstimos	180.014	90.053
Juros a pagar		
De instituições de crédito no estrangeiro	1.651	889
De instituições de crédito no país	117	1.760
Despesas com encargos diferidos	(269)	(375)
	<u>1.648.361</u>	<u>2.250.077</u>
	<u>1.718.271</u>	<u>2.270.080</u>

Em 2009 e 2008, a rubrica "Recursos de instituições de crédito no país" inclui financiamentos concedidos pela CGD nos montantes de 495.000 mEuros e 870.000 mEuros na rubrica "Recursos de muito curto prazo", respectivamente, e 700.000 mEuros e 585.092 mEuros na rubrica "Empréstimos", respectivamente. De acordo com a lei nº 6-A/2008 de 11 de Novembro, as operações de crédito ou de assistência de liquidez que sejam realizadas pela CGD, a favor do Banco no contexto da nacionalização e em substituição do Estado, até à data da aprovação dos objectivos de gestão previstos no nº 7, beneficiam de garantia do Estado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito apresentam a seguinte estrutura:

	2009	2008 (proforma)
Até três meses	1.607.013	2.196.576
De três meses a um ano	41.348	53.501
	<u>1.648.361</u>	<u>2.250.077</u>

18. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u> (proforma)
Depósitos de poupança	44.158	69.708
Outros débitos		
Depósitos a prazo	2.224.587	3.403.438
Depósitos à ordem	636.996	881.352
Outros recursos		
Cheques e ordens a pagar	22.304	54.167
Outros	9.417	8.257
	<u>2.937.462</u>	<u>4.416.922</u>
Juros a pagar	26.428	52.282
	<u><u>2.963.890</u></u>	<u><u>4.469.204</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos apresentam a seguinte estrutura:

	<u>2009</u>	<u>2008</u> (proforma)
À vista	644.511	881.352
Até três meses	1.424.772	2.085.133
De três meses a um ano	705.808	1.302.483
De um a cinco anos	188.799	200.236
	<u><u>2.963.890</u></u>	<u><u>4.469.204</u></u>

19. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u> (proforma)
Obrigações em circulação:		
Obrigações de caixa	20.000	25.000
Papel Comercial	2.999.179	-
	<u>3.019.179</u>	<u>25.000</u>
Juros a pagar	11.678	311
Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura	(2.521)	(2.870)
	<u>9.157</u>	<u>(2.559)</u>
	<u><u>3.028.336</u></u>	<u><u>22.441</u></u>

Em 30 de Abril de 2009 ocorreu o reembolso das obrigações BPN Dividendos no montante de 5.000 mEuros.

No decorrer do exercício de 2009, o Banco realizou diversas emissões de Papel Comercial garantidas pela República Portuguesa, subscritas integralmente pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e que apresentam as seguintes condições:

Descrição	Montante	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração
Papel Comercial BPN 4ª Emissão	649.884	07-09-2009	02-03-2010	1,476%
Papel Comercial BPN 5ª Emissão	649.883	08-09-2009	03-03-2010	1,469%
Papel Comercial BPN 6ª Emissão	699.872	09-09-2009	04-03-2010	1,456%
Papel Comercial BPN Nov.09 1ª Emissão	499.773	09-11-2009	09-08-2010	1,480%
Papel Comercial BPN Nov.09 2ª Emissão	499.767	12-11-2009	12-11-2010	1,579%
	<u>2.999.179</u>			

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura” refere-se ao valor inicial das opções adquiridas para cobertura das obrigações emitidas. Estas opções encontram-se registadas na rubrica “Instrumentos financeiros derivados de negociação”.

As principais condições das obrigações emitidas pelo Banco são:

Obrigação	Valor nominal	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração
BPN Private Equity	10.000	09-07-2007	09-07-2010	Remuneração indexada à performance do índices LPX Major Market Price, com remuneração mínima garantida de 3%.
BPN Competição Ibérica	10.000	29-10-2007	29-10-2010	Remuneração indexada à performance dos índices Ibex e PSI20.
	<u>20.000</u>			

20. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em Dezembro de 2006, o Banco procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito no montante de 601.210 mEuros, através de uma operação de titularização denominada “Chaves SME CLO No.1”.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os passivos financeiros associados a esta operação ascendem a 407.429 mEuros e 580.345 mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os passivos financeiros associados a activos transferidos incluem 13.952 mEuros e 1.229 mEuros, respectivamente, relativos a créditos amortizados no último dia do ano e ainda não compensados nas responsabilidades titularizadas.

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“Sagres”), na qual o BPN não detém qualquer participação directa ou indirecta. O BPN continua a efectuar a gestão dos contratos, entregando à Sagres todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. Como forma de financiamento, a Sagres emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Estas obrigações apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	2009	2008	Moody's	S&P		
Class A Secured Floating Rate Notes	527.550	527.550	Aaa	AAA	Novembro de 2034	Euribor 3 m + 0,18%
Class B Secured Floating Rate Notes	21.000	21.000	Aa2	AA	Novembro de 2034	Euribor 3 m + 0,25%
Class C Secured Floating Rate Notes	38.050	38.050	A1	A-	Novembro de 2034	Euribor 3 m + 0,45%
Class D Secured Floating Rate Notes	4.900	4.900	A3	BBB	Novembro de 2034	Euribor 3 m + 0,55%
Class E Secured Floating Rate Notes	9.600	9.600	Baa2	BBB	Novembro de 2034	Euribor 3 m + 0,60%
	<u>601.100</u>	<u>601.100</u>				
Montante Liquidado	(193.671)	(20.755)				
	<u>407.429</u>	<u>580.345</u>				

Adicionalmente foi emitida uma Tranche F, adquirida pelo Banco, que foi utilizada como um fundo de reserva da carteira e para fazer face a despesas iniciais. Esta tranche constitui o equivalente ao capital do Fundo, motivo pelo qual o crédito se encontra no balanço. Esta tranche não foi reconhecida nesta rubrica.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os montantes liquidados correspondem à amortização de créditos ocorrida nos meses de Dezembro de cada um dos exercícios. Conforme previsto nas condições de emissão, este montante foi compensado no dia 20 dos meses seguintes, tendo o Banco transferido da rubrica "Crédito vivo" para a rubrica "Crédito titularizado", o montante de capital necessário para garantir o valor total das obrigações emitidas.

21. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do BPN durante os exercícios de 2008 e 2009 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2008 (proforma)	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transfe- rências	Outros	Saldo em 31.12.2009
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 9)	50.900	3.274	(7.553)	-	-	-	-	46.621
Provisões para encargos com benefícios de empregados	62	12	-	-	-	-	-	74
Provisões para outros riscos e encargos	543.840	68.922	(77.046)	(1)	-	(170.172)	-	365.543
	<u>594.802</u>	<u>72.208</u>	<u>(84.599)</u>	<u>(1)</u>	-	<u>(170.172)</u>	-	<u>412.238</u>
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 8)	1	3	-	-	-	-	-	4
Provisões para crédito a clientes (Nota 9)	1.258.334	286.058	(184.563)	-	110	168.637	12.601	1.541.177
	<u>1.258.335</u>	<u>286.061</u>	<u>(184.563)</u>	-	<u>110</u>	<u>168.637</u>	<u>12.601</u>	<u>1.541.181</u>
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	235.021	39.770	(102)	(1.722)	(250)	-	-	272.717
Provisões para risco-país de activos financeiros detidos para negociação (Nota 6)	-	112	-	(57)	-	-	-	55
	<u>235.021</u>	<u>39.882</u>	<u>(102)</u>	<u>(1.779)</u>	<u>(250)</u>	-	-	<u>272.772</u>
Imparidade para investimentos em filiais e associadas (Nota 14)	73.135	18.464	-	-	-	-	1	91.600
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 12)	2.524	1.297	-	-	-	-	-	3.821
Imparidade de outros activos (Nota 16)	119.990	2.426	(64)	(1)	-	(10.650)	-	111.701
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	-	-	-	-	-	12.185	-	12.185
	<u>195.649</u>	<u>22.187</u>	<u>(64)</u>	<u>(1)</u>	-	<u>1.535</u>	<u>1</u>	<u>219.307</u>
	<u>2.283.807</u>	<u>420.338</u>	<u>(269.328)</u>	<u>(1.781)</u>	<u>(140)</u>	-	<u>12.602</u>	<u>2.445.498</u>
	Saldo em 31.12.2007 (proforma)	Reexpressão das demonstrações financeiras (Nota 3)	Reforços	Reposições e anulações	Diferenças de câmbio	Transfe- rências	Outros	Saldo em 31.12.2008 (proforma)
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 9)	45.765	-	7.108	(1.973)	-	-	-	50.900
Provisões para encargos com benefícios de empregados	46	-	16	-	-	-	-	62
Provisões para outros riscos e encargos	663.173	127.086	205.910	(189)	236	(452.376)	-	543.840
	<u>708.984</u>	<u>127.086</u>	<u>213.034</u>	<u>(2.162)</u>	<u>236</u>	<u>(452.376)</u>	-	<u>594.802</u>
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 8)	-	-	3	(2)	-	-	-	1
Provisões para crédito a clientes (Nota 9)	783.728	-	130.386	-	-	329.154	15.066	1.258.334
	<u>783.728</u>	-	<u>130.389</u>	<u>(2)</u>	-	<u>329.154</u>	<u>15.066</u>	<u>1.258.335</u>
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	27.271	-	84.528	-	-	123.221	-	235.021
	<u>27.271</u>	-	<u>84.528</u>	-	-	<u>123.221</u>	-	<u>235.021</u>
Imparidade para investimentos em filiais e associadas (Nota 14)	-	18.135	55.000	-	-	-	-	73.135
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 12)	2.503	-	21	-	-	-	-	2.524
Imparidade de outros activos (Nota 16)	6.075	105.988	7.947	(21)	-	1	-	119.990
	<u>8.578</u>	<u>124.123</u>	<u>62.968</u>	<u>(21)</u>	-	<u>1</u>	-	<u>195.649</u>
	<u>1.528.561</u>	<u>251.209</u>	<u>490.919</u>	<u>(2.185)</u>	<u>236</u>	-	<u>15.066</u>	<u>2.283.807</u>

No exercício de 2009, a "Provisões para outros riscos e encargos" inclui reforços no montante de 15.040 mEuros para fazer face à desvalorização da participação detida na BPN - Participações Financeiras, SGPS, S.A.. No exercício de 2008, as rubricas "Provisões para outros riscos e encargos" e "Imparidade para investimentos em filiais e associadas" incluem reforços no montante de 77.076 mEuros e 55.000 mEuros, respectivamente, para fazer face à desvalorização das participações detidas na Real Vida Seguros, S.A. e BPN - Participações Financeiras, SGPS, S.A. (Nota 3).

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante registado em "Outros" na rubrica "Provisões para crédito a clientes" diz respeito às provisões para crédito que estavam constituídas no Banco Insular, SARL e que foram transferidas para o Banco, no âmbito do contrato de cessão de créditos celebrado entre o BPN e aquela entidade.

Em 2007, o Banco efectuou uma cessão de créditos vencidos pelo montante de 17.450 mEuros. O valor nominal destes créditos ascendia a 29.567 mEuros. No âmbito desta operação, o Banco utilizou as provisões constituídas nessa data e reconheceu um ganho em "Outros ganhos de exploração – Outros" no montante de 2.948 mEuros (Nota 32). Em 2008, esta operação foi revertida. Em consequência, o Banco readquiriu créditos pelo montante de 17.450 mEuros, tendo realizado os seguintes registos contabilísticos nas rubricas:

- . Crédito a clientes: 29.568 mEuros
- . Provisões para crédito: 15.066 mEuros
- . Outros custos de exploração – outros: 2.948 mEuros (Nota 32).

O saldo da "Provisão para outros riscos e encargos" apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u> (proforma)
Provisões relativas a unidades de participação:		
Fundos de investimento imobiliários	-	34.302
	-	34.302
Provisões para crédito a clientes:		
Provisão para crédito concedido através do Banco Insular	-	168.637
Provisão para garantias prestadas	-	4.311
	-	172.948
Provisões para contingências de investimentos em filiais e associadas:		
. BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda.	219.202	175.264
. Real Vida Seguros, S.A.	-	28.898
Outras provisões:		
Provisão para eventual recompra de produtos financeiros a clientes	68.000	68.000
Provisão para fraudes identificadas em diversos balcões do Banco	15.588	-
Provisões para perdas potenciais em activos tangíveis	13.494	-
Provisão para custos a incorrer com a liquidação de uma empresa do Grupo	12.146	16.837
Provisões para contingências fiscais do BPN Serviços, ACE	9.483	8.484
Provisão para títulos de investimento estruturado colocados como capital garantido junto de clientes	9.262	14.107
Provisão para processos judiciais desfavoráveis	14.645	-
Provisões para fazer face a IVA a receber pelos fundos imobiliários geridos pela BPN Imofundos	2.121	-
Provisões para garantias e compromissos assumidos	1.286	-
Outras	316	-
Provisão para contingências genéricas	-	25.000
	<u>365.543</u>	<u>336.590</u>
	<u>365.543</u>	<u>543.840</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, as provisões para outros riscos e encargos incluem 168.637 mEuros relativos a responsabilidades registadas no Banco Insular. Estas responsabilidades foram reconhecidas no balanço do BPN em Fevereiro de 2009, tendo sido transferida a provisão constituída para provisões para crédito.

Em 2008 foram efectuadas transferências desta rubrica no montante de 452.376 mEuros, de acordo com o detalhe abaixo:

- transferência para "Perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda" no montante de 123.221 mEuros.
- transferência para provisões para crédito de 329.154 mEuros relativos às provisões para créditos concedidos através do "balcão virtual" do Banco Insular e que foram registados em 2008. Estes créditos foram adquiridos ao BPN Cayman Limited, tal como referido na Nota 9.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta rubrica inclui 12.146 mEuros e 16.837 mEuros, respectivamente, relativos a custos a incorrer com a provável liquidação do BPN Créditos Brasil - Promotora de Vendas, Ltda..

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Provisões para contingências de investimentos em filiais e associadas" destina-se a cobrir as perdas resultantes do valor negativo da situação líquida das participadas BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda. e Real Vida Seguros, S.A. (Nota 3).

Durante o exercício de 2008, o Banco constitui uma provisão para contingências genéricas no montante de 25.000 mEuros. Durante o exercício de 2009, esta provisão foi alocada às seguintes contingências:

Fraudes identificadas em diversos balcões do Banco	15.588
Processos judiciais desfavoráveis	7.561
Para obras de arte registadas em "Bens recebidos em dação de crédito" (Nota 16)	1.535
Outras contingências	316

	25.000
	=====

22. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Obrigações subordinadas perpétuas BPN - 2008	94.500	94.500
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	50.000	50.000
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2005	50.000	50.000
Obrigações de caixa subordinadas - BPN (SFE) - 2003	25.000	25.000
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	25.000	25.000
	<u>244.500</u>	<u>244.500</u>
Juros a pagar	943	2.175
	<u>245.443</u>	<u>246.675</u>

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Obrigação	Valor nominal	Data de reembolso	Remuneração	Taxa de juro nominal em:		Cláusula de reembolso antecipado
				31.12.2009	31.12.2008	
Obrigações subordinadas perpétuas BPN - 2008	94.500	Perpétuo	Euribor 6 meses + 2%	3,018%	7,290%	No final do décimo ano de vida do empréstimo e posteriormente em cada data de pagamento de juros subsequente, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo apenas na sua totalidade, mediante autorização do Banco de Portugal.
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE) - 2003	25.000	16-05-2013	Euribor 6 meses + 2%	2,991%	6,309%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	50.000	16-06-2013	Euribor 6 meses + 2%	2,999%	5,369%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	25.000	16-06-2013	Euribor 6 meses + 2%	2,999%	5,369%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2005	50.000	22-12-2015	Euribor 6 meses + 1,15%	2,145%	4,352%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
	<u>244.500</u>					

23. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008 (proforma)
Credores e outros recursos	47.432	139.627
Encargos a pagar		
Outros encargos a pagar	15.671	14.014
Juros de outros recursos	106	1.504
Receitas com rendimento diferido	948	1.081
Outras contas de regularização		
Outras operações passivas a regularizar	1.474	1.546
Posição cambial à vista	1.355	4.255
Outras operações a liquidar	1.283	8.589
Operações de bolsa a regularizar	587	-
Posição cambial a prazo	41	-
Operações cambiais à vista	31	13
	<u>68.928</u>	<u>170.629</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Credores e outros recursos” inclui os montantes de 19.937 mEuros e 109.766 mEuros, respectivamente, referentes a depósitos efectuados que servem de caução a operações contratadas com clientes. A variação ocorrida no exercício de 2009 está relacionada com a utilização de parte dos depósitos classificados nesta rubrica para liquidação de responsabilidades de crédito desses clientes.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Encargos a pagar – Outros encargos a pagar” inclui o montante de 5.076 mEuros e 4.661 mEuros, respectivamente, relativo a prémio de antiguidade, subsídio de morte e outros benefícios de longo prazo a pagar aos colaboradores (Nota 34).

24. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital do Banco era integralmente detido pelo BPN, SGPS, S.A., entidade detida pela SLN. Em Setembro de 2008, foi realizado um aumento de capital no montante de 80.000 mEuros, tendo sido integralmente subscrito e realizado pela BPN, SGPS, S.A..

Conforme referido na Nota Introdutória, em Novembro de 2008, todas as acções representativas do capital social do BPN foram nacionalizadas ao abrigo da Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro. De acordo com a referida Lei, a nacionalização foi motivada pelo volume de perdas acumuladas pelo Banco, ausência de liquidez adequada e iminência de uma situação de ruptura de pagamentos que ameaçavam os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o capital do BPN é integralmente detido pelo Estado Português através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, representado por 76.000.000 de acções de valor nominal de cinco Euros cada.

O Banco passou assim a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo detido pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças. A gestão do Banco foi atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S.A., cabendo a esta entidade a designação dos membros dos órgãos sociais.

Em Janeiro de 2010, o Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro aprovou a reprivatização do Banco e consequentemente a alienação da totalidade das acções representativas do seu capital social, operação que se encontra em preparação pelo Conselho de Administração do BPN.

25. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u> <i>(proforma)</i>
Prémios de emissão	6.790	6.790
Reservas de reavaliação		
. Reserva de justo valor (Nota 7)	11.955	536
. Reserva por impostos diferidos (Nota 15)	-	(178)
	<u>11.955</u>	<u>358</u>
Outras reservas e resultados transitados		
. Outras reservas	24.690	24.690
. Reserva legal	24.621	24.621
. Resultados transitados	<u>(2.295.403)</u>	<u>(1.734.935)</u>
	<u>(2.246.092)</u>	<u>(1.685.624)</u>
Resultado líquido do exercício	<u>(220.103)</u>	<u>(560.468)</u>
	<u><u>(2.447.450)</u></u>	<u><u>(2.238.944)</u></u>

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário, nomeadamente o artigo 97º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais, líquidas de imparidades reconhecidas em resultados no exercício ou em exercícios anteriores, relativas à carteira de títulos classificados como “ Activos financeiros disponíveis para venda”.

26. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009	2008 (proforma)
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Juros de disponibilidades em bancos centrais	1.226	4.223
Juro de disponibilidades em instituições de crédito	70	500
Juros de aplicações em instituições de crédito		
No país	27.786	53.409
No estrangeiro	1.746	11.223
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	170.979	274.186
Crédito ao exterior	23.742	18.816
Outros créditos e valores a receber	5.680	1.226
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	19.867	34.887
Juros de activos financeiros detidos para negociação	13.753	13.988
Juros de crédito vencido	12.993	3.376
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	5.014	17.982
Outros juros e rendimentos similares	191	352
Juros de devedores e outras aplicações	8	206
Juros de derivados de cobertura	-	67
	<u>283.055</u>	<u>434.441</u>
Comissões recebidas ao custo amortizado	11.558	14.290
	<u>294.613</u>	<u>448.731</u>
	2009	2008 (proforma)
<u>Juros e encargos similares</u>		
Juros de depósitos		
De outros residentes	108.629	187.985
De não residentes	4.879	7.628
Do sector público	2.338	24.633
De emigrantes	2.203	2.154
Juros e recursos de instituições de crédito		
No país	11.970	11.108
No estrangeiro	11.077	36.286
Juros de responsabilidades representadas por títulos	33.960	198
Juros de responsabilidades representadas por activos não desreconhecidos de operações de titularização	29.288	44.940
Juros de passivos financeiros de negociação	13.876	13.262
Juros de passivos subordinados	10.382	14.972
Outros juros e encargos similares	1.707	9.225
Juros de recursos em bancos centrais	1.055	658
	<u>231.364</u>	<u>353.049</u>
Comissões pagas ao custo amortizado	2.168	520
	<u>233.532</u>	<u>353.569</u>

27. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2009 e 2008, esta rubrica diz respeito a dividendos recebidos de instrumentos de capital registados na rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda".

28. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u> <i>(proforma)</i>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por serviços prestados	19.844	24.325
Por garantias prestadas	6.890	7.130
Outras operações realizadas por conta de terceiros	5.458	5.900
Por compromissos assumidos perante terceiros	319	304
Outros	7.686	8.062
	<u>40.197</u>	<u>45.721</u>
	<u>2009</u>	<u>2008</u> <i>(proforma)</i>
<u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	15.386	13.887
Por garantias recebidas	3.703	37
Por operações realizadas por terceiros	2.074	2.424
Por operações sobre instrumentos financeiros	1	82
Outros	21	21
	<u>21.185</u>	<u>16.451</u>

29. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u> <i>(proforma)</i>
<u>Resultados em activos e passivos detidos para negociação</u>		
Instrumentos derivados	(6.300)	(34.912)
Instrumentos de capital	(784)	157
Instrumentos de dívida	138	8
Outros títulos	1	1
	<u>(6.945)</u>	<u>(34.746)</u>
<u>Resultados em operações de cobertura e elementos cobertos</u>		
Correções de valores de activos que sejam objecto de operações de cobertura	(7)	41
Derivados de cobertura	3	(80)
	<u>(4)</u>	<u>(39)</u>
	<u>(6.949)</u>	<u>(34.785)</u>

Nos exercícios de 2009 e 2008, a rubrica "Resultados em activos e passivos detidos para negociação – Instrumentos derivados" inclui uma perda de 413 mEuros e 36.443 mEuros, respectivamente, relativos à opção de venda sobre acções da Sociedade Lusa de Negócios SGPS, S.A., detida por um cliente.

30. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u> <i>(proforma)</i>
<u>Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda</u>		
Instrumentos de dívida	4.551	444
Outros títulos	-	5
	<u>4.551</u>	<u>449</u>
<u>Perdas em activos financeiros disponíveis para venda</u>		
Instrumentos de capital	(66)	766
Instrumentos de dívida	(3)	(28)
	<u>(69)</u>	<u>738</u>
	<u>4.482</u>	<u>1.187</u>

No exercício de 2009, a rubrica “Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda – Instrumentos de dívida” inclui os montantes de 1.504 mEuros e 1.912 mEuros de mais-valias obtidas na alienação de Obrigações de Tesouro do Estado Português e na recompra de obrigações associadas à titularização de créditos Chaves SME CLO, respectivamente.

31. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u> <i>(proforma)</i>
Perdas na alienação de créditos a clientes	(642)	-
Ganhos e perdas em outros activos não financeiros	(502)	-
Ganhos e perdas em activos não correntes detidos para venda (Nota 16)	17	54
Ganhos e perdas em outros activos tangíveis	-	25
	<u>(1.127)</u>	<u>79</u>

32. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009	2008 (proforma)
<u>Outros resultados de exploração</u>		
Rendas de locação operacional	396	440
Ganhos em rendimentos operacionais		
Reembolso de despesas	3.774	4.978
Recuperação de crédito	25	186
Rendimentos de prestações de serviços diversos	2.780	2.566
Outros		
Indemnizações contratuais	114	137
Outros	661	718
	<u>7.750</u>	<u>9.025</u>
<u>Outros custos de exploração</u>		
Impostos indirectos	1.426	756
Contribuições para o FGD e FGCAM	1.346	976
Impostos directos	238	111
Quotizações e donativos	126	305
Outros	6.279	3.884
	<u>9.415</u>	<u>6.032</u>
	<u>(1.665)</u>	<u>2.993</u>

No exercício de 2009, a rubrica "Outros custos de exploração - Outros" inclui 4.311 mEuros relativos à execução de uma garantia prestada pelo BPN a um banco estrangeiro (Nota 21). Este montante encontrava-se totalmente provisionado em 31 de Dezembro de 2008, tendo o Banco revertido esta provisão e registado o custo correspondente nesta rubrica.

No exercício de 2008, a rubrica "Outros custos de exploração - Outros" inclui 2.948 mEuros relativos à reversão do ganho obtido na venda de créditos vencidos (Nota 21).

33. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008 (proforma)
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	808	14.055
Remuneração de empregados	54.561	56.892
Fundo de pensões (Nota 34)	10.047	7.933
Outros encargos relativos a remunerações	9.177	9.457
Outros encargos sociais obrigatórios	1.358	1.263
Outros custos com o pessoal	251	1.104
	<u>76.202</u>	<u>90.704</u>

No exercício de 2008, a rubrica "Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização" inclui prémios e remunerações processadas a membros de Conselhos de Administração anteriores. Após a nacionalização do Banco, dado que a maioria dos membros do Conselho de Administração acumula funções na Caixa Geral de Depósitos, S.A., esta entidade passou a refacturar o Banco por parte do custo (Nota 38).

O número efectivo de empregados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, por tipo de funções, foi o seguinte:

	2009	2008
Técnicos	787	577
Administrativos	759	896
Chefias	153	313
Auxiliares	20	17
Direcção	7	66
	<u>1.726</u>	<u>1.869</u>

34. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Até 31 de Dezembro de 1997 o Grupo ainda não tinha aderido ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário. Por essa razão, e até essa data, os seus empregados estavam enquadrados no esquema de reformas da Segurança Social. Durante o ano de 1998, o Banco celebrou com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas e com o Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários, Acordos de Adesão ao acordo colectivo de trabalho. Esses acordos prevêem que o Banco assegure as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo acordo colectivo de trabalho a partir de 31 de Dezembro de 1997. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma então assumidas foi constituído o Fundo de Pensões do Grupo BPN gerido pela Real Vida Seguros, S.A.

As responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência assumidas pelas subsidiárias do sector financeiro, estão igualmente cobertas pelo Fundo de Pensões acima referido.

Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

O Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus empregados pensões de reforma, velhice ou sobrevivência, bem como responsabilidades com assistência médica e subsídio por morte, nos termos previstos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário e no plano de pensões em vigor no Grupo BPN.

O Banco assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões através do Fundo de Pensões do Grupo BPN.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no activo.

Determinação das responsabilidades com pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foram efectuados estudos actuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes:

	2009	2008
Método actuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	5,75%	5,75%
Taxa de rendimentos dos activos dos fundos	5,75%	5,75%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	2,50%
Tabela de saídas	0%	0%

Nos estudos efectuados em 2009 e 2008, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 65 anos.

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do BPN para os exercícios de 2009 e 2008 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2009		2008	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de rendimento	5,75%	4,57%	5,75%	-26,50%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	2,70%	3,50%	5,30%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	1,50%	2,50%	3,70%

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 os saldos em balanço relativos ao fundo de pensões, são os seguintes (Nota 16):

	2009	2008
Valor Fundo de Pensões	117.506	101.103
Valor das responsabilidades com Fundo de Pensões	(105.567)	(102.213)
<i>Diferencial</i>	11.939	(1.110)
Desvios actuariais diferidos	31.703	43.681
Total	43.642	42.571

Em 2009 e 2008 os custos relativos a pensões foram os seguintes (Nota 33):

	2009	2008
		(proforma)
Custo serviço corrente	8.175	7.662
Rendimento esperado	(5.179)	(4.221)
Custo dos juros	5.872	4.294
Perda actuariais reconhecidas no ano	1.179	198
	10.047	7.933

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as responsabilidades com serviços passados de acordo com os estudos actuariais efectuados, assim como o fundo de pensões para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	2009		2008	
	Número de pessoas	Responsabilidades	Número de pessoas	Responsabilidades
Responsabilidades por serviços passados	1.614	105.567	1.779	102.213
Fundos de pensões		117.506		101.103
Nível de financiamento		111,31%		98,91%

Em 31 de Dezembro de 2009, o número de beneficiários divide-se da seguinte forma:

Activos abrangidos pelo ACT	1.433
Activos abrangidos pela Segurança Social	86
Activos a termo certo	83
Reformados	5
Pensionistas viuvez/ orfandade	7

	1.614
	=====

O movimento no valor do fundo de pensões durante os exercícios de 2008 e 2009 foi o seguinte:

Saldos em 31 de Dezembro de 2007	83.979
Contribuições:	
Do Banco	38.276
Dos empregados	1.039
Rendimento esperado do fundo de pensões	4.221
Desvios de rendimento	(26.305)
Pensões pagas	(107)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	101.103
Contribuições:	
Do Banco	11.092
Dos empregados	986
Rendimento esperado do fundo de pensões	5.179
Desvios de rendimento	(702)
Pensões pagas	(153)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	117.506

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Fundo de Pensões do Grupo BPN é gerido pela Real Vida Seguros, S.A..

Conforme previsto no contrato constitutivo, o fundo de pensões poderá contratar com uma seguradora um ou mais seguros, com o objectivo de garantir os benefícios em caso de morte ou invalidez dos participantes. No entanto, em 31 de Dezembro de 2009, não existem contratos de seguros para garantir estes benefícios.

O movimento nas responsabilidades por serviços passados pode ser demonstrado da seguinte forma:

	2009	2008
Responsabilidades no início do exercício	102.213	85.939
Desvios actuariais	(11.526)	3.384
Pensões pagas pelo fundo de pensões	(153)	(105)
Contribuições de empregados	986	1.039
Custo de serviço corrente	8.175	7.662
Custo dos juros	5.872	4.294
Responsabilidades no final do exercício	<u>105.567</u>	<u>102.213</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades por serviços futuros ascendem a 174.439 mEuros.

Encargos com Saúde

A assistência médica aos empregados no activo e pensionistas do Banco está a cargo dos Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS). A contribuição anual do BPN para os SAMS corresponde a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo. As responsabilidades para o SAMS sobre as pensões, a pagar no futuro, encontram-se incluídas no fundo de pensões do Banco.

Outros benefícios de longo prazo

O Banco paga um prémio a todos os trabalhadores que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de efectivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o correspondente passivo encontrava-se registado em "Outros passivos" e ascendia a 5.076 mEuros e 4.661 mEuros, respectivamente (Nota 23).

Desvios actuariais e financeiros diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos nos exercícios de 2008 e 2009 pode ser demonstrado como segue:

	Corredor	Desvios acima do Corredor	Total
SalDOS em 31 de Dezembro de 2007	8.593	5.597	14.190
Desvios actuariais do ano	1.627	28.062	29.689
Amortização:			
Por contrapartida de resultados do exercício	-	(198)	(198)
SalDOS em 31 de Dezembro de 2008	<u>10.220</u>	<u>33.461</u>	<u>43.681</u>
Desvios actuariais do ano	1.531	(12.354)	(10.823)
Correcção aos desvios de 2008	-	24	24
Amortização:			
Por contrapartida de resultados do exercício	-	(1.179)	(1.179)
SalDOS em 31 de Dezembro de 2009	<u>11.751</u>	<u>19.952</u>	<u>31.703</u>

Os desvios gerados em 2009 e 2008 têm a seguinte composição:

	2009	2008
. Desvio financeiro	703	26.305
. Desvio actuarial	(11.526)	3.384
	<u>(10.823)</u>	<u>29.689</u>

Os desvios actuariais gerados em 2009, podem ser explicados da seguinte forma:

Alterações demográficas/ saídas de pessoal	5.233
Alterações no pressuposto de crescimento das pensões (de 2,5% para 2,25%)	2.855
Alterações de salários sujeitos a contribuições para a Segurança Social	2.501
Alterações de salários e pensões	1.057
Alterações de tempo de serviço	(53)
Alterações de contribuições/pagamento de benefícios reais	(67)

	11.526
	=====

Os desvios acima do corredor estão a ser amortizados considerando um período médio de aproximadamente 28 anos até à reforma dos activos.

35. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
		(proforma)
Rendas e alugueres	13.288	13.293
Com fornecimentos e serviços externos	2.526	2.871
Com serviços especializados		
Informática	3.085	1.804
Avenças e honorários	1.800	2.151
Informações	1.241	726
Judiciais, contencioso e notariado	328	315
Mão de obra eventual	284	121
Segurança e vigilância	271	203
Limpeza	4	5
Outros serviços especializados	6.108	3.694
Comunicações	5.219	3.985
Seguros	1.234	1.017
Deslocações	776	2.028
Conservação e reparação	600	419
Publicidade	330	964
Formação de pessoal	330	382
Transportes	91	60
Outros serviços		
BPN Serviços, ACE	24.850	29.674
Outros	1.907	1.736
	<u>64.272</u>	<u>65.448</u>

A rubrica "BPN Serviços, ACE" corresponde à refacturação ao Banco de despesas incorridas por esta entidade, incluindo, entre outras, as despesas de comunicação, trabalhos especializados, publicidade e propaganda e limpeza.

36. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2009	2008 (proforma)
<u>Passivos eventuais</u>		
Garantias, avales prestados		
Residentes	540.268	535.807
Não residentes	978	14.744
Créditos documentários abertos	16.690	21.552
	<u>557.936</u>	<u>572.103</u>
Activos dados em garantia	136.819	55.730
Cartas de crédito em "stand by"	-	5.500
	<u>694.755</u>	<u>633.333</u>
<u>Compromissos</u>		
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	681.267	704.365
Facilidades de desconto em conta	93.631	97.076
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito	155.088	188.017
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	4.167	4.017
Outros	1.527	-
	<u>935.680</u>	<u>993.475</u>
Responsabilidades por serviços prestados		
Depósito e guarda de valores	3.142.402	4.003.736
De cobrança de valores	58.516	81.868
	<u>3.200.918</u>	<u>4.085.604</u>
	<u>4.831.353</u>	<u>5.712.412</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Activos dados em garantia" inclui títulos dados em garantia ao Banco Central Europeu nos montantes de 129.264 mEuros e 25.880 mEuros, respectivamente.

37. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos da Norma IFRS 8, o Banco adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Negociação e vendas: compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, operações de mercado monetário e cambial, recepção e transmissão de ordens em relação com um ou mais instrumentos financeiros e execução de ordens por conta de clientes;
- Banca de retalho: compreende a actividade bancária junto dos particulares e empresários em nome individual, tais como a recepção de depósitos e de outros fundos reembolsáveis, empréstimos, concessão de garantias e assunção de outros compromissos. Inclui também o montante total devido à Instituição pelo cliente ou grupo de clientes ligados entre si;
- Banca comercial: actividades creditícia e de captação de recursos junto de empresas, bem como a tomada de fundos para fazer face aos compromissos com a concessão de crédito;
- Outros: compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos principais activos, passivos e rubricas de resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2009 e 2008 é a seguinte:

	2009			
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	155.382	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	166.834	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	917.433	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	25.423	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	839.061	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	-	-	49.834	-
Crédito a clientes	-	731.816	3.842.037	-
Outros	-	-	-	115.020
Activo líquido total	<u>2.104.133</u>	<u>731.816</u>	<u>3.891.871</u>	<u>115.020</u>
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	1.648.361	-
Recursos de Bancos Centrais	-	-	70.179	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	2.015.445	948.445	-
Responsabilidades representadas por títulos	3.028.336	-	-	-
Outros	-	-	-	1.199.524
Passivo Total	<u>3.028.336</u>	<u>2.015.445</u>	<u>2.666.985</u>	<u>1.199.524</u>

	2009			
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros
Margem Financeira estrita	(44.168)	(48.184)	154.978	(1.545)
Rendimentos de instrumentos de capital	503	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	5.458	7.209	-	27.530
Encargos com serviços e comissões	(2)	(21.163)	-	(20)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(6.949)	-	-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	4.482	-	-	-
Resultados da reavaliação cambial	4.433	-	-	-
Resultados da alienação de outros activos	-	-	-	(1.127)
Outros resultados de exploração	-	-	-	(1.665)
Produto bancário	<u>(36.243)</u>	<u>(62.138)</u>	<u>154.978</u>	<u>23.173</u>
Outros custos e proveitos				(299.873)
Resultado líquido do exercício				<u>(220.103)</u>

	2008 (proforma)				
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	88.160	95.485	-	-	183.645
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.226	85.809	-	-	165.035
Aplicações em instituições de crédito	440.322	476.905	-	-	917.227
		-	-	-	
Activos financeiros detidos para negociação	22.985				22.985
Activos financeiros disponíveis para venda	689.322	-	-	-	689.322
Crédito a clientes	-	1.464.553	2.928.733	9.451	4.402.737
Outros	-	-	-	172.796	172.796
Activo líquido total	<u>1.320.015</u>	<u>2.122.752</u>	<u>2.928.733</u>	<u>182.247</u>	<u>6.553.746</u>
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	2.250.077	-	2.250.077
Recursos de Bancos Centrais	-	-	20.003	-	20.003
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	804.461	3.664.743	-	4.469.204
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	22.441	22.441
Outros	-	-	-	1.650.965	1.650.965
Passivo Total	<u>-</u>	<u>804.461</u>	<u>5.934.823</u>	<u>1.673.406</u>	<u>8.412.690</u>
	2008 (proforma)				
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros	Total
Margem Financeira	2.329	(12.469)	102.077	3.225	95.162
Rendimentos de instrumentos de capital	24	-	-	1.383	1.407
Rendimentos de serviços e comissões	-	10.430	25.489	9.802	45.721
Encargos com serviços e comissões	(5.538)	-	-	(10.913)	(16.451)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(34.785)	-	-	-	(34.785)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1.187	-	-	-	1.187
Resultados da reavaliação cambial	306	-	-	-	306
Resultados da alienação de outros activos	-	-	-	79	79
Outros resultados de exploração	-	431	1.576	986	2.993
Produto bancário	<u>(25.401)</u>	<u>(1.608)</u>	<u>129.142</u>	<u>26.388</u>	<u>95.619</u>
Outros custos e proveitos					(656.087)
Resultado líquido do exercício					<u>(560.468)</u>

Os principais critérios de alocação utilizados pelo Banco na construção destes mapas foram os seguintes:

- Para as rubricas “Crédito a clientes” e “Recursos de clientes e outros empréstimos”, detalhou a informação entre “Particulares e “Empresas”, tendo alocado os respectivos saldos a “Banca de retalho” e “Banca comercial”, respectivamente.
- A rubrica “Recursos de instituições de crédito” e “Recursos de bancos centrais”, foram alocadas a “Banca comercial” dado que a finalidade é serem utilizados na actividade normal do Banco.
- Os outros activos e passivos foram considerados em “Outros”, dado a impossibilidade de alocação segmental.

Mercados Geográficos

	2009		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	153.471	1.911	155.382
Disponibilidades em outras instituições de crédito	164.880	1.954	166.834
Aplicações em instituições de crédito	911.908	5.525	917.433
Activos financeiros detidos para negociação	25.423	-	25.423
Activos financeiros disponíveis para venda	839.061	-	839.061
Crédito a clientes (líquido)	4.498.218	75.635	4.573.853
Outros	163.886	968	164.854
Activo líquido total	<u>4.662.104</u>	<u>85.993</u>	<u>6.842.840</u>
Recursos de outras instituições de crédito	1.648.278	83	1.648.361
Recursos de bancos centrais	70.179	-	70.179
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.880.529	83.361	2.963.890
Responsabilidades representadas por títulos	3.028.336	-	3.028.336
Outros	1.198.301	1.223	1.199.524
Passivo Total	<u>8.825.623</u>	<u>84.667</u>	<u>8.910.290</u>

	2009		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total
Juros e rendimentos similares	289.947	4.666	294.613
Juros e encargos similares	(231.419)	(2.113)	(233.532)
Margem financeira	<u>58.528</u>	<u>2.553</u>	<u>61.081</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	503	-	503
Rendimentos de serviços e comissões	39.132	1.065	40.197
Encargos com serviços e comissões	(21.110)	(75)	(21.185)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(6.949)	-	(6.949)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	4.482	-	4.482
Resultados da reavaliação cambial	4.420	13	4.433
Resultados da alienação de outros activos	(1.127)	-	(1.127)
Outros resultados de exploração	(1.629)	(36)	(1.665)
Produto bancário	<u>76.250</u>	<u>3.520</u>	<u>79.770</u>
Outros custos e proveitos	(304.250)	(4.377)	(299.873)
Resultado líquido do exercício	<u>(228.000)</u>	<u>(857)</u>	<u>(220.103)</u>

	2008 (proforma)				Total
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	88.160	95.485	-	-	183.645
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.226	85.809	-	-	165.035
Aplicações em instituições de crédito	440.322	476.905	-	-	917.227
		-	-	-	
Activos financeiros detidos para negociação	22.985				22.985
Activos financeiros disponíveis para venda	689.322	-	-	-	689.322
Crédito a clientes	-	1.464.553	2.928.733	9.451	4.402.737
Outros	-	-	-	172.796	172.796
Activo líquido total	<u>1.320.015</u>	<u>2.122.752</u>	<u>2.928.733</u>	<u>182.247</u>	<u>6.553.746</u>
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	2.250.077	-	2.250.077
Recursos de Bancos Centrais	-	-	20.003	-	20.003
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	804.461	3.664.743	-	4.469.204
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	22.441	22.441
Outros	-	-	-	1.650.965	1.650.965
Passivo Total	<u>-</u>	<u>804.461</u>	<u>5.934.823</u>	<u>1.673.406</u>	<u>8.412.690</u>

	2008 (proforma)		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total
Juros e rendimentos similares	442.379	6.352	448.731
Juros e encargos similares	350.401	3.168	353.569
Margem financeira	<u>91.978</u>	<u>3.184</u>	<u>95.162</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	1.407	-	1.407
Rendimentos de serviços e comissões	44.721	1.000	45.721
Encargos com serviços e comissões	(16.363)	(88)	(16.451)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(34.785)	-	(34.785)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1.187	-	1.187
Resultados da reavaliação cambial	289	17	306
Resultados da alienação de outros activos	79	-	79
Outros resultados de exploração	3.132	(139)	2.993
Produto bancário	<u>91.645</u>	<u>3.974</u>	<u>95.619</u>
Outros custos e proveitos	(652.132)	(3.955)	(656.087)
Resultado líquido do exercício	<u>(560.487)</u>	<u>19</u>	<u>(560.468)</u>

38. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, são consideradas entidades relacionadas do BPN, a Direcção Geral do Tesouro e Finanças (accionista), outras entidades do Estado Português, o Fundo de Pensões do BPN, as empresas controladas pelo Grupo BPN e os órgãos de gestão do Banco.

Nome	Sede	2009	2008	Participação efectiva (%)	Participação efectiva (%)
		Participação directa (%)	Participação directa (%)		
Empresas participadas					
Real Vida Seguros, S.A.	Portugal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
BPN Serviços ACE	Portugal	51,4%	83,4%	51,4%	83,4%
BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda	Portugal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Outras entidades do Grupo BPN					
Gestão de Participações Sociais					
BPN Internacional, SGPS, S.A.	Portugal	-	100,0%	-	100,0%
BPN Madeira, SGPS, S.A.	Portugal	-	100,0%	-	100,0%
BPN Participações Brasil Ltda	Brasil	-	80,0%	-	80,0%
Crossco (738) Ltd	Reino Unido	-	49,0%	-	49,0%
Pay Up Holding BV	Holanda	-	76,4%	-	76,4%
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	Portugal	-	26,1%	-	30,0%
Lugab - Gestão e Participações, S.A.	Portugal	-	38,5%	-	100,0%
Actividade Bancária					
Banco Efisa, S.A.	Portugal	-	100,0%	-	100,0%
BPN Brasil Banco Múltiplo, S.A.	Brasil	-	80,0%	-	80,0%
BPN Cayman	Ilhas Caimão	-	100,0%	-	100,0%
BPN IFI, S.A.	Cabo Verde	-	100,0%	-	100,0%
Fundos					
BPN Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto	Portugal	-	80,3%	-	81,4%
BPN Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	Portugal	-	79,9%	-	81,1%
CLIP Multi-Strategy	Luxemburgo	-	100,0%	-	100,0%
BPN Conservador - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações a Taxa Variável	Portugal	-	90,7%	-	88,2%
BPN Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	Portugal	-	100,0%	-	100,0%
BPN GA Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	Portugal	-	94,1%	-	94,1%
BPN Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	-	93,1%	-	86,7%
BPN ImoMarinas - Fundo de Investimento Imobiliário	Portugal	-	100,0%	-	99,4%
BPN Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário	Portugal	-	99,1%	-	70,6%
BPN Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	-	94,8%	-	90,5%
BPN Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações	Portugal	-	67,8%	-	67,4%
BPN Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	-	50,0%	-	50,0%
BPN Taxa Fixa Euro - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	Portugal	-	48,8%	-	61,7%
BPN Tesouraria - Fundo de Investimento Aberto de Tesouraria	Portugal	-	28,1%	-	50,7%
BPN Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Acções	Portugal	-	47,2%	-	43,4%
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa - Dinamização e Competitividade Empresarial	Portugal	-	30,0%	-	30,0%
Mercapital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	-	0,5%	-	50,0%
Segurador					
Portucale Corretora de Seguros, Ltda	Brasil	-	0,0%	-	34,8%
Crédito Especializado					
BPN Crédito, IFIC, S.A.	Portugal	-	100,0%	-	100,0%
Gestão de Activos					
BPN Gestão Activos, SGFIM, S.A.	Portugal	-	100,0%	-	100,0%
BPN Imofundos, SGFII, S.A.	Portugal	-	100,0%	-	100,0%

Nome	Sede	2009	2008	Participação directa (%)	Participação efectiva (%)
		Participação directa (%)	Participação efectiva (%)		
Imobiliário					
Candal Parque - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal	-	99,1%	-	70,6%
Investimentos Dominiais Anglo Portugueses, S.A.	Portugal	-	93,1%	-	86,7%
Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	Portugal	-	93,1%	-	86,7%
Monte da Quinta - Propriedades, Lda	Portugal	-	93,1%	-	86,7%
Outras Entidades					
ALC Leasing, S.A.R.L.	Moçambique	-	36,0%	-	36,0%
Avipronto - Produtos Alimentares, S.A.	Portugal	-	0,0%	-	24,8%
Biz Service Tecnologia em Meios de Pagamentos, Ltda	Brasil	-	0,0%	-	100,0%
BPN Créditos Brasil - Promotora de Vendas Ltda	Brasil	-	100,0%	-	100,0%
Calzeus - Calçado e Acessórios de Moda, S.A.	Portugal	-	89,9%	-	89,9%
Censosf - Centro de Saúde Ocupacional de S. Francisco, S.A.	Portugal	-	33,8%	-	33,8%
Centro Hospitalar de S. Francisco, S.A.	Portugal	-	48,3%	-	48,3%
CHSF - Centro de Cardiologia de S. Francisco, S.A.	Portugal	-	48,3%	-	48,3%
CHSF - Centro de Imagiologia, Lda.	Portugal	-	48,3%	-	48,3%
CHSF - Consultoria de Gestão, Lda.	Portugal	-	48,3%	-	48,3%
CHSF - Health Club, Lda.	Portugal	-	48,3%	-	48,3%
Concretope - Fábrica de Betão Pronto, S.A.	Portugal	-	47,1%	-	47,1%
Controlauto - Controlo Técnico Automóvel, SA	Portugal	-	38,9%	-	38,9%
Ecoleiria - Ecografia de Leiria, Lda.	Portugal	-	48,3%	-	48,3%
Ergorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A.	Portugal	-	20,0%	-	20,0%
Imagran - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda	Portugal	-	61,8%	-	61,8%
Imalis - Meios de Diagnóstico de Imagiologia de Leiria, Lda	Portugal	-	61,8%	-	61,8%
Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	Portugal	-	60,1%	-	60,1%
Locagest - Aluguer e Participações, Lda	Portugal	-	20,0%	-	20,0%
Nascimento & Sousa, Lda	Portugal	-	61,8%	-	61,8%
Nearent - Aluguer e Comércio de Equipamentos, S.A.	Portugal	-	20,0%	-	20,0%
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	Portugal	-	76,4%	-	76,4%
Pay Up Iberia, S.A.	Espanha	-	76,4%	-	76,4%
Pay Up Polska, S.A.	Polónia	-	39,0%	-	39,0%
Pay Up Romania, S.A.	Roménia	-	76,4%	-	76,4%
Pay Up Servia	Sérvia	-	76,4%	-	76,4%
Precore II - Betão Pronto, S.A.	Portugal	-	47,0%	-	47,0%
Quimiceram - Químicos e Minerais, S.A.	Portugal	-	94,1%	-	94,1%
Sobrisul - Sociedade de Britas Seleccionadas do Sul, S.A.	Portugal	-	23,5%	-	23,5%
Valorceram - Subprodutos Cerâmicos, S.A.	Portugal	-	83,9%	-	83,9%
ZenRegra - Unipessoal, Lda	Portugal	-	25,0%	-	100,0%
Accionistas do BPN					
Direcção Geral de Tesouro e Finanças	Portugal				
Outras entidades do Estado Português					
Membros do Conselho de Administração do BPN					
Francisco Manuel Marques Bandeira					
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso					
José Lourenço Soares					
Mário Manuel Faria Gaspar					
Jorge António Beja Pessoa					
Rui Manuel Correia Pedras					
Norberto Emilio Sequeira da Rosa					
Fundo de Pensões do BPN					

Em 31 de Dezembro de 2009, as demonstrações financeiras do BPN incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Membros do Conselho de Administração
<u>Activos:</u>				
Aplicações em instituições de crédito	-	-	915.206	-
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	-	-	1.346	-
Crédito a clientes	-	24.172	324.029	71
Outros activos	-	3.209	111.906	-
<u>Passivos:</u>				
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	50.037	138.281	-
Outros passivos	-	4.194.179	413.378	-
<u>Garantias prestadas</u>	-	-	-	-
<u>Proveitos:</u>				
Juros e rendimentos similares	-	-	39.197	-
Ganhos em operações financeiras	-	-	2.911	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	1.741	-
Outros proveitos de exploração	-	-	1.435	-
<u>Custos:</u>				
Juros e encargos similares	-	-	16.655	-
Perdas em operações financeiras	-	-	6.068	-
Comissões	2.011	-	-	-
Outros custos de exploração	-	364	25.838	188
	<u>2.011</u>	<u>4.271.961</u>	<u>1.997.991</u>	<u>259</u>

A rubrica “Outros custos de exploração” relativa aos membros do Conselho de Administração diz respeito à refacturação efectuada pela CGD a título de remunerações pagas (Nota 33).

Em 31 de Dezembro de 2008, as demonstrações financeiras do BPN incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

Entidades Filiais, Associadas e Outras Empresas do Grupo	Aplicações	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos
Banco Efisa	280.105	2.507	13.980	399	-
BPN - IFI, SA	7.222	43.440	-	-	-
BPN Brasil	51.522	47	14.474	43	9
BPN Cayman	9	534.523	-	-	-
BPN Crédito, IFIC	559.051	5.614	-	275	-
BPN Imofundos, SGFIM, SA	-	-	-	316	-
BPN Madeira	51.000	51.000	-	-	-
BPN, Gestão Activos, SGFIM, SA	-	-	-	169	-
	<u>948.909</u>	<u>637.131</u>	<u>28.454</u>	<u>1.202</u>	<u>9</u>

39. GESTÃO DE CAPITAL

As demonstrações financeiras individuais do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentam uma situação líquida negativa de 2.067.450 mEuros, situação que põe em causa a continuidade das operações do Banco. O Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro, aprovou a reprivatização do Banco e consequentemente a alienação da totalidade das acções representativas do seu capital social. O Conselho de Administração do Banco encontra-se a preparar esta operação, não sendo conhecido à data os detalhes em que a mesma se irá realizar, eventuais aporções de capital ou os impactos contabilísticos ao nível da sua situação patrimonial. Consequentemente, a continuidade das operações do Banco encontra-se condicionada ao modelo de reprivatização que vier a ser adoptado e ao sucesso da sua concretização.

40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão do risco

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e nos capitais próprios de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. O BPN incorre na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

O BPN monitoriza mensalmente o risco estrutural de taxa de juro com base em análises de sensibilidade da margem financeira e dos fundos próprios prudenciais face a uma subida instantânea e paralela da curva de taxas de juro em 200 pontos base. Esta avaliação é efectuada com base na técnica de *gap analysis*, segundo a qual todos os activos e passivos sensíveis a variações na taxa de juro e não associáveis às carteiras de negociação são distribuídos de acordo com as suas maturidades ou datas de *repricing* residuais. Esta análise segue as recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia e da Instrução nº 19/2005 do Banco de Portugal.

A política adoptada visa minimizar o impacto de um eventual choque adverso na margem e nos fundos próprios prudenciais e tem em conta o facto de, no BPN, os passivos remunerados excederem largamente os activos remunerados.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não possuir recursos suficientes para financiar os seus activos ou para honrar os seus compromissos sem incorrer em perdas inaceitáveis.

Actualmente, a gestão do risco de liquidez é efectuada em estreita colaboração com a Caixa Geral de Depósitos, situação que se iniciou logo após a nacionalização. Neste âmbito, foram lançados em 2009 dois programas de papel comercial com a garantia do Estado, que totalizavam no final do ano cerca de 3.000.000 mEuros. As emissões efectuadas ao abrigo desses programas, com maturidades entre 6 e 12 meses, foram integralmente subscritas pela CGD.

A gestão do risco de liquidez baseia-se na análise semanal dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos intervalos considerados, os volumes de *cash inflows* e *cash outflows* esperados, bem como os respectivos *gaps* de liquidez. Adicionalmente, são construídos semanalmente dois cenários com base em diferentes pressupostos: um cenário optimista e um cenário pessimista (este último equivalente a um cenário de *stress*) com vista à determinação de um intervalo de oscilação para as necessidades de financiamento nos vários prazos.

O controlo e reporte do risco de liquidez para o Banco de Portugal é efectuado mensalmente ao abrigo de um exercício de monitorização descrito na Instrução nº 13/2009.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco da existência de perdas decorrentes da variação adversa de valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de factores de risco, nomeadamente taxa de juro, taxa de câmbio, *spreads* de crédito, preços de acções e preços de mercadorias.

O risco de mercado é medido diariamente em termos de sensibilidade a variações nos factores de risco, como sejam a taxa de juro (*basis point value*) e as taxas de câmbio. Os limites de exposição são controlados diariamente por um órgão distinto da área de negócio, no respeito pelo princípio da segregação de funções. Por outro lado, é efectuado semestralmente um exercício de *stress testing*, com o objectivo de avaliar o impacto de alterações extremas das condições de mercado, nomeadamente de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções nos resultados e nos capitais próprios.

Risco Cambial

O risco cambial representa o risco de perdas devido a variações adversas nas taxas de câmbio. O controlo e avaliação do risco cambial são efectuados a nível individual diariamente e mensalmente a nível consolidado. Em termos de negociação encontram-se definidos limites à exposição a cada moeda e a todas as moedas globalmente, os quais são controlados numa base diária.

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros**Risco de liquidez**

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os *cash-flows* previsionais (não descontados), dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

2009									
Prazos Residuais Contratuais									
Até 1 Mês	De 1 Mês a 3 Meses	De 3 Meses a 6 Meses	De 6 Meses a 1 ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	155.382	-	-	-	-	-	-	-	155.382
Disponibilidades em outras instituições de crédito	166.834	-	-	-	-	-	-	-	166.834
Aplicações em instituições de crédito	499.618	9.608	12.609	47.914	191.554	153.417	2.716	(3)	917.433
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	635	-	-	-	176	811
Activos financeiros disponíveis para venda	27	-	-	23.501	861	12.463	3.079	40.319	839.061
Crédito a clientes (saldo bruto)	825.708	570.306	658.316	344.475	832.822	765.898	1.017.318	164.324	5.179.167
	1.647.569	579.914	670.925	416.525	1.025.237	931.778	1.023.113	204.643	7.258.688
Passivos									
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	70.179	-	-	-	-	70.179
Recursos de outras instituições de crédito	1.527.304	46.057	75.000	-	-	-	-	-	1.648.361
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.332.615	690.188	451.966	292.603	113.573	57.788	25.157	-	2.963.890
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.006.114	-	1.022.222	-	-	-	-	3.028.336
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	150.578	-	94.864	245.443
	2.859.919	2.742.359	526.966	1.385.004	113.573	208.366	25.157	94.864	7.956.209
Diferencial	(1.212.350)	(2.162.445)	143.959	(968.479)	911.664	723.412	997.956	109.779	(697.521)

2008 (proforma)									
Prazos Residuais Contratuais									
Até 1 Mês	De 1 Mês a 3 Meses	De 3 Meses a 6 Meses	De 6 Meses a 1 ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	183.645	-	-	-	-	-	-	-	183.645
Disponibilidades em outras instituições de crédito	161.801	3.235	-	-	-	-	-	-	165.036
Aplicações em instituições de crédito	172.233	19.854	54.049	21.928	22.816	614.745	11.602	-	917.226
Activos financeiros detidos para negociação	21.527	-	-	-	497	-	-	962	22.986
Activos financeiros disponíveis para venda	300	-	1.372	1.816	626	59.762	6.489	1.024	689.322
Crédito a clientes (saldo bruto)	1.051.270	782.807	1.148.065	397.823	781.695	316.186	314.142	552.934	5.344.927
	1.590.776	805.896	1.203.486	421.568	805.634	990.693	332.232	553.958	7.323.141
Passivo									
Recursos de Bancos Centrais	20.002	-	-	-	-	-	-	-	20.002
Recursos de outras instituições de crédito	2.080.511	116.013	27.087	26.466	-	-	-	-	2.250.077
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.967.984	1.118.177	813.981	529.698	19.273	7.964	11.197	930	4.469.204
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.932	-	-	17.510	-	-	-	22.442
Outros passivos subordinados	-	1.711	465	-	-	150.000	-	94.500	246.675
	4.068.497	1.240.833	841.533	556.164	36.783	157.964	11.197	95.430	7.008.400
Diferencial	(2.477.721)	(434.937)	361.953	(134.596)	768.851	832.729	321.035	458.527	314.741

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- Não foram incluídos juros projectados nem saldos relativos a derivados, dado que o Banco encontra-se a desenvolver ferramentas que permitam de futuro a preparação desta informação;
- A rubrica “Crédito a Clientes (saldo bruto)” não inclui crédito vencido. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os montantes relativos a esta rubrica ascendem a 935.863 mEuros e 316.144 mEuros, respectivamente.

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refinação, é apresentado no quadro seguinte:

2009									
Datas de Refixação / Datas de Maturidade									
	< = 7 Dias	> 7 Dias < = 1 Mês	> 1 Mês < = 3 Meses	> 3 Meses < = 6 Meses	> 6 Meses < = 12 Meses	> 12 Meses < = 3 Anos	> 3 Anos	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	155.382	-	-	-	-	-	-	-	155.382
Disponibilidades em outras instituições de crédito	166.834	-	-	-	-	-	-	-	166.834
Aplicações em instituições de crédito	425.437	74.177	9.608	12.609	47.914	191.554	156.133	-	917.432
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	635	-	-	-	176	811
Activos financeiros disponíveis para venda	-	38.197	13.631	-	2.587	373	7.989	776.284	839.061
Crédito a clientes (saldo bruto)	430.448	936.286	2.785.647	418.309	173.592	267.449	167.436	-	5.179.167
	1.183.154	1.048.660	2.808.887	431.553	224.094	459.375	331.558	776.504	7.263.785
Passivo									
Recursos de instituições de crédito e Bancos Centrais	(746.550)	(780.933)	(46.057)	(75.000)	(70.000)	-	-	-	(1.718.540)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(214.046)	(715.968)	(681.644)	(425.490)	(252.071)	(141.944)	(50.077)	(482.651)	(2.963.890)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(10.000)	(2.006.525)	(10.000)	(1.001.811)	-	-	-	(3.028.335)
Outros passivos subordinados	-	-	(94.864)	(150.578)	-	-	-	-	(245.443)
	(960.596)	(1.506.902)	(2.829.090)	(661.068)	(1.323.882)	(141.944)	(50.077)	(482.651)	(7.956.208)
Derivados (Valor Nominal)									
Interest Rate Swaps (IRS)	120.553	361.658	(313.089)	(55.000)	(21.513)	(90.996)	(1.611)	-	-
	120.553	361.658	(313.089)	(55.000)	(21.513)	(90.996)	(1.611)	-	-
Exposição Líquida	343.111	(96.583)	(333.292)	(284.515)	(1.121.302)	226.435	279.870	293.854	(692.423)

2008 (proforma)									
Datas de Refixação / Datas de Maturidade									
	< = 7 Dias	> 7 Dias < = 1 Mês	> 1 Mês < = 3 Meses	> 3 Meses < = 6 Meses	> 6 Meses < = 12 Meses	> 12 Meses < = 3 Anos	> 3 Anos	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	183.645	-	-	-	-	-	-	-	183.645
Disponibilidades em outras instituições de crédito	165.035	-	-	-	-	-	-	-	165.035
Aplicações em instituições de crédito	108.357	609.974	93.020	77.810	14.982	13.080	4	-	917.227
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	497	962	1.459
Activos financeiros disponíveis para venda	-	17.775	15.919	205	33.696	-	3.845	852.903	924.343
Crédito a clientes (saldo bruto)	469.201	1.075.221	2.735.072	375.445	62.917	40.174	7.780	-	4.765.811
	926.238	1.702.971	2.844.011	453.460	111.595	53.254	12.126	853.865	6.957.520
Passivo									
Recursos de instituições de crédito e Bancos Centrais	(1.664.248)	(446.671)	(115.900)	(27.061)	(26.440)	-	-	-	(2.280.319)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.144.737)	(753.455)	(1.113.692)	(802.960)	(519.587)	(17.847)	(8.257)	(56.387)	(4.416.922)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(10.000)	(5.000)	(10.000)	-	-	-	-	(25.000)
Outros passivos subordinados	-	-	(94.500)	(150.000)	-	-	-	-	(244.500)
	(2.808.984)	(1.210.126)	(1.329.092)	(990.021)	(546.027)	(17.847)	(8.257)	(56.387)	(6.966.742)
Derivados (Valor Nominal)									
Interest Rate Swaps (IRS)	590.805	92.015	(539.349)	6.529	(9.678)	(140.844)	(684)	-	(1.206)
	590.805	92.015	(539.349)	6.529	(9.678)	(140.844)	(684)	-	(1.206)
Exposição Líquida	(1.291.942)	584.859	975.571	(530.031)	(444.111)	(105.437)	3.184	797.478	(10.428)

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- A rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” não inclui os saldos relativos à reavaliação positiva dos derivativos, dado serem apresentados em rubrica separada, no caso dos *Interest rate swaps* (IRS). Relativamente aos restantes derivativos, o Banco encontra-se a desenvolver ferramentas que permitam de futuro a preparação desta informação;
- Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Crédito a Clientes (saldo bruto)” não inclui crédito vencido no montante de 935.863 mEuros. Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica não inclui crédito vencido e crédito titularizado nos montantes de 316.144 mEuros e 579.116 mEuros, respectivamente.

Risco de créditoQualidade do risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as aplicações em instituições de crédito apresentam a seguinte composição de acordo com o *rating* de referência utilizado pelo Banco:

2009					
	Portugal	Restante União Europeia	Brasil	Outros	Total
AAA	-	1.525	-	-	1.525
Sem <i>Rating</i>	858.969	4.066	35.635	17.238	915.908
	<u>858.969</u>	<u>5.591</u>	<u>35.635</u>	<u>17.238</u>	<u>917.433</u>
2008 (<i>proforma</i>)					
	Portugal	Restante União Europeia	Brasil	Outros	Total
AAA	-	781	-	-	781
Menor que A-	854.907	-	-	-	854.907
Sem <i>Rating</i>	-	2.400	51.814	7.325	61.539
	<u>854.907</u>	<u>3.181</u>	<u>51.814</u>	<u>7.325</u>	<u>917.227</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os títulos de dívida apresentam a seguinte composição de acordo com o *rating* de referência utilizado pelo Banco:

	2009				
	Portugal	Restante União Europeia	América do Norte	Outros	Total
<i>Activos Financeiros Detidos para Negociação</i>					
AA- até AA+	-	635	-	-	635
	-	635	-	-	635
Emitidos por:					
Instituições Financeiras	-	635	-	-	635
	-	635	-	-	635
<i>Activos Financeiros Disponíveis para Venda</i>					
AAA	-	355	-	-	355
A- até A+	8.368	-	-	497	8.865
Menor que A-	9.600	720	-	-	10.320
Sem <i>Rating</i>	38.360	13.736	7.846	6.908	66.850
	56.328	14.811	7.846	7.405	86.390
Emitidos por:					
Corporates	22.878	45	1	15	22.939
Governos e Outras Autoridades Locais	8.362	-	-	-	8.362
Instituições Financeiras	25.229	14.766	7.845	7.197	55.037
Outros Emitentes	-	52	-	-	52
	56.469	14.863	7.846	7.212	86.390
	2008 (proforma)				
	Portugal	Restante União Europeia	América do Norte	Outros	Total
<i>Activos Financeiros Detidos para Negociação</i>					
AA- até AA+	-	497	-	-	497
	-	497	-	-	497
Emitidos por:					
Instituições Financeiras	-	497	-	-	497
	-	497	-	-	497
<i>Activos Financeiros Disponíveis para Venda</i>					
AAA	-	544	-	-	544
AA- até AA+	32.708	-	-	-	32.708
A- até A+	-	131	-	2.986	3.117
Menor que A-	9.652	300	-	6.196	16.148
Sem <i>Rating</i>	18.159	13.825	7.842	1.244	41.069
	60.519	14.800	7.842	10.426	93.587
Emitidos por:					
Corporates	50	7.076	-	4.146	11.272
Governos e Outras Autoridades Locais	32.708	-	-	-	32.708
Instituições Financeiras	25.265	544	-	6.280	32.089
Outros Emitentes	2.495	7.180	7.842	-	17.518
	60.519	14.800	7.842	10.426	93.587

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	2009	2008 (proforma)
Patrimoniais:		
Crédito a clientes	6.115.030	5.661.071
Disponibilidades em outras instituições de crédito	166.834	165.035
Aplicações em instituições de crédito	917.437	917.228
	-----	-----
	7.199.301	6.743.334
	-----	-----
Extrapatrimoniais:		
Garantias prestadas	541.246	550.551
Compromissos revogáveis e irrevogáveis	935.680	993.475
	-----	-----
	1.476.926	1.544.026
	-----	-----
	8.676.227	8.287.360
	=====	=====

Justo valor das garantias recebidas de créditos em incumprimento

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a diferença entre o justo valor das garantias recebidas e os créditos em incumprimento, pode ser detalhada da seguinte maneira:

2009					
	Crédito vencido	Crédito vincendo associado ao vencido	Total	Justo valor das garantias	Diferença
Operações de crédito com garantias reais					
Imóveis	262.630	411.978	674.608	805.514	130.906
Penhor de depósitos a prazo	15.712	36.300	52.013	20.386	(31.626)
Penhor de outras aplicações financeiras	134.481	7.328	141.809	24.671	(117.138)
Operações com outras garantias	189.985	52.334	242.320	283.487	41.167
Operações de crédito sem garantias	333.056	23.330	356.386	-	(356.386)
	935.863	531.272	1.467.135	1.134.058	(333.077)
	=====	=====	=====	=====	=====
2008 (proforma)					
	Crédito vencido	Crédito vincendo associado ao vencido	Total	Justo valor das garantias	Diferença
Operações de crédito com garantias reais					
Imóveis	72.116	261.157	333.273	546.471	213.197
Penhor de depósitos a prazo	5.447	50.657	56.104	11.418	(44.685)
Penhor de outras aplicações financeiras	1.403	38.518	39.922	21.604	(18.317)
Operações com outras garantias	88.989	31.047	120.036	154.215	34.179
Operações de crédito sem garantias	148.189	48.548	196.737	-	(196.737)
	316.144	429.927	746.071	733.708	(12.363)
	=====	=====	=====	=====	=====

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos *cash-flows* dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: taxa de juro, cambial e de preço.

Risco de Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 *basis points* (bp), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2009					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	62	31	16	(16)	(31)	(62)
Aplicações em Instituições de Crédito	67	33	17	(17)	(33)	(67)
Carteira de Títulos:						
. De negociação	5	2	1	(1)	(2)	(5)
. Outros	478	239	120	(120)	(239)	(478)
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	33.172	16.586	8.293	(8.293)	(16.586)	(33.172)
Total Activo Sensível	33.784	16.891	8.447	(8.447)	(16.891)	(33.784)
Recurso de Outras Instituições de Crédito	(3.556)	(1.778)	(889)	889	1.778	3.556
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	(17.766)	(8.883)	(4.441)	4.441	8.883	17.766
Responsabilidades Representadas por Títulos	(20.939)	(10.469)	(5.235)	5.235	10.469	20.939
Outros Passivos Subordinados	(1.388)	(694)	(347)	347	694	1.388
Total Passivo Sensível	(43.649)	(21.824)	(10.912)	10.912	21.824	43.649
Extrapatrimoniais	(5.456)	(2.728)	(1.364)	1.364	2.728	5.456
	(15.321)	(7.661)	(3.829)	3.829	7.661	15.321

	2008					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	73	37	18	(18)	(37)	(73)
Aplicações em Instituições de Crédito	2.837	1.419	709	(709)	(1.419)	(2.837)
Carteira de Títulos:						
. De negociação	19	10	5	(5)	(10)	(19)
. Outros	721	360	180	(180)	(360)	(721)
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	15.782	7.891	3.946	(3.946)	(7.891)	(15.782)
Total Activo Sensível	19.433	9.716	4.858	(4.858)	(9.716)	(19.433)
Recurso de Outras Instituições de Crédito	(2.529)	(1.265)	(632)	632	1.265	2.529
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	(19.611)	(9.806)	(4.903)	4.903	9.806	19.611
Responsabilidades Representadas por Títulos	(108)	(54)	(27)	27	54	108
Outros Passivos Subordinados	(1.382)	(691)	(346)	346	691	1.382
Total Passivo Sensível	(23.631)	(11.815)	(5.908)	5.908	11.815	23.631
Extrapatrimoniais	(6.833)	(3.416)	(1.708)	1.708	3.416	6.833
	(11.030)	(5.515)	(2.758)	2.758	5.515	11.030

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bp que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

Projectão Margem Financeira - Exercício de 2010						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(105.220)	(52.610)	(26.305)	26.305	52.610	105.220
Custos com Juros	114.974	57.487	28.744	(28.744)	(57.487)	(114.974)
Margem Financeira	9.754	4.877	2.439	(2.439)	(4.877)	(9.754)

Projectão Margem Financeira - Exercício de 2009						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(114.758)	(57.379)	(28.689)	28.689	57.379	114.758
Custos com Juros	116.987	58.494	29.247	(29.247)	(58.494)	(116.987)
Margem Financeira	2.230	1.115	557	(557)	(1.115)	(2.230)

Risco Cambial

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2009					
	Moeda					
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Libra Esterlina	Iene	Outras Moedas	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	152.766	1.804	608	1	203	155.382
Disponibilidades em outras instituições de crédito	139.327	24.202	646	706	1.953	166.834
Activos financeiros detidos para negociação	635	176	-	-	-	811
Aplicações em instituições de crédito	851.411	65.736	283	2	1	917.433
Activos financeiros disponíveis para venda	838.078	925	58	-	-	839.061
Crédito a clientes (saldo bruto)	5.079.385	99.517	159	-	106	5.179.167
Outros activos	66.109	-	-	-	3.870	69.979
	7.127.711	192.360	1.754	709	6.133	7.328.667
Passivo						
Recursos de instituições de crédito e Bancos Centrais	(1.585.673)	(127.829)	(2.913)	(6)	(2.119)	(1.718.540)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.935.257)	(22.033)	(4.379)	(46)	(2.175)	(2.963.890)
Responsabilidades Representadas por Títulos	(3.028.336)	-	-	-	-	(3.028.336)
Passivos subordinados	(245.443)	-	-	-	-	(245.443)
Outros passivos	(68.375)	(536)	-	-	(17)	(68.928)
	(7.863.084)	(150.398)	(7.292)	(52)	(4.311)	(8.025.137)
Derivados (Nocionais)						
Swaps Cambiais	148.145	132.808	9.008	-	-	289.961
Swaps de Taxa de Juro	1.660.497	12.098	-	-	-	1.672.595
Swaps de Cotações (Equity Swaps)	20.000	-	-	-	-	20.000
Opções de Caps e Floors	38.100	-	-	-	-	38.100
Operações Cambiais a Prazo	9.870	9.509	-	373	-	19.752
	1.876.612	154.415	9.008	373	-	2.040.408
Exposição Líquida	1.141.239	196.377	3.470	1.030	1.822	1.343.938

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- A rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” não inclui os saldos relativos à reavaliação positiva dos derivados, dado serem apresentados em rubrica separada.
- A rubrica “Crédito a Clientes (saldo bruto)” não inclui crédito vencido. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os montantes relativos a esta rubrica ascendem a 935.863 mEuros e 316.144 mEuros, respectivamente.

Justo Valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é apresentado como se segue:

	2009				
	Saldos Analisados			Saldos Não Analisados	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor Total de Balanço
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	155.382	155.382	-	-	155.382
Disponibilidades em outras instituições de crédito	166.834	166.834	-	-	166.834
Aplicações em instituições de crédito	917.437	917.437	-	-	917.437
Crédito a Clientes	4.445.321	4.250.512	(194.809)	1.669.709	6.115.030
	<u>5.684.974</u>	<u>5.490.165</u>	<u>(194.809)</u>	<u>1.669.709</u>	<u>7.354.683</u>
Passivo					
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.963.890	2.907.486	(56.404)	-	2.963.890
Responsabilidades representadas por títulos	3.028.336	2.952.235	(76.101)	-	3.028.336
Outros passivos subordinados	245.443	174.080	(71.363)	-	245.443
	<u>6.237.669</u>	<u>6.033.801</u>	<u>(203.869)</u>	<u>-</u>	<u>6.237.669</u>

	2008				
	Saldos Analisados			Saldos Não Analisados	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor Total de Balanço
Activo					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	183.645	183.645	-	-	183.645
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	165.035	165.035	-	-	165.035
Aplicações em Instituições de Créditos	917.227	917.227	-	-	917.227
Crédito a Clientes	4.582.537	4.534.691	(47.846)	1.078.534	5.661.071
	<u>5.848.445</u>	<u>5.800.599</u>	<u>(47.846)</u>	<u>1.078.534</u>	<u>6.926.979</u>
Passivo					
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	4.469.204	4.415.221	(53.983)	-	4.469.204
Responsabilidades Representadas por Títulos	22.442	20.889	(1.553)	-	22.441
Outros Passivos Subordinados	246.675	156.814	(89.861)	-	246.675
	<u>4.738.321</u>	<u>4.592.924</u>	<u>(145.397)</u>	<u>-</u>	<u>4.738.321</u>

Os pressupostos utilizados na elaboração destes mapas foram os seguintes:

- As rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais”, “Disponibilidades em outras instituições de crédito” e “Aplicações em instituições de crédito”: dado tratarem-se de aplicações à vista ou de muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor;
- A rubrica “Saldos não analisados” do “Crédito a clientes” inclui o crédito vencido, as operações provenientes do Banco Insular SARL, da Sucursal de Paris, o crédito com emissão de títulos de dívida não subordinada e os juros corridos;
- Recursos de clientes: o *spread* aplicado teve como referência as taxas praticadas pelo Banco na data de referência (218 *basis points*);
- Responsabilidades representadas por títulos: foi utilizado um *spread* baseado numa emissão de dívida *senior floating rate* efectuada por outro banco nacional (450 *basis points*).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe do apuramento do justo valor do crédito a clientes apresenta-se de seguida:

	2009		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Operações concedidas há menos de 12 meses	1.571.898	1.571.898	(0)
Operações com plano financeiro definido	1.575.923	1.375.037	(200.886)
Operações sem plano financeiro definido	1.297.500	1.303.577	6.077
	<u>4.445.321</u>	<u>4.250.512</u>	<u>(194.809)</u>

	2008		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Operações concedidas à menos de 12 meses	1.266.088	1.266.088	-
Operações com plano financeiro definido	1.577.262	1.516.514	(60.748)
Operações sem plano financeiro definido	1.739.187	1.752.089	12.902
	<u>4.582.538</u>	<u>4.534.691</u>	<u>(47.846)</u>

As operações de crédito analisadas foram sujeitas ao desconto dos *cash flows* futuros (capital e juros) para as datas de referência, à taxa de juro média ponderada pelo montante para créditos concedidos nos 6 meses anteriores, para cada segmento analisado, sendo que para as operações sem plano financeiro definido (créditos em conta corrente e descobertos em depósitos à ordem), foi assumido um *cash flow* futuro em 31 de Janeiro pela totalidade do capital vincendo e juros até essa data.

Para as operações concedidas à menos de 12 meses, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 as taxas médias utilizadas e os segmentos considerados com base nas operações iniciadas nos 6 meses anteriores foram os seguintes:

2009					
Segmento	Núm. Operações	Capital Vincendo	Capital Vencido	Valor de Balanço	Taxa Média Ponderada por Montante
Accionistas SLN	56	115.757.611	-	115.757.611	5,8416%
Empresa - CC	3304	195.086.245	76.500	195.162.745	6,3396%
Empresa - Emprést	1427	344.885.567	293.688	345.179.255	6,3842%
Empresa - Outros	9183	92.690.114	1.190.309	93.880.423	7,5559%
Grupo SLN	8	12.807.565	-	12.807.565	6,5048%
Particular - CC	9745	4.970.709	43.315	5.014.024	9,4604%
Particular - Emprést	3567	110.124.733	47.245	110.171.979	5,5964%
Particular - Outros	1944	8.315.023	237.165	8.552.188	11,3872%

2008

Segmento	Núm. Operações	Capital Vincendo	Capital Vencido	Valor de Balanço	Taxa Média Ponderada por Montante
Accionistas SLN	72	4.881.639	37.800.000	42.681.639	6,8503%
Empresa - CC	1375	141.615.658	326.917	141.942.576	6,6591%
Empresa - Emprést	929	155.788.074	378.531	156.166.604	7,0706%
Empresa - Outros	13259	162.431.540	5.372.218	167.803.758	9,6494%
Grupo SLN	22	57.255.911	-	57.255.911	6,9494%
Particular - CC	5794	12.245.373	25.815	12.271.188	7,7297%
Particular - Emprést	2196	70.859.574	40.747	70.900.321	6,4794%
Particular - Outros	2517	16.668.310	142.333	16.810.643	9,7053%

O justo valor foi apurado através da fórmula $\sum C_{fn} / [(1+i)^n/365]$, sendo n o número de dias que medeiam entre 31 de Dezembro e a data do *cash flow*, e sendo i a taxa de juro média ponderada pelo montante para créditos concedidos nos últimos 6 meses, para cada segmento analisado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a forma de apuramento do justo valor dos Instrumentos Financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

2009						
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Técnicas de Valorização		Total	
			Inputs Observáveis de Mercado	Fontes Externas		
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	811	24.472	195	25.478	
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	20.579	768.725	22.816	26.986	839.106	
Passivos Financeiros de Negociação	-	-	65.206	-	65.206	
	<u>20.579</u>	<u>769.535</u>	<u>112.494</u>	<u>27.181</u>	<u>929.790</u>	
2008						
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Técnicas de Valorização			Total
			Inputs Observáveis de Mercado	Fontes Externas	Outras Técnicas de Valorização	
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	1.459	21.336	191	-	22.985
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	28.743	64.561	-	3.845	827.194	924.343
Derivados de Cobertura	-	-	(3)	-	-	(3)
Passivos Financeiros de Negociação	-	-	16.924	-	38.864	55.788
	<u>28.743</u>	<u>66.019</u>	<u>38.257</u>	<u>4.036</u>	<u>866.058</u>	<u>1.003.113</u>

41. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de Março de 2010, o Banco concedeu um crédito à SLN Valor – SGPS S.A., garantido pelo penhor das participações por ela detidas, no montante de 140.610 mEuros com vista à liquidação de responsabilidades perante os subscritores das emissões de papel comercial efectuadas por esta entidade e que se encontravam vencidas desde 19 de Junho de 2009 e 4 de Agosto de 2009.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.
INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal	Critério Valorimétrico	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Correcções de Valor		% de participação	Custo de Aquisição
							Imparidade	Juros Corridos	Capital	
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO										
Instrumentos de dívida										
3Y ABSOLUTE	63,49%	1.000.000	1.000.000	Justo Valor	635	-	-	-		635
Instrumentos de capital										
MLIIF - Japan Value Fund A2	5,8656	1.194	1.194	Justo Valor	7	-	-	-		7
TAIB BANK B S C	0,35	486.671	486.671	Justo Valor	169	-	-	-		169
					176	-	-	-		
Derivados										
Swaps	-	-	-	-	24.498	-	-	-		-
Futuros	-	-	-	-	169	-	-	-		-
					24.667	-	-	-		
TOTAL					25.478	-	-	-		811
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA										
Instrumentos de dívida										
De dívida pública										
OT ABRIL 0511	102,3490%	150.000	150.000	Justo Valor	157	8	-	3		145
OT SETEMBRO 9813	109,6016%	6.205.000	6.205.000	Justo Valor	6.893	435	-	92		6.366
OT JUNHO 02/12	106,8972%	1.000.000	1.000.000	Justo Valor	1.096	(7)	-	27		1.076
OT JUNHO 01/11	105,1837%	200.000	200.000	Justo Valor	216	(3)	-	6		214
					8.362	433	-	128		
De outros emissores										
Adquiridos no âmbito de op. de titularização										
CHAVES SME CLO N.º 1 - F	100,00%	15.613.000	15.613.000	Justo Valor	15.113	-	(500)	-		15.613
CHAVES SME CLO N.º 1 - E	100,00%	9.600.000	9.600.000	Justo Valor	9.600	-	-	-		9.600
					24.713	-	(500)	-		
Divida não subordinada										
VISABEIRA 2007/2014	93,54%	50	2.500.000	Justo Valor	2.363	(162)	-	25		2.500
P.C. COFINA - 12ª Emissão		400	20.000.000	Justo Valor	20.064		-	64		20.000
P.C. RAPOSEIRA - 7ª Emissão		8	400.000	Justo Valor	389		-	1		388
P.C. SLN VALOR - 8ª Emissão		1	45.000	Justo Valor	-		(45)	-		45
BBVAP 6 A1	96,840%	366.421	366.421	Justo Valor	355	12	-	-		343
CITIBANK 0% 26/07/17	51,741%	5.000.000	5.000.000	Justo Valor	2.587	(2.413)	-	-		5.000
HSBC 0 03/18/13	101,23%	2.000.000	2.000.000	Justo Valor	2.025	25	-	-		2.000
CEMG FL 10	99,35%	500.000	500.000	Justo Valor	497	15	-	-		482
CAGRAN Float 12	97,50%	500.000	500.000	Justo Valor	488	30	-	-		457

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal	Critério Valorimétrico	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Correcções de Valor		% de participação	Custo de Aquisição
							Imparidade	Juros Corridos	Capital	
Parkland Finance Corp. /11	15,439%	4.700.000	4.700.000	Justo Valor	726	726	(3.290)	-		3.290
Parkland Finance Corp. /08	0,00%	100.000	100.000	Justo Valor	-	-	(70)	-		70
Parkland Finance Corporation	15,439%	17.932	17.932	Justo Valor	3	3	(13)	-		13
Parkland Finance Corp. Series 9	15,439%	1.000.000	1.000.000	Justo Valor	154	154	(700)	-		700
Parkland Finance Corp. /13	15,439%	1.000.000	1.000.000	Justo Valor	154	154	(700)	-		700
Centauri Corp (1-2) Float 03/2013	0,00%	10.092.854	10.092.854	Justo Valor	-	-	(6.387)	-		6.387
Parkland Finance Corp. /13	15,439%	243.041	243.041	Justo Valor	38	38	(170)	-		170
Parkland Finance Corp. Series 12 2013	15,439%	3.008.979	3.008.979	Justo Valor	465	465	(2.106)	-		2.106
Beta Finance Corp. Serie 3 Grp 1 /14	0,00%	67.631	67.631	Justo Valor	-	-	(36)	-		36
Beta Finance Corp. (1) 04-2014	0,00%	67.631	67.631	Justo Valor	-	-	(36)	-		36
Centauri Corp Ser.1 Float 09/14	0,00%	1.705.436	1.705.436	Justo Valor	-	-	(1.079)	-		1.079
Zela Finance Corp. Ser.5 08/16	0,00%	647.061	647.061	Justo Valor	-	-	(296)	-		296
Zela Fin.Corp.02-2012	0,00%	18.033	18.033	Justo Valor	-	-	(8)	-		8
VW FLOAT 14/03/16	80,00%	218	218.000	Justo Valor	174	8	-	-		167
CAJACM Float 49	30,00%	2	200.000	Justo Valor	61	(15)	-	1		75
FCFIN09/15 - FCFIN Float 09/15	75,00%	400.000	400.000	Justo Valor	300	(8)	-	-		308
PENED 06/49 - PENED Float 06/49	60,00%	6	300.000	Justo Valor	180	53	-	-		128
ARL6 2005-EULR C3E	0,00%	250.000	250.000	Justo Valor	-	(17)	-	-		17
K2 CORP. (Capital Notes) 02-12-22	0,00%	7.903.268	5.486.095	Justo Valor	-	-	(5.486)	-		5.486
K2 Corp. (Capital Notes) 02-11-21	0,00%	1.699.969	1.180.042	Justo Valor	-	-	(564)	-		564
					31.021	(933)	(20.986)	91		
Divida não subordinada										
White Pine Corp. Ltd. 12/13	0,00%	946.739	657.184	Justo Valor	-	-	(462)	-		462
White Pine Corp. Ltd. 12/14	0,00%	359.554	249.586	Justo Valor	-	-	(176)	-		176
EF2254276 - BANIF FLOAT 12/15	83,000%	11.703	11.703	Justo Valor	10	-	-	-		10
BANCO BPI SA - BPIPL Float 07/11	100,641%	6.025	6.025	Justo Valor	6	-	-	-		6
SEMCOE - SEMAPA 2006/2016	94,000%	8.833	8.833	Justo Valor	8	-	-	-		8
RENEPL 6,375 - REN REDES ENERGETICAS - RENI	111,312%	2.703	2.703	Justo Valor	3	-	-	-		3
024635953 - VW Float 14/03/16	80,000%	6.071	6.071	Justo Valor	5	-	-	-		5
BANITL 49 - BANITL Float 49	39,010%	6.885	6.885	Justo Valor	3	-	-	-		3
BCPN F 06/15 - BCP FINANCE BANK LTD (BCPN Fic	88,000%	2.345	2.345	Justo Valor	2	-	-	-		2
BVA 12/49 - BVA Float 12/49	41,000%	7.836	7.836	Justo Valor	3	-	-	-		3
CAJACM 49 - CAJACM Float 49	30,000%	3.718	3.718	Justo Valor	1	-	-	-		1
COFINA 3.875 - COFINA BV - COFINA 3.875 08/10	96,000%	2.998	2.998	Justo Valor	3	-	-	-		3
CRLOG - Credit Logement 11/49	74,800%	4.616	4.616	Justo Valor	3	-	-	-		3
ED0938107 - BPI Cayman Float Perpetual	69,980%	8.625	8.625	Justo Valor	6	-	-	-		6
ED7232736 - EBS Building Society Float 12/14	55,000%	3.748	3.748	Justo Valor	2	-	-	-		2
FLOAT 07/17 - Sparebanken Vest Float 07/17	77,000%	3.324	3.324	Justo Valor	3	-	-	-		3
HSN 02/17 - HSN Float 02/17	59,000%	8.533	8.533	Justo Valor	5	-	-	-		5
MONTPI 16 - MONTPI Float 16	80,000%	6.260	6.260	Justo Valor	5	-	-	-		5
NATL - NATL Capital 2049	67,000%	2.868	2.868	Justo Valor	2	-	-	-		2
XS0138932099 - Parkland Finance Corp. /11	15,439%	31	31	Justo Valor	-	-	-	-		-
XS0140396358 - Parkland Finance Corporation	15,439%	4.279	4.279	Justo Valor	1	1	(1)	-		1
XS0180062191 - Parkland Finance Corp. /13	15,439%	13.778	13.778	Justo Valor	2	2	(2)	-		2
XS0190941202 - Allegro Investment Corp. 04/10	48,110%	8.187	8.187	Justo Valor	4	-	-	-		4
XS0208463306 - Banif Float Perpetual	85,000%	6.823	6.823	Justo Valor	6	-	-	-		6
XS0208508845 - Banif Float Perpetual	101,470%	5.001	5.001	Justo Valor	5	2	-	-		3

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal	Critério Valorimétrico	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Correcções de Valor		% de participação	Custo de Aquisição
							Imparidade	Juros Corridos	Capital	
XS0238704281 - ARL6 2005-EULR C3E	0,000%	1.021	1.021	Justo Valor	-	-	-	-	-	-
KAUP - Kaup Float 06/14	0,000%	5.213	5.213	Justo Valor	-	-	-	-	-	-
ISBAIR10/14 - ISBAIR Float 10/14	0,000%	1.240	1.240	Justo Valor	-	-	-	-	-	-
XS0139081847 - Parkland Finance Corp. /08	0,000%	2.642	2.642	Justo Valor	-	-	-	-	-	-
XS0178293519 - Centauri Corp (1-2) Float 03/2013	0,000%	47.520	47.520	Justo Valor	-	-	-	-	-	-
					87	4	(640)	-		
Divida não subordinada										
XS0187513642 - Beta Finance Corp. Serie 3 Grp 1 /14	0,000%	21.526	21.526	Justo Valor	-	-	-	-	-	-
XS0200584125 - Beta Finance Corp. (1) 04-2014	0,000%	21.526	21.526	Justo Valor	-	-	-	-	-	-
XS0224399872 - Centauri Corp Ser.1 Float 09/14	0,000%	24.024	24.024	Justo Valor	-	-	-	-	-	-
XS0271816869 - Zela Finance Corp. Ser.5 08/16	0,000%	11.159	11.159	Justo Valor	-	-	-	-	-	-
ZELA 02/12 - Zela Fin.Corp.02-2012	0,000%	5.740	5.740	Justo Valor	-	-	-	-	-	-
AIB FL 03/15 - ALLIED IRISH BANKS PLC AIB Float C	65,000%	6.362	6.362	Justo Valor	4	-	-	-	-	4
CXGD F 04/15 - CAIXA GERAL DEPO PARIS - CXGC	85,000%	10.301	10.301	Justo Valor	9	-	-	-	-	9
FORTIS FL 17 - FORTIS BANK SA/NV Fortis Float 17	90,000%	7.338	7.338	Justo Valor	7	-	-	-	-	7
DGSL PS - Diversified Global Securities Ltd.	15,900%	10.634	10.634	Justo Valor	1	1	-	-	-	-
MIRAX 03/11 - Mirax 12.0% 03/11	9,000%	6.151	6.151	Justo Valor	-	(1)	-	-	-	1
ODEBRECHT - ODEBRECHT FINANCE LTD	115,500%	4.202	4.202	Justo Valor	3	-	-	-	-	3
OSIRIS /10 - OSIRIS Float 10	97,760%	2.931	2.931	Justo Valor	3	-	-	-	-	3
STABAN10/15 - STABAN Float 10/15	85,000%	1.426	1.426	Justo Valor	1	-	-	-	-	1
UMLF 2007-1A - UMLF 2007-1 A	14,648%	10.626	10.626	Justo Valor	1	-	-	-	-	1
US96428FAW86 - White Pine Corp. Ltd. 12/13	0,00000	17.532	17.532	Justo Valor	-	-	-	-	-	-
US96428FAX69 - White Pine Corp. Ltd. 12/14	0,00000	4.775	4.775	Justo Valor	-	-	-	-	-	-
XS0149850777 - K2 Corp. (Capital Notes) 02-11-21	0,00000	29.527	29.527	Justo Valor	-	-	-	-	-	-
					29	1	-	-		
Divida subordinada										
SLN Rendimento Mais 2004		1	50.000	Custo Histórico	50	-	-	-		50
Instrumentos de capital										
Fundo Invest. BPN Ações	5,031	250.000	1.246.975	Justo Valor	1.258	11	-	-	17%	1.247
Fundo Invest. BPN Imonegócios	5,6656	73.180.854	365.024.490	Justo Valor	414.613	-	(86.869)	-	99%	501.482
Fundo Invest. IMOREAL	94,876	1.117.918	111.791.800	Justo Valor	106.064	11.532	(26.277)	-	60%	120.808
BPN IMOGLOBAL	477,3046	50.289	50.289.000	Justo Valor	24.003	-	(29.814)	-	40%	53.817
IMOSOCIAL - Fund.Inv. Imobiliário	6,4363	1.749.276	8.746.380	Justo Valor	11.259	536	-	-	9%	10.722
F. BPN DIVERSIFICAÇÃO - F. Especial. Invest.	3,703	49.105.693	245.528.464	Justo Valor	181.838	-	(78.632)	-	100%	260.470
BPN FUNDOS VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL	2270,8864	377	1.885.000	Justo Valor	856	-	(1.142)	-	-	1.998
BPN FUNDOS IMOMARINAS	106,8016	45.542	4.554.200	Justo Valor	4.864	129	(371)	-	9%	5.105
BPN FUNDOS REAL ESTATE	452,0126	2.264	1.132.000	Justo Valor	1.023	80	(537)	-	1%	1.481
COIMBRAVITA		15.000	74.850	Custo Histórico	75	-	-	-	11%	75
AMB, SGPS, S.A.		33.300	166.167	Custo Histórico	94	-	(73)	-	11%	166
QUATERNAIRE PORTUGAL - Rec. H., S.A.		8.200	41.000	Custo Histórico	38	-	-	-	16%	38
ADRAVE		5.000	24.950	Custo Histórico	25	-	-	-	6%	25
PME Capital de Risco, S.A.		1.000	4.988	Custo Histórico	4	-	-	-	0%	4
PME Investimentos		1.000	4.988	Custo Histórico	4	-	-	-	0%	4
SIBS		20.000	99.760	Custo Histórico	2.342	-	-	-	0%	2.342
UNICRE		5.882	29.410	Custo Histórico	554	-	-	-	0%	554

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal	Critério Valorimétrico	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Correcções de Valor		% de participação	Custo de Aquisição
							Imparidade	Juros Corridos	Capital	
INEGI		10.000	50.000	Custo Histórico	50	-	-	-	3%	50
ENTIGERE - Entidade Gestora da Rede Multiserviços, S.A.		23.200	116.000	Custo Histórico	116	-	-	-	10%	116
NEXTPART, SGPS, S A		96.661	96.661	Custo Histórico	188	-	-	-	2%	188
SLN AM - Soc. Lusa Negocios SGPS		1.430.562	1.430.562	Custo Histórico	257	-	(3.320)	-		3.576
EXCELLFUND0A - CLIP MULTI-STRATEGY	5.651,670	4.209	4.209	Justo Valor	23.787	-	(22.768)	-		46.555
ARCELORMITTAL - MTP FP	32,18000	44	0	Justo Valor	1	(1)	-	-		3
GOTABIE KY - Gottex ABI Fund	25,11000	1.932	1.932	Justo Valor	49	(106)	-	-		155
LCSGREE KY - Lon&Cap-German Real Estate Fund	637,14330	568	568	Justo Valor	362	48	(314)	-		629
UCG IM - Unicredito Italiano SPA	2,34250	2	2	Justo Valor	-	-	-	-		-
GGY121000008 - BABCOCK & BROWN EURO INF F	0,00000	14.033	14.033	Justo Valor	-	(8)	-	-		8
GOTABIE KY - Gottex ABI Fund	25,11000	46	46	Justo Valor	1	-	-	-		1
LCSGREE KY - Lon&Cap-German Real Estate Fund	637,143	13	13	Justo Valor	9	2	(7)	-		14
DELPHI FIXED 8.25% 15-10-2033	0,00007	250	6.250	Justo Valor	-	-	-	-		-
					773.736	12.223	(250.124)	-		
Instrumentos de capital										
BANK OF AMERICA CORP.	10,45398	5	-	Justo Valor	-	-	-	-		-
POLLEX INC - PLLX US	0,02777	1	-	Justo Valor	-	-	-	-		-
GBR12100007 - Fine Art Fund II	0,55352	222.621	222.621	Justo Valor	123	52	(71)	-		142
GBR12100008 - Fine Art Fund	0,66215	837.615	837.615	Justo Valor	555	166	(389)	-		777
AIG US - American International Group	20,81077	9	23	Justo Valor	-	-	-	-		-
GBR12100007 - Fine Art Fund II	0,55352	13.390	13.390	Justo Valor	7	4	(4)	-		7
GBR12100008 - Fine Art Fund	0,66215	12.214	12.214	Justo Valor	8	4	(4)	-		8
GLG Partners Plc - European Long/Short Fund -A- (Sf	72,32000	100	100	Justo Valor	7	-	-	-		7
Fairfield Sigma Ltd	0,00000	1.105	1.105	Justo Valor	-	-	-	-		-
La Fayette Regular Growth Ltd -B- (Side Pocket)	9,26000	3.553	3.553	Justo Valor	33	(1)	-	-		34
GLG Partners SICAV - Multi-Strategy Fund	112,92000	247	247	Justo Valor	28	-	-	-		28
Brandeaux - Student Accomodation Fund -A	2,64610	21.887	21.887	Justo Valor	58	-	-	-		58
Permal Single-Fixed Income Special Opps Fund -A	3,415,61155	7	7	Justo Valor	24	-	-	-		24
RAB Capital Plc - Special Situations -G	48,50757	325	325	Justo Valor	16	-	-	-		16
Rab Energy Fund Ltd (Side Pocket - Oct Redemption)	60,52339	4	4	Justo Valor	-	-	-	-		-
Rab Octane Fund Ltd (Side Pocket - Nov Redemption)	52,90851	108	108	Justo Valor	7	-	-	-		7
Rab Energy Fund Ltd (Side Pocket - Nov Redemption)	73,46900	25	25	Justo Valor	2	-	-	-		2
SWIFT		7	875	Custo Histórico	17	-	-	-	1%	17
INVESTMENT CIRCLE		80.000	400.000	Custo Histórico	3	-	-	-		3
VISA EUROPE		1	10	Custo Histórico	-	-	-	-		-
VISA INC. - CLASS C		7.296	1	Custo Histórico	175	-	-	-		175
					1.063	226	(467)	-		
Outros										
SEVDA FP - Suez, SA-DIREITOS	3,99000	3	3	Justo Valor	-	-	-	-		-
TOTAL					839.061	11.955	(272.717)	219		1.099.605

2.2 Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Português de Negócios S.A. (BPN ou Banco) é uma instituição de crédito com sede no Porto, que iniciou a sua actividade bancária em 1 de Julho de 1993 após a conclusão do processo de fusão entre a Norcrédito – Sociedade de Investimento, S.A. e a Soserfin – Sociedade de Investimento e Serviços Financeiros, S.A..

Em Novembro de 2008, todas as acções representativas do capital social do BPN foram nacionalizadas ao abrigo da Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro. De acordo com a referida Lei, a nacionalização foi motivada pelo volume de perdas acumuladas pelo Banco, ausência de liquidez adequada e iminência de uma situação de ruptura de pagamentos que ameaçava os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro. O Banco passou assim a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo detido pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças. A gestão do Banco foi atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), cabendo a esta entidade a designação dos membros dos órgãos sociais.

Em Janeiro de 2010, o Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro aprovou a reprivatização do Banco e consequentemente a alienação da totalidade das acções representativas do seu capital social, operação que se encontra em preparação pelo Conselho de Administração do BPN.

O Banco desenvolve a sua actividade numa óptica de banca universal, actuando também, directamente ou através de empresas participadas directa ou indirectamente, nas áreas de banca, seguros, banca de investimento, gestão de activos, área imobiliária e saúde.

Para a realização das suas operações, em 31 de Dezembro de 2009 o Banco contava com uma rede nacional de 215 agências, uma Sucursal em França com 5 agências e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de Dezembro de 2009 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

Durante o segundo semestre de 2008 foram identificadas um conjunto de situações com impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco, nomeadamente imparidades e provisões para crédito concedido e activos imobiliários, originadas em exercícios anteriores. De forma a permitir a comparabilidade da informação financeira apresentada, o Banco efectuou a reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2007, conforme permitido pelo IAS 8.

2.2. Novas normas e interpretações, revisões e emendas adoptadas pela União Europeia

O Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009, desde que aprovadas pela União Europeia.

i) Normas adoptadas ou aplicadas pelo Banco pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

Data de eficácia
(exercícios
iniciados em ou
após)

Novas normas e interpretações

IFRS 8 – Segmentos operacionais	1-Jan-09	A IFRS 8 substitui a IAS 14, redefinindo os segmentos relatáveis e a informação a relatar sobre os mesmos.
---------------------------------	----------	--

Emendas

IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro / IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Emendas)	1-Jan-09	Estas emendas referem-se à mensuração do custo dos investimentos na adopção inicial das IFRS e ao reconhecimento do rendimento de dividendos provenientes de subsidiárias, nas demonstrações financeiras da empresa-mãe.
---	----------	--

IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras / IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação (Emendas)	1-Jan-09	Estas emendas clarificam a classificação e a apresentação de instrumentos financeiros com uma opção <i>put</i> .
---	----------	--

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2007	Várias (usualmente 1-Jan-09)	Este processo envolveu a revisão de 32 normas contabilísticas.
---	---------------------------------	--

O efeito nas demonstrações financeiras do Banco do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, decorrente da adopção e aplicação das normas e interpretações, revisões e emendas acima referidas é detalhado conforme se segue:

- “IFRS 8 – Segmentos operacionais”. Esta norma tornou-se aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2009 para todas as entidades que tenham emitido títulos (obrigações ou acções) que se encontrem admitidos a cotação em mercados públicos, ou que tenham requerido a admissão destes títulos a cotação em mercados públicos. Apesar de não estar incluído no âmbito definido, o Banco optou por efectuar as divulgações de acordo com os requisitos da norma. O IFRS 8 estabelece que o Banco deverá reportar informação quantitativa e qualitativa sobre os segmentos reportados, os quais correspondem a segmentos operacionais ou agregações de segmentos operacionais. Os segmentos operacionais correspondem a componentes da actividade para os quais o Banco dispõe de informação financeira autónoma a qual é objecto de análise pelos órgãos de decisão do Banco nas decisões de afectação de recursos e de medição da performance.
- “IAS 1 (Revisão) – Apresentação das demonstrações financeiras”. Esta norma, de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009, introduz um conjunto de alterações relativamente à denominação das demonstrações financeiras. Os principais impactos desta revisão do IAS 1 para o Banco são, entre outros, os seguintes:
 - Todos os ganhos e perdas (incluindo os que são contabilizados directamente em capitais próprios) são apresentados:
 - o Numa declaração única: demonstração de rendimento integral; ou
 - o Em duas declarações (demonstração dos resultados e demonstração de rendimento integral). O Banco adoptou esta possibilidade nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2009.
 - Deixa de ser permitido apresentar os itens de *other comprehensive income* (por exemplo, ganhos ou perdas na reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda) separadamente na demonstração de alterações nos capitais próprios.

ii) Normas não adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 por serem de aplicação obrigatória apenas em exercícios económicos futuros

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
<u>Revisões</u>		
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Revisão de 2008)	1-Jan-10	Esta revisão reflecte as várias alterações ocorridas desde a primeira versão desta norma.
<u>Emendas</u>		
IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos / IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	Exercícios acabados em ou iniciados após 30-Jun-09	Estas emendas clarificam as circunstâncias em que é permitida a reapreciação subsequente da obrigatoriedade de separação de um derivado embutido.

Estas normas apesar de aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

2.3. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 3), incluindo entidades de propósito especial (SPV).

A nível das entidades participadas, são designadas “filiais” aquelas nas quais o Grupo exerce um controlo efectivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da Norma IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”, o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, fundos de capital de risco e de investimento e outras entidades similares, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e nas quais o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das filiais que integram o Grupo foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica “Interesses minoritários”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das entidades filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Durante o exercício de 2009, o Conselho de Administração do Banco decidiu iniciar diligências para a venda imediata das participações detidas na Labicer – Laboratório Industrial Cerâmico, S.A., Quimiceram – Químicos e Minerais, S.A. e Valorceram – Subprodutos Cerâmicos, S.A.. Deste modo, estes activos passaram a cumprir os requisitos da Norma IFRS 5, tendo sido objecto de exclusão do perímetro de consolidação e registados ao custo de aquisição, deduzidos das perdas por imparidade estimadas, na rubrica “Activos não correntes detidos para venda”.

2.4. Concentrações de actividades empresariais e goodwill

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a filial, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

O *goodwill* corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O *goodwill* é registado como um activo e não é sujeito a amortização.

No caso de transacções efectuadas após a obtenção de controlo pelo Grupo, o diferencial entre o custo de aquisição das acções adicionais e o valor correspondente de activos e passivos da entidade adquirida é registado directamente em reservas.

Até 1 de Janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

2.5. Investimentos em associadas

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situe, directa ou indirectamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respectivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efectiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efectuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a reflectir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O *goodwill*, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes, é registado como um activo e não é sujeito a amortização.

Até 1 de Janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

2.6. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada “moeda funcional”. Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional do Grupo.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais do Banco e das filiais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

Nas contas consolidadas, os activos e passivos de entidades com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica “Outras reservas”, do capital próprio, sendo o respectivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respectivas filiais.

2.7. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente atribuíveis à transacção são registados na rubrica “Encargos com serviços e comissões”. Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do activo. Quando do reconhecimento inicial estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adopção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - a) Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (*accounting mismatch*) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - b) Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas; e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
 - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
 - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes (incluindo crédito titulado), valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros activos”.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações.

A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade. Neste sentido, inclui também os instrumentos de capital detidos no âmbito da actividade de capital de risco do Grupo, sem opções associadas;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, excepto os instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados em operações financeiras" ou "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em "Juros e rendimentos similares", da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital", quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados na categoria de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de instrumentos financeiros transaccionados em mercados activos é determinado com base em:

- Relativamente a instrumentos transaccionados em mercados activos:
 - i) Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira;
 - ii) Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transaccionados a descoberto. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”.

ii) Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica inclui os fundos recebidos no âmbito da operação de titularização de crédito concedido.

iii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e para reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

O Banco utiliza apenas coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, *swaps* de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso o Banco revogue a designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efectuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser reconhecidos em resultados pelo método da taxa efectiva até à maturidade do activo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de *trading*.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras", com excepção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é reflectida em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectuou uma análise de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente crédito a clientes.

A imparidade para crédito do BPN foi apurada da seguinte forma:

- Análise individual de todos os clientes com responsabilidades superiores a 2.000 mEuros, clientes com grau de vigilância especial e clientes com crédito vencido superior a 250 mEuros;
- Para o universo dos clientes não sujeitos à análise individual, foi efectuada análise colectiva baseada nas respostas obtidas aos questionários de crédito enviados às áreas comerciais do Banco para uma amostra de operações de crédito.

A imparidade para crédito do Banco Efisa, S.A., BPN (IFI), S.A. e BPN Cayman Limited foi apurada através de análise individual feita à totalidade da sua carteira, tendo sido atribuído a cada cliente uma taxa específica de imparidade.

Relativamente à BPN Credito IFIC, foi efectuada uma análise individual de uma parte representativa das carteiras dos segmentos de factoring e de locação imobiliária (aproximadamente 99% e 71%, respectivamente) extrapolando os resultados da mesma para a carteira não analisada através da utilização das taxas médias de provisionamento obtidas em tais análises.

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante total de imparidade para crédito registado acima dos limites aceites como custo para efeitos fiscais encontra-se ainda em fase de apuramento. Contudo, o montante nunca será inferior a 950.000 mEuros.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.7. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Grupo uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na “Reserva de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

2.8. Bens recebidos em dação de crédito

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados por contrapartida da rubrica de “Crédito a clientes”, quando existe a dação em cumprimento ou pela rubrica de “Cheques e ordens a pagar”, quando há adjudicações judiciais nas quais o Banco não é dispensado do respectivo pagamento. Os bens são subsequentemente registados nas seguintes rubricas:

- Nos casos em que a expectativa de venda seja altamente provável e se encontrem disponíveis para venda imediata, os bens são registados em “Activos não correntes detidos para venda”, cumprindo os requisitos da Norma IFRS 5.
- Caso os activos não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados na rubrica “Outros activos”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

Conforme referido na Nota 10, em Dezembro de 2009, o Banco transferiu para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda” o montante de 93.697 mEuros relativo a imóveis recebidos em dação por recuperação de créditos, por passarem a preencher os requisitos do IFRS 5.

2.9. Activos não correntes detidos para venda

A Norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” é aplicável a activos isolados e também a grupos de activos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transacção, bem como todos os passivos directamente associados a esses activos que venham a ser transferidos na transacção (denominados “grupos de activos e passivos a alienar”).

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser

recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

Estão registados nesta rubrica os imóveis recebidos em recuperação de créditos cuja venda é expectável no prazo de um ano e também as participações financeiras a alienar.

Durante o exercício de 2009, o Conselho de Administração do Banco decidiu iniciar diligências para a venda imediata das participações detidas na Labicer, Quimiceram e Valorceram. Deste modo, estes activos passaram a cumprir os requisitos da Norma IFRS 5, tendo sido objecto de exclusão do perímetro de consolidação.

2.10. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas "Outros rendimentos e encargos de exploração".

2.11. Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Outros gastos administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	20 – 50
Obras em edifícios de serviço próprio	20 – 50
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamentos	4 – 8
Material de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	10

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

2.12. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros activos tangíveis” e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como “Crédito a clientes”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em “Juros e rendimentos similares”.

2.13. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Grupo. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – Activos Intangíveis, os custos internos directos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como activos intangíveis. Estes custos correspondem exclusivamente a custos com pessoal.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.14. Impostos sobre lucrosImpostos correntes

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente, e as com sede em Portugal, nomeadamente o Banco, estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede nos termos do artigo 85.º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira do BPN e a BPN Madeira, SGPS, S.A. beneficiam, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

No que respeita às subsidiárias no estrangeiro, os impostos sobre lucros são calculados e registados de acordo com as normas em vigor nos respectivos países.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

Durante o exercício de 2009, o BPN reverteu os impostos diferidos passivos por dispor de prejuízos fiscais reportáveis suficientes para suportar os proveitos fiscais que serão considerados no momento da alienação dos títulos que deram origem ao registo dos impostos diferidos passivos. O BPN tenciona vender estes títulos pelo valor contabilístico no prazo de um ano.

2.15. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências diversas, que se encontram descritas na Nota 23.

2.16. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pelo Grupo incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

Responsabilidades com pensões

Até 31 de Dezembro de 1997, as entidades financeiras do Grupo não eram subscritoras do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário. Os seus colaboradores, encontravam-se enquadrados no sistema de reformas da Segurança Social. No decurso do ano de 1998, determinadas entidades financeiras do Grupo, celebraram com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro, Sul e Ilhas e Quadros e Técnicos Bancários, os acordos de adesão ao ACTV vigente. Estes acordos prevêem que sejam asseguradas as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência e demais benefícios deles decorrentes, relativamente aos colaboradores abrangidos pelo referido acordo, com efeito imediato a partir da data mencionada. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma, então assumidas, foi constituído o Fundo de Pensões das subsidiárias do sector financeiro do Grupo, encontrando-se a sua gestão a cargo da Real Vida Seguros, S.A. (Real Vida).

A Real Vida dispõe igualmente de Fundo de Pensões, enquadrado nos termos do Contrato colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora. Entre as suas características principais destaca-se o facto de assegurar exclusivamente o pagamento de pensões por velhice e invalidez.

Os Planos de Pensões existentes no Grupo, correspondem a planos de benefícios definidos, dado que se encontram estabelecidos os critérios de determinação do valor da pensão que o colaborador receberá no decurso da sua reforma. Este encontra-se dependente de múltiplos factores, tais como e entre outros: a idade, os anos de serviço e o valor da retribuição mensal. Os Planos são substitutivos da Segurança Social e totalmente independente da mesma, para todos os empregados que efectuem descontos para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS), assumindo carácter complementar e dependente em relação aos benefícios do regime público, para os restantes colaboradores.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, caso aplicável, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários especializados, utilizando o método *Unit Credit Projected*, e pressupostos actuariais considerados adequados. A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões (ou, caso aplicável, das provisões constituídas), dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Os limites referidos no parágrafo anterior são calculados e aplicados separadamente para cada plano de benefício definido.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido na rubrica apropriada de "Custos com pessoal".

Encargos com saúde (SAMS)

Aos trabalhadores do sector bancário é garantida pelo Grupo, a assistência médica, através do SAMS, que se constitui como uma entidade autónoma, sendo gerida pelo respectivo Sindicato.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, em conformidade com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

As contribuições obrigatórias para o SAMS, a cargo do Grupo, correspondem a 6,5% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de Férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e reconhecimento das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma, é efectuado de forma similar às das responsabilidades com pensões.

Outros benefícios de longo prazo

O Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.17. Segurosa) Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

De acordo com o permitido pela Norma IFRS 4, a Real Vida mantém a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que a participação nos resultados inclui uma componente de discricionariedade por parte da Real Vida, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêm a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial da Real Vida. A separação destes montantes entre Segurado e a Real Vida é feita com base nos planos de participação nos resultados.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando devidos, na rubrica “Prémios, líquidos de resseguro”, da demonstração de resultados.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática corresponde ao valor actuarial estimado dos compromissos da Real Vida, decorrentes dos contratos de seguro em vigor, e é calculada para cada apólice, de acordo com as respectivas bases actuariais aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Esta provisão é aplicável também aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

d) Provisão para participação nos resultados a atribuir

No que respeita aos produtos financeiros com participação nos resultados, esta provisão corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, que exceda o prejuízo acumulado da conta financeira desse produto.

Em 31 de Dezembro de 2009 a diferença entre o valor de mercado e o custo de aquisição dos títulos disponíveis para venda não corresponde exactamente ao valor da Reserva de Reavaliação. Esta diferença corresponde à proporção a atribuir aos tomadores de seguro nos produtos com participação nos resultados, valor que foi transferido para a provisão para participação nos resultados a atribuir. Tendo em conta que estes produtos registaram prejuízos transitados significativos, esta provisão (PPRA) foi por sua vez anulada para compensação desses prejuízos transitados.

Em 31 de Dezembro de 2008, esta provisão era nula decorrente dos investimentos financeiros afectos a seguros de vida com participação nos resultados terem ajustamentos de justo valor acumulados negativos.

No que se refere aos produtos de risco com participação nos resultados nos seguros de grupo temporários renováveis, o segurado tem direito a uma participação nos resultados do seguro, que depende do número de pessoas seguras, e é determinada com base numa conta anual que tem a crédito os prémios cobrados durante a anuidade, líquidos de estornos pagos, e a débito as despesas de gerência variáveis em função do número de pessoas seguras, as indemnizações pagas, as reservas constituídas referentes a indemnizações não pagas e o saldo negativo da conta de resultados anteriores. Apurando-se um saldo positivo da conta anterior, será pago, a título de participação nos resultados, uma percentagem variável consoante o número de pessoas seguras. Dado que a concessão da participação nos resultados só terá lugar na data de vencimento e a partir do fim da segunda anuidade do seguro desde que a apólice se encontre em vigor, existe a necessidade de criação de provisão para participação nos resultados a atribuir que irá contemplar este montante não distribuído.

e) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída, para cada carteira, quando a taxa de rendibilidade efectiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas da mesma for inferior à respectiva taxa mínima garantida.

f) Provisões técnicas de resseguro cedido

Corresponde à quota parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Real Vida, e são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes.

g) Responsabilidades para com subscritores de produtos *Unit-linked*

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pela Real Vida em que o risco é suportado pelo tomador (produtos *Unit-linked*) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos activos que integram a carteira de investimentos afecta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão. Estas responsabilidades são registadas na rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

As carteiras de investimentos afectas a produtos *Unit-linked* são compostas por activos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas do exercício.

2.18. Comissões

Conforme referido na Nota 2.7. a), as comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na origem das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas ao longo da operação, pelo método da taxa efectiva, em “Juros e rendimentos similares”.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem à compensação pela execução de actos únicos.

2.19. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.20. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade no crédito

A imparidade para crédito concedido é determinada de acordo com a metodologia definida na Nota 2.7. d). Deste modo, a determinação da provisão para créditos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Grupo com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A estimativa de provisões para créditos que não foram analisados individualmente foi efectuada com base nas respostas aos questionários de crédito elaborados pelas áreas comerciais, para o caso do BPN e extrapoladas com base nas taxas médias de provisionamento obtidas a partir da análise individual para o caso da BPN Crédito IFIC.

O Grupo considera que as imparidades e provisões para crédito determinadas com base nesta metodologia reflectem adequadamente o risco associado à sua carteira de crédito concedido.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efectuadas no pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais à data do balanço.

Estimativas utilizadas no âmbito do registo de perdas por imparidade para as participações detidas para venda

O Banco não preparou avaliações, devido às condições de mercado actuais, tendo utilizado como critério para a determinação de perdas por imparidade para as participações financeiras detidas na Labicer – Laboratório Industrial Cerâmico, S.A., Quimiceram – Químicos e Minerais, S.A. e Valorceram – Subprodutos Cerâmicos, S.A., que se encontram registadas na

rubrica "Activos não correntes detidos para venda", o valor contabilístico de cada uma destas entidades.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.16. acima, as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos activos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Impostos diferidos activos não registados

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.17. acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da companhia de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

3. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas filiais, por sectores de actividade, e os respectivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais, excepto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

		2009			2008	
Sector de actividade/Entidade	Sede	% Participação Efectiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Entidades incluídas na consolidação pelo método de integração global						
Gestão de Participações Sociais						
BNP Internacional, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	(109.398)	3.366	(2.147)	(2.106)
BNP Madeira, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	33	(10)	43	(5)
BNP Participações Brasil Ltda	Brasil	80,00%	17.518	(4.760)	17.250	938
BNP Participações Financeiras, SGPS, Lda	Portugal	100,00%	(253.364)	(52.407)	12.671	196
Crossco (738) Ltd	Reino Unido	49,02%	47	(15)	65	(10)
Pay Up Holding BV	Holanda	76,42%	1.691	5.004	1.886	81
Bancário						
Banco Efisa, S.A.	Portugal	100,00%	(82.473)	(34.849)	10.291	(16.126)
BNP - Banco Português de Negócios, S.A.	Portugal	100,00%	(2.067.450)	(220.103)	(1.475.658)	(428.391)
BNP Brasil Banco Múltiplo, S.A.	Brasil	80,00%	17.484	(4.276)	16.812	512
BNP Cayman	Ilhas Caimão	100,00%	23.356	19.253	(38.651)	3.461
BNP IFI, S.A.	Cabo Verde	100,00%	4.299	(7.515)	(5.686)	(788)
Fundos						
BNP Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto	Portugal	80,25%	5.399	1.264	4.103	(2.988)
BNP Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	Portugal	79,88%	7.613	1.989	5.578	(4.297)
BNP Conservador - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações a Taxa Variável	Portugal	90,73%	12.922	1.704	11.734	(14.965)
BNP Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	Portugal	99,99%	181.849	(52.989)	234.842	(26.553)
BNP Gestão Activos Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	Portugal	94,09%	22.409	(15.210)	37.619	(14.686)
BNP Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	93,08%	59.663	(65.489)	125.152	(16.650)
BNP Imomarinhas - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	99,99%	53.401	(2.829)	56.230	(15)
BNP Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Portugal	99,13%	418.518	(90.111)	480.588	14.158
BNP Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	94,75%	176.053	(23.985)	200.037	4.746
BNP Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações	Portugal	67,76%	2.962	395	2.575	(1.018)
CLIP Multi-Strategy	Luxemburgo	100,00%	23.797	(9.939)	33.736	(13.229)
Agrupamentos Complementares de Empresas						
BNP Serviços ACE	Portugal	83,40%	100	-	100	-
Segurador						
Real Vida Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	16.612	4.405	(27.035)	(53.291)
Crédito Especializado						
BNP Crédito, IFIC, S.A.	Portugal	100,00%	28.110	816	27.706	2.173
BNP Créditos Brasil Promotora de Vendas, Ltda	Brasil	100,00%	(34.162)	(996)	(25.693)	(22.417)
Gestão de Activos						
BNP Gestão Activos, SGFIM, S.A.	Portugal	100,00%	3.714	(103)	3.817	921
BNP Imofundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Portugal	100,00%	5.704	4.456	7.510	5.338
Imobiliário						
Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	Portugal	93,08%	10.027	(65)	13.515	174
Candal Parque - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal	99,09%	31.171	122	38.777	1.613
Investimentos Dominiais Anglo Portugueses, S.A.	Portugal	93,08%	24.903	(44)	24.673	(80)
Monte da Quinta - Propriedades, Lda	Portugal	93,08%	10.201	(6.722)	49.828	(3.843)
Outras Entidades						
Calzeus - Calçado e Acessórios de Moda, S.A.	Portugal	89,91%	(495)	41	(522)	(363)
Censosf - Centro de Saúde Ocupacional de S. Francisco, S.A.	Portugal	33,83%	70	17	52	1
CHSF - Centro de Cardiologia de S. Francisco, S.A.	Portugal	48,33%	3	5	(1)	-
CHSF - Centro de Imagiologia, Lda.	Portugal	48,33%	(49)	(53)	9	(52)
CHSF - Centro Hospitalar de S. Francisco, S.A.	Portugal	48,33%	9.207	861	8.387	386
CHSF - Consultoria de Gestão, Lda.	Portugal	48,33%	264	(41)	309	210
CHSF - Health Club, Lda.	Portugal	48,33%	190	(14)	201	(13)
Concretope - Fábrica de Betão Pronto, S.A.	Portugal	47,07%	1.199	(139)	1.337	(93)
Ecoleiria - Ecografia de Leiria, Lda.	Portugal	48,33%	(44)	(24)	(20)	(40)
Imagran - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda	Portugal	61,80%	256	32	216	19
Imalis - Meios de Diagnóstico de Imagiologia de Leiria, Lda	Portugal	61,80%	(13)	(72)	57	(51)
Nascimento & Sousa, Lda	Portugal	61,80%	(106)	(1)	(105)	(42)
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	Portugal	76,42%	105	(76)	181	87
Pay Up Polska, S.A.	Polónia	38,97%	(230)	(537)	350	(1.583)
Pay Up Romania, S.A.	Roménia	76,40%	(699)	(809)	118	(870)

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.

		2009			2008	
Sector de actividade/Entidade	Sede	% Participação Efectiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
<u>Entidades incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial</u>						
<u>Gestão de Participações Sociais</u>						
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	Portugal	26,10%	1.348	296	925	(3)
Lugab - Gestão e Participações, S.A.	Portugal	38,50%	196	(1.076)	(288)	(1.597)
<u>Fundos</u>						
BNP Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	50,00%	72.034	(32.604)	104.638	433
BNP Taxa Fixa Euro - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	Portugal	48,82%	4.808	64	3.740	636
BNP Tesouraria - Fundo de Investimento Aberto de Tesouraria	Portugal	28,10%	10.345	344	5.746	(570)
BNP Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Acções	Portugal	47,18%	2.351	461	2.038	(1.484)
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa - Dinamização e Competitividade Empresarial	Portugal	30,00%	13.296	(15.440)	28.736	(2.244)
<u>Outras Entidades</u>						
ALC Leasing, S.A.R.L.	Moçambique	36,00%	(47)	(203)	123	(335)
Controlauto - Controlo Técnico Automóvel, S.A.	Portugal	38,91%	12.917	2.496	11.166	1.569
Ergorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A.	Portugal	20,00%	4	(59)	64	(226)
Locagest - Aluguer e Participações, Lda	Portugal	20,00%	13	-	17	-
Nearent - Aluguer e Comércio de Equipamentos, S.A.	Portugal	20,00%	(172)	(68)	(104)	(217)
Precore II - Betão Pronto, S.A.	Portugal	47,04%	(4.733)	(3.473)	(1.261)	(321)
Sobrisul - Sociedade de Britas Seleccionadas do Sul, S.A.	Portugal	23,54%	14.760	343	n.d.	n.d.
<u>Entidades excluídas de consolidação</u>						
<u>Gestão de Participações Sociais</u>						
CELF, SGPS, S.A.	Portugal	20,00%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<u>Outras Entidades</u>						
Carlife - Centros de Manutenção de Veículos Automóveis, S.A.	Portugal	37,64%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Fenton Ventures & Resources Inc.	Portugal	30,00%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Nearent Ibérica, S.L.	Espanha	20,00%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pay Up Iberia, S.A.	Espanha	76,42%	n.d.	n.d.	1.157	(343)
Pay Up Servia	Sérvia	76,42%	n.d.	n.d.	1	(534)
Payshop Moçambique S.A.R.L.	Moçambique	20,00%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Tecneira Moçambique - Tecnologias Energéticas, S.A.	Moçambique	60,00%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.
n.d. - não disponível.

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.
n.d. - não disponível

O Grupo detém o controlo das entidades cuja participação detida é inferior a 50% mas que são consolidadas pelo método de integração global.

Os dados financeiros em 31 de Dezembro de 2009 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respectiva aprovação em Assembleia Geral de accionistas.

Tal como referido acima, em 31 de Dezembro de 2009, não foram incluídas na consolidação as seguintes entidades:

	Participação Efectiva (%)	Custo de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço em 31.12.2009
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)				
Carlife - Centros de Manutenção de Veículos Automóveis, S.A.	37,6%	1.800	(1.800)	-
Pay Up Iberia, S.A.	76,4%	1.500	(1.500)	-
CELF, SGPS, S.A.	20,0%	848	-	848
Pay Up Servia	76,4%	500	(500)	-
Tecneira Moçambique - Tecnologias Energéticas, S.A.	60,0%	162	(97)	65
Payshop Moçambique S.A.R.L.	20,0%	77	(77)	-
Nearent Ibérica, S.L.	20,0%	6	(6)	-
Fenton Ventures & Resources Inc.	30,0%	2	-	2
		<u>4.895</u>	<u>(3.980)</u>	<u>915</u>
Activos não correntes detidos para venda (Nota 10)				
Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A. (Labicer)	60,1%	10.800	(10.800)	-
Quimiceram - Químicos e Minerais, S.A. (Quimiceram)	94,1%	1.000	(1.000)	-
Valorceram - Subprodutos Cerâmicos, S.A. (Valorceram)	83,9%	245	(245)	-
		<u>12.045</u>	<u>(12.045)</u>	<u>-</u>
		<u>16.940</u>	<u>(16.025)</u>	<u>915</u>

As participações registadas na rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” não foram incluídas na consolidação, por não existirem demonstrações financeiras disponíveis à data de consolidação.

Durante o exercício de 2009, o Conselho de Administração do Banco decidiu iniciar diligências para a venda imediata das participações detidas na Labicer, Quimiceram e Valorceram. Deste modo, estes activos passaram a cumprir os requisitos da Norma IFRS 5, tendo sido objecto de exclusão do perímetro de consolidação e tendo sido registados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade estimadas, na rubrica “Activos não correntes detidos para venda”.

Os principais movimentos ocorridos no perímetro de consolidação do Grupo no exercício de 2009 foram os seguintes:

- Em Fevereiro de 2009, o Banco Efisa, S.A. alienou 3,93% da participação na Ângulo Superior, SGPS, S.A., actualmente designada PR&A - Investimentos, SGPS, S.A..
- Em Março de 2009, a Lugab - Gestão e Participações, S.A. efectuou um aumento do capital social passando de 50.000 mEuros para 200.000 mEuros. Após a realização desta operação, a participação do Banco Efisa, S.A. nesta entidade diminuiu de 100% para 25%.
- Em Abril de 2009, o BPN Crédits Brasil Promotora de Vendas Ltda. alienou os 100% que detinha na BizService – Tecnologia em Meios de Pagamento Ltda..
- Em Junho de 2009, o BPN Crédits Brasil Promotora de Vendas Ltda. vendeu a participação de 34,83% que detinha na Portucale - Corretora de Seguros, Ltda..
- Em Outubro de 2009, o Banco Efisa, S.A. efectuou uma troca de 23,4% das acções da Avipronto - Produtos Alimentares, S.A. por 5% das acções da Lusiaves, SGPS, S.A..
- Em Dezembro de 2009, a PayUp Holding BV vendeu a participação de 100% que detinha na Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A., tendo sido adquirida: i) 19,5% pelo Banco Efisa, S.A.; ii) 60,5% pelo BPN Gestão de Activos Valorização Patrimonial – Fundo de Capital de Risco e iii) 20% pela Haviland International INC..
- Em Dezembro de 2009, a PayUp Holding BV alienou as suas participações de 51% na Pay Up Polska, S.A. e de 99,94% na Pay Up Rom, S.A. à Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A..

Os principais movimentos ocorridos no perímetro de consolidação do Grupo no exercício de 2008 foram os seguintes:

- Em Janeiro de 2008, o Banco Efisa, S.A. adquiriu 30,03% da Ângulo Superior, SGPS, S.A..
- Em Maio de 2008, o Banco Efisa, S.A. adquiriu 19,98% da Tecneira Moçambique - Tecnologias Energéticas, S.A.. Em Outubro de 2008, esta participação foi aumentada para 60%.
- Em Maio de 2008, o BPN aumentou a sua participação na BPN Participações Financeiras, SGPS, Ltda. de 99,80% para 100%.
- Em Junho de 2008, o Banco Efisa, S.A. alienou 81% da sua participação na Sensitive - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A., passando a deter 19% do capital social desta entidade.
- Em Setembro de 2008, o Banco Efisa, S.A. adquiriu a totalidade do capital social da Lugab - Gestão e Participações, S.A. e da ZenRegra - Unipessoal, Ltda..
- Em Outubro de 2008, o Banco Efisa, S.A. alienou à PayUp Holding BV, os 5% que detinha na PayUp Desenvolvimento de Negócios, S.A. passando aquela entidade a deter a totalidade do capital social desta empresa.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa	83.232	76.549
Depósitos à ordem em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	-	109.009
Em Bancos Centrais estrangeiros	73.388	1.989
	<u>156.620</u>	<u>187.547</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Caixa” inclui 40.000 mEuros relativos a moedas comemorativas do Europeu de futebol - Euro 2004, correspondendo a 5.000.000 moedas com o valor facial de 8 Euros cada.

A rubrica “Depósitos à ordem em Bancos Centrais – Em Bancos Centrais estrangeiros” corresponde a depósitos mantidos no Banco Central Europeu e visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados à taxa de 1% e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Cheques a cobrar		
No país	36.395	82.392
No estrangeiro	1.938	3.229
	<u>38.333</u>	<u>85.621</u>
Depósitos à ordem e outras disponibilidades		
No país	68.976	66.981
No estrangeiro	94.686	57.082
	<u>163.662</u>	<u>124.063</u>
Juros a receber	1	5
	<u>201.996</u>	<u>209.689</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente, geralmente não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Aplicações em instituições de crédito no País</u>		
Empréstimos	24	-
Aplicações a muito curto prazo	41	-
Depósitos a prazo	350	608
<u>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</u>		
Empréstimos	23.505	25.597
Outras aplicações	209.146	423.727
Depósitos a prazo	351	9.543
	<u>233.417</u>	<u>459.475</u>
Juros a receber	488	1.559
	<u>233.905</u>	<u>461.033</u>
Imparidade (Nota 23)	(144)	(1)
	<u>233.761</u>	<u>461.032</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Outras aplicações” inclui um depósito no montante de 182.482 mEuros do BPN (IFI) no Banco Insular, SARL.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito têm a seguinte classificação:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até três meses	230.713	354.817
De três a um ano	1.555	27.983
De um a cinco anos	351	77.076
Mais de cinco anos	1.286	1.157
	<u>233.905</u>	<u>461.033</u>

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2009		2008	
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados
<u>Instrumentos de dívida</u>				
De emissores públicos:				
Títulos da dívida pública	11	-	2.044	-
Obrigações de outros emissores públicos:				
Nacionais	-	-	3.212	-
Estrangeiros	27.884	-	18.640	24
De Organismos Financeiros				
Internacionais	-	36.262	8.689	14.902
De outros emissores:				
Obrigações e outros títulos:				
De residentes	1.883	-	235	-
De não residentes	10.397	-	1.745	-
	<u>40.175</u>	<u>36.262</u>	<u>34.565</u>	<u>14.926</u>
<u>Instrumentos de capital</u>				
De residentes	735	-	393	-
De não residentes	13.227	1.923	10.149	-
	<u>13.962</u>	<u>1.923</u>	<u>10.542</u>	<u>-</u>
<u>Outros instrumentos financeiros</u>				
Outros				
De residentes	220	-	939	11.590
De não residentes	-	-	4.827	-
	<u>220</u>	<u>-</u>	<u>5.766</u>	<u>11.590</u>
<u>Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 9)</u>				
Swaps	24.195	-	15.756	-
Futuros e outras operações a prazo	175	-	5.424	-
	<u>24.370</u>	<u>-</u>	<u>21.180</u>	<u>-</u>
	<u>78.727</u>	<u>38.185</u>	<u>72.053</u>	<u>26.516</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas rubricas incluem os montantes de 8.934 mEuros e 16.920 mEuros, respectivamente, relativos a investimentos associados a produtos *Unit-Linked* comercializados pela Real Vida Seguros, S.A..

O detalhe dos títulos classificados nesta rubrica encontra-se no Anexo I.

8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
- De dívida pública		
No país	11.686	36.095
No estrangeiro	17.416	5.086
- De outros emissores		
No país	49.039	28.952
No estrangeiro	221.852	166.927
	<u>299.993</u>	<u>237.060</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
- Valorizados ao justo valor	40.574	27.329
- Valorizados ao custo histórico	14.325	10.651
	<u>54.899</u>	<u>37.980</u>
<u>Outros títulos</u>		
- Valorizados ao justo valor	58	19
- Valorizados ao custo histórico	11.856	9.538
	<u>11.914</u>	<u>9.557</u>
	<u>366.806</u>	<u>284.597</u>
Imparidade (Nota 23)	(53.182)	(20.944)
	<u>313.624</u>	<u>263.653</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a reserva de justo valor apresenta a seguinte decomposição (Nota 28):

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Instrumentos de dívida	2.358	559
Instrumentos de capital	1.332	(23)
	<u>3.690</u>	<u>536</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Instrumentos de capital – Valorizados ao custo histórico” inclui o montante de 4.895 mEuros de participações em entidades que não foram incluídas na consolidação (Nota 3).

O detalhe dos títulos classificados nesta rubrica encontra-se no Anexo I.

9. DERIVADOS

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.7. c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

2009								
Montante nocional			Valores de Balanço					
Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total	
					Activo	Passivo		
<u>Operações Cambiais a Prazo</u>								
Forwards Cambiais	20.445	-	20.445	110	(151)	-	-	(41)
<u>Swaps</u>								
Swaps Cambiais	276.909	32.577	309.486	3	(3)	2.132	(1.000)	1.132
Interest rate swaps e cross currency								
Interest rate swaps	1.488.554	-	1.488.554	23.997	(22.960)	-	-	1.037
Equity swaps	20.000	-	20.000	195	(108)	-	-	87
<u>Futuros</u>								
Futuros de Taxa de Juro	6.500	-	6.500	65	-	-	-	65
<u>Opções</u>								
Opções sobre acções não cotadas	38.100	-	38.100	-	(39.180)	-	-	(39.180)
1.850.508	32.577	1.883.085	24.370	(62.402)	2.132	(1.000)	(36.900)	
2008								
Montante nocional			Valores de Balanço					
Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total	
					Activo	Passivo		
<u>Operações Cambiais a Prazo</u>								
Forwards Cambiais	141.177	-	141.177	5.424	(822)	-	-	4.602
<u>Swaps</u>								
Swaps Cambiais	157.162	50.486	207.648	-	(75)	6.857	(357)	6.425
Interest rate swaps e cross currency								
Interest rate swaps	1.859.801	2.824	1.862.625	15.756	(14.643)	-	(3)	1.110
Equity swaps	21.500	-	21.500	-	(1.207)	-	-	(1.207)
<u>Opções</u>								
Opções sobre taxas de juro (Caps & Floors)	31.500	-	31.500	-	(618)	-	-	(618)
Opções sobre acções não cotadas	38.100	-	38.100	-	(38.436)	-	-	(38.436)
2.249.240	53.310	2.302.550	21.180	(55.801)	6.857	(360)	(28.124)	

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a rubrica “Opções sobre acções não cotadas” corresponde a uma opção celebrada com um cliente sobre acções da Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A. (SLN). Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor contabilístico desta opção, incluindo juros a pagar, ascende a (38.872) mEuros e (38.436) mEuros, respectivamente.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	2009					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	
Operações cambiais a prazo						
Forwards cambiais	19.752	347	346	-	-	20.445
Swaps						
Swaps cambiais	280.369	12.932	7.516	8.669	-	309.486
Interest rate swaps	-	7.933	7.914	303.000	1.169.707	1.488.554
Equity swaps	-	20.000	-	-	-	20.000
Futuros						
Futuros de taxa de juro	6.500	-	-	-	-	6.500
Opções						
Opções sobre acções não cotadas	-	-	38.100	-	-	38.100
	306.621	41.212	53.876	311.669	1.169.707	1.883.085

	2008					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais	89.441	50.428	713	595	-	141.177
Swaps						
Swaps Cambiais	151.423	7.862	27.947	20.416	-	207.648
Interest Rate Swaps	-	-	62.502	261.880	1.538.243	1.862.625
Equity Swaps	-	-	1.500	20.000	-	21.500
Opções						
Opções sobre taxas de juro (Caps & Floors)	-	10.000	1.500	20.000	-	31.500
Opções sobre acções não cotadas	-	38.100	-	-	-	38.100
	240.864	106.390	94.162	322.891	1.538.243	2.302.550

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2009		2008	
	Valor Nocional	Valor de Balanço	Valor Nocional	Valor de Balanço
Operações Cambiais a Prazo				
Forwards Cambiais				
Instituições Financeiras	-	-	57.809	1.884
Clientes	20.445	(41)	83.368	2.718
	20.445	(41)	141.177	4.602
Swaps				
Swaps Cambiais				
Instituições Financeiras	309.486	1.132	207.648	6.425
	309.486	1.132	207.648	6.425
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				
Instituições Financeiras	1.241.379	2.919	1.612.241	(8.091)
Clientes	247.175	(1.882)	250.384	9.201
Equity Swap's	20.000	87	21.500	(1.207)
	1.508.554	1.124	1.884.125	(97)
Futuros				
Futuros de Taxa de Juro	6.500	65	-	-
	6.500	65	-	-
Opções (Divisas e Cotações)				
Instituições Financeiras	-	-	5.000	191
Clientes	38.100	(39.180)	64.600	(39.245)
	38.100	(39.180)	69.600	(39.054)
	1.883.085	(36.900)	2.302.550	(28.124)

10. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Imóveis	93.697
Participações financeiras	12.045

	105.742

Imparidade (Nota 23)	
. Imóveis	(15.431)
. Participações financeiras	(12.045)

	(27.476)

	78.266
	=====

Durante o exercício de 2009, o Grupo transferiu imóveis da rubrica "Outros activos – Bens recebidos em dação de crédito" por passarem a preencher os requisitos da Norma IFRS 5 (Nota 16).

A rubrica "Participações financeiras" apresenta a seguinte composição:

Labicer – Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	10.800
Quimiceram – Químicos e Minerais, S.A.	1.000
Valorceram – Subprodutos Cerâmicos, S.A.	245

	12.045
	=====

Durante o exercício de 2009, o Conselho de Administração do Banco decidiu iniciar diligências para a venda imediata das participações detidas na Labicer, Quimiceram e Valorceram. Deste modo, estes activos passaram a cumprir os requisitos da Norma IFRS 5, tendo sido objecto de exclusão do perímetro de consolidação (Nota 3).

Os dados financeiros obtidos das contas individuais e não auditadas destas empresas em 31 de Dezembro de 2009, podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	Sede	% de participação	Activo	Passivo	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	Portugal	60,1%	40.196	105.515	(65.320)	(6.081)
Quimiceram - Químicos e Minerais, S.A.	Portugal	94,1%	6.275	6.290	(14)	(394)
Valorceram - Subprodutos Cerâmicos, S.A.	Portugal	83,9%	2.577	2.933	(356)	(83)
			<u>49.048</u>	<u>114.738</u>	<u>(65.690)</u>	<u>(6.558)</u>

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.

O resultado líquido apurado pelas entidades acima indicadas foi integralmente provisionado na medida em que estas entidades têm capitais próprios negativos e consequentemente o Grupo assume a totalidade dos mesmos. As provisões estão registadas na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" (Nota 23).

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Crédito interno e ao exterior		
Empréstimos	1.777.663	1.299.604
Créditos em conta corrente	1.536.522	2.038.730
Outros créditos	859.868	803.455
Outros créditos e valores a receber - titulado		
- Dívida não subordinada	33.549	221.226
- Outros	5.799	5.925
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	148.760	244.422
Operações de locação financeira	263.656	268.816
Créditos tomados – Factoring	53.576	67.160
Descobertos em depósitos à ordem	539.111	562.223
	<u>5.218.504</u>	<u>5.511.561</u>
Activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito interno	576.152	776.027
Juros a receber	10.649	9.143
	<u>586.801</u>	<u>785.170</u>
Juros a receber	24.479	39.010
Proveitos diferidos, comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado	(188)	(303)
Correcções de valor de activos objecto de operações de cobertura	(11.744)	7
	<u>12.547</u>	<u>38.714</u>
Crédito e juros vencidos	1.095.507	416.259
	<u>6.913.359</u>	<u>6.751.704</u>
Imparidade (Nota 23)	(1.723.616)	(1.473.320)
	<u>5.189.743</u>	<u>5.278.384</u>

Em Março de 2009, o Banco celebrou um contrato de cessão de créditos com o Banco Insular SARL nos montantes totais de 200.516 mEuros e 1.984 mUSD, pelos respectivos valores nominais, tendo transferido provisões de outros riscos e encargos para provisões para crédito a clientes no montante de 168.637 mEuros (Nota 23).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de crédito a clientes inclui o montante de 576.152 mEuros e 776.027 mEuros, respectivamente, correspondentes ao valor nominal dos créditos cedidos e referentes às operações de securitização de crédito concedido denominados "Chaves SME CLO nº1" e *Chaves Funding nº5*.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais do "Crédito a clientes" apresentava a seguinte estrutura:

	2009	2008
Até três meses	1.766.045	2.121.387
De três a seis meses	1.306.224	1.271.541
De seis meses a um ano	1.900.440	468.750
De um a três anos	1.867.420	1.280.281
Mais de três anos	73.230	1.609.745
	6.913.359	6.751.704

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	2009	2008
Até três meses	316.109	147.732
De três a um ano	305.733	102.510
De um a cinco anos	401.883	87.164
Mais de cinco anos	71.782	72.211
Indeterminado	-	6.642
	1.095.507	416.259

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	2009								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Sub-Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Sub-Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	336.858	55.403	392.261	336.858	55.403	392.261
Pesca	-	-	-	1.832	173	2.005	1.832	173	2.005
Indústrias extractivas									
Extracção de produtos energéticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	32.563	4.453	37.017	32.563	4.453	37.017
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	106.271	14.672	120.943	106.271	14.672	120.943
Indústria têxtil	-	-	-	55.776	12.327	68.103	55.776	12.327	68.103
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	12.179	2.739	14.918	12.179	2.739	14.918
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	31.350	16.976	48.326	31.350	16.976	48.326
Indústrias de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	43.689	6.297	49.985	43.689	6.297	49.985
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combustível nucl	-	-	-	13.232	1.501	14.733	13.232	1.501	14.733
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	15.931	2.299	18.230	15.931	2.299	18.230
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	17.345	862	18.207	17.345	862	18.207
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	94.796	10.365	105.161	94.796	10.365	105.161
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	77.324	5.348	82.671	77.324	5.348	82.671
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	38.613	6.647	45.260	38.613	6.647	45.260
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	5.310	134	5.444	5.310	134	5.444
Fabrico de material de transporte	-	-	-	14.447	294	14.741	14.447	294	14.741
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	46.175	8.382	54.557	46.175	8.382	54.557
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	660	-	660	14.785	145	14.930	15.445	145	15.590
Construção	89	1.054	1.143	145.195	16.776	161.971	145.284	17.830	163.114
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e dome	-	-	-	597.224	128.591	725.815	597.224	128.591	725.815
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	148.705	10.556	159.261	148.705	10.556	159.261
Transportes, armazenagem e comunicações	-	-	-	144.987	11.591	156.578	144.987	11.591	156.578
Actividades financeiras									
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	417.988	107.041	525.029	417.988	107.041	525.029
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	590	9	599	590	9	599
Actividades auxiliares de intermediação financeira	-	-	-	66.403	48.284	114.687	66.403	48.284	114.687
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	-	-	-	1.371.026	339.053	1.710.079	1.371.026	339.053	1.710.079
Outras actividades	-	-	-	66.071	10.054	76.125	66.071	10.054	76.125
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1.150	1.940	3.090	5.157	10	5.167	6.307	1.950	8.257
Educação	22	2	24	13.226	1.026	14.252	13.248	1.028	14.276
Saúde e segurança social	2.127	1.748	3.875	35.179	6.488	41.667	37.306	8.236	45.542
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	-	-	-	57.840	11.406	69.246	57.840	11.406	69.246
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	1.516	-	1.516	1.516	-	1.516
Outros	-	-	-	565.738	114.257	679.995	565.738	114.257	679.995
	4.048	4.744	8.792	4.595.320	954.159	5.549.479	4.599.368	958.903	5.558.271
Particulares									
Habituação	-	-	-	437.102	11.774	448.876	437.102	11.774	448.876
Outros fins	-	-	-	781.382	124.830	906.212	781.382	124.830	906.212
	-	-	-	1.218.484	136.604	1.355.088	1.218.484	136.604	1.355.088
	4.048	4.744	8.792	5.813.804	1.090.763	6.904.567	5.817.852	1.095.507	6.913.359

2008									
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito	Crédito	Sub-Total	Crédito	Crédito	Sub-Total	Crédito	Crédito	Total
	vencendo	vencido		vencendo	vencido		vencendo	vencido	
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	77.859	4.091	81.950	77.859	4.091	81.950
Pesca	-	-	-	39.931	94	40.025	39.931	94	40.025
Indústrias extractivas									
Extracção de produtos energéticos	-	-	-	23	-	23	23	-	23
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	34.089	1.357	35.446	34.089	1.357	35.446
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	92.910	1.857	94.767	92.910	1.857	94.767
Indústria têxtil	-	-	-	70.591	8.107	78.698	70.591	8.107	78.698
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	13.591	2.096	15.687	13.591	2.096	15.687
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	42.251	8.210	50.461	42.251	8.210	50.461
Indústrias de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	33.911	5.769	39.680	33.911	5.769	39.680
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combustível nuclear	-	-	-	12.930	740	13.670	12.930	740	13.670
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	25.684	302	25.986	25.684	302	25.986
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	16.927	63	16.990	16.927	63	16.990
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	116.792	7.866	124.658	116.792	7.866	124.658
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	80.707	3.674	84.381	80.707	3.674	84.381
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	44.791	1.875	46.666	44.791	1.875	46.666
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	3.511	115	3.625	3.511	115	3.625
Fabrico de material de transporte	-	-	-	7.976	105	8.081	7.976	105	8.081
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	49.402	2.094	51.496	49.402	2.094	51.496
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	1.035	-	1.035	10.469	44	10.513	11.504	44	11.548
Construção	2.986	-	2.986	144.829	10.641	155.469	147.814	10.641	158.455
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	685.596	37.144	722.740	685.596	37.144	722.740
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	141.078	6.429	147.507	141.078	6.429	147.507
Transportes, armazenagem e comunicações	-	-	-	109.835	7.890	117.725	109.835	7.890	117.725
Actividades financeiras									
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	501.039	46.824	547.863	501.039	46.824	547.863
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	41.611	-	41.611	41.611	-	41.611
Actividades auxiliares de intermediação financeira	-	-	-	50.183	17.250	67.433	50.183	17.250	67.433
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	-	-	-	1.471.209	142.920	1.614.129	1.471.209	142.920	1.614.129
Outras actividades	-	-	-	9.479	463	9.943	9.479	463	9.943
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1.819	3.178	4.997	22	-	22	1.841	3.178	5.019
Educação	19	4	23	344	-	344	363	4	367
Saúde e segurança social	1.599	2.080	3.680	9.276	116	9.392	10.875	2.196	13.072
Créditos a entidades offshore relativos ao "Balcão Virtual"	-	-	-	441.117	-	441.117	441.117	-	441.117
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	16	-	16	703.569	18.503	722.073	703.585	18.503	722.089
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	2	-	2	2	-	2
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	7.474	5.263	12.737	5.083.533	336.638	5.420.171	5.091.007	341.900	5.432.908
Particulares									
Habitação	-	-	-	389.065	8.393	397.458	389.065	8.393	397.458
Outros fins	-	-	-	855.373	65.966	921.339	855.373	65.966	921.339
	-	-	-	1.244.437	74.359	1.318.796	1.244.437	74.359	1.318.796
	7.474	5.263	12.737	6.327.971	410.997	6.738.967	6.335.445	416.259	6.751.704

12. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Instrumentos de dívida

- De outros emissores públicos

16.775

Juros a receber

743

17.518

O justo valor dos títulos incluídos nesta rubrica ascende a 17.937 mEuros.

O detalhe dos títulos classificados nesta rubrica encontra-se no Anexo I.

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Conforme referido na Nota 2.10, as propriedades de investimento correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

O movimento ocorrido nas "Propriedades de investimento" durante os exercícios de 2008 e 2009 foi o seguinte:

Saldos em 31 de Dezembro de 2007	60.829
Alterações no perímetro de consolidação	481.769
Aquisições	17.958
Reavaliações	1.419
Alienações	(16.101)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	545.874
Aquisições	38.840
Reavaliações (Nota 23)	(85.563)
Alienações	(57.723)
Reclassificação de imóveis	96.077
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	537.505

No exercício de 2009, a rubrica "Reclassificação de imóveis" diz respeito aos imóveis que em 31 de Dezembro de 2008 se encontravam registados em outras rubricas contabilísticas e que passaram durante o exercício a cumprir os requisitos de classificação em "Propriedades de Investimento". Este montante é justificado da seguinte forma:

Imóveis transferidos da rubrica "Activos tangíveis em curso" (Nota 14)	106.680
Imóveis transferidos para a rubrica "Outros activos - Outros" (Nota 19)	(10.603)

	96.077
	=====

No exercício de 2008, o montante relativo a alterações no perímetro de consolidação refere-se aos imóveis que compõem a carteira do fundo BPN Imonegócios, que passou a consolidar pelo método de consolidação integral.

Em 31 de Dezembro de 2009, o detalhe desta rubrica por imóvel é o seguinte:

Imóvel	Fundo	Data aquisição	Datas das últimas avaliações	Avaliador	Valor contabilístico de 31.12.2009
Prédio Urbano, Hospital CUF Descobertas, Lisboa	BPN Imonegócios	08-06-2006	30-06-2009	CPU	32.670
18 Fracções, Monte da Quinta, Quinta do Lago, Almancil	BPN Imoglobal	30-03-2006	26-06-2009 02-12-2009	Luso Roux CPU	19.515
Prédio Urbano, Quinta da Marquesa, Palmela	BPN Imonegócios	29-12-2003	30-06-2009	CPU	16.065
Prédio Urbano, Quinta do Grajal, Venda Seca, Cacém, Sintra	BPN Imonegócios	17-07-2009	26-06-2009 30-06-2009	Luso Roux CPU	19.370
Fracção "A", Av. General Humberto Delgado, Costa da Caparica	BPN Imonegócios	14-06-2004	26-06-2009 30-06-2009	Luso Roux CPU	18.794
143 Fracções, Av. da Liberdade n.º245, Lisboa	BPN Imonegócios	30-10-2003	26-06-2009 30-06-2009	Luso Roux CPU	16.281
2 Prédios Urbanos, R. Mário Castelhanos nº40, Queluz de Baixo	BPN Imonegócios	11-02-2004	26-06-2009 30-06-2009	Luso Roux CPU	16.361
Lotes 1 e 2, Parque Industrial Porto Alto, Benavente	BPN Imonegócios	01-02-2007	26-06-2009 30-06-2009	Luso Roux CPU	12.981
Prédio Urbano, Quinta da Velha, Sto Antão do Tojal, Loures	BPN Imonegócios	07-04-2006	26-06-2009 30-06-2009	Luso Roux CPU	12.190
165 Fracções, Rua da Constituição, n.º884 e 890, Porto	BPN Imonegócios	17-02-2004	26-06-2009 30-06-2009	CPU Luso Roux	13.358
Prédio Urbano Praça Francisco Sá Carneiro nº13, Lisboa	BPN Imonegócios	12-07-2004	26-06-2009 30-06-2009	CPU Luso Roux	11.457
Prédio Urbano, Av. 24 de Julho n.º 62, Lisboa	BPN Imonegócios	13-09-2004	26-06-2009 30-06-2009	CPU Luso Roux	8.056
Fracção "D", Ed. Estádio Cidade de Coimbra, R. D. João III nº11 a 61, Coimbra	BPN Imonegócios	14-12-2007	30-06-2009	CPU	10.282
Prédio Urbano, Av. da República nº 26, Lisboa	BPN Imonegócios	23-12-2004	26-06-2009 30-06-2009	Luso Roux CPU	10.240
Prédio Urbano, Quinta do Marchante, Lote 1, Prior Velho, Loures	BPN Imonegócios	23-12-2003	26-06-2009 30-06-2009	Luso Roux CPU	7.257
Fracções "B" "E", Av. 5 Outubro nº 68/Av. Miguel Bombarda nº36, Lisboa	BPN Imonegócios	23-12-2004	26-06-2009 30-06-2009	CPU Luso Roux	8.781
Prédio Urbano, Beloura Office Park, Edifício EE09, Sintra	BPN Imonegócios	27-12-2001	26-06-2009 30-06-2009	CPU Luso Roux	8.574
Fracção "T", Ed. Estádio Cidade de Coimbra, R. D. João III nº11 a 61, Coimbra	BPN Imonegócios	14-12-2007	26-06-2009 30-06-2009	CPU Luso Roux	8.342
23 Fracções, Rua João Chagas, Algés, Oeiras	BPN Imonegócios	11-08-2006	26-06-2009 30-06-2009	CPU Luso Roux	8.231
Lote 46/65, Quinta do Seminário, Lugar de Gandra, Fraião, Braga	BPN Imonegócios	29-12-2006	26-06-2009 30-06-2009	CPU Luso Roux	7.736
12 Armazéns, Lotes 1 a 13, Fajozes, Vila do Conde	BPN Imoreal	26-12-2002	15-10-2009	CPU	7.481
Fracção "A", Edifício Mirador, Forca-Vouga, Vera Cruz, Aveiro	BPN Imonegócios	19-12-2007	15-10-2009 30-06-2009	Luso Roux CPU	7.226
			26-06-2009	Luso Roux	281.248
			Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 7.000 mEuros		256.257
					<u>537.505</u>

CPU – CPU - Consultores de Avaliação, Lda.
Luso Roux – Luso Roux, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo registou imparidade na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos” para os imóveis contabilizados como propriedades de investimento, tendo utilizado provisões no montante de 85.563 mEuros durante o exercício de 2009 para fazer face à desvalorização ocorrida nos imóveis reavaliados (Nota 23).

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento nos outros activos tangíveis, líquidos, durante os exercícios de 2009 e 2008, foi o seguinte:

2009									
Saldo em 31.12.2008			Alterações do perímetro de consolidação	Aquisições	Diferenças de câmbio	Transfe- rências	Amortiza- ções do exercício	Constituição de imparidade no exercício	Vendas e abates líquidos
Valor bruto	Amortizações	Perdas por imparidades acumuladas (Nota 23)							
Imóveis de serviço próprio									
Terrenos	54.816	-	(1.289)	274	-	(44.294)	-	-	4.855
Edifícios	109.734	(17.796)	(10.604)	298	-	(14.481)	(2.688)	(2.334)	60.713
Outros Imóveis	55	-	-	-	-	-	-	-	55
Obras em imóveis arrendados	41.590	(15.513)	-	54	-	2.286	(2.396)	-	25.786
Equipamento									
Mobiliário e material de escritório	8.412	(4.150)	-	87	(20)	(3.486)	1	-	734
Máquinas e ferramentas	19.012	(5.394)	(91)	756	-	(10.291)	(801)	-	3.191
Equipamento informático	19.224	(16.044)	(745)	469	(8)	1.035	(583)	-	3.184
Instalações interiores	2.696	(2.499)	-	-	-	(61)	(31)	-	105
Material de transporte	7.380	(3.185)	(814)	38	-	(1.947)	(334)	-	695
Equipamento de segurança	1.400	(1.400)	-	2	-	378	(144)	-	237
Outro equipamento	37.463	(21.593)	(24.282)	5.578	-	14.306	(2.631)	(28)	9.014
Activos em locação operacional	55.521	(11.278)	-	-	-	-	(8.090)	-	24.852
Activos em locação financeira	19.338	(6.983)	-	-	-	-	(2.947)	-	9.408
Outros activos tangíveis	9.479	(911)	(2.524)	91	-	828	(788)	(1.297)	363
Activos tangíveis em curso	129.104	(29)	(72)	6.087	-	(126.489)	(2)	-	8.436
	515.224	(106.775)	(2.524)	13.734	(28)	(182.216)	(21.434)	(3.659)	151.628
2008									
Saldo em 31.12.2007			Alterações do perímetro de consolidação	Aquisições	Diferenças de câmbio	Transfe- rências	Amortiza- ções do exercício	Constituição de imparidade no exercício	Vendas e abates líquidos
Valor bruto	Amortizações	Perdas por imparidades acumuladas (Nota 23)							
Imóveis de serviço próprio									
Terrenos	61.409	-	-	-	-	-	-	-	54.816
Edifícios	105.818	(13.922)	20.208	1.355	-	(155)	(2.897)	-	91.938
Outros Imóveis	55	-	-	-	-	-	-	-	55
Obras em imóveis arrendados	24.151	(13.757)	-	18.266	(1)	-	(2.505)	-	26.077
Equipamento									
Mobiliário e material de escritório	4.827	(2.097)	-	2.728	-	-	(1.122)	-	4.262
Máquinas e ferramentas	5.553	(2.942)	-	12.548	-	-	(1.479)	-	13.618
Equipamento informático	17.096	(14.313)	-	1.181	3	-	(582)	-	3.180
Instalações interiores	2.596	(2.439)	-	397	-	-	(258)	-	197
Material de transporte	5.525	(1.015)	-	263	-	-	(521)	-	4.195
Equipamento de segurança	1.781	(1.634)	-	108	-	-	(254)	-	(0)
Outro equipamento	38.997	(23.011)	-	422	-	(8)	(399)	-	15.870
Activos em locação operacional	48.075	(6.025)	-	11.757	-	-	(9.563)	-	44.243
Activos em locação financeira	11.893	(4.822)	-	7.529	-	-	(2.245)	-	12.355
Outros activos tangíveis	9.012	(1.412)	(2.503)	9.243	-	163	(2.350)	(21)	6.043
Activos tangíveis em curso	130.857	-	16.801	16.126	-	-	-	-	129.075
	467.643	(87.388)	(2.503)	37.009	3	-	(24.175)	(21)	405.925

Em 2009, a rubrica “Alterações do perímetro de consolidação” diz respeito aos activos tangíveis pertencentes maioritariamente à Labicer, Quimiceram e Valorceram, Payup Iberia e Payup Servia, entidades que foram excluídas de consolidação.

Em 2008, a rubrica “Alterações do perímetro de consolidação” diz respeito aos imóveis que compõem a carteira do fundo BPN Imonegócios, que passou a consolidar pelo método de consolidação integral.

No exercício de 2009, a rubrica “Transferências” inclui imóveis que em 31 de Dezembro de 2008 encontravam-se registados em activos tangíveis e que passaram durante o exercício a estar arrendados ou disponíveis para venda. Este montante é justificado da seguinte forma:

Imóveis transferidos para a rubrica “Propriedades de investimento” (Nota 13)	106.680
Imóveis transferidos para a rubrica “Outros activos - Outros” (Nota 19)	75.536

	182.216
	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor da rubrica "Activos tangíveis em curso" é composto por imóveis em construção, para futuro arrendamento, uso próprio ou venda, conforme o seguinte detalhe:

	2009	2008
Astroimóvel - Imobiliária, S.A.		
. Rua Castilho 64-70	4.250	-
Concretope - Fábrica de Betão Pronto, S.A.		
. Central de Produção em Deixa o Resto	1.379	-
Monte da Quinta:		
. Aldeamento Monte da Quinta Club	-	89.519
. Aparthotel em construção	-	8.312
Investimentos Dominiais Anglo Portugueses:		
. Empreendimento Quinta do Castelo	-	9.269
BPN Imonegócios:		
. Parque Industrial Sapeç Bay	-	7.122
. Estrada de Benfica	-	1.265
. Quinta do Alcaide	-	8.413
Outros	2.807	5.275
	-----	-----
	8.436	129.075
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008, o Aldeamento Monte da Quinta Club encontrava-se ainda em curso, tendo sido concluído no início de 2009. Em 31 de Dezembro de 2009, este imóvel foi reclassificado para a rubrica "Propriedades de investimento".

15. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento durante os exercícios de 2009 e 2008:

2009									
Saldo em 31.12.2008									
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Diferenças de câmbio	Transfe- rências	Amortiza- ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Alteração Perímetro Consolidação	Valor líquido em 31.12.2009
Sistemas de tratamento									
automático de dados (Software)	11.283	(10.645)	2.616	(463)	1.345	(2.737)	(1.237)	-	162
Outros activos intangíveis	29.803	(17.225)	-	1.927	-	(1.833)	(215)	(3.008)	9.449
Activos intangíveis em curso	10.523	-	47	-	(1.345)	-	-	(8.324)	901
	<u>51.609</u>	<u>(27.870)</u>	<u>2.663</u>	<u>1.464</u>	<u>-</u>	<u>(4.570)</u>	<u>(1.452)</u>	<u>(11.332)</u>	<u>10.512</u>

2008							
Saldo em 31.12.2007							
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe- rências	Regula- rizações	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2008
Sistemas de tratamento							
automático de dados (Software)	12.697	(8.291)	3.736	(5.124)	-	(25)	638
Outros activos intangíveis	19.548	(15.593)	4.878	5.874	-	(497)	12.578
Activos intangíveis em curso	2.750	-	9.049	(750)	(114)	(411)	10.523
	<u>34.995</u>	<u>(23.884)</u>	<u>17.663</u>	<u>-</u>	<u>(114)</u>	<u>(934)</u>	<u>23.739</u>

No exercício de 2009, a rubrica "Alterações do perímetro de consolidação" diz respeito à saída do perímetro de consolidação da Labicer, Quimiceram e Valorceram.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos intangíveis em curso referem-se essencialmente a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

16. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

2009					
	Participação efectiva (%)	Capitais próprios em 31.12.2009	Equivalência patrimonial	Resultado líquido ajustado em 31.12.2009	Proporção no resultado líquido (Nota 28)
BPN Real Estate	50,0%	72.034	36.016	(32.604)	(16.302)
Sobrissul	23,5%	14.760	7.380	343	172
Controlauto	38,9%	12.917	5.225	2.496	1.010
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa	30,0%	13.296	3.989	(15.440)	(4.632)
BPN Tesouraria	28,1%	10.345	2.907	344	97
BPN Taxa Fixa Euro	48,8%	4.808	2.347	64	31
BPN Valorização	47,2%	2.351	1.113	461	219
PR&A	26,1%	1.348	352	296	77
Lugab	38,5%	196	76	(1.076)	(414)
Locagest	20,0%	13	3	-	-
Ergorent	20,0%	4	1	(59)	(12)
ALC Leasing, S.A.R.L.	36,0%	(54)	-	(189)	(68)
Nearent	20,0%	(172)	-	(68)	(14)
Pecore II	47,1%	(4.733)	-	(3.473)	(1.736)
			<u>59.409</u>		<u>(21.572)</u>
2008					
	Participação efectiva (%)	Capitais próprios em 31.12.2008	Equivalência patrimonial	Resultado líquido em 31.12.2008	Proporção no resultado líquido
BPN Real Estate	50,0%	99.929	49.866	(294)	(147)
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa	30,0%	28.736	8.621	(2.244)	(673)
Controlauto	40,5%	11.166	4.517	1.569	635
Avipronto	23,4%	15.485	3.623	(3.039)	(711)
BPN Valorização	43,6%	2.038	888	(1.484)	(647)
Ângulo Superior, SGPS	30,0%	925	278	(3)	(1)
ALC Leasing	36,0%	123	44	(335)	(120)
Ergorent	20,0%	64	13	(226)	(45)
Locagest	20,0%	17	3	-	-
Portucalc	34,8%	(120)	-	(172)	(60)
Nearent	20,0%	(104)	-	(217)	(43)
Pecore II	50,0%	(1.261)	-	(321)	(161)
			<u>67.853</u>		<u>(1.975)</u>

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Banco e as suas subsidiárias são tributados individualmente e encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco e das suas participadas com sede em Portugal durante um período de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável, dos exercícios de 2006 a 2009. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião dos Conselhos de Administração do Banco e das suas participadas, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 eram os seguintes:

	2009	2008
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	1.605	6.813
Outros	50	65
	<u>1.655</u>	<u>6.878</u>
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(917)	(2.828)
	<u>(917)</u>	<u>(2.828)</u>
Passivos por impostos diferidos	(184)	(3.607)
	<u>554</u>	<u>443</u>

De acordo com o “IAS 12 – Impostos sobre lucros”, os impostos diferidos activos devem ser registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2008 e 2009 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2007	Variação em resultados	Saldo em 31.12.2008	Variação em : reservas	resultados	Saldo em 31.12.2009
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	-	-	-	-	13	13
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(131)	-	(131)	-	131	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(3.543)	483	(3.060)	177	1.812	(1.071)
Valorização de outros títulos	74	162	236		289	525
Benefícios aos trabalhadores	(652)	-	(652)	-	623	(29)
Outros	-	-	-		378	378
	<u>(4.252)</u>	<u>645</u>	<u>(3.607)</u>	<u>177</u>	<u>3.246</u>	<u>(184)</u>

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

Adicionalmente, durante o exercício de 2009, o BPN reverteu os impostos diferidos passivos por dispor de prejuízos fiscais reportáveis suficientes para suportar os proveitos fiscais que serão considerados no momento da alienação dos títulos que deram origem ao registo dos impostos diferidos passivos. O BPN tenciona vender estes títulos pelo valor contabilístico no prazo de um ano.

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2009	2008
Impostos correntes		
Do exercício	2.140	4.239
Correções relativas a exercicios anteriores (líquido)	2.472	5.441
	<u>4.612</u>	<u>9.680</u>
Impostos diferidos	(3.246)	(645)
Total de impostos em resultados	<u>1.366</u>	<u>9.035</u>
Prejuízo consolidado antes de impostos e de interesses minoritários	(213.725)	(570.834)
Carga fiscal	<u>-0,6%</u>	<u>-1,6%</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser demonstrada como se segue:

	2009		2008	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		<u>(218.859)</u>		<u>(570.834)</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,5%	(57.998)	26,5%	(151.271)
Imposto diferido activo não reconhecido	(26,5%)	57.998	(26,5%)	151.271
Benefícios fiscais:				
Criação líquida de postos de trabalho	0,01%	(11)	0,0%	-
Outros	0,03%	(65)	0,0%	-
Correcções de imposto relativas a exercícios anteriores	(1,13%)	2.472	(1,0%)	5.441
Tributação autónoma	(0,26%)	562	(0,2%)	938
Outros	0,73%	(1.592)	(0,5%)	2.656
Imposto registado em resultados	<u>(0,6%)</u>	<u>1.366</u>	<u>(1,6%)</u>	<u>9.035</u>

18. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Ramo Vida:</u>		
Provisão matemática	<u>3.573</u>	<u>3.965</u>
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	4.108	3.510
Sinistros não declarados (IBNR)	188	94
	<u>7.869</u>	<u>7.569</u>

19. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Devedores por seguro directo e resseguro	5.997	4.435
Devedores e outras aplicações		
Aplicações diversas	14	14
Devedores por bonificações a receber	157	9
Suprimentos	6.884	2.388
Devedores por operações sobre futuros e opções	367	-
Outras aplicações	-	75.029
Sector público administrativo	3.117	6.444
Devedores e outras aplicações	-	787
Devedores diversos	184.326	257.094
Outros activos		
Metais preciosos, numismática e medalhística	28	30
Bens recebidos em dação de crédito	24.324	99.269
Outros	170.668	82.848
Rendimentos a receber		
Juros e rendimentos similares	35	90
Outros rendimentos a receber	2.132	2.092
Despesas com encargo diferido	21.686	35.068
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 37)	46.697	45.574
Outras contas de regularização		
Posição cambial	1.818	777
Operações cambiais a liquidar	23.163	26.242
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	11	26.563
Outras operações a regularizar	9.460	3.621
	<u>500.884</u>	<u>668.373</u>
Imparidade (Nota 23)		
Bens recebidos em dação de crédito	(2.506)	(13.847)
Devedores e outras aplicações	(66.964)	(30.062)
	<u>(69.470)</u>	<u>(43.909)</u>
	<u>431.414</u>	<u>624.464</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Devedores diversos” inclui os seguintes saldos a receber de terceiros por parte dos fundos imobiliários do Grupo:

	2009	2008
Adiantamentos:		
. por conta de construções	70.854	109.257
. por compras de terrenos	18.756	18.755
Devedores por rendas vencidas	12.534	7.493
Outros valores a receber	669	33.347
	-----	-----
	102.813	168.852
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os saldos das rubricas “Adiantamentos por conta de construções” e “Adiantamento por compras de terrenos” encontram-se provisionados na rubrica “Provisão para outros riscos e encargos” (Nota 23).

Em Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Outros activos – Outros” diz respeito aos imóveis pertencentes às carteiras dos fundos imobiliários que se encontram disponíveis para venda, mas

para os quais não existe ainda a expectativa de venda no curto prazo. A variação ocorrida no exercício de 2009 nesta rubrica é explicada da seguinte forma:

Imóveis transferidos da rubrica "Activos tangíveis" (Nota 14)	75.536
Imóveis transferidos da rubrica "Propriedades de investimento" (Nota 13)	10.603
Outros	1.681

	87.820
	=====

Estes imóveis encontram-se registados contabilisticamente ao custo histórico, tendo imparidade registada na rubrica "Imparidade para devedores e outras aplicações".

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Outras contas de regularização – operações sobre valores mobiliários a regularizar" inclui operações de vendas de títulos que se encontraram pendentes de liquidação financeira.

O movimento na rubrica "Bens recebidos em dação de crédito" durante os exercícios de 2008 e 2009 foi o seguinte:

2009										
Saldo em 31.12.2008				Reclassificações		Transferências para "Activos não correntes detidos para venda"			Saldo em 31.12.2009	
Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Alienações e abates	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor bruto	Imparidade acumulada	Imparidade do exercício	Valor bruto	Imparidade acumulada
(Nota 10)										
Bens recebidos em dação de crédito										
Imóveis	76.425	(13.717)	22.542	5.152	(118)	75	(93.697)	15.431	(1.789)	-
Outros	22.844	(131)	8.849	7.487	118	(75)	-	-	(2.300)	(2.506)
	99.269	(13.848)	31.391	12.639	-	-	(93.697)	15.431	(4.089)	(2.506)
2008										
Saldo em 31.12.2007				Transferências de "Outros activos tangíveis"		de "Outros activos - Outros"				Saldo em 31.12.2008
Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Alienações e abates	de "Outros activos tangíveis"	Valor bruto	Imparidade acumulada	Imparidade do exercício	Valor bruto	Imparidade acumulada	
Bens recebidos em dação de crédito										
Imóveis	68.062	(5.786)	14.443	4.854	-	1.227	(12)	(7.919)	76.425	(13.717)
Outros	1.316	(57)	15.629	42	5.990	49	(12)	(62)	22.844	(131)
	69.378	(5.843)	30.072	4.896	5.990	1.276	(23)	(7.981)	99.269	(13.847)

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "Bens recebidos em dação de crédito" inclui obras de arte do pintor Juan Miró recebidas em dação por recuperações de créditos concedidos pelo Grupo no montante de 21.340 mEuros.

Em Dezembro de 2009, o Banco transferiu os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito para a rubrica "Activos não correntes detidos para venda" por passarem a preencher os requisitos da Norma IFRS 5 (Nota 10).

O movimento na imparidade e provisões para outros activos durante os exercícios de 2009 e 2008 é apresentado na Nota 23.

20. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Recursos de Bancos Centrais</u>		
Mercado Monetário Interbancário	70.000	20.000
Recursos de Bancos Centrais no estrangeiro	191.634	268.973
Empréstimos	71.156	-
Juros a pagar	245	816
	<u>333.035</u>	<u>289.789</u>
<u>Recursos de Instituições de Crédito no País</u>		
Mercado Monetário Interbancário	2.102	978
Depósitos e outros recursos	24.747	60.782
Empréstimos	769.589	784.073
Recursos a muito curto prazo	495.000	868.560
<u>Recursos de Instituições de Crédito no Estrangeiro</u>		
Depósitos e outros recursos	106.046	54.508
Empréstimos	29.280	138.704
Recursos a muito curto prazo	-	20.000
	<u>1.426.763</u>	<u>1.927.606</u>
<u>Juros a pagar</u>		
De Instituições de Crédito no País	647	1.865
De Instituições de Crédito no Estrangeiro	300	1.388
<u>Despesas com encargos diferidos</u>		
De Instituições de Crédito no País	-	571
De Instituições de Crédito no Estrangeiro	(269)	(945)
	<u>678</u>	<u>2.879</u>
	<u>1.760.476</u>	<u>2.220.273</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Recursos de Bancos Centrais no estrangeiro" diz respeito a empréstimos obtidos por parte do BPN Cayman Limited junto do Banco Nacional de Angola.

Em 2009 e 2008, a rubrica "Recursos de instituições de crédito no país" inclui financiamentos concedidos pela CGD nos montantes de 495.000 mEuros e 870.000 mEuros na rubrica "Recursos de muito curto prazo", respectivamente, e 700.000 mEuros e 585.092 mEuros na rubrica "Empréstimos", respectivamente. De acordo com a lei nº 6-A/2008 de 11 de Novembro, as operações de crédito ou de assistência de liquidez que sejam realizadas pela CGD, a favor do Banco no contexto da nacionalização e em substituição do Estado, até à data da aprovação dos objectivos de gestão previstos no nº 7, beneficiam de garantia do Estado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais dos recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito apresentam a seguinte estrutura:

	2009	2008
Até três meses	1.547.424	1.006.966
De três meses a seis meses	54.216	596.286
De seis meses a um ano	71.542	617.021
De um ano a cinco anos	38.117	-
Mais de cinco anos	49.177	-
	<u>1.760.476</u>	<u>2.220.273</u>

21. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos de poupança	44.158	69.709
Outros débitos		
À ordem	611.454	896.349
A prazo		
Depósitos	2.446.847	4.035.705
Outros recursos:		
Cheques e ordens a pagar	23.480	54.725
Outros	53.005	8.388
	<u>3.178.944</u>	<u>5.064.876</u>
Juros a pagar	27.724	63.386
	<u>3.206.668</u>	<u>5.128.262</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais de recursos de clientes e outros empréstimos são os seguintes:

	2009	2008
<u>Exigível à vista</u>	677.303	940.043
<u>Exigível a prazo</u>		
Até três meses	404.875	2.205.039
De três meses a um ano	1.796.764	1.737.138
De um a cinco anos	327.726	246.042
	<u>3.206.668</u>	<u>5.128.262</u>

22. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Obrigações em circulação</u>		
Obrigações de caixa	20.000	25.000
Outras responsabilidades representadas por títulos	2.999.179	199.500
	<u>3.019.179</u>	<u>224.500</u>
<u>Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização</u>		
Chaves SME CLO No.1	407.429	580.345
Chaves Funding No. 5	46.089	197.217
	<u>453.518</u>	<u>777.562</u>
<u>Outros</u>		
Certificados de depósito	38.475	9.050
	<u>3.511.172</u>	<u>1.011.112</u>
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura	(2.520)	(2.898)
Juros a pagar	11.678	349
	<u>9.158</u>	<u>(2.549)</u>
	<u>3.520.330</u>	<u>1.008.563</u>

Em 30 de Abril de 2009 ocorreu o reembolso das obrigações BPN Dividendos no montante de 5.000 mEuros.

No decorrer do exercício de 2009, o Banco realizou diversas emissões de Papel Comercial garantidas pela República Portuguesa e subscritas integralmente pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e que apresentam as seguintes condições:

Descrição	Montante	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração
Papel Comercial BPN 4ª Emissão	649.884	07-09-2009	02-03-2010	1,476%
Papel Comercial BPN 5ª Emissão	649.883	08-09-2009	03-03-2010	1,469%
Papel Comercial BPN 6ª Emissão	699.872	09-09-2009	04-03-2010	1,456%
Papel Comercial BPN Nov.09 1ª Emissão	499.773	09-11-2009	09-08-2010	1,480%
Papel Comercial BPN Nov.09 2ª Emissão	499.767	12-11-2009	12-11-2010	1,579%
	<u>2.999.179</u>			

As condições associadas às obrigações em circulação são as seguintes:

Obrigação	Valor nominal	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração
BPN Private Equity	10.000	09-07-2007	09-07-2010	Remuneração indexada à performance do índices LPX Major Market Price, com remuneração mínima garantida de 3%.
BPN Competição Ibérica	10.000	29-10-2007	29-10-2010	Remuneração indexada à performance dos índices Ibex e PSI20.
	<u>20.000</u>			

As condições associadas às obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização são as seguintes:

Chaves SME CLO No.1

Em Dezembro de 2006, o Banco procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito no montante de 601.210 mEuros, através de uma operação de titularização denominada "Chaves SME CLO No.1".

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os passivos financeiros associados a esta operação ascendem a 407.429 mEuros e 580.345 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os passivos financeiros associados a activos transferidos incluem 13.952 mEuros e 1.229 mEuros, respectivamente, relativos a créditos amortizados no último dia do ano e ainda não compensados nas responsabilidades titularizadas.

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“Sagres”), na qual o BPN não detém qualquer participação directa ou indirecta. O BPN continua a efectuar a gestão dos contratos, entregando à Sagres todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. Como forma de financiamento, a Sagres emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Estas obrigações apresentam as seguintes características:

2009					
Dívida emitida	Montante	Rating		Data de reembolso	Remuneração
		Moodys	S&P		
Class A Secured Floating Rate Notes	527.550	Aaa	AAA	Novembro de 2034	Euribor 3m + 0,18%
Class B Secured Floating Rate Notes	21.000	Aa2	AA	Novembro de 2034	Euribor 3m + 0,25%
Class C Secured Floating Rate Notes	38.050	A1	A-	Novembro de 2034	Euribor 3m + 0,45%
Class D Secured Floating Rate Notes	4.900	A3	BBB	Novembro de 2034	Euribor 3m + 0,55%
Class E Secured Floating Rate Notes	9.600	Baa2	BBB	Novembro de 2034	Euribor 3m + 0,60%
	<u>601.100</u>				
Montante Liquidado	(193.671)				
	<u>407.429</u>				

2008					
Dívida emitida	Montante	Rating		Data de reembolso	Remuneração
		Moodys	S&P		
Class A Secured Floating Rate Notes	527.550	Aaa	AAA	Fevereiro de 2010	Euribor 3 m + 0,18%
Class B Secured Floating Rate Notes	21.000	Aa2	AA	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 0,25%
Class C Secured Floating Rate Notes	38.050	A1	A-	Agosto de 2016	Euribor 3 m + 0,45%
Class D Secured Floating Rate Notes	4.900	A3	BBB	Agosto de 2016	Euribor 3 m + 0,55%
Class E Secured Floating Rate Notes	9.600	Baa2	BBB	Agosto de 2016	Euribor 3 m + 0,60%
	<u>601.100</u>				
Montante Liquidado	(20.755)				
	<u>580.345</u>				

Adicionalmente foi emitida uma Tranche F, adquirida pelo Banco, que foi utilizada como um fundo de reserva da carteira e para fazer face a despesas iniciais. Esta tranche constitui o equivalente ao capital do Fundo, motivo pelo qual o crédito se encontra no balanço. Esta tranche não foi reconhecida nesta rubrica.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os montantes liquidados correspondem à amortização de créditos ocorrida nos meses de Dezembro de cada um dos exercícios. Conforme previsto nas condições de emissão, este montante foi compensado no dia 20 dos meses seguintes, tendo o Banco transferido da rubrica “Crédito vivo” para a rubrica “Crédito titularizado”, o montante de capital necessário para garantir o valor total das obrigações emitidas.

Chaves Funding No. 5

Em Dezembro de 2008, a BPN Crédito IFIC procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito no montante de 202.000 mEuros, através de uma operação de titularização denominada *Chaves Funding No. 5*.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os passivos financeiros associados a esta operação ascendem a 46.089 mEuros e 197.217 mEuros, respectivamente.

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“Sagres”), na qual o Grupo não detém qualquer participação directa ou indirecta. A BPN Crédito IFIC continua a efectuar a gestão dos contratos, entregando à Sagres todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. Como forma de financiamento, a Sagres emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Estas obrigações apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	Rating S&P	Data de reembolso	Remuneração
Tranche B	52.200	--	Março de 2021	Euribor 3m + 1,2%
Montante liquidado	(6.111)			
	<u>46.089</u>			

Adicionalmente foi emitida uma Tranche C, que foi utilizada como um fundo de reserva da carteira e para fazer face a despesas iniciais, não reconhecida na rubrica "Passivos financeiros associados a activos transferidos". A tranche A foi adquirida pelo BPN e as tranches B e C pela BPN Crédito IFIC.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Certificados de depósito", inclui certificados emitidos pelo BPN Brasil e vendidos a clientes com maturidades compreendidas entre Fevereiro de 2010 e Maio de 2014.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura" refere-se ao valor inicial das opções adquiridas para cobertura das obrigações emitidas. Estas opções encontram-se registadas na rubrica "Instrumentos financeiros derivados de negociação".

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais das responsabilidades representadas por títulos são os seguintes:

2009				
Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações				
	Taxa de juro	Crédito	Índices	Total
Até 1 ano	3.012.788	-	20.000	3.032.788
Entre 1 e 5 anos	34.024	-	-	34.024
Mais de 5 anos	-	453.518	-	453.518
	<u>3.046.812</u>	<u>453.518</u>	<u>20.000</u>	<u>3.520.330</u>

2008				
Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações				
	Taxa de juro	Crédito	Índices	Total
Até 1 ano	202.966	-	5.000	207.966
Entre 1 e 5 anos	3.035	-	20.000	23.035
Mais de 5 anos	-	777.562	-	777.562
	<u>206.001</u>	<u>777.562</u>	<u>25.000</u>	<u>1.008.563</u>

23. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento nas provisões e imparidade nos exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

2009								
	Saldo em 31.12.2008	Alterações ao perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências	Saldo em 31.12.2009
Imparidade de crédito a clientes (Nota 11)	1.473.320	-	446.793	(367.126)	(6.196)	(3.152)	167.376	1.723.616
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	1	-	117	(74)	-	-	100	144
Imparidade de activos disponíveis para venda (Nota 8)	20.944	-	15.076	(1.274)	-	(442)	18.878	53.182
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	-	12.045	-	-	-	-	15.431	27.476
	<u>20.945</u>	<u>12.045</u>	<u>15.193</u>	<u>(1.348)</u>	<u>-</u>	<u>(442)</u>	<u>34.409</u>	<u>80.802</u>
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 14)	2.524	-	3.659	-	-	-	-	6.183
Imparidade de outros activos (Nota 19)	43.909	-	35.759	(19.838)	-	80	9.560	69.470
	<u>46.433</u>	<u>-</u>	<u>39.418</u>	<u>(19.838)</u>	<u>-</u>	<u>80</u>	<u>9.560</u>	<u>75.653</u>
Provisões para encargos com benefícios de empregados	190	-	12	-	-	1	(129)	74
Provisões para outros riscos e encargos	548.116	29.383	120.297	(103.015)	(85.732)	(361)	(211.216)	297.472
	<u>548.306</u>	<u>29.383</u>	<u>120.309</u>	<u>(103.015)</u>	<u>(85.732)</u>	<u>(360)</u>	<u>(211.345)</u>	<u>297.546</u>
	<u>2.089.004</u>	<u>41.428</u>	<u>621.713</u>	<u>(491.327)</u>	<u>(91.928)</u>	<u>(3.874)</u>	<u>-</u>	<u>2.177.617</u>

2008								
	Saldo em 31.12.2007	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2008
Imparidade de crédito a clientes (Nota 11)	1.001.767	217.810	(87.261)	(2.173)	-	328.111	15.066	1.473.320
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	-	587	(426)	-	-	(160)	-	1
Imparidade de activos disponíveis para venda (Nota 8)	28.638	90.030	-	(9.085)	-	(88.639)	-	20.944
	<u>28.638</u>	<u>90.617</u>	<u>(426)</u>	<u>(9.085)</u>	<u>-</u>	<u>(88.799)</u>	<u>-</u>	<u>20.945</u>
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 14)	2.503	21	-	-	-	-	-	2.524
Imparidade de outros activos (Nota 19)	19.586	23.746	(187)	(3.697)	-	4.461	-	43.909
	<u>22.089</u>	<u>23.767</u>	<u>(187)</u>	<u>(3.697)</u>	<u>-</u>	<u>4.461</u>	<u>-</u>	<u>46.433</u>
Provisões para encargos com benefícios de empregados	174	16	-	-	-	-	-	190
Provisões para outros riscos e encargos	681.318	140.513	(1.098)	(29.080)	236	(243.773)	-	548.116
	<u>681.492</u>	<u>140.529</u>	<u>(1.098)</u>	<u>(29.080)</u>	<u>236</u>	<u>(243.773)</u>	<u>-</u>	<u>548.306</u>
	<u>1.733.966</u>	<u>472.723</u>	<u>(88.972)</u>	<u>(44.035)</u>	<u>236</u>	<u>-</u>	<u>15.066</u>	<u>2.089.004</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, a coluna "Outros" da rubrica "Imparidade de crédito a clientes", diz respeito às provisões para crédito que estavam constituídas no Banco Insular, SARL e que foram transferidas para o Banco, no âmbito do contrato de cessão de créditos celebrado entre o BPN e aquela entidade.

Em 2007, o Banco efectuou uma cessão de créditos vencidos pelo montante de 17.450 mEuros. O valor nominal destes créditos ascendia a 29.567 mEuros. No âmbito desta operação, o Banco utilizou as provisões constituídas nessa data e reconheceu um ganho em "Outros ganhos de exploração – Outros" no montante de 2.948 mEuros. Em 2008, esta operação foi revertida. Em consequência, o Banco readquiriu créditos pelo montante de 17.450 mEuros, tendo realizado os seguintes registos contabilísticos nas rubricas:

- Crédito a clientes: 29.568 mEuros
- Imparidade de crédito a clientes: 15.066 mEuros
- Outros custos de exploração – outros: 2.948 mEuros.

Durante o exercício de 2009, as utilizações da rubrica "Provisões para outros riscos e encargos", incluem o montante de 85.563 mEuros para fazer face às desvalorizações ocorridas nos imóveis registados em "Propriedades de investimento", que foram reavaliados durante o exercício (Nota 13).

No exercício de 2009, a rubrica "Alterações ao perímetro" diz respeito às provisões para as participações detidas na Labicer, Quimiceram e Valorceram, que foram excluídas do perímetro de consolidação.

O saldo da “Provisão para outros riscos e encargos” apresenta a seguinte decomposição:

	2009	2008
Provisões para imóveis detidos pelos fundos imobiliários	-	199.297
Imparidade para crédito a clientes:		
Imparidade para crédito concedido através do Banco Insular	1	168.637
Provisão para garantias prestadas	-	4.311
	<u>1</u>	<u>172.948</u>
Outras provisões		
Provisão para eventual recompra de produtos financeiros a clientes	68.000	68.000
Provisões para fraudes identificadas em diversos balcões do Banco	15.588	-
Provisões para garantias e compromissos assumidos	4.758	20.660
Provisões para títulos de investimento estruturado colocados como Capital Garantido junto de Clientes	9.262	14.107
Provisões para contingências fiscais	14.423	8.485
Provisões para processos judiciais desfavoráveis	18.417	7.124
Provisões para rendas vencidas a regularizar dos fundos imobiliários	2.120	4.284
Provisões para activos financeiros	6.639	14.307
Provisões para contingência genéricas	-	31.000
Outras	158.264	7.904
	<u>297.471</u>	<u>175.871</u>
	<u>297.472</u>	<u>548.116</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Outras” apresenta a seguinte composição:

Imparidade para adiantamentos concedidos pelos fundos imobiliários (Nota 19)	66.603
Imparidade para participadas excluídas do perímetro de consolidação (Nota 10)	
- Labicer	65.320
- Quimiceram e Valorceram	370
	<u>65.690</u>
Provisões para perdas potenciais em activos tangíveis	13.494
Outros	12.477
	<u>158.264</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, as provisões para outros riscos e encargos incluem 168.637 mEuros relativos a responsabilidades registadas no Banco Insular SARL. Estas responsabilidades foram reconhecidas no balanço do BPN em Fevereiro de 2009.

24. PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATOS DE SEGUROS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
Ramo vida:		
De seguro directo e resseguro aceite:		
Provisão matemática:		
De contratos de seguro	6.784	7.223
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	183.241	225.854
	<u>190.025</u>	<u>233.077</u>
Provisão para participação nos resultados	49	21
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	10.050	8.062
Sinistros não declarados (IBNR)	1.218	112
	<u>11.268</u>	<u>8.174</u>
Outras provisões técnicas		
Provisão para compromissos de taxa	5.058	9.583
	<u>206.400</u>	<u>250.856</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a provisão matemática do ramo vida e a provisão para participação nos resultados de seguro directo e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2009			2008		
	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro:						
Temporário anual renovável - I	1.947	-	1.947	2.205	-	2.205
Temporário anual renovável - G F	140	49	189	129	19	148
Temporário anual renovável - G A	1.375	-	1.375	1.320	-	1.320
Temporário anual renovável - BPN Credito	2.236	-	2.236	2.427	-	2.427
Renda vitalícia imediata	1.086	-	1.086	1.142	-	1.142
	<u>6.784</u>	<u>49</u>	<u>6.833</u>	<u>7.223</u>	<u>19</u>	<u>7.242</u>
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:						
PPR	49.973	-	49.973	60.603	-	60.603
PPR BPN	58.878	-	58.878	71.555	-	71.555
PPR Finibanco	330	-	330	423	-	423
PPR Fenix	665	-	665	834	-	834
Investimento Real - I	25.325	-	25.325	33.882	-	33.882
Investimento Real - GF	2.059	-	2.059	2.434	-	2.434
Investimento Real - GA	315	-	315	337	-	337
PPI Segurança	25.013	-	25.013	31.998	2	32.000
Rendimento Real	2.057	-	2.057	3.888	-	3.888
Futuro Real	1.735	-	1.735	1.503	-	1.503
SPI	634	-	634	901	-	901
Ouro Real	16.033	-	16.033	17.246	-	17.246
Fenix Ouro	11	-	11	15	-	15
Fenix reforma	213	-	213	235	-	235
	<u>183.241</u>	<u>-</u>	<u>183.241</u>	<u>225.854</u>	<u>2</u>	<u>225.856</u>
	<u>190.025</u>	<u>49</u>	<u>190.074</u>	<u>233.077</u>	<u>21</u>	<u>233.099</u>

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de seguro directo e resseguro aceite e na provisão matemática de resseguro cedido durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

2009				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	7.223	(439)	-	6.784
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	225.854	(42.615)	2	183.241
	<u>233.077</u>	<u>(43.054)</u>	<u>2</u>	<u>190.025</u>
Provisão para participação nos resultados:				
- De contratos de seguro	-	-	-	-
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	21	29	(1)	49
	<u>21</u>	<u>29</u>	<u>(1)</u>	<u>49</u>
	<u>233.098</u>	<u>(43.025)</u>	<u>1</u>	<u>190.074</u>
Resseguro cedido:				
Provisão matemática (Nota 18):				
- De contratos de seguro	(3.965)	392	-	(3.573)
	<u>229.133</u>	<u>(42.633)</u>	<u>1</u>	<u>186.501</u>
2008				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	29.339	(2.133)	-	27.206
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	297.560	(91.770)	81	205.871
	<u>326.899</u>	<u>(93.903)</u>	<u>81</u>	<u>233.077</u>
Provisão para participação nos resultados:				
- De contratos de seguro	-	19	-	19
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	3	80	(81)	2
	<u>3</u>	<u>99</u>	<u>(81)</u>	<u>21</u>
	<u>326.902</u>	<u>(93.804)</u>	<u>-</u>	<u>233.098</u>
Resseguro cedido:				
Provisão matemática (Nota 18):				
- De contratos de seguro	(4.858)	893	-	(3.965)
	<u>322.045</u>	<u>(92.911)</u>	<u>-</u>	<u>229.134</u>

As provisões técnicas constituídas para os contratos do ramo vida representam, no seu conjunto, as responsabilidades para com os segurados e incluem:

- Provisões matemáticas determinadas de acordo com métodos actuariais prospectivos, em conformidade com as bases técnicas de cada um dos produtos;
- Provisões para participação nos resultados a atribuir no final de cada ano aos contratos em vigor. O seu cálculo é efectuado de acordo com as bases técnicas de cada contrato, devidamente aprovadas pelo ISP (Instituto de Seguros de Portugal), com base nas taxas de rendibilidade dos investimentos afectos à cobertura das respectivas provisões matemáticas;
- Provisões para sinistros, de modo a fazer face às indemnizações a pagar referente a sinistros já ocorridos mas não regularizados;
- Provisão para compromissos de taxa, constituída relativamente a todos os seguros em que a taxa de rendibilidade efectiva das aplicações que se encontra a representar as provisões matemáticas, é inferior à taxa técnica de juro média ponderada utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

25. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Obrigações subordinadas perpétuas BPN - 2008	94.500	94.500
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	50.000	50.000
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2005	50.000	50.000
Obrigações de caixa subordinadas - BPN (SFE) - 2003	25.000	25.000
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	25.000	25.000
	<u>244.500</u>	<u>244.500</u>
Juros a pagar	943	2.175
	<u>245.443</u>	<u>246.675</u>

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Obrigação	Valor Nominal	Data de reembolso	Remuneração	Taxa de juro em:		Cláusula de reembolso antecipado
				31.12.2009	31.12.2008	
Obrigações subordinadas perpétuas BPN - 2008	94.500	Perpétuo	Euribor 6 meses + 2%	3,018%	7,290%	No final do décimo ano de vida do empréstimo e posteriormente em cada data de pagamento de juros subsequente, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo apenas na sua totalidade, mediante autorização do Banco de Portugal.
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE) - 2003	25.000	16-05-2013	Euribor 6 meses + 2%	2,991%	6,309%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	50.000	16-06-2013	Euribor 6 meses + 2%	2,999%	5,369%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	25.000	16-06-2013	Euribor 6 meses + 2%	2,999%	5,369%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2005	50.000	22-12-2015	Euribor 6 meses + 1,15%	2,145%	4,352%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
	<u>244.500</u>					

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Credores por seguro directo e resseguro	45.067	22.088
Credores e outros recursos:		
Recursos diversos	400	142
Cauções recebidas pela realização de contratos futuros	24.221	115.376
Cobrança por conta de terceiros	149	151
Contribuições para outros sistemas de saúde	285	267
Outros	12.597	5.471
Credores diversos:		
Credores por fornecimento de bens	27.736	38.615
Credores por contratos de factoring	767	3.343
Outros credores	32.395	74.917
Encargos a pagar		
Juros a pagar	106	1.504
Outros encargos a pagar	28.639	31.032
Receitas com encargo diferido		
De rendas de locação operacional	223	409
De outras rendas	1.980	2.062
De garantias prestadas e outros passivos eventuais	929	989
De compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	4	14
Outras	2.446	15.469
Outras contas de regularização		
Posição cambial	2.704	5.194
Operações cambiais a liquidar	24.490	26.051
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	619	115
Outras operações a regularizar	16.859	3.475
	<u>222.616</u>	<u>346.687</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Credores e outros recursos” inclui os montantes de 19.937 mEuros e 109.766 mEuros, respectivamente, referentes a depósitos efectuados que servem de caução a operações contratadas com clientes. A variação ocorrida no exercício de 2009 está relacionada com a utilização de parte dos depósitos classificados nesta rubrica para liquidação de responsabilidades de crédito desses clientes.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Encargos a pagar – Outros encargos a pagar” inclui o montante de 5.611 mEuros e 5.197 mEuros, respectivamente, relativo a prémio de antiguidade, subsídio de morte e outros benefícios de longo prazo a pagar aos colaboradores (Nota 36).

27. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital do Banco era integralmente detido pelo BPN, SGPS, S.A., entidade detida pela SLN. Em Setembro de 2008, foi realizado um aumento de capital no montante de 80.000 mEuros, tendo sido integralmente subscrito e realizado pela BPN, SGPS, S.A..

Conforme referido na Nota Introdutória, em Novembro de 2008, todas as acções representativas do capital social do BPN foram nacionalizadas ao abrigo da Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro. De acordo com a referida Lei, a nacionalização foi motivada pelo volume de perdas acumuladas pelo Banco, ausência de liquidez adequada e iminência de uma situação de ruptura de pagamentos que ameaçavam os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o capital do BPN é integralmente detido pelo Estado Português através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, representado por 76.000.000 de acções de valor nominal de cinco Euros cada.

O Banco passou assim a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo detido pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças. A gestão do Banco foi atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S.A., cabendo a esta entidade a designação dos membros dos órgãos sociais.

Em Janeiro de 2010, o Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro aprovou a reprivatização do Banco e consequentemente a alienação da totalidade das acções representativas do seu capital social, operação que se encontra em preparação pelo Conselho de Administração do BPN.

28. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2009	2008
Prémios de emissão	6.790	6.790
Reservas de reavaliação		
- Reserva de justo valor (Nota 8)	3.690	536
- Reserva por impostos diferidos	-	(178)
	3.690	358
Outras reservas e resultados transitados		
- Reserva legal	24.621	24.621
- Outras reservas	24.686	24.686
- Resultados transitados	(2.269.843)	(1.691.118)
- Reservas de conversão cambial	2.419	7.962
	(2.218.117)	(1.633.849)
Resultado líquido do exercício	(216.584)	(575.238)
	(2.424.221)	(2.201.939)

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário, nomeadamente o artigo 97º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais, líquidas de imparidades reconhecidas em resultados no exercício ou em exercícios anteriores, relativas à carteira de títulos classificados como “ Activos financeiros disponíveis para venda”.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as “Outras reservas e resultados transitados” incluem as reservas legais do Banco, no montante de 24.621 mEuros e as reservas legais, livres e de reavaliação legal das suas subsidiárias e associadas. As reservas de reavaliação legal só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

A formação do resultado líquido consolidado do exercício de 2009 pode ser descrita da seguinte forma:

Resultado líquido do BPN, S.A. em 31 de Dezembro de 2009	(220.103)
Resultado líquido do exercício das participadas	
Banco Efisa, S.A.	(34.849)
Banco Português de Negócios (IFI), S.A.	(7.515)
BPN Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto	1.264
BPN Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	1.989
BPN Brasil Banco Múltiplo, S.A.	(4.276)
BPN Cayman Limited	19.253
BPN Conservador - Fundo de Investimento Aberto Obrigações Taxa Variável	1.704
BPN Crédito IFIC	816
BPN Créditos Brasil - Promotora de Vendas Ltda	(996)
BPN Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	(52.989)
BPN Gestão Activos Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	(15.210)
BPN Imofundos, SGFI, S.A.	4.456
BPN Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(65.489)
BPN Imomarinas - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(2.829)
BPN Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(90.111)
BPN Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(23.985)
Centro Hospitalar de São Francisco, S.A. (*)	(2.003)
Pay Up Holding B.V.	5.004
Real Vida Seguros, S.A.	3.278
	<u>(262.488)</u>
Ajustamentos de consolidação:	
- Anulação da imparidade para unidades de participação de fundos geridos por entidades do Grupo, que se encontra constituída nas contas individuais do BPN, S.A.	219.535
- Anulação das provisões líquidas constituídas no exercício nas contas individuais do BPN, S.A. para a Real Vida Seguros, S.A. e BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda. (**)	33.504
- Anulação da reposição efectuada nas contas individuais do BPN, S.A. relativa aos custos de liquidação do BPN Créditos Brasil	(4.691)
- Amortizações do exercício dos imóveis das carteiras dos fundos imobiliários, registados contabilisticamente no consolidado como de serviço próprio	(1.531)
- Reposição da provisão constituída em 2008 para o BPN Real Estate, dado que em 2009, o Grupo apropriou o resultado líquido na rubrica "Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos, consolidadas pelo método de equivalência patrimonial"	19.101
- Anulação nas contas consolidadas da provisão para garantias prestadas à Labicer registada no BPN Cayman, dado que aquela entidade foi excluída do perímetro de consolidação em 2009	18.000
- Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos consolidadas pelo método de equivalência patrimonial	(21.572)
- Provisões registadas nas contas consolidadas para fazer face a ajustamentos a efectuar nas demonstrações financeiras das participadas do Grupo	(6.500)
Outros	6.520
	<u>262.366</u>
Interesses minoritários	3.641
Resultado líquido consolidado em 31 de Dezembro de 2009	<u><u>(216.584)</u></u>

(*) Em 31 de Dezembro de 2008, foram objecto de consolidação as contas provisórias desta entidade, tendo o Grupo registado nas contas consolidadas de 2009, o impacto apurado face às contas finais desta.

(**) Estas provisões foram registadas nas contas individuais do BPN, S.A., no âmbito da reexpressão das suas demonstrações financeiras, mas já se encontravam reflectidas nas contas consolidadas do exercício de 2008.

A formação do resultado líquido consolidado do exercício de 2008 pode ser descrita da seguinte forma:

Resultado líquido do BPN, S.A. em 31 de Dezembro de 2008	(428.391)
<u>Resultado líquido do exercício das empresas financeiras:</u>	
Real Vida Seguros, S.A.	(53.291)
BPN Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	(26.553)
BPN Créditos Brasil - Promotora de Vendas Ltda	(18.428)
BPN Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(16.650)
CLIP Multi-Strategy	(13.229)
Outros	(8.810)
	<u>(565.351)</u>
<u>Resultado líquido do exercício das empresas não financeiras:</u>	
Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	(24.399)
Monte da Quinta Propriedades, Lda.	(3.843)
Lugab - Gestão e Participações, S.A.	(1.597)
Outros	(2.031)
	<u>(31.870)</u>
<u>Ajustamentos de consolidação:</u>	
- Anulação dos custos de liquidação do BPN Créditos Brasil, registados nas contas individuais do BPN, S.A.	16.837
- Anulação da provisão para as participações nas empresas do grupo Precore II e Crossco, registadas nas contas individuais do BPN, S.A.	8.333
- Amortizações do exercício dos imóveis das carteiras dos fundos imobiliários, registados contabilisticamente no consolidado como de serviço próprio	(1.621)
- Anulação das valias potenciais dos imóveis das carteiras dos fundos imobiliários, registados contabilisticamente ao custo de aquisição no consolidado em "Outros activos"	(3.792)
- Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos consolidadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 15)	(1.975)
Outros	(430)
	<u>17.352</u>
Interesses minoritários	4.631
Resultado líquido consolidado em 31 de Dezembro de 2008	<u><u>(575.238)</u></u>

29. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	2009				Proporção nos resultados líquidos atribuível a int. minoritários
	Participação atribuível a int. minoritários (%)	Capitais próprios ajustados em 31.12.2009	Proporção nos capitais próprios	Resultado líquido em 31.12.2009	
BPN Imoreal	5,25%	191.436	10.050	(3.188)	167
BPN Imoglobal	6,92%	132.492	9.168	(45.166)	3.125
BPN Imonegócios	0,87%	484.189	4.212	(9.485)	83
BPN Brasil	20,00%	13.937	2.787	(4.277)	855
BPN Acções Global	20,12%	7.632	1.535	1.946	(391)
BPN Conservador	9,27%	12.922	1.198	1.704	(158)
BPN Optimização	32,24%	2.985	962	352	(114)
Outras entidades	n.a.	n.a.	104	n.a.	74
			<u>30.016</u>		<u>3.641</u>

	2009				Proporção nos resultados líquidos atribuível a int. minoritários
	Participação atribuível a int. minoritários (%)	Capitais próprios ajustados em 31.12.2009	Proporção nos capitais próprios	Resultado líquido em 31.12.2009	
BPN Imonegócios	29,37%	474.300	139.302	8.503	(2.497)
BPN Imoreal	9,47%	199.643	18.906	4.418	(418)
BPN Imoglobal	13,33%	125.152	16.683	(26.223)	3.496
Centro Hospital de S. Francisco	49,00%	8.387	4.110	320	(157)
BPN Tesouraria	49,34%	5.746	2.835	(570)	281
BPN Taxa Fixa Euro	38,27%	3.740	1.431	636	(243)
BPN Conservador	11,77%	11.734	1.381	(14.965)	1.761
BPN Acções Global	17,70%	5.587	987	(4.235)	750
Outras entidades	n.a.	n.a.	12.119	n.a.	1.659
			<u>197.754</u>		<u>4.631</u>

A parcela do lucro consolidado atribuível a accionistas minoritários em 2009 e 2008 apresenta o seguinte detalhe:

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2007	<u>74.741</u>
Alterações do perímetro de consolidação	119.250
Variação cambial	(868)
Resultado líquido do exercício	<u>4.631</u>
	<u>123.013</u>
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2008	<u>197.754</u>
Alterações do perímetro de consolidação	(170.592)
Resultado líquido do exercício	<u>3.641</u>
	<u>(166.951)</u>
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2009	<u>30.803</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "Alterações do perímetro de consolidação", incluindo também a apropriação do resultado líquido do exercício, apresenta a seguinte composição:

BPN Imonegócios (passagem de 70,6% para 99,1%)	(135.089)
BPN Imoreal (passagem de 90,5% para 94,8%)	(8.101)
BPN Imoglobal (passagem de 86,7% para 93,1%)	(7.384)
Outros impactos inferiores a 3.000 mEuros	(16.377)
	<u>(166.951)</u>

30. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Juros de disponibilidades em bancos centrais	1.260	4.339
Juros de disponibilidades em instituições de crédito		
No País	348	898
No Estrangeiro	6.094	2.785
Juros de aplicações em Instituições de Crédito		
No País	1.439	5.080
No Estrangeiro	5.270	21.472
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	210.518	352.484
Crédito ao exterior	35.186	47.137
Outros créditos e valores a receber	6.688	2.462
Juros de crédito vencido	13.400	3.981
Juros de activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	767	1.363
Swaps	13.671	7.994
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	8.513	33.220
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	35.696	36.682
Juros de derivados de cobertura	-	67
Juros de devedores e outras aplicações	280	687
Outros juros e rendimentos similares	2.774	3.634
Comissões recebidas ao custo amortizado	9.979	18.410
	<u>351.883</u>	<u>542.696</u>
	2009	2008
<u>Juros e encargos similares</u>		
Juros de depósitos		
Do sector público	2.338	24.632
De emigrantes	2.203	2.154
De outros residentes	106.220	184.240
De não residentes	18.355	56.225
Juros e recursos de instituições de crédito		
No País	13.871	23.529
No Estrangeiro	6.053	37.291
Juros de passivos financeiros de negociação		
Swaps	13.876	13.544
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem característica subordinada	39.688	12.686
Juros de responsabilidades pelo não desreconhecimento de operações de titularização	36.737	45.281
Juros de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados	10.382	14.972
Juros de recursos a bancos centrais	1.285	658
Outros juros e encargos similares	4.536	14.539
Comissões pagas ao custo amortizado	6.326	4.079
	<u>261.870</u>	<u>433.831</u>

31. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
De activos financeiros disponíveis para venda	666	1.525
Outros	346	546
	<u>1.012</u>	<u>2.071</u>

Nos exercícios de 2009 e 2008, a rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” diz respeito a dividendos recebidos de instrumentos de capital.

32. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões:</u>		
Por serviços prestados	28.197	32.861
Por garantias prestadas	7.856	8.875
Outras operações realizadas por conta de terceiros	5.458	5.973
Outros	13.171	13.682
	<u>54.682</u>	<u>61.391</u>
<u>Encargos com serviços e comissões:</u>		
Por serviços recebidos	16.488	16.092
Por garantias recebidas	3.720	60
Por operações sobre instrumentos financeiros	2	84
Por operações realizadas por terceiros	2.076	2.427
Outras comissões pagas	1.331	2.294
	<u>23.617</u>	<u>20.957</u>

33. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Resultados em activos e passivos detidos para negociação</u>		
Instrumentos de capital	2.707	(7.500)
Instrumentos de dívida	1.701	(35.332)
Instrumentos financeiros derivados	(3.165)	(24.992)
Outros títulos	(9.333)	(39.310)
	<u>(8.090)</u>	<u>(107.134)</u>
<u>Resultados de activos financeiros disponíveis para venda</u>		
Instrumentos de dívida	1.674	267
Outros títulos	311	544
	<u>1.985</u>	<u>811</u>
<u>Resultados de reavaliação cambial</u>	<u>25.117</u>	<u>(12.850)</u>
<u>Resultados de alienação de outros activos</u>	<u>(460)</u>	<u>13.305</u>
	<u>18.552</u>	<u>(105.868)</u>

No exercício de 2009 e 2008, a rubrica “Resultados em activos e passivos detidos para negociação – Instrumentos derivados” inclui uma perda de 413 mEuros e 36.443 mEuros, respectivamente,

relativos à opção de venda sobre acções da Sociedade Lusa de Negócios SGPS, S.A., detida por um cliente.

No exercício de 2009, a rubrica “Resultados de reavaliação cambial” diz respeito a ganhos cambiais líquidos obtidos essencialmente pelo BPN Brasil e pelo BPN Creditus Brasil.

No exercício de 2008, a rubrica “Resultados em activos e passivos detidos para negociação – Instrumentos de dívida” diz respeito essencialmente à reavaliação negativa de veículos de investimento estruturado (SIV).

No exercício de 2008, a rubrica “Resultados de alienação de outros activos” diz respeito a ganhos obtidos pelo BPN Brasil na alienação de créditos.

34. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Rendas de locação operacional	10.191	12.477
Ganhos e rendimentos operacionais:		
Reembolso de despesas	6.069	7.533
Recuperação de crédito	5.226	3.678
Rendimentos da prestação de serviços diversos	97.648	63.032
Outros	58.845	94.625
Ganhos em activos não financeiros:		
Propriedades de investimento	-	20.309
Activos não correntes detidos para venda	744	796
Outros activos tangíveis	10.773	730
Outros	31	162
Outros proveitos operacionais	8.951	6.909
	<u>198.478</u>	<u>210.251</u>
<u>Outros encargos de exploração:</u>		
Donativos e quotizações	236	452
Contribuições para FGD e FGCAM	1.542	1.020
Perdas em activos não financeiros:		
Activos não correntes detidos para venda	547	556
Outros activos tangíveis e intangíveis	54.522	33.991
Outros	116.115	110.301
Outros impostos	12.461	14.640
	<u>185.423</u>	<u>160.960</u>
	<u>13.055</u>	<u>49.291</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Ganhos e rendimentos operacionais – Outros” apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
Rendas recebidas de imóveis das carteiras dos fundos imobiliários	36.250	41.484
Vendas de produtos acabados e intermédios	12.965	34.940
Vendas de materiais diversos	969	1435
Outros	8.661	16.766
	<u>58.845</u>	<u>94.625</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Rendimentos da prestação de serviços diversos” diz respeito a prestações de serviços efectuadas maioritariamente pelas empresas PayUp Polska e PayUp Romania, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "Perdas em activos não financeiros - Outros" inclui o montante de 81.235 mEuros relativo a custos das mercadorias vendidas da PayUp Polska e da Concretope. Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui o montante de 53.075 mEuros relativo a custos das mercadorias vendidas da PayUp Polska, Concretope e Labicer.

35. MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

35.1 PRÉMIOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Ramo Vida</u>		
Seguro directo e resseguro aceite		
Prémios Brutos emitidos	24.155	59.414
Resseguro cedido	(8.201)	(7.773)
	<u>15.954</u>	<u>51.641</u>

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro emitidos pela Real Vida apresentam o seguinte detalhe:

	2009			2008		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Ramo Vida:						
- De contratos de seguro						
. Sem participação nos resultados	9.637	6.245	3.392	12.604	(7.747)	4.858
. Com participação nos resultados	14.518	1.956	12.562	46.810	(26)	46.783
	<u>24.155</u>	<u>8.201</u>	<u>15.954</u>	<u>59.414</u>	<u>(7.773)</u>	<u>51.641</u>

35.2 CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Ramo Vida</u>		
Sinistros pagos		
Seguro directo e resseguro aceite	62.468	150.109
Saldo de resseguro cedido	(2.005)	(2.623)
Variação da provisão para sinistros		
Seguro directo e resseguro aceite	3.094	1.620
Saldo de resseguro cedido	(462)	(461)
	<u>63.095</u>	<u>148.645</u>
Variação das outras provisões técnicas		
Seguro directo e resseguro aceite	(47.579)	(93.893)
Saldo de resseguro cedido	392	893
Provisão para participação nos resultados	(824)	99
	<u>(48.011)</u>	<u>(92.901)</u>
	<u>15.084</u>	<u>55.744</u>

Os custos com sinistros em 2009 e 2008 apresentam o seguinte detalhe por ramo:

	2009					
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro directo e resseguro aceite:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	2.144	3.097	5.241	(1.426)	-	3.815
com participação nos resultados	60.324	(3)	60.321	(46.153)	(824)	13.344
	<u>62.468</u>	<u>3.094</u>	<u>65.562</u>	<u>(47.579)</u>	<u>(824)</u>	<u>17.159</u>
Resseguro cedido:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	1.966	462	2.428	(392)	-	2.036
com participação nos resultados	39	-	39	-	-	39
	<u>2.005</u>	<u>462</u>	<u>2.467</u>	<u>(392)</u>	<u>-</u>	<u>2.075</u>
Líquido:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	178	2.635	2.813	(1.034)	-	1.779
com participação nos resultados	60.285	(3)	60.282	(46.153)	(824)	13.305
	<u>60.463</u>	<u>2.632</u>	<u>63.095</u>	<u>(47.187)</u>	<u>(824)</u>	<u>15.084</u>
	2008					
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro directo e resseguro aceite:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	4.162	-	4.162	(827)	19	3.354
com participação nos resultados	145.947	1.620	147.566	(93.066)	80	54.581
	<u>150.109</u>	<u>1.620</u>	<u>151.728</u>	<u>(93.893)</u>	<u>99</u>	<u>57.934</u>
Resseguro cedido:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	2.623	461	3.085	(890)	-	2.195
com participação nos resultados	-	-	-	(3)	-	(3)
	<u>2.623</u>	<u>461</u>	<u>3.085</u>	<u>(893)</u>	<u>-</u>	<u>2.192</u>
Líquido:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	1.539	(461)	1.077	62	19	1.159
com participação nos resultados	145.947	1.620	147.566	(93.063)	80	54.583
	<u>147.486</u>	<u>1.158</u>	<u>148.643</u>	<u>(93.001)</u>	<u>99</u>	<u>55.742</u>

36. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	2.366	16.915
Remuneração de empregados	74.985	83.182
Fundo de Pensões (Nota 37)	11.391	9.052
Outros encargos sociais obrigatórios	14.876	17.444
Outros custos com o pessoal	1.587	5.685
	<u>105.205</u>	<u>132.278</u>

No exercício de 2008, a rubrica “Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização” inclui prémios e remunerações processadas a membros de Conselhos de Administração anteriores. Após a nacionalização do Banco, dado que a maioria dos membros do Conselho de Administração acumula funções na Caixa Geral de Depósitos, S.A., esta entidade passou a refacturar o Banco por parte do custo (Nota 41).

O número de empregados do BPN e das suas filiais a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, por tipo de funções, era o seguinte:

	31.12.2009				31.12.2008			
	Actividade Bancária	Actividade Seguradora	Outras Actividades	Grupo	Actividade Bancária	Actividade Seguradora	Outras Actividades	Grupo
Direcção	19	-	25	44	84	3	35	122
Chefias	233	13	22	268	391	9	43	443
Técnicos	910	28	69	1.007	671	33	247	951
Administrativos	925	30	61	1.016	1.056	28	211	1.295
Auxiliares	29	-	114	143	28	-	161	189
	<u>2.116</u>	<u>71</u>	<u>291</u>	<u>2.478</u>	<u>2.230</u>	<u>73</u>	<u>697</u>	<u>3.000</u>

37. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Até 31 de Dezembro de 1997 o Grupo ainda não tinha aderido ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário. Por essa razão, e até essa data, os seus empregados estavam enquadrados no esquema de reformas da Segurança Social. Durante o ano de 1998, o Banco celebrou com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas e com o Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários, Acordos de Adesão ao acordo colectivo de trabalho. Esses acordos prevêem que o Banco assegure as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo acordo colectivo de trabalho a partir de 31 de Dezembro de 1997. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma então assumidas foi constituído o Fundo de Pensões do Grupo BPN gerido pela Real Vida.

As responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência assumidas pelas subsidiárias do sector financeiro, estão igualmente cobertas pelo Fundo de Pensões acima referido. A Real Vida dispõe igualmente de Fundo de Pensões, enquadrado nos termos do Contrato colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora. Entre as suas características principais destaca-se o facto de assegurar exclusivamente o pagamento de pensões por velhice e invalidez.

Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

O Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus empregados pensões de reforma, velhice ou sobrevivência, bem como responsabilidades com assistência médica e subsídio por morte, nos termos previstos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário e no plano de pensões em vigor no Grupo BPN.

O Banco assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões através do Fundo de Pensões do Grupo BPN.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no activo.

Determinação das responsabilidades com pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foram efectuados estudos actuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes:

	2009	2008
Método actuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	5,75%	5,75%
Taxa de rendimentos dos activos dos fundos	5,75%	5,75%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	2,50%
Tabela de saídas	0%	0%

Nos estudos efectuados em 2009 e 2008, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 65 anos.

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do Grupo para os exercícios de 2009 e 2008 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2009		2008	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de rendimento	5,75%	4,57%	5,75%	-26,50%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	2,70%	3,50%	5,30%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	1,50%	2,50%	3,70%

Em 31 de Dezembro de 2009 os saldos em balanço relativos ao fundo de pensões, são os seguintes (Nota 19):

	BPN	Outros	Total
Valor Fundo de Pensões	117.506	12.767	130.273
Valor das responsabilidades com Fundo de Pensões	(105.567)	(12.491)	(118.058)
<i>Diferencial</i>	11.939	276	12.215
Desvios actuariais diferidos	31.703	2.780	34.483
Total	43.642	3.055	46.697

Em 2009 e 2008 os custos relativos a pensões foram os seguintes (Nota 36):

	2009			2008		
	BPN	Outros	Total	BPN	Outros	Total
Custo serviço corrente	8.175	1.176	9.351	7.662	1.138	8.800
Rendimento esperado	(5.179)	(564)	(5.743)	(4.221)	(489)	(4.710)
Custo dos juros	5.872	635	6.507	4.294	467	4.761
Perda actuariais reconhecidas no ano	1.179	97	1.276	198	3	201
	10.047	1.344	11.391	7.933	1.119	9.052

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as responsabilidades com serviços passados de acordo com os estudos actuariais efectuados, assim como o fundo de pensões para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	2009	2008
Responsabilidades por serviços passados		
Activos	114.520	110.533
Reformados e pré-reformados	3.538	2.743
	118.058	113.276
Fundos de pensões	130.273	112.091
Diferencial	12.215	(1.185)
Nível de financiamento	110,35%	98,95%

Em 31 de Dezembro de 2009, o número de beneficiários divide-se da seguinte forma:

Activos abrangidos pelo ACT	1.694
Activos abrangidos pela Segurança Social	89
Activos a termo certo	83
Pensionistas viuvez/ orfandade	10
Reformados	5

	1.881
	====

O movimento no valor do fundo de pensões durante os exercícios de 2008 e 2009 foi o seguinte:

	BPN	Outros	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	83.979	9.692	93.671
Contribuições pagas			
De natureza regular			
Efectuadas pela entidade	38.276	3.691	41.967
Efectuadas pelos empregados	1.039	174	1.213
Pensões pagas	(106)	(20)	(126)
Rendimento liquido do fundo de pensões	(22.086)	(2.549)	(24.635)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	101.102	10.988	112.090
Contribuições:			
Do Banco	11.092	1.138	12.230
Dos empregados	986	174	1.160
Rendimento esperado do fundo de pensões	5.179	564	5.743
Desvios de rendimento	(700)	(77)	(777)
Pensões pagas	(153)	(20)	(173)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	117.506	12.767	130.273

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Fundo de Pensões do Grupo BPN é gerido pela Real Vida.

Conforme previsto no contrato constitutivo, o fundo de pensões poderá contratar com uma seguradora um ou mais seguros, com o objectivo de garantir os benefícios em caso de morte ou invalidez dos participantes. No entanto, em 31 de Dezembro de 2009, não existem contratos de seguros para garantir estes benefícios.

O movimento nas responsabilidades por serviços passados pode ser demonstrado da seguinte forma:

	2009			2008		
	BPN	Outros	Total	BPN	Outros	Total
Responsabilidades no início do exercício	102.213	11.063	113.276	85.939	9.345	95.284
Desvios actuariais	(11.526)	(539)	(12.065)	3.384	(42)	3.342
Pensões pagas pelo fundo de pensões	(153)	(18)	(171)	(105)	(20)	(125)
Contribuições de empregados	986	174	1.160	1.039	174	1.213
Custo de serviço corrente	8.175	1.176	9.351	7.662	1.138	8.800
Custo dos juros	5.872	635	6.507	4.294	468	4.762
Responsabilidades no final do exercício	105.567	12.491	118.058	102.213	11.063	113.276

Encargos com Saúde

A assistência médica aos empregados no activo e pensionistas do Grupo está a cargo dos Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS). A contribuição anual do Grupo para os SAMS corresponde a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo. As responsabilidades para o SAMS sobre as pensões, a pagar no futuro, encontram-se incluídas no fundo de pensões do Grupo.

Outros benefícios de longo prazo

O Grupo paga um prémio a todos os trabalhadores que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de efectivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de

passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Encargos a pagar – Outros encargos a pagar" inclui o montante de 5.611 mEuros e 5.197 mEuros, respectivamente, relativo a prémio de antiguidade, subsídio de morte e outros benefícios de longo prazo a pagar aos colaboradores (Nota 26).

Desvios actuariais diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos nos exercícios de 2008 e 2009 pode ser demonstrado como segue:

	Corredor		Desvios Fora do Corredor		Total
	BPN	Outros	BPN	Outros	
SalDOS em 31 de Dezembro de 2007	8.593	601	5.597	16	14.807
Desvios actuariais do ano	1.627	507	28.062	1.957	32.153
Amortização:					
. Por contrapartida de resultados do exercício	-	-	(198)	(3)	(201)
SalDOS em 31 de Dezembro de 2008	10.220	1.108	33.461	1.970	46.759
Desvios actuariais do ano	1.531	168	(12.354)	(369)	(11.024)
Correcção aos desvios de 2008	-	-	24	-	24
Amortização:					
. Por contrapartida de resultados do exercício	-	-	(1.179)	(97)	(1.276)
SalDOS em 31 de Dezembro de 2009	11.751	1.276	19.952	1.504	34.483

Os desvios gerados em 2009 têm a seguinte composição:

Desvio financeiro	1.041
Desvio actuarial	(12.065)

	(11.024)
	=====

Os desvios actuariais gerados em 2009, podem ser explicados da seguinte forma:

Alterações demográficas/ saídas de pessoal	5.291
Alterações no pressuposto de crescimento das pensões (de 2,5% para 2,25%)	3.193
Alterações de salários sujeitos a contribuições para a Segurança Social	2.573
Alterações de salários e pensões	1.200
Alterações de tempo de serviço	(123)
Alterações de contribuições/pagamento de benefícios reais	(69)

	12.065
	=====

Os desvios fora do corredor estão a ser amortizados considerando um período médio de aproximadamente 28 anos até à reforma dos activos.

38. OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Com Fornecimentos		
Água energia e combustíveis	4.638	7.981
Material de higiene e limpeza	1.616	1.841
Outros fornecimentos	<u>5.052</u>	<u>12.102</u>
	11.306	21.924
Com Serviços		
Serviços Especializados		
Estudos e consultas	14.761	18.536
Avenças e honorários	4.711	5.210
Outros serviços especializados	4.383	4.076
Informática	4.055	2.721
Consultores e auditores externos	2.707	2.303
SIBS	2.464	2.154
Segurança e vigilância	1.373	1.671
Judiciais, contencioso e notariado	1.271	1.074
Informações	1.345	985
Mão de obra eventual	293	167
Limpeza	<u>5</u>	<u>5</u>
	37.368	38.901
Rendas e alugueres	11.113	13.556
Comunicações	10.839	10.766
Publicidade	1.873	6.025
Conservação e reparação	3.751	4.474
Deslocações	1.785	4.400
Seguros	2.341	2.358
Transportes	118	1.088
Formação de pessoal	352	456
Trabalhos especializados - ACE	4.380	6.693
Outros serviços	<u>5.033</u>	<u>4.717</u>
	<u>90.259</u>	<u>115.357</u>

39. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2009	2008
<u>Passivos eventuais</u>		
Garantias e avals		
Residentes	532.381	543.557
Não Residentes	44.861	66.577
Cartas de crédito em "stand by"	-	5.500
Créditos documentários abertos		
Residentes	17.323	21.701
Não Residentes	1.980	2.299
Activos dados em garantia	141.752	61.449
	<u>738.297</u>	<u>701.083</u>
<u>Compromissos</u>		
<u>Compromissos revogáveis</u>		
Linhas de crédito revogáveis	880.396	791.946
Facilidades de desconto em conta	93.930	107.337
<u>Compromissos irrevogáveis</u>		
Linhas de crédito	154.738	189.712
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	4.167	4.017
Responsabilidade potencial para com o SII	13	19
Outros compromissos irrevogáveis	212.430	104.985
	<u>1.345.675</u>	<u>1.198.016</u>
<u>Responsabilidades por serviços prestados:</u>		
Depósito e guarda de valores	3.797.816	3.675.981
De cobrança de valores	58.462	82.363
Valores administrados pela instituição	1.013.139	1.599.338
	<u>4.869.417</u>	<u>5.357.682</u>
	<u><u>6.953.388</u></u>	<u><u>7.256.781</u></u>

40. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IAS 14, o Banco adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Negociação e vendas: compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, operações de mercado monetário e cambial, recepção e transmissão de ordens em relação com um ou mais instrumentos financeiros e execução de ordens por conta de clientes;
- Banca de investimentos/retalho: compreende a actividade bancária de investimento e a junto dos particulares e empresários em nome individual, tais como a recepção de depósitos e de outros fundos reembolsáveis, empréstimos, concessão de garantias e assunção de outros compromissos. Inclui também o montante total devido à Instituição pelo cliente ou grupo de clientes ligados entre si.
- Banca comercial: actividades creditícia e de captação de recursos junto de empresas, bem como a tomada de fundos para fazer face aos compromissos com a concessão de crédito;
- Gestão de activos: inclui as actividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Crédito especializado: inclui todas as actividades de concessão de crédito especializado, nomeadamente automóvel e ao consumo;
- Seguro Vida: Inclui a actividade desenvolvida pela Real Vida Seguros, S.A. (actividade Vida);
- Outros: compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos principais activos, passivos e rubricas de resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2009 e 2008 é a seguinte:

2009								
	Negociação e Vendas	Banca de Investimento/ Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Crédito Especializado	Seguros Vida	Outros	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	155.382	-	52	3	3	428	752	156.620
Disponibilidades em outras instituições de crédito	160.913	-	1.776	1.359	149	5.746	32.053	201.996
Aplicações em instituições de crédito	228.797	1.332	1.595	1	186	-	1.850	233.761
Activos financeiros detidos para negociação	25.956	-	27.276	25.219	-	220	56	78.727
Activos financeiros disponíveis para venda	99.998	15.365	6.450	12.338	56.701	122.565	207	313.624
Crédito a clientes	6.060	787.001	3.713.085	-	683.597	-	-	5.189.743
Outros	-	975	37.735	1.017.417	81.309	83.115	115.542	1.336.093
Activo líquido total	677.106	804.673	3.787.969	1.056.337	821.945	212.074	150.460	7.510.564
Recursos de outras instituições de crédito	-	83.798	1.295.412	48.231	-	-	-	1.427.441
Recursos de Bancos Centrais	262.856	-	70.179	-	-	-	-	333.035
Recursos de clientes e outros empréstimos	524	2.155.412	1.049.802	697	-	-	233	3.206.668
Responsabilidades representadas por títulos	3.435.764	-	38.476	-	46.090	-	-	3.520.330
Outros	678	2.427	31.747	11.521	32.904	203.903	753.328	1.036.508
Passivo Total	3.699.822	2.241.637	2.485.616	60.449	78.994	203.903	753.561	9.523.982

2009								
	Negociação e Vendas	Banca de Investimento/ Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Crédito Especializado	Seguros Vida	Outros	Total
Margem Financeira estrita	(44.112)	(44.618)	168.862	(7.963)	24.131	2.132	(8.419)	90.013
Rendimentos de instrumentos de capital	503	99	82	327	-	-	1	1.012
Rendimentos de serviços e comissões	5.458	7.537	8.730	1.919	1.295	3.942	25.801	54.682
Encargos com serviços e comissões	(21)	(21.165)	(859)	(683)	(2)	(207)	(680)	(23.617)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(3.743)	(106)	(12.740)	4.977	-	3.516	6	(8.090)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	2.828	(819)	-	-	-	-	(24)	1.985
Resultados da reavaliação cambial	4.179	-	12.781	-	(5)	(1.593)	9.755	25.117
Resultados da alienação de outros activos	-	-	-	14	-	-	(473)	(459)
Outros	(3)	551	(3.445)	(13.211)	18.157	1.794	10.081	13.924
Produto da actividade bancária e seguradora	(34.911)	(58.521)	173.411	(14.620)	43.576	9.584	36.048	154.567
Outros custos e proveitos								(371.151)
Resultado líquido do exercício								(216.584)

2008								
	Negociação e Vendas	Banca de Investimento/ Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Crédito Especializado	Seguros Vida	Outros	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	88.263	98.374	-	2	6	835	67	187.547
Disponibilidades em outras instituições de crédito	56.629	65.665	-	10.674	2.897	39.053	34.771	209.689
Aplicações em instituições de crédito	311.719	5.961	-	12.804	186	-	130.362	461.032
Activos financeiros detidos para negociação	36.602	8.971	-	25.225	-	939	316	72.053
Activos financeiros disponíveis para venda	84.896	25.563	-	4.305	57.062	84.439	7.388	263.653
Crédito a clientes	139.124	1.790.693	2.631.421	-	703.381	-	13.765	5.278.384
Outros	45.893	42.326	-	702.590	76.089	139.806	708.971	1.715.675
Activo líquido total	763.126	2.037.553	2.631.421	755.600	839.621	265.072	895.640	8.188.033
Recursos de outras instituições de crédito	212.400	324.551	459.185	192.460	572.436	-	169.452	1.930.484
Recursos de Bancos Centrais	269.786	-	20.003	-	-	-	-	289.789
Recursos de clientes e outros empréstimos	259.758	928.379	3.664.743	-	-	-	275.382	5.128.262
Responsabilidades representadas por títulos	208.560	-	-	-	-	-	800.003	1.008.563
Outros	11.496	-	-	33.915	239.479	292.107	878.123	1.455.120
Passivo Total	962.000	1.252.930	4.143.931	226.375	811.915	292.107	2.122.960	9.812.218

2008								
	Negociação e Vendas	Banca de Investimento/ Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Crédito Especializado	Seguros Vida	Outros	Total
Margem Financeira estrita	(10.065)	(12.469)	104.395	(3.989)	18.155	10.521	2.317	108.865
Rendimentos de instrumentos de capital	24	-	-	628	-	-	1.419	2.071
Rendimentos de serviços e comissões	1.311	10.430	30.760	11.928	409	3.562	2.991	61.391
Encargos com serviços e comissões	(6.031)	-	(567)	(12.412)	(435)	(665)	(847)	(20.957)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	1.187	-	9.023	(58.791)	-	(36.762)	(21.790)	(107.133)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	306	-	-	-	-	(569)	1.074	811
Resultados da reavaliação cambial	-	-	-	-	7	(7.360)	(5.497)	(12.850)
Resultados da alienação de outros activos	-	-	10.883	10.360	736	-	(8.675)	13.304
Outros resultados de exploração	(34.788)	431	(12.783)	6.341	21.894	(2.569)	66.662	45.188
Produto da actividade bancária e seguradora	(48.056)	(1.608)	141.711	(45.935)	40.766	(33.842)	37.654	90.690
Outros custos e proveitos								(665.928)
Resultado Líquido do Exercício								(575.238)

Os principais critérios de alocação utilizados pelo Grupo na construção destes mapas foram os seguintes:

- Para as rubricas “Crédito a clientes” e “Recursos de clientes e outros empréstimos”, detalhou a informação entre “Particulares e “Empresas”, tendo alocado os respectivos saldos a “Banca de investimento/retalho” e “Banca comercial”, respectivamente.
- A rubrica “Recursos de instituições de crédito” e “Recursos de bancos centrais”, foram alocadas a “Banca comercial” dado que a finalidade é serem utilizados na actividade normal do Grupo.
- Os outros activos e passivos foram considerados em “Outros”, dado a impossibilidade de alocação segmental.

Mercados Geográficos

2009							
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	África	Total
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	312.922	-	76	-	3.378	253.877	592.377
Aplicações em títulos e derivados	325.632	47.291	-	210	39.878	1.651	430.536
Crédito a clientes	4.944.507	96.372	1.245	7.917	104.089	26.110	5.189.743
Provisões técnicas de resseguro cedido	7.869	-	-	-	-	-	7.869
Outros	1.174.786	14.180	2	4.611	52.614	14.790	1.290.039
Activo líquido total	6.765.716	157.843	1.323	12.738	199.959	296.428	7.510.564
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	1.225.812	83	-	-	160.304	613	1.760.476
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.801.133	83.409	1	926	3.273	271.161	3.206.668
Outros	4.393.203	14.824	31	1.943	70.493	8.777	4.556.838
Passivo Total	8.420.148	98.316	32	2.869	234.070	280.551	9.523.982

2009							
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	África	Total
Juros e rendimentos similares	309.451	6.631	81	517	17.840	1.818	351.883
Juros e encargos similares	(237.716)	(5.662)	(66)	(421)	(10.123)	(3.803)	(261.870)
Margem Financeira	71.735	969	15	96	7.717	(1.985)	90.013
Rendimentos de instrumentos de capital	849	-	-	-	-	63	1.012
Rendimentos de serviços e comissões	45.839	769	-	-	7.513	92	54.682
Encargos com serviços e comissões	(21.902)	(923)	-	-	(794)	(1)	(23.617)
Resultados em operações financeiras	13.526	126	-	1	5.780	41	18.552
Outros resultados de exploração	12.926	2.675	-	-	(4.981)	31	13.055
Prémios, líquidos de resseguro	15.954	-	-	-	-	-	15.954
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(15.084)	-	-	-	-	-	(15.084)
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	123.843	3.616	15	97	15.235	(1.759)	154.567

2008							
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	África	Total
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	33.564	4.197	-	80	2.485	276.040	858.268
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	285.492	59.826	-	-	21.810	-	369.079
Crédito a clientes (líquido)	4.434.193	703.268	-	1.685	80.972	34.502	5.278.384
Provisões técnicas de resseguro cedido	7.569	-	-	-	-	-	7.569
Outros	1.486.906	106.061	-	423	54.645	7.973	1.674.733
Activo líquido total	6.247.724	873.352	-	2.188	159.913	318.515	8.188.033
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	1.192.364	572.436	-	18.177	87.365	7.237	2.220.273
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.470.539	-	-	-	2.052	316.609	5.128.262
Outros	1.964.974	239.586	-	9.383	27.664	356	2.463.683
Passivo Total	7.627.877	812.022	-	27.560	117.081	324.202	9.812.218

	2008						
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	África	Total
Juros e rendimentos similares	380.816	68.043	208	27	22.916	25.593	542.696
Juros e encargos similares	(287.528)	(46.894)	-	(965)	(18.502)	(24.707)	(433.831)
Margem Financeira	93.288	21.149	208	(938)	4.415	886	108.865
Rendimentos de instrumentos de capital	2.004	37	-	-	-	-	2.071
Rendimentos de serviços e comissões	53.095	1.409	-	-	5.271	389	61.391
Encargos com serviços e comissões	(18.910)	(841)	-	(33)	(567)	(1)	(20.957)
Resultados em operações financeiras	(123.544)	760	-	473	21.224	(91)	(105.868)
Outros resultados de exploração	64.401	8.941	-	(4.440)	(19.339)	(30)	49.291
Prémios, líquidos de resseguro	51.641	-	-	-	-	-	51.641
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	92.901	-	-	-	-	-	92.901
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(148.645)	-	-	-	-	-	(148.645)
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	66.230	31.454	208	(4.939)	11.003	1.153	90.690

41. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, são consideradas entidades relacionadas do BPN, a Direcção Geral do Tesouro e Finanças (accionista), outras entidades do Estado Português, o Fundo de Pensões do Grupo BPN, as entidades associadas do Grupo BPN e os órgãos de gestão do Banco.

Nome	Sede
Empresas associadas	
<u>Gestão de Participações Sociais</u>	
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	Portugal
<u>Fundos</u>	
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa - Dinamização e Competitividade Empresarial	Portugal
BPN Taxa Fixa Euro - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	Portugal
BPN Tesouraria - Fundo de Investimento Aberto de Tesouraria	Portugal
BPN Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal
BPN Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Acções	Portugal
Fundo Pensões do Grupo BPN	Portugal
<u>Outras Entidades</u>	
ALC Leasing, S.A.R.L.	Moçambique
Ergorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A.	Portugal
Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	Portugal
Locagest - Aluguer e Participações, Lda	Portugal
Nearent - Aluguer e Comércio de Equipamentos, S.A.	Portugal
Precore II - Betão Pronto, S.A.	Portugal
Sobrissul - Sociedade de Britas Seleccionadas do Sul, S.A.	Portugal
Carlfe - Centros de Manutenção de Veículos Automóveis, S.A.	Portugal
CELLF SGPS, S.A.	Portugal
Tecneira Moçambique - Tecnologias Energéticas, S.A.	Moçambique
Labicer.com (Itália)	Itália
Nearent Ibérica, S.L.	Espanha
Fenton Ventures & Resources Inc.	Portugal
Payshope Moçambique S.A.R.L.	Moçambique
Pay Up Iberia, S.A.	Espanha
Pay Up Servia (a.d. Beograd)	Sérvia
Quimiceram - Químicos e Minerais, S.A.	Portugal
Valorceram - Subprodutos Cerâmicos, S.A.	Portugal
Membros do Conselho de Administração do BPN	
Francisco Manuel Marques Bandeira	
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso	
José Lourenço Soares	
Mário Manuel Faria Gaspar	
Jorge António Beja Pessoa	
Rui Manuel Correia Pedras	
Norberto Emílio Sequeira da Rosa	
Outras entidades do Estado Português	
Accionista do BPN	
Direcção Geral do Tesouro e Finanças	

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as demonstrações financeiras do Grupo incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

	2009			
	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Membros do Conselho de Administração
<u>Activos:</u>				
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	-	-	57.460	-
Crédito a clientes	-	32.304	71.702	71
Outros activos	212.466	3.209	4.948	-
<u>Passivos:</u>				
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	50.037	3.380	-
Outros passivos	2.500	4.194.179	6	-
<u>Garantias prestadas</u>	613	-	318	-
<u>Proveitos:</u>				
Juros e rendimentos similares	-	-	131	-
Ganhos em operações financeiras	-	-	5.866	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	1.485	-
Outros proveitos de exploração	-	-	1.934	-
<u>Custos:</u>				
Juros e encargos similares	-	-	-	-
Perdas em operações financeiras	-	-	5.394	-
Comissões	2.011	-	21.390	-
Outros custos de exploração	-	364	-	188
	<u>217.590</u>	<u>4.280.093</u>	<u>174.014</u>	<u>259</u>
2008				
	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Membros do Conselho de Administração
<u>Activos:</u>				
Aplicações em instituições de crédito	-	-	18.758	-
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	-	101	34.091	-
Crédito a clientes	-	11.734	6.809	162
Outros activos	1.248	3.872	8.071	14
<u>Passivos:</u>				
Recursos de clientes e outros empréstimos	124.524	22.732	3.049	-
Outros passivos	999	52	1.605	-
<u>Garantias prestadas</u>	-	-	8.025	-
<u>Proveitos:</u>				
Juros e rendimentos similares	-	-	1.941	-
Ganhos em operações financeiras	-	-	7.622	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	972	-
Outros proveitos de exploração	-	-	1.793	-
<u>Custos:</u>				
Juros e encargos similares	-	-	101	-
Perdas em operações financeiras	-	-	23.659	-
Comissões	-	-	2.569	-
Outros custos de exploração	-	-	3.924	-
	<u>126.772</u>	<u>38.492</u>	<u>122.990</u>	<u>176</u>

A rubrica “Outros custos de exploração” relativa aos membros do Conselho de Administração diz respeito à refacturação efectuada pela CGD a título de remunerações assumidas (Nota 36).

42. GESTÃO DE CAPITAL

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentam uma situação líquida negativa de 2.013.418 mEuros, situação que põe em causa a continuidade das operações do Banco. O Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro, aprovou a reprivatização do Banco e consequentemente a alienação da totalidade das acções

representativas do seu capital social. O Conselho de Administração do Banco encontra-se a preparar esta operação, não sendo conhecido à data os detalhes em que a mesma se irá realizar, eventuais aportações de capital ou os impactos contabilísticos ao nível da sua situação patrimonial. Consequentemente, a continuidade das operações do Banco encontra-se condicionada ao modelo de reprivatização que vier a ser adoptado e ao sucesso da sua concretização.

43. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão do risco

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e nos capitais próprios de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. O BPN incorre na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

O BPN monitoriza mensalmente o risco estrutural de taxa de juro com base em análises de sensibilidade da margem financeira e dos fundos próprios prudenciais face a uma subida instantânea e paralela da curva de taxas de juro em 200 pontos base. Esta avaliação é efectuada com base na técnica de *gap analysis*, segundo a qual todos os activos e passivos sensíveis a variações na taxa de juro e não associáveis às carteiras de negociação são distribuídos de acordo com as suas maturidades ou datas de *repricing* residuais. Esta análise segue as recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia e da Instrução nº 19/2005 do Banco de Portugal.

A política adoptada visa minimizar o impacto de um eventual choque adverso na margem e nos fundos próprios prudenciais e tem em conta o facto de, no BPN, os passivos remunerados excederem largamente os activos remunerados.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não possuir recursos suficientes para financiar os seus activos ou para honrar os seus compromissos sem incorrer em perdas inaceitáveis.

Actualmente, a gestão do risco de liquidez é efectuada em estreita colaboração com a Caixa Geral de Depósitos, situação que se iniciou logo após a nacionalização. Neste âmbito, foram lançados em 2009 dois programas de papel comercial com a garantia do Estado, que totalizavam no final do ano cerca de 3.000.000 mEuros. As emissões efectuadas ao abrigo desses programas, com maturidades entre 6 e 12 meses, foram integralmente subscritas pela CGD.

A gestão do risco de liquidez baseia-se na análise semanal dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos intervalos considerados, os volumes de *cash inflows* e *cash outflows* esperados, bem como os respectivos *gaps* de liquidez. Adicionalmente, são construídos semanalmente dois cenários com base em diferentes pressupostos: um cenário optimista e um cenário pessimista (este último equivalente a um cenário de *stress*) com vista à determinação de um intervalo de oscilação para as necessidades de financiamento nos vários prazos.

O controlo e reporte do risco de liquidez para o Banco de Portugal é efectuado mensalmente ao abrigo de um exercício de monitorização descrito na Instrução nº 13/2009.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco da existência de perdas decorrentes da variação adversa de valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de factores de risco, nomeadamente taxa de juro, taxa de câmbio, *spreads* de crédito, preços de acções e preços de mercadorias.

O risco de mercado é medido diariamente em termos de sensibilidade a variações nos factores de risco, como sejam a taxa de juro (*basis point value*) e as taxas de câmbio. Os limites de exposição são controlados diariamente por um órgão distinto da área de negócio, no respeito pelo princípio da segregação de funções. Por outro lado, é efectuado semestralmente um exercício de *stress testing*, com o objectivo de avaliar o impacto de alterações extremas das condições de mercado, nomeadamente de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções nos resultados e nos capitais próprios.

Risco Cambial

O risco cambial representa o risco de perdas devido a variações adversas nas taxas de câmbio. O controlo e avaliação do risco cambial são efectuados a nível individual diariamente e mensalmente a

nível consolidado. Em termos de negociação encontram-se definidos limites à exposição a cada moeda e a todas as moedas globalmente, os quais são controlados numa base diária.

Acordo de Basileia - Risco de Crédito

Foi dada continuidade ao processo de desenvolvimento de Modelos de Risco para cada segmento da carteira de crédito, de acordo com as regras e classes de activos de Basileia II. Nesse âmbito estão em implementação modelos de risco já desenvolvidos para a BPN Crédito IFIC, sendo os primeiros modelos realizados no Grupo BPN que permitem o cálculo dos vários parâmetros para a aplicação dos modelos avançados, nomeadamente:

- Probabilidades de Incumprimentos (PD) no momento da concessão;
- PD's dinâmicas ao longo da vida da operação;
- Perdas dado o incumprimento (LGD's).

O desenvolvimento agora em implementação inclui um modelo inicial de pricing para o referido segmento de crédito ao consumo que irá ser implementado no circuito decisional, de forma a permitir uma adequada relação entre o risco das operações a taxa de juro praticada.

São igualmente utilizado modelos de scoring de originação para os segmentos de crédito à habitação e cartões de crédito. Este modelos estão em plena utilização no circuito decisional, sendo regularmente feito o seu acompanhamento, seguimento e actualização.

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os *cash-flows* previsionais (não descontados), dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

2009									
Até 1 mês	Prazos residuais contratuais							Indeterminado	Total
	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos		
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	156.620	-	-	-	-	-	-	-	156.620
Disponibilidades em outras instituições de crédito	201.996	-	-	-	-	-	-	-	201.996
Aplicações em instituições de crédito	212.187	20.000	-	186	-	1.388	-	-	233.761
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	27.276	-	635	-	-	36.262	-	28.370	92.543
Activos financeiros disponíveis para venda	11.593	-	23.501	861	12.463	59.790	548	204.868	313.624
Crédito a clientes (saldos brutos)	537.123	644.310	746.924	431.988	1.126.928	947.841	1.139.233	206.141	5.817.852
	<u>1.146.795</u>	<u>664.310</u>	<u>746.924</u>	<u>456.124</u>	<u>1.127.975</u>	<u>960.304</u>	<u>1.236.673</u>	<u>206.689</u>	<u>6.816.396</u>
Passivos									
Recursos de Bancos Centrais	-	213.313	49.543	70.179	-	-	-	-	333.035
Recursos de outras instituições de crédito	1.330.448	40.429	-	4.000	-	-	-	52.564	1.427.441
Recursos de clientes e outros empréstimos	768.939	759.742	584.548	338.820	121.000	99.820	25.267	125	3.206.668
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.064.159	61.022	1.144.333	249.986	830	-	-	3.520.330
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	150.578	-	94.865	-	245.443
	<u>2.099.387</u>	<u>3.077.643</u>	<u>695.113</u>	<u>1.557.332</u>	<u>370.986</u>	<u>251.228</u>	<u>25.267</u>	<u>94.990</u>	<u>8.732.917</u>
Diferencial	<u>(952.592)</u>	<u>(2.413.333)</u>	<u>51.811</u>	<u>(1.101.208)</u>	<u>756.989</u>	<u>709.076</u>	<u>1.211.406</u>	<u>111.699</u>	<u>(1.916.521)</u>

2008									
Até 1 mês	Prazos residuais contratuais							Indeterminado	Total
	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos		
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	187.547	-	-	-	-	-	-	-	187.547
Disponibilidades em outras instituições de crédito	206.642	3.047	-	-	-	-	-	-	209.689
Aplicações em instituições de crédito	460.846	-	-	186	-	-	-	-	461.032
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	43.661	33	1.018	2.404	1.998	12.557	-	36.898	98.569
Activos financeiros disponíveis para venda	456	-	1.373	71.330	5.763	59.774	9.952	58.761	284.597
Derivados de cobertura	6.857	-	-	-	-	-	-	-	6.857
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.210.938	936.657	1.241.055	563.340	1.092.730	513.226	402.867	576.682	6.751.704
	<u>2.116.947</u>	<u>939.737</u>	<u>1.243.446</u>	<u>637.074</u>	<u>1.100.677</u>	<u>585.557</u>	<u>412.819</u>	<u>635.443</u>	<u>7.999.995</u>
Passivos									
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	20.568	-	-	-	-	-	-	35.233	55.801
Recursos de Bancos Centrais	92.228	16.542	37.310	-	-	143.709	-	-	289.789
Recursos de outras instituições de crédito	1.598.282	199.128	71.382	27.716	4.850	5.000	22.727	-	1.930.485
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.057.226	1.320.761	957.707	633.825	135.830	10.164	11.689	1.060	5.128.262
Responsabilidades representadas por títulos	9.050	4.942	-	199.499	17.510	-	580.345	197.217	1.008.563
Derivados de cobertura	360	-	-	-	-	-	-	-	360
Outros passivos subordinados	-	1.711	464	-	-	150.000	-	94.500	246.675
	<u>3.777.714</u>	<u>1.543.084</u>	<u>1.066.863</u>	<u>861.040</u>	<u>158.190</u>	<u>161.564</u>	<u>740.743</u>	<u>315.504</u>	<u>8.659.935</u>
Diferencial	<u>(1.660.767)</u>	<u>(603.347)</u>	<u>176.583</u>	<u>(223.966)</u>	<u>942.487</u>	<u>423.993</u>	<u>(327.924)</u>	<u>319.939</u>	<u>(659.940)</u>

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- Não foram incluídos juros projectados nem saldos relativos a derivados, dado que o Grupo encontra-se a desenvolver ferramentas que permitam de futuro a preparação desta informação;
- A rubrica "Crédito a Clientes (saldo bruto)" não inclui crédito vencido. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os montantes relativos a esta rubrica ascendem a 1.095.507 mEuros e 416.259 mEuros, respectivamente.

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação, é apresentado no quadro seguinte:

	2009							
	Datas de refixação / Datas de maturidade							
	<= 7 dias	> 7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado
Activo								Total
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	156.620	-	-	-	-	-	-	156.620
Disponibilidades em outras instituições de crédito	201.996	-	-	-	-	-	-	201.996
Aplicações em instituições de crédito	210.571	4	23.000	-	-	186	-	233.761
Carteira de títulos								
Negociação e ao justo valor através de resultados	27.276	-	-	635	-	-	220	64.412
Outros	11.618	24.120	61.947	-	2.587	472	7.989	204.891
Crédito a clientes (bruto)	419.119	1.336.620	2.667.567	449.785	227.042	413.344	275.284	29.091
	1.027.200	1.360.744	2.752.514	450.420	229.629	414.002	283.493	298.394
								6.816.396
Passivos								
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(627.351)	(721.167)	(235.940)	(49.482)	(74.000)	-	-	(52.536)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(260.844)	(593.019)	(743.322)	(540.043)	(293.630)	(189.690)	(51.160)	(534.960)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(10.000)	(2.463.430)	(18.512)	(1.028.380)	(8)	-	-
Outros passivos subordinados	-	-	(94.864)	(150.579)	-	-	-	-
	(888.195)	(1.324.186)	(3.537.556)	(758.616)	(1.396.010)	(189.698)	(51.160)	(587.496)
								(8.732.917)
Derivados (valor nominal)								
Interest Rate Swaps (IRSs)	120.553	361.658	(313.091)	(55.000)	(21.513)	(90.996)	(1.611)	-
Futuros sobre Taxa de Juro	-	-	(6.500)	-	-	-	-	-
	120.553	361.658	(313.091)	(55.000)	(21.513)	(90.996)	(1.611)	-
								(6.500)
Exposição Líquida	259.558	398.216	(1.104.633)	(363.196)	(1.187.894)	133.308	230.722	(289.102)
								(1.923.021)
	2008							
	Datas de refixação / Datas de maturidade							
	<= 7 dias	> 7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado
Activo								Total
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	186.713	-	-	-	-	-	-	835
Disponibilidades em outras instituições de crédito	205.713	3.975	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	427.066	7.981	23.000	2.000	200	600	186	-
Carteira de títulos								
Negociação e ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	497	98.072
Outros	-	20.678	24.100	136.014	37.518	5.515	3.845	35.982
Crédito a clientes (bruto)	510.836	1.593.777	2.639.533	454.775	141.717	130.089	21.187	19.654
	1.330.328	1.626.412	2.686.633	592.790	179.436	136.204	25.715	154.543
								6.732.059
Passivos								
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(1.227.771)	(445.383)	(311.603)	(107.916)	(26.440)	-	-	(101.161)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(698.298)	(808.347)	(1.332.263)	(949.326)	(617.535)	(130.827)	(8.598)	(519.550)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(9.500)	(989.063)	(10.000)	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	-	(96.211)	(150.464)	-	-	-	-
	(1.926.069)	(1.263.230)	(2.729.140)	(1.217.706)	(643.975)	(130.827)	(8.598)	(620.711)
								(8.540.256)
Derivados (valor nominal)								
Interest Rate Swaps (IRSs)	572.845	92.015	(559.063)	6.529	(9.678)	(121.130)	17.276	-
	572.845	92.015	(559.063)	6.529	(9.678)	(121.130)	17.276	-
								(1.206)
Exposição Líquida	(22.897)	455.197	(601.570)	(618.387)	(474.218)	(115.753)	34.392	(466.168)
								(1.809.403)

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- A rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” não inclui os saldos relativos à reavaliação positiva dos derivados, dado serem apresentados em rubrica separada, no caso dos *Interest rate swaps* (IRS). Relativamente aos restantes derivados, o Grupo encontra-se a desenvolver ferramentas que permitam de futuro a preparação desta informação;
- Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Crédito a Clientes (saldo bruto)” não inclui crédito vencido no montante de 1.095.507 mEuros. Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica não inclui crédito vencido e crédito titularizado nos montantes de 416.259 mEuros e 785.170 mEuros, respectivamente.

Risco de créditoQualidade do risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as aplicações em instituições de crédito apresentam a seguinte composição de acordo com o *rating* de referência utilizado pelo Banco:

	2009			
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros
Total				
<u>Activos financeiros detidos para negociação</u>				
AAA	-	609	-	27.015
AA- até AA+	351	911	49	-
A- até A+	839	1.624	598	493
Menor que A-	17	3.503	-	1.784
Sem Rating	1.854	307	220	1
	<u>3.061</u>	<u>6.954</u>	<u>867</u>	<u>29.293</u>
<u>Emitidos por:</u>				
Corporates	238	3.535	-	24
Governos e outras autoridades locais	11	-	-	27.016
Instituições financeiras	945	1.856	818	1.224
Outros Emitentes	1.867	1.563	49	1.029
	<u>3.061</u>	<u>6.954</u>	<u>867</u>	<u>29.293</u>
<u>Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados</u>				
AAA	-	36.262	-	-
	<u>-</u>	<u>36.262</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Emitidos por:</u>				
Outros emitentes	-	36.262	-	-
	<u>-</u>	<u>36.262</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)</u>				
AAA	-	6.257	-	11.580
AA- até AA+	28.762	2.309	1.570	1.571
A- até A+	29.147	6.832	1.079	1.758
Menor que A-	12.497	33.788	325	6.171
Sem Rating	102.706	11.949	4	10.512
	<u>173.112</u>	<u>61.135</u>	<u>2.978</u>	<u>31.592</u>
<u>Emitidos por:</u>				
Corporates	22.878	45	1	15
Governos e outras autoridades locais	11.988	5.428	-	11.871
Instituições financeiras	28.724	8.943	327	4.165
Outros emitentes	109.522	46.719	2.650	15.541
	<u>173.112</u>	<u>61.135</u>	<u>2.978</u>	<u>31.592</u>

	2008				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
<u>Activos financeiros detidos para negociação</u>					
AAA	1.677	-	-	-	1.677
AA- até AA+	2.806	497	-	-	3.303
A- até A+	2.868	-	-	-	2.868
Menor que A-	8.661	-	-	-	8.661
Sem Rating	253	249	-	18.492	18.994
	<u>16.265</u>	<u>746</u>	<u>-</u>	<u>18.492</u>	<u>35.503</u>
Emitidos por:					
Corporates	2.320	497	-	-	2.817
Governos e outras autoridades locais	4.073	-	-	-	4.073
Instituições financeiras	9.872	249	-	16.555	26.676
Outros Emitentes	-	-	-	1.937	1.937
	<u>16.265</u>	<u>746</u>	<u>-</u>	<u>18.492</u>	<u>35.503</u>
<u>Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados</u>					
AAA	-	26.516	-	-	26.516
	<u>-</u>	<u>26.516</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.516</u>
Emitidos por:					
Instituições financeiras	-	26.516	-	-	26.516
	<u>-</u>	<u>26.516</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.516</u>
<u>Activos financeiros disponíveis para venda</u> <u>(líquido de imparidade)</u>					
AAA	-	544	-	-	544
AA- até AA+	32.708	-	-	-	32.708
A- até A+	-	131	-	2.986	3.117
Menor que A-	12.960	30.832	2.239	14.575	60.606
Sem Rating	88.153	15.428	-	3.214	106.795
	<u>133.821</u>	<u>46.935</u>	<u>2.239</u>	<u>20.775</u>	<u>203.770</u>
Emitidos por:					
Corporates	7.732	21.570	-	7.383	36.685
Governos e outras autoridades locais	32.708	707	-	-	33.415
Instituições financeiras	91.556	23.085	2.239	13.392	130.272
Outros emitentes	1.825	1.573	-	-	3.398
	<u>133.821</u>	<u>46.935</u>	<u>2.239</u>	<u>20.775</u>	<u>203.770</u>

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	2009	2008
Patrimoniais:		
Crédito a clientes	6.913.359	6.751.704
Disponibilidades em outras instituições de crédito	201.996	209.689
Aplicações em instituições de crédito	233.761	461.032
	<u>7.349.116</u>	<u>7.422.425</u>
Extrapatrimoniais:		
Garantias prestadas	577.242	610.133
Compromissos revogáveis e irrevogáveis	1.347.201	1.198.016
	<u>1.924.443</u>	<u>1.808.149</u>
	<u>9.273.559</u>	<u>9.230.574</u>
	=====	=====

Justo valor das garantias recebidas de créditos em incumprimento

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a diferença entre o justo valor das garantias recebidas e os créditos em incumprimento, pode ser detalhada da seguinte maneira:

	2009				
	Crédito vencido	Crédito vivo associado ao vencido	Total	Justo valor das garantias recebidas	Diferença
Operações de crédito com garantias reais:					
Imóveis	269.682	452.790	722.472	868.528	146.056
Penhor de depósitos a prazo	16.534	43.311	59.845	24.808	(35.037)
Penhor de outras aplicações financeiras	152.222	7.328	159.550	24.671	(134.879)
Operações de crédito com outras garantias	249.419	157.664	407.083	478.734	71.651
Operações de crédito sem garantias	407.652	56.749	464.401	-	(464.401)
	<u>1.095.509</u>	<u>717.842</u>	<u>1.813.351</u>	<u>1.396.741</u>	<u>(416.610)</u>

	2008				
	Crédito vencido	Crédito vivo associado ao vencido	Total	Justo valor das garantias recebidas	Diferença
Operações de crédito com garantias reais:					
Imóveis	79.388	301.990	381.378	607.279	225.901
Penhor de depósitos a prazo	6.723	51.188	57.911	12.218	(45.693)
Penhor de outras aplicações financeiras	17.345	38.518	55.863	28.993	(26.870)
Operações de crédito com outras garantias	96.411	39.790	136.202	164.610	28.408
Operações de crédito sem garantias	216.392	175.790	392.180	-	(392.180)
	<u>416.259</u>	<u>607.276</u>	<u>1.023.534</u>	<u>813.100</u>	<u>(210.434)</u>

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos *cash-flows* dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: taxa de juro, cambial e de preço.

Risco de Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 *basis points* (bp), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2009					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	63	31	16	(16)	(31)	(63)
Aplicações em Instituições de Crédito	81	40	20	(20)	(40)	(81)
Carteira de Títulos						
Negociação	24	12	6	(6)	(12)	(24)
Outros	613	307	153	(153)	(307)	(613)
Crédito a Clientes (saldos brutos)	44.328	22.164	11.082	(11.082)	(22.164)	(44.328)
Investimentos a deter até à maturidade (saldos brutos)	673	336	168	(168)	(336)	(673)
Total activo sensível	<u>45.782</u>	<u>22.890</u>	<u>11.445</u>	<u>(11.445)</u>	<u>(22.890)</u>	<u>(45.782)</u>
Recurso de Outras Instituições de Crédito	(3.870)	(1.935)	(968)	968	1.935	3.870
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	(21.034)	(10.517)	(5.259)	5.259	10.517	21.034
Responsabilidades Representadas por Títulos	(22.845)	(11.423)	(5.711)	5.711	11.423	22.845
Outros Passivos Subordinados	(1.388)	(694)	(347)	347	694	1.388
Total Passivo Sensível	<u>(49.137)</u>	<u>(24.569)</u>	<u>(12.285)</u>	<u>12.285</u>	<u>24.569</u>	<u>49.137</u>
Extrapatrimoniais	<u>(4.513)</u>	<u>(2.257)</u>	<u>(1.128)</u>	<u>1.128</u>	<u>2.257</u>	<u>4.513</u>
Total Ganho / Perda	<u>(7.868)</u>	<u>(3.936)</u>	<u>(1.968)</u>	<u>1.968</u>	<u>3.936</u>	<u>7.868</u>

	2008					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	75	37	19	(19)	(37)	(75)
Aplicações em instituições de crédito	90	45	23	(23)	(45)	(90)
Carteira de Títulos						
Negociação	19	10	5	(5)	(10)	(19)
Outros	1.997	999	499	(499)	(999)	(1.997)
Crédito a clientes (saldos brutos)	22.963	11.481	5.741	(5.741)	(11.481)	(22.963)
Total activo sensível	25.144	12.572	6.286	(6.286)	(12.572)	(25.144)
Recursos de outras instituições de crédito	(3.537)	(1.768)	(884)	884	1.768	3.537
Recursos de clientes e outros empréstimos	(27.241)	(13.620)	(6.810)	6.810	13.620	27.241
Responsabilidades representadas por títulos	(748)	(374)	(187)	187	374	748
Outros passivos subordinados	(1.382)	(691)	(346)	346	691	1.382
Total passivo sensível	(32.908)	(16.454)	(8.227)	8.227	16.454	32.908
Total Ganho / Perda	(7.764)	(3.882)	(1.941)	1.941	3.882	7.764

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bp que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

Projectão Margem Financeira - Exercício de 2010						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(107.376)	(53.688)	(26.844)	26.844	53.688	107.376
Custos com Juros	123.570	61.785	30.893	(30.893)	(61.785)	(123.570)
Margem Financeira	16.194	8.097	4.049	(4.049)	(8.097)	(16.194)

Projectão Margem Financeira - Exercício de 2009						
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Proveitos com juros	(122.797)	(61.398)	(30.699)	30.699	61.398	122.797
Custos com juros	122.314	61.157	30.578	(30.578)	(61.157)	(122.314)
Margem Financeira	(483)	(242)	(121)	121	242	483

Risco Cambial

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2009					
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra Esterlina	Iene	Outras Moedas	Total
Activo						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	153.840	1.805	609	1	365	156.620
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	155.292	42.283	1.048	834	2.539	201.996
Aplicações em Instituições de Crédito	162.845	65.784	2.905	5	2.366	233.905
Activos Financeiros Detidos para Negociação	42.615	5.016	2.229	518	28.349	78.727
Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	36.700	1.485	-	-	-	38.185
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	310.725	44.313	58	-	11.710	366.806
Investimentos Detidos até à Maturidade	17.518	-	-	-	-	17.518
Crédito a Clientes (saldos brutos)	6.674.669	138.430	305	-	99.955	6.913.359
Outros Activos	1.357.443	107.589	9.085	36	47.134	1.521.287
	8.911.647	406.705	16.239	1.394	192.418	9.528.403
Passivo						
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(1.144.093)	(533.327)	(3.492)	(8)	(79.556)	(1.760.476)
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	(3.145.223)	(49.391)	(7.173)	(50)	(4.831)	(3.206.668)
Responsabilidades Representadas por Títulos	(3.481.828)	-	-	-	(38.502)	(3.520.330)
Passivos Subordinados	(239.875)	(5.568)	-	-	-	(245.443)
Outros Passivos	(561.627)	(169.832)	(3.493)	(657)	(48.989)	(784.598)
	(8.572.646)	(758.118)	(14.158)	(715)	(171.878)	(9.517.515)
Derivados (Nocionais)						
Swaps Cambiais	41.369	176.713	60.339	-	31.065	309.486
Swaps de Taxa de Juro	771.664	716.890	-	-	-	1.488.554
Equity Swaps	20.000	-	-	-	-	20.000
Futuros	6.500	-	-	-	-	6.500
Opções de Caps e Floors	38.100	-	-	-	-	38.100
Operações Cambiais a Prazo	10.315	9.757	-	373	-	20.445
	887.948	903.360	60.339	373	31.065	1.883.085
Exposição Líquida	1.226.949	551.947	62.420	1.052	51.605	1.893.973

	2008					
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra Esterlina	lène	Outras Moedas	Total
<u>Activo</u>						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	169.977	6.498	218	-	10.854	187.547
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	160.013	10.417	976	403	37.880	209.689
Aplicações em Instituições de Crédito	261.371	158.848	39	5	40.770	461.033
Activos Financeiros Detidos para Negociação	46.851	7.403	1.727	334	15.738	72.053
Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	26.516	-	-	-	-	26.516
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	207.272	26.652	-	-	50.673	284.597
Crédito a Clientes (saldos brutos)	5.994.084	191.953	228	294	565.145	6.751.704
Outros Activos	1.712.042	5.067	549	-	148.343	1.866.001
	<u>8.578.126</u>	<u>406.838</u>	<u>3.737</u>	<u>1.036</u>	<u>869.403</u>	<u>9.859.140</u>
<u>Passivo</u>						
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(1.345.635)	(348.804)	(14.727)	(2)	(511.105)	(2.220.273)
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	(4.670.960)	(206.101)	(8.165)	(104)	(242.932)	(5.128.262)
Responsabilidades Representadas por Títulos	(893.053)	(10)	-	-	(115.500)	(1.008.563)
Passivos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	(55.801)	-	-	-	(55.801)	-
Passivos Subordinados	(246.675)	-	-	-	-	(246.675)
Outros Passivos	(1.145.968)	(3.145)	(3.531)	-	-	(1.152.644)
	<u>(8.358.092)</u>	<u>(558.060)</u>	<u>(26.423)</u>	<u>(106)</u>	<u>(869.537)</u>	<u>(9.812.218)</u>
<u>Derivados (Nocionais)</u>						
Swaps Cambiais	-	-	-	-	22	22
Swaps de Taxa de Juro	(8.980)	-	-	-	-	(8.980)
Futuros	938	4.702	2.268	968	8.877	17.753
Opções de Caps e Floors	(5.000)	-	-	-	-	(5.000)
Operações Cambiais a Prazo	10.105	(9.418)	-	-	686	1.373
	<u>(2.937)</u>	<u>(4.716)</u>	<u>2.268</u>	<u>968</u>	<u>9.585</u>	<u>5.168</u>
Exposição Líquida	<u>217.097</u>	<u>(155.938)</u>	<u>(20.418)</u>	<u>1.898</u>	<u>9.451</u>	<u>52.090</u>

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- A rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” não inclui os saldos relativos à reavaliação positiva dos derivativos, dado serem apresentados em rubrica separada.
- A rubrica “Crédito a Clientes (saldo bruto)” não inclui crédito vencido. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os montantes relativos a esta rubrica ascendem a 1.095.507 mEuros e 416.259 mEuros, respectivamente.

Justo Valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é apresentado como se segue:

	2009				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	156.620	156.620	-	-	156.620
Disponibilidades em outras instituições de crédito	201.996	201.996	-	-	201.996
Aplicações em instituições de crédito	233.761	233.761	-	-	233.761
Crédito a clientes	4.358.347	4.156.136	(202.210)	2.555.012	6.913.359
	<u>4.950.724</u>	<u>4.748.513</u>	<u>(202.210)</u>	<u>2.555.012</u>	<u>7.505.736</u>
Passivo					
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.206.668	3.137.100	(69.568)	-	3.206.668
Responsabilidades representadas por títulos	3.520.330	3.434.702	(85.628)	-	3.520.330
Outros passivos subordinados	245.443	174.080	(71.363)	-	245.443
	<u>6.972.441</u>	<u>6.745.881</u>	<u>(226.560)</u>	<u>-</u>	<u>6.972.441</u>

	2008				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
<i>Activo</i>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187.547	187.547	-	-	187.547
Disponibilidades em outras instituições de crédito	209.689	209.689	-	-	209.689
Aplicações em instituições de crédito	461.033	461.033	-	-	461.033
Crédito a clientes	4.670.608	4.637.059	(33.548)	2.081.096	6.751.704
	<u>5.528.876</u>	<u>5.495.328</u>	<u>(33.548)</u>	<u>2.081.096</u>	<u>7.609.973</u>
<i>Passivo</i>					
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.128.262	5.054.886	(73.376)	-	5.128.262
Responsabilidades representadas por títulos	222.442	194.949	(27.493)	786.121	1.008.563
Outros passivos subordinados	246.675	156.814	(89.861)	-	246.675
	<u>5.597.379</u>	<u>5.406.649</u>	<u>(190.730)</u>	<u>786.121</u>	<u>6.383.500</u>

Os pressupostos utilizados na elaboração destes mapas foram os seguintes:

- As rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais”, “Disponibilidades em outras instituições de crédito” e “Aplicações em instituições de crédito”: dado tratarem-se de aplicações à vista ou de muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor;
- A rubrica “Saldos não analisados” do “Crédito a clientes” inclui o crédito vencido, os créditos provenientes do Banco Insular, o crédito com emissão de títulos de dívida não subordinada, as operações da Sucursal de Paris, os juros corridos, bem como as operações de crédito das participadas BPN IFI, BPN Crédito IFIC, BPN Cayman e BPN Brasil;
- Recursos de clientes: o spread aplicado teve como referência as taxas praticadas pelo Banco na data de referência (218 *basis points*);
- Responsabilidades representadas por títulos: foi utilizado um *spread* baseado numa emissão de dívida *senior floating rate* efectuada por outro banco nacional (450 *basis points*).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe do apuramento do justo valor do crédito a clientes apresenta-se de seguida:

	2009		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Operações concedidas há menos de 12 meses	1.515.214	1.515.214	-
Operações com plano financeiro definido	1.679.359	1.470.946	(208.414)
Operações sem plano financeiro definido	1.163.773	1.169.977	6.203
	<u>4.358.347</u>	<u>4.156.136</u>	<u>(202.210)</u>

	2008		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Operações concedidas há menos de 12 meses	1.269.815	1.269.815	-
Operações com plano financeiro definido	1.661.313	1.603.097	(58.216)
Operações sem plano financeiro definido	1.739.479	1.764.147	24.668
	<u>4.670.608</u>	<u>4.637.059</u>	<u>(33.548)</u>

As operações de crédito analisadas foram sujeitas ao desconto dos *cash flows* futuros (capital e juros) para as datas de referência, à taxa de juro média ponderada pelo montante para créditos concedidos nos 6 meses anteriores, para cada segmento analisado, sendo que para as operações sem plano financeiro definido (créditos em conta corrente e descobertos em depósitos à ordem), foi assumido um *cash flow* futuro em 31 de Janeiro pela totalidade do capital vincendo e juros até essa data.

Para as operações concedidas à menos de 12 meses, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.

As taxas médias utilizadas e os segmentos considerados com base nas operações iniciadas nos 6 meses anteriores foram os seguintes:

BPN, S.A.

31-12-2009

Segmento	Núm. Operações	Capital Vincendo	Capital Vencido	Valor de Balanço	Taxa Média Ponderada por Montante
Accionistas SLN	56	115.758	-	115.758	5,8416%
Empresa - CC	3.304	195.086	77	195.163	6,3396%
Empresa - Emprést	1.427	344.886	294	345.179	6,3842%
Empresa - Outros	9.183	92.690	1.190	93.880	7,5559%
Grupo SLN	8	12.808	0	12.808	6,5048%
Particular - CC	9.745	4.971	43	5.014	9,4604%
Particular - Emprést	3.567	110.125	47	110.172	5,5964%
Particular - Outros	1.944	8.315	237	8.552	11,3872%

31-12-2008

Segmento	Núm. Operações	Capital vincendo	Capital vencido	Valor de Balanço	Taxa Média Ponderada por Montante
Accionistas SLN	72	4.882	37.800	42.682	6,8503%
Empresa - CC	1375	141.616	327	141.943	6,6591%
Empresa - Empréstimos	929	155.788	379	156.167	7,0706%
Empresa - Outros	13259	162.432	5.372	167.804	9,6494%
Grupo SLN	22	57.256	-	57.256	6,9494%
Particular - CC	5794	12.245	26	12.271	7,7297%
Particular - Empréstimos	2196	70.860	41	70.900	6,4794%
Particular - Outros	2517	16.668	142	16.811	9,7053%

Banco Efisa, S.A.

31-12-2009

Segmento	Núm. Operações	Capital Vincendo	Capital Vencido	Valor de Balanço	Taxa Média Ponderada por Montante
Empresa - CC	3.304	195.086	77	195.163	6,3396%
Empresa - Emprést	1.427	344.886	294	345.179	6,3842%
Empresa - Outros	9.183	92.690	1.190	93.880	7,5559%
Particular - CC	9.745	4.971	43	5.014	9,4604%
Particular - Emprést	3.567	110.125	47	110.172	5,5964%
Particular - Outros	1.944	8.315	237	8.552	11,3872%

31-12-2008

Segmento	Núm. Operações	Capital Vincendo	Capital Vencido	Valor de Balanço	Taxa Média Ponderada por Montante
Empresa - CC	4	462	-	462	7,4993%
Empresa - Empréstimos	30	33.237	-	33.237	6,1275%
Empresa - Outros	1	420	-	420	6,3610%
Particular - CC	1	26	-	26	7,2080%
Particular - Empréstimos	44	235	2.802	238	11,6159%
Particular - Outros	3	1	-	1	0,0000%

O justo valor foi apurado através da fórmula $\sum Cfn / [(1+i)^n/365]$, sendo n o número de dias que medeiam entre 31 de Dezembro e a data do *cash flow*, e sendo i a taxa de juro média ponderada pelo montante para créditos concedidos nos últimos 6 meses, para cada segmento analisado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	2009				
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Técnicas de Valorização		Total
			Inputs Observáveis de Mercado	Fontes Externas	
Activos financeiros detidos para negociação	-	54.361	24.366	-	78.727
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	38.185	38.185
Activos financeiros disponíveis para venda	30.357	198.074	56.711	28.482	313.624
Passivos financeiros de negociação	-	-	62.402	-	62.402
	<u>30.357</u>	<u>252.435</u>	<u>143.479</u>	<u>66.667</u>	<u>492.938</u>

	2008					
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Técnicas de Valorização			Total
			Inputs Observáveis de Mercado	Fontes Externas	Outras Técnicas	
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	50.873	21.180	-	-	72.053
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	-	26.516	-	-	-	26.516
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	18.462	210.068	-	35.123	-	263.653
Derivados de Cobertura	-	-	(360)	-	-	(360)
Passivos Financeiros de Negociação	-	-	19.171	-	36.630	55.801
	<u>18.462</u>	<u>287.457</u>	<u>39.991</u>	<u>35.123</u>	<u>36.630</u>	<u>417.663</u>

44. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de Março de 2010, o Banco concedeu um crédito à SLN Valor – SGPS S.A., garantido pelo penhor das participações por ela detidas, no montante de 140.610 mEuros com vista à liquidação de responsabilidades perante os subscritores das emissões de papel comercial efectuadas por esta entidade e que se encontravam vencidas desde 19 de Junho de 2009 e 4 de Agosto de 2009.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
CRÉDITOS E OUTROS VALORES A RECEBER								
Instrumentos de dívida								
Chaves Funding - Chaves 6 A	1.067	2.000.000	1.056	-	-	(11)	-	
CHAVES SME CLO N.º 1 - A	-	22.098.000	12.178	-	-	-	-	
CHAVES SME CLO N.º 1 - C	-	15.000.000	2.880	-	-	-	-	
Grosvenor III-X D	744	1.000.000	751	(256)	-	-	-	
Harbm 2X B2	300	1.000.000	310	-	-	(700)	-	
Harbm 5X B2E	77	642.721	77	-	-	(566)	-	
Harbm 6X B2	310	1.000.000	310	-	-	(690)	-	
Heatm Mezzanine I-07 C	424	500.000	428	(76)	-	-	-	
Jubilee 2008-9x B	1.000	1.000.000	1.010	-	-	-	-	
Morgan Stanley MSIMM 2007-1X E	317	1.000.000	302	-	-	(683)	-	
Papel Comercial - Cima S.A.	1.750	1.750.000	1.743	-	-	(18)	-	
Papel Comercial - CNE - 12ª Emissão	-	46	-	-	2.300	(2.300)	-	
Papel Comercial - Control Pet SGPS	2.000	2.000.000	1.980	-	-	(20)	-	
Papel Comercial - Cruz & Ca	2.750	2.750.000	2.062	-	-	(688)	-	
Papel Comercial - I'M SGPS, S.A.	1.500	1.500.000	1.485	-	-	(15)	-	
Papel Comercial - Imastogil investimentos SGPS SA	1.000	1.000.000	990	-	-	(10)	-	
Papel Comercial - Inapa	1.875	1.875.000	1.856	-	-	(19)	-	
Papel Comercial - Inter Reditus	2.000	2.000.000	1.980	-	-	(20)	-	
Papel Comercial - Mar Capital	2.000	2.000.000	1.980	-	-	(20)	-	
Papel Comercial - Mar Capital - 5ª Emissão	-	40	1.970	-	-	-	-	
Papel Comercial - Raposeira - 4ª Emissão	-	4	193	-	-	-	-	
Papel Comercial - Raposeira - 5ª Emissão	-	4	194	-	-	-	-	
Papel Comercial - Raposeira - 6ª Emissão	-	4	194	-	-	-	-	
TOTAL			35.929	(332)		(5.760)		

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO								
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
BKO 2 1/4 12/10/10	608	600.000	608	(1)	-	-	-	
Letras do Tesouro nacional - Carteira de Terceiros - 01/07/2011	-	80.806	27.276	-	-	-	-	
PARPUB 3 1/2 07/13	11	11.000	11	-	-	-	-	
De outros emissores								
3Y ABSOLUTE	635	1.000.000	635	-	-	-	-	
AALLN 4 3/8 12/02/16	5	5.000	5	-	-	-	-	
ABSA 0 07/16/12	16	17.602	16	(2)	-	-	-	
AEMSPA 4 1/2 11/02/16	6	5.650	6	-	-	-	-	
Autstr 0 06/09/11	322	322.000	322	11	-	-	-	
BAC 0 09/29/10	204	205.000	204	2	-	-	-	
BACR 0 01/28/13	77	76.500	77	-	-	-	-	
BACR 5.25 05/27/14	24	22.500	24	2	-	-	-	
BANSAB 0 02/20/12	249	250.000	249	-	-	-	-	
BBVASM 3 5/8 05/14/12	51	50.000	51	1	-	-	-	
BCOPAN 7 10/26/12	16	15.000	11	1	-	-	-	
BCPPL 0 02/28/13	169	169.500	169	-	-	-	-	
BCPPL 3 3/4 06/11	184	180.000	184	4	-	-	-	
BCPPL 5 5/8 04/23/14	22	20.000	22	2	-	-	-	
BESIBR 5.75 05/29/12	30	28.500	21	-	-	-	-	
BESPL 0 02/25/13	120	120.000	120	-	-	-	-	
BESPL 0 05/31/10	339	339.000	339	9	-	-	-	
BESPL 5 5/8 06/14	7	6.400	7	-	-	-	-	
BPIPL 0 01/19/11	249	250.000	249	-	-	-	-	
BPIPL 0 07/04/11	93	93.000	93	3	-	-	-	
BRITEL 6 1/8 07/14	5	5.000	5	-	-	-	-	
C 7 3/8 06/16/14	12	11.000	12	1	-	-	-	
CARLB 6 05/28/14	6	5.700	6	1	-	-	-	
CIMPPL 4 1/2 05/11	68	67.000	68	1	-	-	-	
Cofina 3 7/8 08/10	58	60.000	58	1	-	-	-	
CRHID 7.375 05/28/14	6	5.700	6	1	-	-	-	
CXGD 0 05/21/10	250	250.000	250	2	-	-	-	
CXGD 4 3/8 05/13/13	61	58.600	61	3	-	-	-	
ELEPOR 0 06/14/10	350	350.000	350	6	-	-	-	
ELESM 0 11/22/11	103	105.000	103	2	-	-	-	
ESF 4.5 05/31/11	116	115.000	116	1	-	-	-	

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
De outros emissores								
FIAT 9 07/30/12	11	10.000	11	1	-	-	-	
GASSM 5 1/4 07/09/14	23	22.000	23	2	-	-	-	
GAZPRU 8 1/8 02/15	17	15.000	17	2	-	-	-	
GE 0 05/04/11	123	125.000	123	3	-	-	-	
GPBM 2006-1 A	584	1.400.000	584	(143)	-	-	-	
GRANM 2006-1X C4	3	12.500	3	(9)	-	-	-	
HSBC 0 09/14/10	228	230.000	228	-	-	-	-	
HSBC 0 10/28/13	123	130.000	123	2	-	-	-	
IBESM 0 06/28/10	25	25.000	25	-	-	-	-	
IMTLN 5 06/25/12	5	4.700	5	-	-	-	-	
LANISL 0 05/18/12	71	1.500.000	71	(1.425)	-	-	-	
LGFP 0 07/06/10	139	140.000	139	1	-	-	-	
LTOIM 5 3/8 12/05/16	5	5.000	5	-	-	-	-	
LUKOIL 6 3/8 11/14	10	10.000	7	-	-	-	-	
MANAG 5 3/8 05/13	7	7.000	7	-	-	-	-	
METFNL 0 09/08/10	110	110.000	110	1	-	-	-	
MIRAX 12 03/11-10	2	19.702	1	(12)	-	-	-	
MONTPI 0 01/31/11	198	200.000	198	-	-	-	-	
MONTPI 0 09/19/11	24	25.000	24	-	-	-	-	
MTNA 8 1/4 06/03/13	12	11.000	12	2	-	-	-	
NGGLNFloat 01/12	440	442.000	440	28	-	-	-	
ODB 9 5/8 04/09/14	16	13.781	11	1	-	-	-	
PC Brisa 25ª Emissão	550	550.000	550	-	-	-	-	
PC Prio 38ª Emissão	350	350.000	350	-	-	-	-	
PC SAG GEST 57ª Emissão	349	350.000	349	-	-	-	-	
PC Sonae 333ª emissão	100	100.000	100	-	-	-	-	
PC Sonae Capital 84ª Emissão	50	50.000	50	-	-	-	-	
PC Unicer 235ª emissão	100	100.000	100	-	-	-	-	
PEMEX 5 1/2 01/17	10	9.800	10	-	-	-	-	
PETBRA 5 3/4 01/20/20	6	6.000	4	-	-	-	-	
PEUGOT 3 5/8 10/11	143	142.000	143	1	-	-	-	
PFE 3 5/8 06/03/13	23	22.000	23	1	-	-	-	
PFE 4.75 06/03/16	23	22.000	23	2	-	-	-	
PORTEL 5 11/04/19	4	3.700	4	-	-	-	-	
PORTEL 6 04/30/13	54	50.000	54	4	-	-	-	
PTIPL 0 03/29/10	50	50.000	50	-	-	-	-	
RENEPL 6.375 10/12/13	10	9.000	10	1	-	-	-	
REPSM 0 02/16/12	109	110.000	109	2	-	-	-	
RIFP 7 01/15/15	6	5.500	6	-	-	-	-	
SANTAN 3 3/4 06/12	37	36.000	37	1	-	-	-	
SEB 0 02/08/11	65	65.000	65	-	-	-	-	

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
De outros emissores								
SEMP L 0 04/20/16	177	190.600	177	(13)	-	-	-	
SGOFP 0 04/11/12	157	160.000	157	2	-	-	-	
TELEFO 4.693 11/11/19	7	7.500	7	-	-	-	-	
TITIM 0 06/07/10	250	250.000	250	7	-	-	-	
TITIM 0 07/19/13	75	76.000	75	(1)	-	-	-	
TPEIR 4 1/2 06/11	11	11.500	11	-	-	-	-	
UMLF 2007-1 A	7	45.000	5	(4)	-	-	-	
VIVFP 0 10/03/11	159	160.000	159	1	-	-	-	
VOD 0 01/13/12	320	322.917	320	14	-	-	-	
VOD 0 06/06/14	32	33.000	32	(1)	-	-	-	
VW 3.75 11/16/10	130	128.000	130	2	-	-	-	
VW 5 3/8 11/15/13	12	11.500	12	1	-	-	-	
AIB 0 03/23/15	12	19.000	12	(6)	-	-	-	
ANZ 0 12/15/53	444	652.245	444	(214)	-	-	-	
BANITL 0 06/29/49	15	40.500	15	(26)	-	-	-	
BCPPL 0 06/15/15	6	7.000	6	-	-	-	-	
BNFPL 0 12/29/14	27	32.000	27	(5)	-	-	-	
BNFPL 0 12/29/49	203	312.272	203	(115)	-	-	-	
BNFPL 0 12/30/15	17	20.000	17	(3)	-	-	-	
BPIPL 0 08/29/49	134	187.490	134	(63)	-	-	-	
BVA 0 12/29/49	14	35.000	14	(21)	-	-	-	
CAJACM 0 11/29/49	366	1.219.600	366	(854)	-	-	-	
CRLOG Var 49-09	86	115.400	86	(29)	-	-	-	
CXGD 0 04/27/15	28	32.736	28	(4)	-	-	-	
EBSBLD 0 12/14/14	138	250.000	138	(113)	-	-	-	
Fortis 0 17/01/17	22	24.000	22	-	-	-	-	
GLBIR 0 10/21/14	-	150.000	-	(151)	-	-	-	
HSHN 0 02/14/17	13	21.500	13	(9)	-	-	-	
MONTPI 0 04/18/16	440	550.000	440	(110)	-	-	-	
NAB 0 09/29/49	13	19.400	13	(6)	-	-	-	
PENED 0 06/21/49	4	6.000	4	(2)	-	-	-	
STABAN 0 07/10/15	8	9.273	5	-	-	-	-	
SVEG 0 07/12/17	13	17.500	13	(4)	-	-	-	
VW 0 03/14/16	904	1.063.000	902	(159)	-	-	-	
Instrumentos de Capital								
ABB LTD-REG	38	1.928	26	6	-	-	-	
Aegon NV	26	5.661	26	-	-	-	-	
Agco corp	195	6.000	135	14	-	-	-	
Air France-KLM	21	1.886	21	-	-	-	-	

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
Instrumentos de Capital								
AK Steel Holding Corp	153	7.100	106	21	-	-	-	
Akamai Technologies	18	1.000	18	1	-	-	-	
Aker Solutions ASA	256	3.396	31	11	-	-	-	
ALCOA INC	184	11.382	128	41	-	-	-	
Allianz Ag Holding	116	1.331	116	(33)	-	-	-	
Alpiq Holding AG-Reg	37	86	25	(2)	-	-	-	
Amgen Inc	119	2.100	83	5	-	-	-	
Amlin PLC	22	6.035	24	(1)	-	-	-	
Anglo American PLC	62	2.300	70	(30)	-	-	-	
Applied Materials Inc	316	22.382	219	6	-	-	-	
Arcelormittal	69	2.147	69	19	-	-	-	
Ashmore Group PLC.	29	10.760	33	18	-	-	-	
Asml Holding NV	42	1.769	42	20	-	-	-	
Astrazeneca Plc	79	2.699	88	5	-	-	-	
Atlantia SPA	30	1.658	30	2	-	-	-	
Axa	1	71	1	(1)	-	-	-	
Banco Bilbao & Vizcaya Argentaria	87	6.849	87	8	-	-	-	
Banco Santander Central Hisp	106	9.218	106	61	-	-	-	
Bank Of America Corp	336	22.100	233	70	-	-	-	
Basf Ag	32	730	32	13	-	-	-	
Bayer Ag	56	1.002	56	5	-	-	-	
Bekaert Nv	18	162	18	2	-	-	-	
Belgacom SA	31	1.240	31	3	-	-	-	
BG Group PLC	49	4.411	56	1	-	-	-	
Bhp Billiton Plc	28	1.396	31	2	-	-	-	
Bnp Paribas	118	2.117	118	42	-	-	-	
Boskalis Westminster	26	967	26	1	-	-	-	
Boston Scientific Corp	151	16.700	105	8	-	-	-	
Bp Plc	234	38.959	263	(24)	-	-	-	
British Land Co Plc	20	4.162	22	(1)	-	-	-	
Bureau Veritas SA	21	588	21	2	-	-	-	
Cap Gemini SA	34	1.075	34	(14)	-	-	-	
Capita Group PLC	25	3.299	28	1	-	-	-	
Carnival PLC	29	1.338	32	11	-	-	-	
Carrefour SA	42	1.239	42	2	-	-	-	
Casino Guichard Perrachon	32	507	32	2	-	-	-	
CBS Corp	131	9.200	91	54	-	-	-	
Centrica Plc	38	13.512	43	6	-	-	-	
ChevronTexaco Corp	141	1.827	98	-	-	-	-	
Citigroup Inc	126	37.600	87	(9)	-	-	-	
Comcast Corp - Special Cl A	47	2.900	33	7	-	-	-	

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
Instrumentos de Capital								
Compass Group Plc	31	6.875	34	7	-	-	-	
Conocophilips	363	7.115	252	(5)	-	-	-	
Credit Suisse Group	175	3.409	118	10	-	-	-	
CVS Caremark Corp	81	2.500	56	7	-	-	-	
DaimlerChrysler Ag-reg	74	1.990	74	26	-	-	-	
Dell Computer Corp	216	14.887	150	(23)	-	-	-	
DEUTSCHE BANK AG -REG	41	830	41	6	-	-	-	
Deutsche Telekom AG-REG	69	6.659	69	6	-	-	-	
Dominion Resources INC/VA	82	2.100	57	-	-	-	-	
Dr Horton Inc	153	14.100	106	6	-	-	-	
E.On Ag	44	1.489	44	1	-	-	-	
Ebay Inc	56	2.362	39	(2)	-	-	-	
Eli Lilly & Co	304	8.479	211	(4)	-	-	-	
Empresa Nacional De Celulosa	29	10.868	29	4	-	-	-	
Enagas	37	2.426	37	3	-	-	-	
Endesa Sa	27	1.130	27	2	-	-	-	
Eni Spa	78	4.390	78	6	-	-	-	
Exelon Corp	414	8.400	287	(3)	-	-	-	
Exxon Mobil Corporation	290	4.240	201	(13)	-	-	-	
Fiat Spa	31	3.032	31	7	-	-	-	
Financial Select Sector SPDR	297	20.500	206	8	-	-	-	
Finmeccanica Spa	18	1.590	18	(1)	-	-	-	
Firstgroup Plc	24	5.681	27	1	-	-	-	
Fluor Corp (New)	164	3.632	114	(1)	-	-	-	
Ford Motor Company	163	16.400	113	86	-	-	-	
France Telecom	81	4.636	81	(3)	-	-	-	
Fresenius SE - pref	34	686	34	7	-	-	-	
GALP ENERGIA SGPS SA-B SHRS	39	3.190	39	4	-	-	-	
GAMESA - Corp Tecnologica SA	17	1.462	17	(5)	-	-	-	
GDF SUEZ	70	2.296	70	7	-	-	-	
Gemalto	24	787	24	2	-	-	-	
General Electric Co	167	10.943	116	(54)	-	-	-	
Genzyme Corp - Genl Division	49	1.000	34	1	-	-	-	
Glaxosmithkline Plc	104	7.878	117	9	-	-	-	
Goldman Sachs Group INC	82	700	82	1	-	-	-	
GROUPE DANONE	31	713	31	(4)	-	-	-	
Heineken Nv	37	1.098	37	10	-	-	-	
Henkel Kgaa-vorzug	33	901	33	(2)	-	-	-	
Hikma Pharmaceuticals PLC	30	5.936	34	(2)	-	-	-	
Home Depot Inc	92	3.171	64	4	-	-	-	
HSBC Holdings PLC	200	28.205	225	43	-	-	-	

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
Instrumentos de Capital								
Iberdrola Renovables SA	28	8.488	28	-	-	-	-	
IBM Business Machines Corp	91	1.000	91	2	-	-	-	
Imperial Tobacco Group PLC	43	2.193	48	4	-	-	-	
Inapa	640	1.000.000	640	(280)	-	-	-	
INBEV	62	1.702	62	25	-	-	-	
Inditex	42	970	42	9	-	-	-	
Informa PLC	23	7.323	26	5	-	-	-	
Ing Groep N.V..	19	2.708	19	(7)	-	-	-	
Intel Corp	358	17.405	248	8	-	-	-	
Intesa Sanpaolo	82	26.000	82	23	-	-	-	
Ishares PLC - Ishares FTSE 100	28	5.187	32	1	-	-	-	
Johnson Matthey PLC	24	1.555	27	3	-	-	-	
K+S Ag	21	526	21	-	-	-	-	
Kingfisher PLC	17	7.629	20	5	-	-	-	
Konecranes Oyj	23	1.183	23	7	-	-	-	
Koninklijke Ahold NV	32	3.414	32	2	-	-	-	
KONINKLIJKE DSM NV	36	1.051	36	18	-	-	-	
Koninklijke Kpn Nv	57	4.787	57	(2)	-	-	-	
Kraft Foods Inc - A	90	3.300	63	3	-	-	-	
Kroger Co	164	8.000	114	4	-	-	-	
L Oreal	35	454	35	8	-	-	-	
Laboratorios Almirall SA	28	3.113	28	6	-	-	-	
Lafarge SA	64	1.114	64	7	-	-	-	
Lanxess	29	1.095	29	14	-	-	-	
Legal & General Group PLC	24	29.974	27	1	-	-	-	
Logicacmg PLC	21	18.737	24	(1)	-	-	-	
Lowe s Cos Inc	70	3.000	49	6	-	-	-	
Luxtottica Group Spa	28	1.545	28	-	-	-	-	
Lvmh Moet Hennessy Loui V SA	45	571	45	-	-	-	-	
Man ag	24	440	24	3	-	-	-	
Marks & Spencer Group Plc	27	6.697	30	5	-	-	-	
Meda AB-A SHS	284	4.401	28	1	-	-	-	
Metro Ag	35	814	35	(5)	-	-	-	
Metropcs Communications Inc	61	8.000	42	10	-	-	-	
Mitsubishi Chemical Holdings	4.413	11.200	33	(26)	-	-	-	
Mitsubishi UFJ Financial Group Inc	2.260	5.000	17	(33)	-	-	-	
Mitsui-Soko Co Ltd	4.957	14.754	37	(17)	-	-	-	
MLIIF - Japan Value Fund A2	7	1.194	7	-	-	-	-	
Mota - Engil SGPS SA	25	6.394	25	(1)	-	-	-	
Muenchener Rueckver AG-Reg	82	757	82	(8)	-	-	-	
National Grid Transco PLC	72	10.576	81	10	-	-	-	

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
Instrumentos de Capital								
National Semiconductor Corp	169	10.900	117	18	-	-	-	
Nestle SA-Registered	280	5.569	188	15	-	-	-	
Nokia Oyj - A Shs	32	3.555	32	(13)	-	-	-	
Nomura ETF - TOPIX	27.630	30.000	207	1	-	-	-	
Novartis Ag-reg Shs	239	4.231	161	9	-	-	-	
NYSE Euronext	135	5.300	94	(7)	-	-	-	
Orion OYJ-Class B	28	1.854	28	6	-	-	-	
Panasonic Corp	6.493	4.900	49	(26)	-	-	-	
Pearson PLC	28	3.145	32	9	-	-	-	
Pernod-Ricard	39	643	39	3	-	-	-	
Persimmon PLC	24	5.163	27	2	-	-	-	
Peugeot SA	21	904	21	3	-	-	-	
Philips Electronics NV	75	3.642	75	19	-	-	-	
Portugal Telecom	31	3.641	31	10	-	-	-	
Prudential PLC	55	8.585	62	9	-	-	-	
Pulte Homes Inc	83	8.300	58	3	-	-	-	
Quiagen N.V.	43	2.732	43	4	-	-	-	
Reed Elsevier Nv	36	4.158	36	3	-	-	-	
Rhoen-Klinikum AG	36	2.078	36	4	-	-	-	
Rio Tinto Plc	116	3.414	130	39	-	-	-	
Roche Holding Ag - Genusss	239	1.358	161	-	-	-	-	
Rohm Co Ltd	6.060	1.000	46	(33)	-	-	-	
Royal Dutch Shell Plc-A Shs	223	10.549	223	(2)	-	-	-	
Safeway INC	81	3.800	57	2	-	-	-	
Sage Group PLC	33	15.051	37	(7)	-	-	-	
Sanofi Sa	79	1.428	79	7	-	-	-	
Sap Ag	45	1.374	45	(1)	-	-	-	
Sbm Offshore NV	23	1.639	23	(2)	-	-	-	
Schlumberger LTD	79	1.200	55	15	-	-	-	
Schneider Electric SA	31	378	31	-	-	-	-	
SECURITAS AB-B SHS	284	4.049	28	(6)	-	-	-	
Shin-Etsu Chemical Co Ltd	3.661	700	27	3	-	-	-	
Siemens Ag-REG	112	1.750	112	4	-	-	-	
Skanska AB-B Shs	239	1.964	23	10	-	-	-	
Snam Rete Gas	38	10.934	38	8	-	-	-	
Societe Generale-A	89	1.810	89	20	-	-	-	
Sonaecom - SGPS SA	1	300	1	-	-	-	-	
Sony Corp	6.675	2.500	50	(26)	-	-	-	
Southern Co	151	4.500	105	2	-	-	-	
Standard Chartered PLC	51	3.259	58	15	-	-	-	
Statoil Asa	311	2.145	37	6	-	-	-	

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
Instrumentos de Capital								
Syngenta AG	38	129	25	-	-	-	-	-
TAIB BANK B S C	169	486.671	169	-	-	-	-	-
Takeda Pharmaceutical Co Ltd	2.681	700	20	(8)	-	-	-	-
Technip SA	25	504	25	6	-	-	-	-
Tele2 AB-B SHS	548	4.970	53	(1)	-	-	-	-
Telefonica De Espana	149	7.608	149	21	-	-	-	-
Terna Spa	46	15.202	46	4	-	-	-	-
Thomas Cook Group Plc	23	9.978	26	(1)	-	-	-	-
Thyssenkrupp Ag	56	2.115	56	16	-	-	-	-
Tnt Nv	38	1.758	38	12	-	-	-	-
Tomkins PLC	21	11.127	24	2	-	-	-	-
Tosoh Corporation	4.128	16.000	31	(21)	-	-	-	-
Total Fina Elf SA	230	5.107	228	(7)	-	-	-	-
Transocean Ltd	50	604	35	(16)	-	-	-	-
Ubs AG-Registered	121	7.524	81	(14)	-	-	-	-
Unicredit SPA	68	29.044	68	36	-	-	-	-
Unilever NV - CVA	152	6.676	152	12	-	-	-	-
Unitedhealth Group Inc	102	3.300	71	9	-	-	-	-
Valero Energy Corp	80	4.761	55	(45)	-	-	-	-
Vinci SA	22	561	22	-	-	-	-	-
Vivendi Universal SA	53	2.533	53	(1)	-	-	-	-
Vodafone Group Plc	155	107.949	175	(40)	-	-	-	-
Vulcan Materials Co	69	1.300	48	6	-	-	-	-
Wartsila OYJ	27	947	27	1	-	-	-	-
Weir Group PLC/THE	25	3.539	29	9	-	-	-	-
Wells Fargo & Company	259	9.557	180	5	-	-	-	-
William Hill Plc	28	15.300	32	11	-	-	-	-
WM Morrison Supermarkets	23	8.218	26	-	-	-	-	-
Wpp Plc	35	5.698	39	14	-	-	-	-
Xstrata Plc	78	6.967	88	65	-	-	-	-
Yahoo! Inc	85	5.000	59	5	-	-	-	-
Yara International Asa	223	847	27	4	-	-	-	-
Zurich Financial Services	89	391	60	2	-	-	-	-

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
Outros								
Futuros e Outras Operações a Prazo	-		175	-	-	-	-	-
Margem cotações GBP	-		-	-	-	-	-	-
Margem cotações USD	-		-	-	-	-	-	-
Margem E-Mini EUR/USD FX	-		-	-	-	-	-	-
Margem Emini S&P	-		-	-	-	-	-	-
Margem EUR/GBP FX	-		-	-	-	-	-	-
Margem EUR/USD FX	220		220	-	-	-	-	-
Margem Euro Stoxx	-		-	-	-	-	-	-
Margem GBP	-		-	-	-	-	-	-
Margem US Note	-		-	-	-	-	-	-
Margem USD	-		-	-	-	-	-	-
Swaps	-		24.195	-	-	-	-	-
TOTAL			78.727	(2.840)		-		
OUTROS ACTIVOS FINANCIEROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS								
Instrumentos de dívida								
BACR 7 02/20/18	35.155	45.800.000	35.155	-	-	-	-	-
Sherlock Ltd Series 51	830	882.012	1.107	-	-	-	-	-
Rubi Finance	-	1.600	-	(160)	-	-	-	-
Instrumentos de Capital								
CAI - Tob Capital Municipal Portfo	230	2.036	230	(1.164)	-	-	-	-
Cheyne Special Situations Fund Inc.Class A1	438	5.017	438	(398)	-	-	-	-
Eden Rock Structured Finance Fund Ltd.	262	6.661	262	(382)	-	-	-	-
Fairfield Raven Credit Opportunities Fund Ltd.	187	256	187	(7)	-	-	-	-
Fairfield Sentry Limited	-	989	-	(694)	-	-	-	-
Farfield Chester Global Strategy Fund Limited	516	6.473	518	(180)	-	-	-	-
Lake Shore - Alternative Financial Asset Fund III Limited	115	45.027	115	(224)	-	-	-	-
Lake Shore - Alternative Financial Asset Fund Limited	173	63.617	173	(336)	-	-	-	-
TOTAL			38.185	(3.545)		-		

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA								
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
BNANOTES5SER	-	3.300	2.168	-	-	-	-	-
BNANOTES6SER	-	3.300	2.167	-	-	-	-	-
BNANOTES7SER	-	2.200	1.445	-	-	-	-	-
CXGD 4.7 04/15/14	23.915	23.000.000	24.681	898	-	-	-	-
FRTR3 3/4 04/25/17	3.518	3.391.553	3.605	37	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - Carteira Propria - 07/03/2012	-	800	1.305	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - Carteira Propria - 07/03/2013	-	257	419	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - Carteira Propria - 07/06/2010	-	1.220	1.991	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - Carteira Propria - 07/09/2012	-	290	473	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - Carteira Propria - 07/12/2010	-	4.002	6.530	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - Carteira Propria - 17/03/2010	-	517	844	-	-	-	-	-
OBL 4 04/13/12	1.775	1.681.863	1.823	4	-	-	-	-
OT - 5,85	3.057	3.000.000	3.165	46	-	-	-	-
OT - Abril	59	60.000	60	(1)	-	-	-	-
OT ABRIL 0511	154	150.000	157	8	-	-	-	-
OT JUNHO 01/11	210	200.000	216	(3)	-	-	-	-
OT JUNHO 02/12	1.069	1.000.000	1.096	(7)	-	-	-	-
OT SETEMBRO 9813	6.801	6.205.000	6.893	435	-	-	-	-
PARPUB 3 1/2 07/13	395	392.373	401	3	-	-	-	-
De outros emissores								
CHAVES SME CLO N.º 1 - F	15.613	15.613.000	15.113	-	-	(500)	-	-
CHAVES SME CLO N.º 5	-	563	56.711	-	-	(367)	-	-
AALLN 4 3/8 12/02/16	191	191.500	191	-	-	-	-	-
ABSA 0 07/16/12	732	814.089	733	(79)	-	-	-	-
AÇÕES DE CIAS FECHADAS - CETIP EDUCACIONAL - COTA	-	1	-	-	-	-	-	-
AEMSPA 4 1/2 11/02/16	300	295.822	302	6	-	-	-	-
AIB 0 03/23/15	512	787.074	512	-	-	-	-	-
Allegro 30-Abr-10	493	1.024.523	493	-	-	-	-	-
ANZ 0 12/15/53	683	1.004.182	683	-	-	-	-	-
Aquilae 2006-1X Z	570	1.500.000	578	-	-	(930)	-	-
ARL6 2005-EULR C3E	-	166.273	-	-	-	-	-	-
Autstr 0 06/09/11	518	518.475	519	12	-	-	-	-
Avenue Avclo 2007-5X COM3	466	1.700.000	467	-	-	(714)	-	-
BACR 0 01/28/13	664	664.382	666	(1)	-	-	-	-
BACR 5.25 05/27/14	801	749.258	825	53	-	-	-	-

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
De outros emissores								
BANEST 4 05/08/12	401	386.964	411	14	-	-	-	
BANITL 0 06/29/49	325	901.767	325	(29)	-	-	-	
BANSAB 0 02/20/12	632	635.000	634	(1)	-	-	-	
BBVASM 3 5/8 05/14/12	398	387.279	407	11	-	-	-	
BCOPAN 7 10/26/12	637	604.956	644	35	-	-	-	
BCPPL 0 02/28/13	618	620.000	619	(1)	-	-	-	
BCPPL 0 06/15/15	265	301.457	265	(24)	-	-	-	
BCPPL 3 3/4 06/11	880	861.156	897	18	-	-	-	
BCPPL 5 5/8 04/23/14	758	703.576	785	56	-	-	-	
Bescl Perp. Sub. 97	-	1	-	-	-	-	-	
BESIBR 5.75 05/29/12	658	632.237	661	28	-	-	-	
BESPL 0 05/31/10	294	293.924	294	4	-	-	-	
BESPL 5 5/8 06/14	13.091	12.216.191	13.484	938	-	-	-	
Beta 1	-	3.889.724	-	-	-	-	-	
Beta 2	-	3.889.724	-	-	-	-	-	
BNFPL 0 12/29/14	770	906.455	771	(139)	-	-	-	
BNFPL 0 12/29/49	497	765.119	498	(44)	-	-	-	
BNFPL 0 12/30/15	1.400	1.686.154	1.400	(274)	-	-	-	
BPIPL 0 07/04/11	721	718.057	724	17	-	-	-	
BPIPL 0 08/29/49	823	1.155.457	827	(3)	-	-	-	
BRIPL 4 1/2 12/05/16	1.493	1.500.000	1.497	(20)	-	-	-	
BRITEL 6 1/8 07/14	138	129.004	143	10	-	-	-	
BVA 0 12/29/49	441	1.076.333	442	(1)	-	-	-	
C 7 3/8 06/16/14	381	347.404	395	34	-	-	-	
CAJACM 0 11/29/49	131	437.903	133	-	-	-	-	
CAJAMA 3 1/8 03/30/12	464	454.760	474	9	-	-	-	
CARLB 6 05/28/14	187	172.244	193	16	-	-	-	
CENTAURI 1	-	8.294.192	-	-	-	-	-	
CENTAURI 2	-	4.246.955	-	-	-	-	-	
CHAVES SME CLO N.º 1 - E	9.600	9.600.000	9.600	-	-	-	-	
CIMPPL 4 1/2 05/11	9.730	9.587.097	9.988	42	-	-	-	
CLASS 0 06/19/10	2.518	2.500.000	3.865	40	-	-	-	
Cofina 3 7/8 08/10	379	395.000	385	(1)	-	-	-	
CRHID 7.375 05/28/14	196	172.431	203	23	-	-	-	
CRLOG Var 49-09	422	563.913	422	(3)	-	-	-	
CXGD 0 04/27/15	1.119	1.316.774	1.122	(142)	-	-	-	
CXGD 4 3/8 05/13/13	403	387.672	414	17	-	-	-	
DGSL 1X PS	-	1.538.557	-	-	-	-	-	
EBSBLD 0 12/14/14	303	551.365	304	(13)	-	-	-	
ESF 4.5 05/31/11	352	350.453	362	3	-	-	-	
Exum 2006 4xd	347	1.000.000	347	-	-	(347)	-	

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
De outros emissores								
FIAT 9 07/30/12	431	396.924	446	36	-	-	-	
Fortis 0 17/01/17	816	906.410	818	(21)	-	-	-	
GASSM 5 1/4 07/09/14	5.110	4.784.744	5.231	364	-	-	-	
GAZPRU 8 1/8 02/15	45	39.963	46	5	-	-	-	
GLBIR 0 10/21/14	-	183.047	-	-	-	-	-	
GPBM 2006-1 A	23	28.856	23	(10)	-	-	-	
GRANM 2006-1X C4	29	114.093	29	-	-	-	-	
HSHN 0 02/14/17	648	1.097.590	649	(3)	-	-	-	
IMTLN 5 06/25/12	134	127.725	137	6	-	-	-	
Jubilee CDO BV	547	1.325.000	553	282	-	(1.060)	-	
K(2) Corp.(Capital Notes)	-	2.000.000	-	-	-	(1.388)	-	
K2 Corp 01/15/11	-	5.207.045	-	-	-	-	-	
KAUP 0 06/30/14	-	805.673	-	-	-	-	-	
LTOIM 5 3/8 12/05/16	178	174.500	178	4	-	-	-	
LUKOIL 6 3/8 11/14	286	278.511	289	9	-	-	-	
MANAG 5 3/8 05/13	390	366.506	402	24	-	-	-	
MIRAX 12 03/11-10	45	450.620	45	-	-	-	-	
MONTPI 0 04/18/16	632	790.347	634	(99)	-	-	-	
MTNA 8 1/4 06/03/13	367	323.246	383	45	-	-	-	
NAB 0 09/29/49	263	392.012	263	(13)	-	-	-	
NGGLNFloat 01/12	520	522.325	521	29	-	-	-	
ODB 9 5/8 04/09/14	435	376.859	443	63	-	-	-	
OSIRIS 0 01/15/2010	314	320.869	316	(13)	-	-	-	
PARKLAND SN 15-09-2013	329	2.129.584	329	11	-	-	-	
PARKLAND SN 15-12-11	209	1.355.956	209	7	-	-	-	
PARKLAND SN 15-12-13	116	754.056	116	4	-	-	-	
PEMEX 5 1/2 01/17	599	600.000	607	3	-	-	-	
PENED 0 06/21/49	256	426.964	256	(31)	-	-	-	
PETBRA 5 3/4 01/20/20	269	265.167	272	6	-	-	-	
PFE 3 5/8 06/03/13	770	745.859	786	27	-	-	-	
PFE 4.75 06/03/16	764	715.600	784	51	-	-	-	
PORTEL 5 11/04/19	685	680.534	690	6	-	-	-	
PORTEL 6 04/30/13	6.743	6.215.000	6.994	423	-	-	-	
PTIPL 0 03/29/10	2.287	2.291.126	2.298	(4)	-	-	-	
RENEPL 6.375 10/12/13	348	315.467	349	20	-	-	-	
RIFP 7 01/15/15	186	172.721	192	13	-	-	-	
SANTAN 3 3/4 06/12	3.595	3.500.000	3.667	104	-	-	-	
Sedna-S2	-	2.000.000	-	-	-	(2.026)	-	
SEMPLE 0 04/20/16	1.053	1.132.673	1.059	(87)	-	-	-	
STABAN 0 07/10/15	85	100.487	86	(24)	-	-	-	
SVEG 0 07/12/17	320	420.862	321	(73)	-	-	-	

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
De outros emissores								
TELEFO 4.693 11/11/19+M115	425	426.111	428	(2)	-	-	-	
TITIM 0 07/19/13	842	854.290	844	(1)	-	-	-	
TITULO PATRIMONIAL - BMF	-	1	4	-	-	-	-	
TPEIR 4 1/2 06/11	349	354.326	358	(4)	-	-	-	
UMLF 2007-1 A	157	260.989	157	-	-	-	-	
VOD 0 01/13/12	567	572.344	568	18	-	-	-	
VOD 0 06/06/14	422	434.856	422	(5)	-	-	-	
VW 0 03/14/16	746	877.237	746	(127)	-	-	-	
VW 3.75 11/16/10	1.134	1.115.598	1.139	19	-	-	-	
VW 5 3/8 11/15/13	597	557.106	601	41	-	-	-	
WHITE PINE 12/31/13	-	3.098.418	-	-	-	-	-	
WHITE PINE 12/31/14	-	1.084.752	-	-	-	-	-	
Xelo PLC Float 201213	163	1.000.000	163	150	-	(988)	-	
ZELA 1	-	1.534.833	-	-	-	-	-	
ZELA 2	-	1.303.927	-	-	-	-	-	
Zela Fin G.S.T.111Float	-	2.000.000	-	-	-	(1.388)	-	
024635953 - VW Float 14/03/16	5	6.071	5	-	-	-	-	
AIB FL 03/15 - ALLIED IRISH BANKS PLC AIB Float 03/15	4	6.362	4	-	-	-	-	
Allegro Investment Corp. 04/10	4	8.187	4	-	-	-	-	
ARL6 2005-EULR C3E	-	251.021	-	(17)	-	-	-	
BANCO BPI SA - BPIPL Float 07/11	6	6.025	6	-	-	-	-	
Banif Float Perpetual	6	6.823	6	-	-	-	-	
Banif Float Perpetual	5	5.001	5	2	-	-	-	
BANITL 49 - BANITL Float 49	3	6.885	3	-	-	-	-	
BBVAP 6 A1	355	366.421	355	12	-	-	-	
BCPN F 06/15 - BCP FINANCE BANK LTD (BCPN Float 06/15)	2	2.345	2	-	-	-	-	
Beta Finance Corp. (1) 04-2014	-	89.157	-	-	-	(36)	-	
Beta Finance Corp. Serie 3 Grp 1 /14	-	89.157	-	-	-	(36)	-	
BVA 12/49 - BVA Float 12/49	3	7.836	3	-	-	-	-	
CAGRAN Float 12	488	500.000	488	30	-	-	-	
CAJACM 49 - CAJACM Float 49	1	3.718	1	-	-	-	-	
CAJACM Float 49	60	2	61	(15)	-	-	1	
CEMG FL 10	497	500.000	497	15	-	-	-	
Centauri Corp (1-2) Float 03/2013	-	10.140.374	-	-	-	(6.387)	-	
Centauri Corp Ser.1 Float 09/14	-	1.729.460	-	-	-	(1.079)	-	
CITIBANK 0% 26/07/17	2.587	5.000.000	2.587	(2.413)	-	-	-	
COFINA 3.875 - COFINA BV - COFINA 3.875 08/10	3	2.998	3	-	-	-	-	
CRLOG - Credit Logement 11/49	3	4.616	3	-	-	-	-	
CXGD F 04/15 - CAIXA GERAL DEPO PARIS - CXGD Float 04/15	9	10.301	9	-	-	-	-	
DGSL PS - Diversified Global Securities Ltd.	1	10.634	1	1	-	-	-	
ED0938107 - BPI Cayman Float Perpetual	6	8.625	6	-	-	-	-	

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
De outros emissores								
ED7232736 - EBS Building Society Float 12/14	2	3.748	2	-	-	-	-	
EF2254276 - BANIF FLOAT 12/15	10	11.703	10	-	-	-	-	
FCFIN09/15 - FCFIN Float 09/15	300	400.000	300	(8)	-	-	-	
FLOAT 07/17 - Sparebanken Vest Float 07/17	3	3.324	3	-	-	-	-	
FORTIS FL 17 - FORTIS BANK SA/NV Fortis Float 17	7	7.338	7	-	-	-	-	
HSBC 0 03/18/13	2.025	2.000.000	2.025	25	-	-	-	
HSHN 02/17 - HSHN Float 02/17	5	8.533	5	-	-	-	-	
ISBAIR10/14 - ISBAIR Float 10/14	-	1.240	-	-	-	-	-	
K2 Corp. (Capital Notes) 02-11-21	-	1.729.496	-	-	-	(564)	-	
K2 CORP. (Capital Notes) 02-12-22	-	7.903.268	-	-	-	(5.486)	-	
KAUP - Kaup Float 06/14	-	5.213	-	-	-	-	-	
MIRAX 03/11 - Mirax 12.0% 03/11	-	6.151	1	(1)	-	-	-	
MONTPI 16 - MONTPI Float 16	5	6.260	5	-	-	-	-	
NATL - NATL Capital 2049	2	2.868	2	-	-	-	-	
ODEBRECHT - ODEBRECHT FINANCE LTD	3	4.202	3	-	-	-	-	
OSIRIS /10 - OSIRIS Float 10	2	2.931	2	-	-	-	-	
P.C. COFINA - 12ª Emissão	-	400	20.064	-	-	-	-	64
P.C. RAPOSEIRA - 7ª Emissão	-	8	389	-	-	-	-	1
P.C. SLN VALOR - 8ª Emissão	-	1	-	-	45	(45)	-	
Parkland Finance Corp. /08	-	102.642	-	-	-	(70)	-	
Parkland Finance Corp. /11	726	4.700.031	726	726	-	(3.290)	-	
Parkland Finance Corp. /13	154	1.000.000	154	154	-	(700)	-	
Parkland Finance Corp. /13	40	256.819	40	40	-	(172)	-	
Parkland Finance Corp. Series 12 2013	465	3.008.979	465	465	-	(2.106)	-	
Parkland Finance Corp. Series 9	154	1.000.000	154	154	-	(700)	-	
Parkland Finance Corporation	3	22.211	3	3	-	(13)	-	
PENED 06/49 - PENED Float 06/49	180	6	180	53	-	-	-	
RENEPL 6,375 - REN REDES ENERGETICAS - RENEPL 6,375 12/2013	3	2.703	3	-	-	-	-	
Rio Hotel e Casino	1.735	2.500.000	2.206	-	-	-	-	3,57%
SEMCOE - SEMAPA 2006/2016	8	8.833	8	-	-	-	-	
STABAN10/15 - STABAN Float 10/15	1	1.426	1	-	-	-	-	
UMLF 2007-1A - UMLF 2007-1 A	1	10.626	1	-	-	-	-	
US96428FAW86 - White Pine Corp. Ltd. 12/13	-	17.532	-	-	-	-	-	
US96428FAX69 - White Pine Corp. Ltd. 12/14	-	4.775	-	-	-	-	-	
VISABEIRA 2007/2014	2.339	50	2.363	(162)	-	-	-	25
VW FLOAT 14/03/16	174	218	175	8	-	-	-	
White Pine Corp. Ltd. 12/13	-	946.739	-	-	-	(462)	-	
White Pine Corp. Ltd. 12/14	-	359.554	-	-	-	(176)	-	
ZELA 02/12 - Zela Fin.Corp.02-2012	-	5.740	-	-	-	-	-	
Zela Fin.Corp.02-2012	-	18.033	-	-	-	(8)	-	
Zela Finance Corp. Ser.5 08/16	-	658.220	-	-	-	(296)	-	

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
De outros emissores								
SLN Rendimento Mais 2004	-	1	50	-	-	-	-	
Instrumentos de Capital								
A2CT2 SYSTEMATIC FUNDS, SPC	1.487	18.382	1.487	(49)	-	-	-	
Acacia Real Estate	1.494	2.151.625	1.451	-	-	(42)	-	1,65%
ADRAVE	-	5.000	25	-	-	-	-	6,36%
AEIF 1 L.P.	846	1.641.270	846	-	-	-	-	
AIG US - American International Group	-	9	-	-	-	-	-	
AMB, SGPS, S.A.	-	33.300	94	-	-	(73)	-	11,00%
ARC Capital Holdings Ltd	218	319.286	218	33	-	-	-	
ARCELORMITTAL - MTP FP	1	44	1	(1)	-	-	-	
Banco África Ocidental	1.629	83.074	1.624	-	-	(5)	-	16,61%
BANK OF AMERICA CORP.	-	5	-	-	-	-	-	
Brandeaux - Student Accomodation Fund -A	58	21.887	58	-	-	-	-	
CARLIFE - Centro Manutenção Veículos Automóveis, S.A.	-	360.000	-	-	-	(1.800)	-	40,00%
CCAM Porto Mos	-	-	-	-	-	-	-	
CELF SGPS S.A	848	847.900	848	-	-	-	-	20,00%
COIMBRAVITA	-	15.000	75	-	-	-	-	11,07%
Compras em Grupo Moçambique	3	2.120	3	-	-	-	-	19,23%
DELPHI FIXED 8.25% 15-10-2033	-	250	-	-	-	-	-	
Disperfum SL	206	15.403	206	-	-	(1.529)	-	14,16%
DR DURHAM OVERSEAS FUND	30	476	30	-	-	-	-	
Efisacar	227	60.000	227	(505)	-	-	-	19,78%
ENTIGERE - Entidade Gestora da Rede Multiserviços, S.A.	-	23.200	116	-	-	-	-	10,00%
Equigerax	-	-	3	-	-	-	-	0,93%
Fairfield Sigma Ltd	-	1.105	-	-	-	-	-	
Famigeste 2 SGPS,SA	353	250.000	353	-	-	-	-	10,00%
FCP Outperformance	872	20	872	-	-	(1.128)	-	
Fenton Ventures & Resources INC	2	2.700	2	-	-	-	-	30,00%
Fund Box SGFII, SA	341	49.276	341	-	-	-	-	9,90%
GBR12100007 - Fine Art Fund II	131	236.011	131	56	-	(75)	-	
GBR12100008 - Fine Art Fund	563	849.829	563	170	-	(393)	-	
GED EASTERN FUND II	971	11.780	971	2	-	-	-	
GED SUR CAPITAL, S.A. SGEGR FUNDO	336	4.037	336	-	-	-	-	
German Real Estate Fund	1.215	1.907	1.215	-	-	-	-	
GGY121000008 - BABCOCK & BROWN EURO INF FUND LP (BBEIF)	-	14.033	-	(8)	-	-	-	
GLG Partners Plc - European Long/Short Fund -A- (Special Assets)	7	100	7	-	-	-	-	
GLG Partners SICAV - Multi-Strategy Fund	28	247	28	-	-	-	-	
GOTABIE KY - Gottex ABI Fund	50	1.978	50	(106)	-	-	-	
Gottex Abi Fund Limited Class Eur	175	6.638	175	-	-	-	-	

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
Instrumentos de Capital								
Greencyber	46	46.120	110	-	-	-	-	12,14%
IMOSOCIAL - Fund.Inv. Imobiliário	11.259	1.749.276	11.259	536	-	-	-	9,16%
INEGI	-	10.000	50	-	-	-	-	3,00%
Infrastructure Growth Capital Fund	4.212	51	3.224	671	-	(987)	-	0,30%
InovCapital-Sociedade de Capital de risco, S.A	5	1.000	5	-	-	-	-	0,02%
Investment & Credit Holdings, LLC	219	9.500	110	-	-	(110)	-	9,50%
INVESTMENT CIRCLE	-	80.000	3	-	-	-	-	
La Fayette Regular Growth Ltd -B- (Side Pocket)	33	3.553	33	(1)	-	-	-	
LCSGREE KY - Lon&Cap-German Real Estate Fund	370	581	370	49	-	(321)	-	
Leverage India Fund, LLC	710	81	710	148	-	-	-	3,26%
Logix Technopark	1.388	400	1.388	-	-	-	-	7,92%
Lusiaves, SGPS, S.A.	9.768	2.500.000	9.768	-	-	-	-	5,00%
Luso Carbon Fund	2.656	46	2.656	207	-	-	-	3,46%
Mercapital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	51	500	51	-	-	-	-	0,50%
Mindteck India Ltd	321	801.467	321	123	-	(843)	-	3,24%
Moçambique Companhia de Seguros	24	1.080.000	21	-	-	(2)	-	4,50%
Nearent Ibérica	-	1.000	-	-	-	(6)	-	20,00%
New Energy Fund	2.988	60	2.988	(12)	-	-	-	
NEXTPART, SGPS, S A	-	96.661	188	-	-	-	-	1,57%
Pacific Alliance China Land Limited	371	623.631	371	6	-	-	-	
Pay Up Iberia, S.A.	-	-	-	-	-	(1.500)	-	100,00%
Pay Up Servia (a.d. Beograd)	-	-	-	-	-	(500)	-	100,00%
Payshope Moçambique S.A.R.L	-	35.000	-	-	-	(77)	-	20,00%
Permal Single-Fixed Income Special Opps Fund -A	24	7	24	-	-	-	-	
PGB 3.20 15/04/2011	-	100.000	99	1	-	-	-	
PME Capital de Risco, S.A.	-	1.000	4	-	-	-	-	0,02%
PME Investimentos	-	1.000	4	-	-	-	-	0,02%
PME Investimentos - Sociedade de Investimento SA	5	1.000	5	-	-	-	-	0,02%
POLLEX INC - PLLX US	-	1	-	-	-	-	-	
Portalimenter - Gestão de Conteúdos Electrónicos, S.A.	142	142.158	142	-	-	-	-	19,00%
QUATERNAIRE PORTUGAL - Rec. H., S.A.	-	8.200	38	-	-	-	-	16,40%
RAB Capital Plc - Special Situations -G	16	325	16	-	-	-	-	
Rab Energy Fund Ltd (Side Pocket - Nov Redemption)	2	25	2	-	-	-	-	
Rab Energy Fund Ltd (Side Pocket - Oct Redemption)	-	4	-	-	-	-	-	
Rab Octane Fund Ltd (Side Pocket - Nov Redemption)	6	108	6	-	-	-	-	
Real Seguros, S.A.	-	-	5	-	-	-	-	
Schoolgest	19	1.000	19	9	-	-	-	16,00%
Sensorent	-	1.900	-	-	-	(58)	-	19,00%
SIBS	-	20.000	2.287	-	-	(55)	-	0,41%
SLN AM - Soc. Lusa Negocios SGPS	-	1.430.562	257	-	-	(3.320)	-	0,30%
SLN SGPS, S.A.	989	5.527.182	989	-	-	(8.926)	-	1,17%

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
Instrumentos de Capital								
SWIFT	-	7	17	-	-	-	-	0,62%
Tecneira Moçambique	16	6.000	65	-	-	(97)	-	60,00%
The Fine Art Fund II, L.P.	1.072	1.937.127	1.072	-	-	-	-	
The Fine Art Fund, L.P.	1.170	1.767.003	1.170	-	-	-	-	
UCG IM - Unicredito Italiano SPA	-	2	-	-	-	-	-	
UNICRE	-	5.882	554	-	-	-	-	0,29%
Velmax	11	1	10	-	-	(1)	-	8,00%
Vinaland LTD.	70	125.802	70	-	-	-	-	
VISA EUROPE	-	1	-	-	-	-	-	
VISA INC. - CLASS C	-	7.296	175	-	-	-	-	
Outros								
Obrigações - BPI Rendimento Variável	-	32.500	33	-	-	-	-	
Fundo BPI Imofomento	-	19.111	107	-	-	-	-	
Obrigações - BPI Top Marcas	-	2.000	2	-	-	-	-	
Obrigações - BPI Energias Alternativas	-	10.000	10	-	-	-	-	
Obrigações - BPI Energia 09-13	-	2.000	2	-	-	-	-	
Obrigações - BPI Rendimento Mais	-	30.000	30	-	-	-	-	
Fundo BPI Brasil	-	750	6	-	-	-	-	
Fundo BPI Reestruturações	-	982	8	-	-	-	-	
SEVDA FP - Suez, SA-DIREITOS	-	3	-	-	-	-	-	
TOTAL			313.624	3.685		(53.182)		

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Anexo I

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço	Valias (+/-)	Montante Vencido	Correcções de Valor		% de participação
						Imparidade	Juros Corridos	Capital
<u>INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE</u>								
Instrumentos de dívida								
CXGD 5 1/8 02/19/14	16.775	16.800.000	17.518	-	-	-	-	
TOTAL			17.518	-		-		
<u>INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS</u>								
Instrumentos de Capital								
ALC Leasing, S.A.R.L.	69	3.511	-	-	-	-	-	36,00%
BPN Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	36.017	79.681	36.016	-	-	-	-	50,00%
BPN Taxa Fixa Euro - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	2.347	400.610	2.347	-	-	-	-	48,82%
BPN Tesouraria - Fundo de Investimento Aberto de Tesouraria	2.907	528.954	2.907	-	-	-	-	28,10%
BPN Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Acções	1.113	196.515	1.113	-	-	-	-	47,37%
Controlauto - Controlo Técnico Automóvel, S.A.	17.420	404.480	5.225	-	-	-	-	40,45%
Ergorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A.	-	1.000	1	-	-	-	-	20,00%
FCR Banco Efisa - Fundo de Capital de Risco Banco Efisa - Dinamização e Competitividade Empresarial	3.989	354	3.989	-	-	-	-	30,00%
Locagest - Aluguer e Participações, Lda	12	1	3	-	-	-	-	20,00%
Lugab - Gestão e Participações, S.A.	-	5.000	76	-	-	-	-	25,00%
Nearent - Aluguer e Comércio de Equipamentos, S.A.	-	1.000	-	-	-	-	-	20,00%
PR&A - Investimentos SGPS, S.A	200	200.000	352	-	-	-	-	26,10%
Precore II - Betão Pronto, S.A.	200	75.000	-	-	-	-	-	50,00%
Sobrissul - Sociedade de Britas Seleccionadas do Sul, S.A.	-		7.380	-	-	-	-	50,00%
TOTAL			59.409	-		-		

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais anexas do Banco Português de Negócios, S.A. (Banco), as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2009 que evidencia um activo total de 6.842.840 mEuros e capitais próprios negativos de 2.067.450 mEuros, incluindo um resultado líquido negativo de 220.103 mEuros, as correspondentes demonstrações do rendimento integral, dos resultados, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o respectivo Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto aos assuntos descritos no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. Até à data de conclusão do nosso trabalho, ainda não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos por parte de alguns clientes do Banco relativos a depósitos mantidos e a títulos depositados no Banco, pelo que não nos é possível concluir, com a segurança necessária, quanto à fiabilidade dos montantes registados nestas rubricas.

Opinião

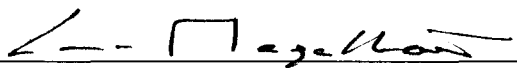
5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no parágrafo 8 abaixo, a posição financeira individual do Banco Português de Negócios, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, bem como os correspondentes rendimento integral, resultado das suas operações, alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

Ênfases

6. Conforme descrito na Nota 3 do Anexo, ao abrigo do “IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros”, o Banco reexpressou as suas demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício de 2008 com vista a registar imparidade sobre as participações detidas na Real Vida Seguros, S.A. e na BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda., bem como para os suprimentos concedidos a esta entidade, como resultado dos testes de imparidade efectuados. Contudo, este impacto não existe ao nível das demonstrações financeiras consolidadas, que são aquelas que melhor transmitem o resultado do conjunto de empresas do Grupo BPN.
7. Conforme descrito na Nota 39 do Anexo, as demonstrações financeiras individuais do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentam uma situação líquida negativa de 2.067.450 mEuros, situação que põe em causa a continuidade das operações do Banco. O Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro, aprovou a reprivatização do Banco e consequentemente a alienação da totalidade das acções representativas do seu capital social. O Conselho de Administração do Banco encontra-se a preparar esta operação, não sendo conhecidos à data os detalhes em que a mesma se irá realizar, eventuais aportações de capital ou os impactos contabilísticos ao nível da sua situação patrimonial. Consequentemente, a continuidade das operações do Banco encontra-se condicionada ao modelo de reprivatização que vier a ser adoptado e ao sucesso da sua concretização.

8. As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação em Assembleia Geral e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas são aquelas que reflectem de forma mais adequada a situação financeira do Banco, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2009 consistem num aumento do activo, do passivo, dos capitais próprios (excluindo o resultado do exercício) e do resultado do exercício nos montantes de 667.724 mEuros, 613.692 mEuros, 50.513 mEuros e 3.519 mEuros, respectivamente.

Lisboa, 7 de Maio de 2010



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Banco Português de Negócios, S.A.**, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um activo total de 6.842.840 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 2.067.450 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 220.103 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. Em virtude de, até à conclusão do nosso trabalho, não termos obtido resposta a uma parte significativa dos pedidos de confirmação externa de clientes relativos a depósitos e a títulos depositados no Banco, não podemos formar opinião sobre os valores inscritos naquelas rubricas.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Português de Negócios, S.A., em 31 de Dezembro de 2009, bem como o rendimento integral, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

ÊNFASES

9. No âmbito do IAS 8 – “Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros”, as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2008 foram reexpressas a fim de registar imparidades nas participações detidas na Real Vida Seguros, S.A. e BPN – Participações Financeiras, S.G.P.S., Lda. e nos suprimentos efectuados a esta última entidade, conforme consta da Nota 3 do Anexo.
O impacto resultante destas operações não influenciou as demonstrações financeiras consolidadas do grupo BPN, as quais reflectem de forma mais adequada a sua situação patrimonial e financeira.



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

10. Com referência a 31 de Dezembro de 2009, O BPN apresenta um capital próprio negativo de 2.067.450 milhares de euros, posição que põe em causa o princípio contabilístico da continuidade das operações. A continuidade das operações e consequentemente o futuro da entidade, está dependente de decisão do accionista – Estado Português, a qual estará ligada à implementação do Decreto-lei nº2/2010 de 5 de Janeiro, que prevê a reprivatização do Banco.

LISBOA, 7 DE MAIO DE 2010

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Português de Negócios, S.A. ("Banco"), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009, que evidencia um total de 7.510.564 mEuros e capitais próprios negativos de 2.013.418 mEuros, incluindo um resultado líquido negativo de 216.584 mEuros, as correspondentes demonstrações do rendimento integral, dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o respectivo Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o rendimento integral e o resultado consolidados das suas operações, os seus fluxos de caixa consolidados e as alterações no seu capital próprio consolidado, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quantos aos assuntos descritos no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. Até à data de conclusão do nosso trabalho, ainda não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos por parte de alguns clientes do Banco relativos a depósitos mantidos e a títulos depositados no Banco, pelo que não nos é possível concluir, com a segurança necessária, quanto à fiabilidade dos montantes registados nestas rubricas.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Português de Negócios, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, bem como o rendimento integral consolidado e o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos de caixa consolidados e as alterações ao capital próprio consolidado para o exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Ênfase

6. Conforme descrito na Nota 42 do Anexo, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentam uma situação líquida negativa de 2.013.418 mEuros, situação que põe em causa a continuidade das operações do Banco. O Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro, aprovou a reprivatização do Banco e consequentemente a alienação da totalidade das acções representativas do seu capital social. O Conselho de Administração do Banco encontra-se a preparar esta operação, não sendo conhecidos à data os detalhes em que a mesma se irá realizar, eventuais aportações de capital ou os impactos contabilísticos ao nível da sua situação patrimonial. Consequentemente, a continuidade das operações do Banco encontra-se condicionada ao modelo de reprivatização que vier a ser adoptado e ao sucesso da sua concretização.

Lisboa, 7 de Maio de 2010



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco Português de Negócios, S.A.**, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 7.510.564 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 2.013.418 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 216.584 milhares de euros), as demonstrações dos resultados consolidados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 6, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que não o tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

6. Em virtude de, até à conclusão do nosso trabalho, não termos obtido resposta a uma parte significativa dos pedidos de confirmação externa de clientes relativos a depósitos e a títulos depositados no Banco, não podemos formar opinião sobre os valores inscritos naquelas rubricas.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 6 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco Português de Negócios, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2009, bem como o rendimento integral consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

ÊNFASES

8. Com referência a 31 de Dezembro de 2009, o BPN apresenta um capital próprio consolidado negativo de 2.006.918 milhares de euros, posição que põe em causa o princípio contabilístico da continuidade das operações. A continuidade das operações e consequentemente o futuro da entidade, está dependente de decisão do accionista – Estado Português, a qual estará ligada à implementação do Decreto-lei nº2/2010 de 5 de Janeiro, que prevê a reprivatização do Banco.



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

9. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo, incluindo entidades de propósito especial (SPV). Para efeitos de formação da opinião expressa no presente documento, a nossa sociedade obteve informação financeira das empresas que integram o perímetro de consolidação, bem como dos respectivos revisores/auditores.

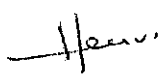
LISBOA, 7 DE MAIO DE 2010

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhor Accionista,

1. De acordo com o disposto nos artigos 420º e 508º-D do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal emitir um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do **Banco Português de Negócios, S.A.** (adiante designado por BPN ou Banco), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.
2. A fiscalização do BPN compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro daquele órgão, conforme se encontra previsto na alínea b) do nº 1 do artigo 413º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 21º do Decreto-Lei nº 5/2009 de 6 de Janeiro, que aprovou os Estatutos do Banco.
3. O Conselho Fiscal foi nomeado em 28 de Maio de 2009, através de deliberação do representante do accionista Estado, conforme acta nº 32 (acta nº 2 pós-nacionalização) do livro de actas da Assembleia Geral. A entrada efectiva em funções do Conselho Fiscal ocorreu tão somente em 10 de Novembro de 2009, com averbamento da respectiva data no Banco de Portugal, conforme imperativo legal.
4. No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal acompanhou e fiscalizou, após tal entrada efectiva em funções, os actos de gestão do Conselho de Administração, e promoveu reuniões periódicas com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra a fiscalização do BPN e com os Auditores Externos do Banco.
5. O Conselho Fiscal desenvolveu esforços no sentido de vigiar ainda pela observância da Lei e dos Estatutos do BPN. No desenvolvimento dos trabalhos, foi obtida colaboração do Conselho de Administração e dos serviços do Banco, em termos de disponibilização das informações consideradas necessárias para a apreciação da actividade desenvolvida pelo BPN e perspectivas futuras quanto ao respectivo processo e modelo de reprivatização do Banco.


6. O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos documentos emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em 30 de Junho de 2009, sobre o Sistema de Controlo Interno do BPN, nos termos do Aviso nº 5/2008, de 25 de Junho, do Banco de Portugal, que evidenciavam fragilidades significativas no ambiente de controlo do Banco, as quais, contudo, têm vindo a ser mitigadas pelo Conselho de Administração, situação que irá continuar a ser acompanhada ao longo do exercício de 2010.
7. O Conselho Fiscal alerta que o Banco apresenta um capital próprio individual e consolidado negativo, encontrando-se na situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais e impossibilitado de cumprir as normas prudenciais que integram o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. A continuidade das operações e o futuro da Instituição encontram-se dependentes de decisão do accionista Estado, nos termos do exposto no ponto seguinte.
8. Em Janeiro de 2010, foi publicado o Decreto-lei nº2/2010 de 5 de Janeiro, que aprovou a operação de reprivatização do BPN, pela alienação de todas as acções detidas pelo Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, matéria que continuará a ser acompanhada pelo Conselho Fiscal face à importância para a continuidade das operações e futuro do Banco.
9. No período subsequente ao encerramento do exercício e no âmbito das funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as Contas (Individuais e Consolidadas) apresentadas pelo Conselho de Administração.
10. O Conselho Fiscal tomou conhecimento do "Relatório Relativo ao Governo da Sociedade" que integra o Relatório e Contas do BPN, tendo verificado que apesar do mesmo cumprir, em termos genéricos, os princípios dirigidos às empresas detidas pelo Estado e relativos à divulgação de informação, constantes no anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, estão identificadas algumas lacunas quanto ao integral cumprimento das orientações e princípios de bom governo constantes na referida Resolução.
11. O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo da "Certificação Legal das Contas" emitida pelo Revisor Oficial de Contas sobre as contas individuais e consolidadas e o "Relatório Anual de Fiscalização".

12. **PARECER:**

Tudo devidamente ponderado, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2009, actividade individual e consolidada, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) pondere sobre a proposta de aplicação de resultados que faz parte integrante do Relatório de Gestão;
- c) proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 12 de Maio de 2010

O CONSELHO FISCAL



Pedro Rebelo de Sousa
(Presidente)



Carlos Durães da Conceição
(Vogal)



Maria Helena Maio Ferreira de Vasconcelos
(Vogal)

(Folha propositadamente deixada em branco)



3

Relatório sobre o Governo da Sociedade

BPN
Banco Português de Negócios, S.A.

3.1 - Missão, Objectivos e Políticas da empresa

Na sequência da nacionalização, através da Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro, de todas as acções representativas do capital social do BPN – Banco Português de Negócios S.A. (BPN), e designados os membros do seu Conselho de Administração pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., entidade a quem foi atribuída a gestão do Banco, a missão da empresa é a referida na lei da nacionalização, ou seja, a gestão do Banco, acautelando, designadamente, os interesses dos depositantes, os interesses patrimoniais do Estado e dos contribuintes e a defesa dos direitos dos trabalhadores, preparando a sua alienação ao sector privado.

Os objectivos e as políticas da empresa, por seu turno, são os que, no quadro de uma gestão sã e prudente, se afiguram susceptíveis de atingir e concretizar os interesses que presidiram à nacionalização, dos quais se destacam a adopção dos princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado, a rigorosa contenção de custos e a total cooperação com as autoridades judiciárias competentes para investigar as questões criminais suscitadas pela gestão anterior da instituição.

3.2 - Regulamentos Internos e Externos a que a Empresa está sujeita

Em consequência da nacionalização, o BPN passou a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, passando a reger-se, do ponto de vista institucional, pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado, pelo Decreto-lei n.º 5/2009, de 06 de Janeiro e por novos estatutos. O BPN ficou ainda sujeito ao cumprimento dos princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado, conforme disposto na Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 1 de Fevereiro.

Do ponto de vista da actividade, o BPN rege-se no essencial pelas normas gerais e especiais aplicáveis à instituições de crédito, com destaque para o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), o Código dos Valores Mobiliários, as normas regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e toda a legislação aplicável às sociedades anónimas, designadamente o Código das Sociedades Comerciais.

Dispõe ainda o BPN de um conjunto de normas internas publicadas na sua rede informática interna, com destaque para um sistema de Instruções de Serviço e para o Manual Geral de *Compliance*, normas que dispõem sobre o funcionamento e o exercício da actividade.

3.3 – Informação sobre Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas do BPN todas as empresas controladas pelo Grupo BPN, os órgãos de gestão do Banco, o Estado Português (accionista), outras entidades controladas pelo mesmo accionista e o Fundo de Pensões do BPN.

Em 31 de Dezembro de 2009, as demonstrações financeiras do BPN incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

	milhares de €			
	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Membros do Conselho de Administração
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	-	-	915.206	-
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	-	-	1.346	-
Crédito a clientes	-	24.172	324.029	71
Outros activos	-	3.209	111.906	-
Passivos:				
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	50.037	138.281	-
Outros passivos	-	4.194.179	413.378	-
Garantias prestadas	-	-	-	-
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	-	-	39.197	-
Ganhos em operações financeiras	-	-	2.911	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	1.741	-
Outros proveitos de exploração	-	-	1.435	-
Custos:				
Juros e encargos similares	-	-	16.655	-
Perdas em operações financeiras	-	-	6.068	-
Comissões	2.011	-	-	-
Outros custos de exploração	-	364	25.838	188
	2.011	4.271.961	1.997.991	259

3.4 – Informação sobre Outras Transacções

O BPN adopta procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, tratando com equidade os fornecedores de bens e serviços e adoptando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Na aquisição de bens e serviços, em 2009, o BPN consultou diversos fornecedores de forma a obter a melhor relação preço qualidade. As propostas apresentadas pelos fornecedores são analisadas quer do ponto de vista financeiro como do ponto de vista da qualidade dos bens e serviços propostos, permitindo assim reunir informação que leve à melhor decisão sobre a escolha a tomar.

As despesas são autorizadas de acordo com competências delegadas, previstas em normativo próprio.

Não existem transacções em 2009 que não tenham ocorrido em condições de mercado.

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em 2009 são:

(valores em euros)

4.881.047	20%	GFI - Solutions (ex-Bull)
3.270.365	14%	PT - Prime
2.212.084	9%	Datacomp
2.175.765	9%	Companhia IBM Portuguesa,SA
1.266.151	5%	Serviplex

3.5 - Indicação do Modelo de Governo e Identificação dos Membros dos Órgãos Sociais

O modelo de governo do BPN é composto pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não é membro do Conselho Fiscal.

Os membros dos órgãos sociais são designados por períodos de três anos.

3.5.1 A Assembleia Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e os Estatutos lhe atribuem competência, competindo-lhe, em especial, deliberar sobre as matérias previstas no artigo 13º, número 2 dos Estatutos.

A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

Actualmente, a composição da mesa da Assembleia Geral é a seguinte:

Presidente: Miguel Galvão Teles

Secretário: Joaquim Paulo Taveira de Sousa.

3.5.2. O Conselho de Administração tem as atribuições que lhe são genericamente conferidas por lei e as demais atribuições que lhe estão cometidas pelos Estatutos, competindo-lhe, em especial, o exercício dos poderes referidos no artigo 15º dos Estatutos.

O Conselho de Administração é composto por um mínimo de 3 e um máximo de 11 elementos, sendo um deles designado Presidente e outro Vice-Presidente.

Actualmente, o Conselho de Administração tem a seguinte composição:

Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira

Vice-Presidente: Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Vogais:

Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

Rui Manuel Correia Pedras

José Lourenço Soares

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Jorge António Beja Pessoa.

3.5.3. O Conselho Fiscal tem as atribuições constantes da lei, competindo-lhe, em especial, o exercício dos poderes referidos no artigo 22º dos Estatutos.

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, dois Vogais efectivos e dois suplentes.

Actualmente, a composição do Conselho Fiscal é a seguinte:

Presidente: Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa

Vogais efectivos:

Carlos Manuel Durães da Conceição

Maria Helena Maio Ferreira de Vasconcelos

Vogais suplentes:

Luís Miguel Silva Ribeiro

Ana Beatriz Azevedo Dias Antunes Freitas.

3.5.4. A sociedade de Revisores Oficiais de Contas tem as atribuições decorrentes da lei, competindo-lhe, em especial, os poderes referidos no artigo 22º dos Estatutos.

Actualmente, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas é a sociedade “Oliveira Rego & Associados, SROC”, representada por Manuel de Oliveira Rego, e o Revisor Oficial de Contas suplente é Pedro Miguel Marques Antunes Bastos.

3.5.5. O Auditor Externo é a sociedade “Deloitte & Associados, SROC, S.A.”.

3.5.6. Actualmente, existem os seguintes órgãos especializados em que participam membros do Conselho de Administração: i) Conselho Delegado de Crédito e ii) Conselho Delegado de Crédito Alargado, com competências na área do crédito, definidas em regulamento interno e em deliberação do Conselho de Administração;

3.6 – Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

Esta informação consta de documento anexo ao Relatório.

3.7 - Análise da Sustentabilidade da Empresa nos domínios Económicos, Social e Ambiental

Encarar a sustentabilidade de uma forma estratégica implica construir sistemas, processos e uma estrutura coerente com os objectivos globais do BPN. Implica inserir gradualmente a sustentabilidade na gestão diária e envolver os colaboradores em todo este processo, com um forte envolvimento por parte da Administração. Foi este o caminho que o Grupo BPN iniciou em 2007 e que pretende aperfeiçoar e desenvolver.

Em 2007 o Grupo BPN desenvolveu um conjunto de acções que culminaram na elaboração de uma estratégia de sustentabilidade para 2008-2009. O objectivo subjacente foi o de incorporar a sustentabilidade no modelo de governo do BPN e do Grupo, tendo por base três linhas estratégicas:

- a gestão do impacto ambiental indirecto através da integração das questões ambientais e sociais no core business
- a gestão do impacto ambiental directo através da incorporação das questões ambientais e sociais na gestão operacional
- incorporação dos aspectos sociais e ambientais no relacionamento com a comunidade envolvente, praticando a filantropia estratégica

Contudo, a inserção da sustentabilidade ao nível estratégico implica o desenvolvimento de uma estrutura que promova e que seja responsável pela implementação da estratégia, promovendo acções que permitam garantir que os aspectos ambientais, sociais, bem como os valores e princípios de orientação do BPN e do Grupo sejam acautelados nas acções quotidianas. Neste sentido, em 2007 foram constituídos grupos de trabalho transversais com a finalidade de propor e implementar medidas, de forma a cumprir os objectivos estratégicos.

Pretendeu-se com tal modelo de actuação que toda a organização fosse envolvida no processo de desenvolvimento e implementação da sustentabilidade.

Todavia, as conhecidas circunstâncias da evolução da actividade e negócios do BPN, bem como as modificações verificadas a nível institucional e a necessidade de racionalização de recursos face à sua manifesta escassez, não permitiram desenvolver as iniciativas previstas nem estabelecer os compromissos necessários para a concretização do plano nos moldes traçados.

O Plano de Acção carece assim de uma revisão de forma a adequar-se aos novos desafios e orientações estratégicas do negócio que vierem a ser definidas para o BPN.

Realça-se no entanto que os grupos de trabalho, acima referidos, criaram alguns mapas (periodicamente actualizados) para sistematizar a recolha e tratamento da informação sobre as diversas formas de intervenção na sociedade, consumos de energia, água, consumível informático, outros consumíveis, CO2 na frota automóvel, recursos humanos, criando condições mínimas para, no futuro, se possibilitar o estabelecimento de métricas e respectiva avaliação.

Responsabilidade social:

No que respeita à não discriminação, bem como à promoção da igualdade de oportunidades destaca-se a sua salvaguarda por parte do BPN, o que se ilustra com os dados a seguir apresentados.

ALGUNS INDICADORES DE CAPITAL HUMANO (*)		
RUBRICA	2008	2009
Total de efectivos	2365	2187
Taxa de crescimento efectivo	0,00%	-7,53%
Efectivo médio	2394	2273
Regime de contrato		
Com contrato a termo certo	239	119
Com contrato sem termo (effectivo)	2096	2046
Outros	30	22
Nível de Habilitações literárias		
Ensino Superior	1126	1055
Ensino Secundário	995	877
Outros	244	255
Estrutura Etária dos colaboradores		
> 55 anos	59	70
de 50 a 54 anos	91	109
de 45 a 49 anos	194	222
de 40 a 44 anos	370	387
de 35 a 39 anos	538	570
de 30 a 34 anos	657	573
de 25 a 29 anos	393	238
de 18 a 24 anos	63	18
Distribuição por sexos		
Masculino	1409	1300
Feminino	956	887
Taxa de Absentismo	3,33%	4,44%
Participantes nas acções de formação	2997	2283
Hs dispendidas em acções de formação	51286	24186
Taxa de Hs de Formação	1,40%	0,61%
Nº de acções de formação	366	166
Custos com acções de formação	622.573,16 €	345.959,21 €
Distribuição por Actividade		
Área Comercial	1343	1198
Serviços centrais	1022	989
Distribuição por Função		
Quadros superiores	189	199
Outros	2176	1988

(*) Colaboradores das empresas financeiras e seguradora.

Destaca-se ainda o seguinte:

Cerca de 94% dos colaboradores pertencem aos quadros efectivos da empresa pelo que existe uma grande estabilidade nas relações de trabalho.

Mais de 48% dos colaboradores tem formação académica de nível superior e 64% da população activa interna tem menos de 40 anos, aspectos que reflectem o bom potencial humano existente por comparação com o mercado e mesmo em relação ao sector financeiro.

Por outro lado, existe uma relação equilibrada na distribuição por género, repartido por 59% do género masculino e 41% do género feminino.

Relativamente baixa taxa de absentismo, apesar de um ligeiro agravamento em 2009.

Quanto a formação profissional, por via de uma imperiosa e natural necessidade de racionalização de recursos anteriormente referida, houve um abrandamento significativo na actividade formativa (- 44,43% nos encargos com formação).

A formação foi orientada para aspectos críticos do negócio e particularmente dirigida à rede comercial do BPN, através do programa designado de “Vendas de Alto Desempenho”. Este programa chamou no entanto a atenção para aspectos relacionados com a responsabilidade pelo produto ou serviço perante os nossos clientes.

Para além da formação externa, em 2009 foram inseridos em estágio dezoito alunos do Instituto de Formação Bancária, participantes nos cursos do Programa de Formação em Alternância, daquele instituto. Estes programas têm, entre outras, a finalidade de proporcionar a cada jovem a “experiência formativa” de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos em práticas desenvolvidas em contexto de trabalho.

Como já foi referido, o mencionado contexto da actividade do BPN no ano de 2009, não permitiu avanços na implementação de um conjunto de políticas estruturais, essenciais para o desenvolvimento da Sustentabilidade Empresarial, abrangendo e integrando várias vertentes como a Política Ambiental, Política de Filantropia Estratégica, integração de Produtos e Serviços Sustentáveis entre outros. Neste sentido o plano de actividades foi naturalmente afectado.

Na ausência destas políticas, também no âmbito de iniciativas específicas de carácter ambiental, económico e de responsabilidade social, a conjuntura interna em 2009, não permitiu a implementação de medidas com significado e impacto.

Este aspecto é patente nos escassos elementos/informação disponibilizada pelas principais áreas envolvidas, onde muito pouco foi concretizado no âmbito de Sustentabilidade.

De seguida, apresentam-se alguns indicadores e informação recolhida junto de algumas áreas, que se enquadram na Sustentabilidade.

- Satisfação dos Clientes:

A satisfação dos Clientes constitui uma prioridade do BPN.

No âmbito do relacionamento com os Clientes, o BPN dispõe de um Gabinete de Provedoria do Cliente que tem como missão contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo BPN. Este Gabinete é o canal de comunicação privilegiado para as reclamações, preocupações e pedidos de informação dos clientes, competindo-lhe dar *feedback* dos procedimentos, produtos e serviços.

Em 2009 foram constituídos 1369 processos, dos quais 1350 relativos a reclamações e 19 respeitantes a pedidos de informação, o que representou um acréscimo de cerca de 88,6% em comparação com o ano anterior.

- Sustentabilidade vs Risco Operacional:

O Gabinete de Risco Operacional coordenou o desenvolvimento e implementação de um Plano de Contingência para a Gripe A, no sentido de contribuir para a contenção da propagação da pandemia e prosseguiu o trabalho de desenvolvimento de planos de continuidade de negócios com o objectivo de assegurar uma maior resistência a eventuais desastres, aumentando o grau de protecção dos seus colaboradores e reduzindo o respectivo impacto ao nível das infra-estruturas e das operações.

Com o objectivo de aumentar a eficiência organizacional e o nível de controlo interno, o Gabinete de Risco Operacional desenvolveu, na aplicação de registo de eventos, uma funcionalidade que permitiu desmaterializar o tratamento de um vasto número de assuntos internos, implicando uma significativa

redução no consumo de papel por parte da organização e nos impactos decorrentes da circulação de documentos entre serviços com diferentes localizações.

- Impacto Ambiental directo na actividade:

Não tendo sido possível viabilizar e implementar uma Política de Ambiente, não houve nenhum salto qualitativo em matéria de performance ambiental do BPN.

Consumo de Materiais	2007	2008	2009	% Var.
Papel total (em toneladas)	257	314	201	-35,94%
Toners/tinteiros(*) (em unidades)	4.530	3.933	4.348	10,55%
Plásticos (em kg)	4.836	4.742	3.565	-24,82%

Em termos de evolução do consumo de materiais, verificou-se uma redução significativa no consumo do papel e plásticos. Foi também mantido o processo de recolha de papel através da instalação de contentores de recolha em todos os locais da empresa.

Paralelamente, o BPN continuou em 2009 com o processo de recolha de resíduos de plásticos, bem como de outros resíduos (consumíveis informáticos), em articulação com uma entidade certificada pelo Ministério do Ambiente.

3.8 – Avaliação sobre o grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo, devidamente fundamentada

Com a nacionalização da totalidade do seu capital o BPN assumiu a natureza de empresa pública, ficando em consequência a estar sujeito aos Princípios de Bom Governo do Sector Empresarial do Estado adoptados pela Resolução do Conselho de Ministros 49/2007, de 28 de Março de 2007..

A alteração dos Estatutos do BPN, ocorrida em 6 de Janeiro de 2009 com a publicação do Decreto-Lei nº 5/2009, veio conformar os estatutos do BPN com a sua natureza de sociedade de capitais exclusivamente públicos. No essencial, foram introduzidas alterações ao nível do modelo de fiscalização, passando o Banco a dispor de um conselho fiscal e de revisor oficial de contas, em lugar de um fiscal único, e foi eliminada a figura do conselho superior. No demais, foram adoptadas as soluções jurídicas constantes do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, que veio introduzir exigências acrescidas de rigor, de eficiência e de transparência na actividade empresarial de natureza pública.

Desde a sua nacionalização, o BPN é gerido pelo actual Conselho de Administração, designado pela Caixa Geral de Depósitos e pelo accionista único – O Estado Português, que tem procurado conhecer exaustivamente a real situação do Banco, por forma a garantir a sua viabilidade e futuro.

Foram nomeados novos auditores e órgãos de fiscalização e progressivamente, levada a efeito uma reestruturação dos serviços. Está também em curso um rigoroso programa de redução de custos de funcionamento e tem sido prosseguida uma política de formação do pessoal e sua sensibilização para as novas características do Banco.

Sucedem porém que, como é do domínio público, o accionista Estado já deu indicações de que não existem razões para a manutenção do BPN na esfera pública, tendo já sido aprovada a operação da sua reprivatização.

Nesse sentido, a missão, objectivos e princípios gerais de actuação definidos pelo actual Conselho e Administração do BPN estão condicionados.

O BPN tem vindo a tomar todas as medidas no sentido de assegurar o integral cumprimento das orientações e princípios de bom governo constantes da Resolução de Conselho de Ministros nº49/2007 de 28 de Março de 2007, assinalando-se no quadro seguinte os pontos que, ainda, evidenciam lacunas na respectiva observância:

PBG	RECOMENDAÇÕES
Missão, Objectivos e Princípios Gerais de Actuação	- Obrigação de cumprimento, respeito e divulgação, da missão, objectivos e políticas , fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da colectividade – título II – n� 7 RCM
Estruturas de Administração e Fiscalização	- Emissão de relatório de avaliação de desempenho anual dos gestores executivos e de avaliação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor pela empresa, efectuado pelos membros do órgão de fiscalização – título II – n� 17 RCM - Implementação do sistema de controlo , que proteja os investimentos e activos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa – título II – n� 19 RCM
Divulgação de informação relevante	- Disponibilizar para divulgação no s�tio das empresas do Estado , de forma clara, relevante e actualizada, toda a informação antes enunciada, a informação financeira histórica e actual da empresa e a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais – título II – n� 25 e 26 RCM

3.9 – Apresentação do Código de  tica

O BPN dispõe de um código de conduta que cumpre o disposto no artigo 77 -B do RGICSF, disponível na sua página na internet:

<http://www.bpn.pt/eportal/v10/PT/asp/oBpn/gpc/conduta/index.aspx>

O código estabelece linhas de orientação em matéria de  tica profissional para todos os colaboradores ao serviço do Banco, constituindo igualmente uma referência para o público no que respeita ao padrão de conduta exigível ao BPN no seu relacionamento com terceiros.

3.10 – Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus activos, o qual deve abarcar todos os riscos relevantes pela Empresa

No âmbito do controlo e gestão de riscos associados   sua actividade, o BPN tem vindo a desenvolver políticas e procedimentos específicos que visam uma avaliação, acompanhamento e controlo dos diferentes tipos de risco (de crédito, de mercado, de taxa de juro, de taxa de câmbio, de liquidez, de *compliance*, operacional, dos sistemas de informação, de estratégia e de reputação, bem como outros riscos que se possam revelar materiais).

A função de gestão de riscos no BPN   coordenada pelo *Chief Risk Officer* e assenta nas seguintes cinco áreas principais:

- Risco de Contraparte (Direcção Internacional);
- Risco de Crédito (Direcção de Análise de Risco);
- Risco de Mercado (Unidade de Riscos de Mercado);
- Risco Operacional (Gabinete de Risco Operacional);
- Risco de *Compliance* (Gabinete de *Compliance*)

Cada uma destas áreas dispõe de uma estrutura organizativa própria que atende à natureza, dimensão e complexidade das actividades desenvolvidas pelo BPN e que desempenha as suas competências de forma objectiva e independente relativamente às restantes áreas funcionais.

3.11 – Identificação dos mecanismos adoptados com vista à prevenção de conflitos de interesses

Decorre do ponto 22 da RCM nº 49/2007 que os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas e que no início de cada mandato, e sempre que se justificar, devem declarar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspecção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.

Assim, os membros do Conselho de Administração do BPN:

- Cumprem as disposições legais relativas à comunicação de cargos exercidos em acumulação
- Respeitam as normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos
- Respeitam as normas relativas à comunicação de participações e interesses patrimoniais à Inspecção-Geral de Finanças

Nesta matéria, o BPN cumpre estritamente o disposto nos artigos 85º e 86º do RGICSF. Além disso, obedece às regras relativas à declaração de interesses, bem como ao regime de incompatibilidades e impedimentos definido no "Estatuto do Gestor Público" (Decreto-Lei nº 71/2007).

3.12 - Anexo relativo à Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais:

REMUNERAÇÕES 2009

Conselho Administração

<u>Mandato I</u>	Presidente Dr. Francisco Bandeira	Vice-Presidente Dr. Norberto Rosa	Vogal Dr. Pedro Cardoso	Vogal Dr. Rui Pedras	Vogal Dr. Jorge Pessoa	Vogal Dr. Lourenço Soares	Vogal Dr. Mário Gapar
------------------	-----------------------------------	-----------------------------------	-------------------------	----------------------	------------------------	---------------------------	-----------------------

1. Remuneração (Valores Anuais)

1.1. Remuneração Base/Fixa	0,00€	0,00€	0,00€	237.440,00€	237.440,00€	237.440,00€	237.440,00€
1.2. Acumulação de funções de gestão	63.070,00€ (*)	51.940,00€ (*)	51.940,00€ (*)	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
1.3. Prémios de Gestão	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
1.4. Outras (Complemento de Equadramento)	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€

2. Outras regalias e compensações

2.1. Gastos de utilização de telefones (apenas móveis)	0,00€	0,00€	0,00€	1.976,88€	1.483,20€	277,09€	679,88€
2.2. Valor de aquisição/renda da viatura de serviço/Mês	0,00€ (**)	0,00€	0,00€	1.918,64€	1.871,05€	1.871,05€	1.871,05€
2.3. Valor de Combustível gasto c/viatura serviço/Ano	804,11€	0,00€	0,00€	2.822,41€	4.982,46€	299,54€	1.920,41€
2.4. Subsídio de deslocação	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
2.5. Subsídio de refeição	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
2.6. Outros (identificar detalhadamente)	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€

3. Encargos com benefícios sociais

3.1. Segurança social obrigatório (***)	0,00€	0,00€	0,00€	14.966,14€	77.858,87€	0,00€	0,00€
3.2. Seguro de saúde	0,00€	0,00€	0,00€	1.190,52€	0,00€	0,00€	0,00€
3.3. Seguro de vida	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
3.4. Outros (identificar detalhadamente)	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€

4. Informações Adicionais

4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)	N	N	N	N	N	N	N
4.2. Regime segurança social	CGA	FP BdP	CGA	Segurança Social	Segurança Social	CGA	FP IFAP
4.3. Ano de aquisição de viatura pela empresa	2008	N	N	N	N	N	N
4.4. Exercício de funções remuneradas fora grupo	N	N	N	N	N	N	N
4.5. Outras (identificar detalhadamente)	N	N	N	N	N	N	N

(*) Administradores em regime de acumulação, com funções no Conselho de Administração da CGD. Trata-se de remunerações complementares fixadas por deliberação social unânime do accionista, ao abrigo do nº 3 do artigo 11º do regime jurídico de apropriação pública por via de nacionalização, aprovada pela lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro.

(**) O Administrador Francisco Bandeira tem uma viatura atribuída que é propriedade do BPN, não existindo, consequentemente, qualquer renda. Valor do seguro anual é € 3.357,28.

(***) Os Administradores oriundos da CGD mantêm os seus descontos para os respectivos regimes de segurança social, sendo a respectiva retenção e entrega processada pela CGD.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Miguel Galvão Teles	€ 720,00 (*)
Secretário	Joaquim Paulo Taveira de Sousa	€ 400,00 (**)

Conselho Fiscal

Presidente	Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa	€ 59.360,00
Secretário	Carlos Manuel Durães da Conceição	
	Maria Helena Maio Ferreira de Vasconcelos	€ 44.520,00

Revisores Oficiais de Contas

Empresa	Oliveira Rego & Associados, SROC	€ 8.610,00
---------	----------------------------------	------------

(*) Atribuição de senhas de presença, por cada reunião em que participem